

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM
GEOGRAFIA**

GIUSEPPE FORIONI BRAGAIA

**O PAPEL DO ESTADO NEOLIBERAL NA POLÍTICA TERRITORIAL
DO PROGRAMA PARCERIA E INVESTIMENTO — PPI (2016 – 2021):
A PONTE PARA O FUTURO E AS CONFRONTAÇÕES
GEOPOLÍTICAS NO BRASIL**

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

**RIO CLARO
2023**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS



GIUSEPPE FORIONI BRAGAIA

**O PAPEL DO ESTADO NEOLIBERAL NA POLÍTICA
TERRITORIAL DO PROGRAMA PARCERIA E
INVESTIMENTO — PPI (2016 — 2021): A PONTE PARA O
FUTURO E AS CONFRONTAÇÕES GEOPOLÍTICAS NO
BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Rio Claro – SP

2023

B813p

Bragaia, Giuseppe Forioni

O papel do Estado neoliberal na política territorial do Programa
Parceria e Investimento — PPI (2016 — 2021) : a Ponte para o Futuro
e as confrontações geopolíticas no Brasil / Giuseppe Forioni Bragaia.

-- Rio Claro, 2023

236 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientador: Paulo Roberto Teixeira de Godoy

1. Política Territorial. 2. Geopolítica. 3. Estado neoliberal. 4.
Geografia Histórica do Capitalismo. 5. Ponte para o Futuro. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de
Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas Câmpus
de Rio Claro

GIUSEPPE FORIONI BRAGAIA

**O PAPEL DO ESTADO NEOLIBERAL NA POLÍTICA
TERRITORIAL DO PROGRAMA PARCERIA E
INVESTIMENTO — PPI (2016 — 2021): A PONTE PARA O
FUTURO E AS CONFRONTAÇÕES GEOPOLÍTICAS NO
BRASIL**

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy (orientador)

IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte

UNICAMP/Campinas (SP)

Prof. Dr. Raimundo Jucier Sousa de Assis

UFPI/Teresina (PI)

Conceito: Aprovado

Rio Claro-SP, 08 de novembro de 2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família e parentes pela paciência, por acreditar na minha trajetória formativa, especialmente meus pais João Ernesto e Maria Aparecida, irmãos Sidarta, Giovanni e Andrei. Dedico a presente dissertação aos meus avós, Júlia, Ângelo, Maria José e José.

Registro meu carinho a todos os amigos, amigas e colegas que compartilharam tempo e alegrias comigo durante o período de trabalho que envolveu pesquisa, reflexão e escrita.

Sou grato a República Sertão e agregados, por me acolher na difícil missão de cumprir com minhas obrigações do Mestrado Acadêmico e ser um espaço que permitiu cultivar plantas, tranquilidade e a felicidade no contexto da Pandemia da Covid-19. Agradeço a República Sua Tia, a primeira durante a Graduação em Ourinhos.

Agradeço à UNESP Câmpus de Rio Claro-SP, pelo espaço de reflexão, ampla capacidade de formação, especialmente ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), o Departamento de Geografia, onde pude conviver com colegas de trabalho nos Laboratórios, principalmente GEOMUNDI — Laboratório de Geopolítica, Análise Regional e Teoria Social Crítica, a Biblioteca e Seção Técnica de Pós-Graduação.

Agradeço também aos discentes de História do Pensamento Geográfico, pela oportunidade de realização do Estágio Docência ao lado de meu professor orientador Godoy.

Agradeço ao Periódico GEOGRAFIA e colegas de trabalho, pela possibilidade de aprendizado no contato com o ambiente acadêmico, por provar ser possível valorizar sua história, recuperar e divulgar a ciência Geográfica. Agradeço à Comissão de Eventos pela valorização dos eventos científicos e reuniões realizadas a distância e presencial.

Agradeço a todos os funcionários e técnicos administrativos pela competência, momentos, tempo, trabalho, conversas e promoção do ambiente saudável durante todo esse percurso.

Agradeço a todos os professores que já tive. Agradeço a formação da UNESP Ourinhos, por ter se constituído base e incentivo, o que me aproximou da Pós-Graduação. Agradeço ao Laboratório de Geografia Humana (LAGHU), em especial ao Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão, acompanhou alguns passos dessa jornada.

Agradeço aos professores da unidade e fora da unidade, pelas disciplinas ofertadas e conversas, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP Rio Claro e Programa de Pós-

Graduação em Geografia Humana USP, que me agraciaram pelas trocas de experiências, momentos e conhecimentos.

Agradeço imensamente a Escola Estadual Antônio Pedro de Castro, em Contagem-MG, pela recepção, carinho e trabalho desenvolvido, por me desafiar no último tempo da conclusão da Dissertação de Mestrado, responsável por convergir, como sempre digo, dois amores: a pesquisa acadêmica e a docência, bem como agradeço as pessoas que conviveram comigo.

Agradeço a todos que trabalham pela melhoria da educação pública e de qualidade, especialmente pela resistência diante das incessantes ofensivas nos espaços formativos educacionais em vários níveis.

Agradeço imensamente a Banca de Mestrado pelos toques, pela sinceridade e por serem companheiros comigo, a Prof. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte (UNICAMP) e Prof. Dr. Raimundo Jucier Sousa de Assis (UFPI).

Agradeço, em especial, ao fraterno e solidário orientador, caro Professor Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy por compreender desenvolvimento das fases da pesquisa, que com sabedoria, colaborou na superação dos obstáculos e orientou no caminho da busca pelo conhecimento crítico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

*“Eu só boto bebop no meu samba
Quando Tio Sam tocar um tamborim
Quando ele pegar
No pandeiro e no zabumba
Quando ele aprender
Que o samba não é rumba
Aí eu vou misturar
Miami com Copacabana
Chiclete eu misturo com banana
E o meu samba vai ficar assim”
(Jackson do Pandeiro)*

RESUMO

O objetivo constitui-se em investigar os discursos institucionais e geopolíticos contidos nos programas de infraestrutura e logística, sobretudo o processo em curso do Programa Parceria e Investimento (PPI), uma vez que houve reorientação política-econômica. Portanto, fatalmente empreendeu uma reflexão sobre o papel do Estado no contexto político das primeiras décadas do século XXI, sobretudo pós-impeachment 2016, a partir da agenda neoliberal Ponte para o Futuro, através de privatizações (captura de sistemas técnicos) e licenciamento ambiental (novas áreas para valorização capitalista do espaço). Aperfeiçoou-se a problemática sob análise conceitual dos conceitos de *política territorial* e *geopolítica*. Como ponto de partida para a análise, realizou uma revisão bibliográfica das concepções materialistas do Estado, a saber: Estado, instituições, *expansão geográfica do capital* e *confrontações geopolíticas*. Arelou-se a discussão com a *Geografia Histórica das políticas territoriais*, congregando crises e golpes nas administrações divergentes. Para isso, a análise se debruçou nas carteiras de projetos, atas e documentos nacionais como a Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG). Elas se situam no trato das formas políticas de legitimação e as expressões subjacentes, no conteúdo dos novos discursos, a política externa, a ideologia e a presteza da ciência em atendê-la. Como resultado, constatou-se que o PPI é deliberadamente voltado para a inserção do capital privado. Com isso, fortifica o trato das *políticas territoriais* e *geopolítica*, congregando a análise da essência do papel do Estado, na conformação dos interesses de classe, sob o julgo da cooptação institucional e ao mercado mundial. A pesquisa infere que houve maior agressividade estatal na implantação de propositura de desenvolvimento econômico neoliberal/ultraliberal e a situação pandêmica favoreceu as iniciativas estatais em um momento de extrema vulnerabilidade política, social e sanitária da população brasileira. O cenário perfeito para consolidação da agudização da espoliação, desigualdade e acumulação capitalista.

Palavras-chave: Política Territorial; Geopolítica; Estado neoliberal; Geografia Histórica do Capitalismo; Ponte Para o Futuro.

ABSTRACT

The objective constitutes to investigate the institutional and geopolitical discourses contained in the infrastructure and logistics programs, especially the ongoing process of the Partnership and Investment Program (PPI), as there has been political-economic reorientation. Therefore, it fatally undertook a reflection on the role of the state in the political context of the first decades of the 21st century, especially post-impeachment 2016, from the neoliberal agenda Bridge to the Future, through privatization (capture of technical systems) and environmental licensing (new areas for capitalist valorization of space). We refined the problematic under conceptual analysis of the concepts of *territorial politics* and *geopolitics*. As a starting point for the analysis, it conducted a literature review of the materialist conceptions of the state, namely: State, institutions, *geographical expansion of capital*, and *geopolitical confrontations*. The discussion was linked to the *Historical Geography of territorial politics*, bringing together crises and coups in divergent administrations. To this end, the analysis focused on project portfolios, minutes and national documents such as the Alexandre Gusmão Foundation (FUNAG). They are located in the treatment of the political forms of legitimation and the underlying expressions, in the content of the new discourses, foreign policy, ideology and the readiness of science to attend to it. As a result, it was found that the PPI is deliberately aimed at the insertion of private capital. With this, it fortifies the treatment of *territorial politics* and *geopolitics*, congregating the analysis of the essence of the State's role, in the conformation of class interests, under the judgment of institutional cooptation and the world market. The research infers that there was greater state aggressiveness in the implementation of neoliberal/ultraliberal economic development proposition and the pandemic situation favored state initiatives in a moment of extreme political, social and health vulnerability of the Brazilian population. The perfect scenario for the consolidation of spoliation, inequality, and capitalist accumulation.

Key-words: Land Politics; Geopolitics; Neoliberal State; Historical Geography of Capitalism; Bridge to the Future.

Lista de figuras

Figura 1: Projetos qualificados no Programa Parceria e Investimentos para desestatização	168
Figura 2: Investidores internacionais em projetos leiloados no PPI	168
Figura 3: Plano Nacional de Viação — Rodoviário e Ferroviário (1951)	208
Figura 4: Cartaz do Estado-novo em referência a “Marcha para o Oeste”	202
Figura 5: Plano de Metas (1955)	209
Figura 6: I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) – (1972 – 74)	210
Figura 7: II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) – (1975 – 1979)	211
Figura 8: III Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) – (1980 – 1985)	212
Figura 9: Brasil em Ação Relatório Final (1996 — 1999)	213
Figura 10: Fernando Henrique Cardoso apresenta seu programa Avança Brasil	214
Figura 11: Avança Brasil plano plurianual (2000 — 2003)	215
Figura 12: Eixos da Iniciativa de Integração Regional Sul Americana (IIRSA)	216
Figura 13: Lançamento Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	217
Figura 14: Lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II)	217
Figura 15: 3º Balanço do Programa Aceleração do Crescimento (2015 — 2018)	218
Figura 16: Cartaz Programa Parceria e Investimento (PPI)	219
Figura 17: Reunião de chefes de Estado da União das Nações Sul Americanas	220
Figura 18: Abertura do fórum que discute a criação do PROSUL, substituindo a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)	221
Figura 19: Logotipos de governos (1990 — 2023)	222

Figura 20: Mapa dos projetos do PPI em transportes leiloados em 2019	223
Figura 21: Investidores internacionais em projetos leiloados no PPI	224
Figura 22: Mapa dos leilões de óleo e gás concluídos em 2019	224
Figura 23: Leilões realizados em 2019	225
Figura 24: Apoio ao licenciamento ambiental da rodovia BR-080/MT	226
Figura 25: Trecho em estudo BR 163-230 MT-PA	226
Figura 26: Concessão Floresta da Gleba da Castanha	227
Figura 27: Projetos qualificados do Ministério da Infraestrutura B –158 e 155	227
Figura 28: Apoio ao licenciamento ambiental da rodovia BR–158/MT	228
Figura 29: Apoio ao licenciamento ambiental da rodovia BR–174/RO/MT	228
Figura 30: Apoio ao licenciamento ambiental da rodovia BR–242/MT (Trecho entre Querência e Santiago do Norte – Mato Grosso)	229

Lista de gráficos

Gráfico 1: Variação de preços do botijão de gás 2011 a 2021	181
Gráfico 2: Variação de preços anual em referência as Unidades da Federação	181
Gráfico 3: Proporção de preço de um GLP 13 kg em relação ao valor de um salário-mínimo ...	182
Gráfico 4: Variação de preços da gasolina 2011 a 2021	184
Gráfico 5: Proporção do preço de 100 litros de gasolina comum em relação ao valor de um salário mínimo	184

Lista de mapas

Mapa 1: Quantidade de obras do PAC paralisadas por Região – junho de 2018	141
Mapa 2: Investimentos das obras do PAC paralisadas por Região – junho de 2018	142
Mapa 3: Países membros da UNASUL 2004 e 2019	157
Mapa 4: Países membros da PROSUL, MERCOSUL e Comunidade Andina em 2019.....	158

Lista de quadros

Quadro 1: Levantamentos populares e grandes mobilizações América Latina 1989 — 2013	137
Quadro 2: Entregas do Programa de Parceria de Investimentos em 2019 por setor	223

Lista de tabelas

Tabela 1: Projetos qualificados no PPI em 2019 para fins de apoio ao licenciamento ambiental	198
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

BR: Brasil;

BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social;

BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul;

CIA: Central Intelligence Agency;

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe;

COSBAN: Brasil-China: Reunião da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação;

COSIPLAN: Conselho de Infraestrutura e Planejamento;

CSN: Conselho de segurança nacional;

DEA: Drug Enforcement Administration;

DSN: Doutrina de segurança nacional;

EER: Enfoque estratégico-relacional;

ESG: Escola Superior de Guerra;

EUA: Estados Unidos da América;

FBI: Federal Bureau of Investigation;

FMI: Fundo Monetário Internacional;

FOCEM: Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL;

FHC: Fernando Henrique Cardoso;

FUNAG: Fundação Alexandre Gusmão;

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

IIRSA: Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana;

JK: Juscelino Kubitschek;

OEA: Organização dos Estados Americanos;

OBOR: One Belt One Road;

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte;

MDB: Movimento Democrático Brasileiro;

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul;

MPC: Modo de produção capitalista;

MT: Mato Grosso;

PA: Pará;

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento;

PPI: Programa de Parceria e Investimento;

PPP: Parceria Pública Privada;

PROSUL: Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul;

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro;

PND: Plano Nacional de Desenvolvimento;

PT: Partido dos Trabalhadores;

RO: Rondônia;

SBT: Sistema Brasileiro de Telecomunicações;

UF: Unidade da Federação;

UNASUL: União das Nações Sul Americanas;

US: Estados Unidos da América.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ESTADO CAPITALISTA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS TERRITORIAIS	15
2.1	O conceito de políticas territoriais	21
2.2	Origens, processos e avanços da acumulação capitalista	29
2.3	Poder político, bloco no poder e frações de classe	31
2.4	O entrelaçamento internacional das relações de classe e de força: a compactação institucional, a conformação das relações sociais, o caráter indissolúvel das formas políticas e sociais em face do mercado mundial	43
2.5	A lógica imperial do poder do Estado no enfoque estratégico-relacional: a incompatibilidade entre o modelo neoliberal e a democracia	56
2.6	Confrontações geopolíticas e estratégia espacial capitalista	65
2.7	Golpes de Estado, contrarreações institucionais, destituição de blocos políticos e integração ao sistema estatal	78
2.8	A natureza das políticas territoriais e das confrontações geopolíticas no Brasil: o Programa de Parceria e Investimento — PPI e sua propositura ultraliberal para integração ao mercado mundial	83
3	A GEOGRAFIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS: DISCURSO INSTITUCIONAL E GEOPOLÍTICO	87
3.1	Introdução do Estado Territorial na Geografia Histórica no Brasil	93
3.2	A Geografia Histórica das políticas territoriais do século XX ao XXI: a propositura de desenvolvimento econômico, discurso institucional e geopolítico	97
3.3	Ideologias da modernização do território e territórios corporativos	109
3.4	Crises e Golpes nas administrações divergentes: a natureza das contradições na Geografia Histórica das Políticas Territoriais e o papel da geopolítica	116

4	ESTADO NEOLIBERAL: O CONTEÚDO DO DISCURSO, AS CONFRONTAÇÕES GEOPOLÍTICAS E NOVAS ÁREAS PARA VALORIZAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO	133
4.1	As contrarreações institucionais no processo de destituição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	134
4.2	O processo de implementação do Programa Parceria e Investimento (PPI)	146
4.3	Da União das Nações Sul Americanas (UNASUL) ao Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL)	152
4.4	A Ponte para o Futuro e o discurso neoliberal	159
4.5	A cooptação institucional no Brasil no Programa Parceria e Investimento (PPI): discursos, instituições, neoliberalismo, novas fronteiras de acumulação e as confrontações geopolíticas em Estado-Corporações	164
4.5.1	A carteira e relatórios de projetos do Programa Parceria e Investimento (PPI)	159
4.5.2	Discursos do Ministro de Relações Exteriores de Ernesto Araújo (2019 — 2021)	169
4.5.3	A participação de fundos de investimento nos leilões, o exemplo do Banking and Trading Group — BTG Pactual	177
4.5.4	Os Leilões 5G acompanhadas das Parcerias Público Privadas (PPP) Radiocomunicação Digital Crítica de Segurança Pública e Defesa	186
4.5.5	Infraestruturas físicas e o caráter particularista do imperativo territorial: a dimensão agroestratégica nos licenciamentos ambientais	196
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	230
	ANEXOS	207
	ANEXO I	207
	ANEXO II	223
	ANEXO III	226

1 INTRODUÇÃO

O Programa Parceria e Investimento (PPI) surge em 2016, sob a ótica da *Ponte para o Futuro*¹ e se consolida no governo neoliberal² e autoritário de Jair Messias Bolsonaro (2018—2022) pelo Partido Social Liberal (PSL), posteriormente sem Partido e pelo atualmente Partido Liberal (PL)³.

Os novos rumos para política de infraestrutura foram apresentados em 21 de janeiro de 2019, ao qual tem como finalidade convidar os agentes do mercado financeiro, privatizações e as parcerias público-privadas.

O objeto transcorre sob o aspecto conceitual e direcionará o estudo dos conceitos, a saber: *política territorial e geopolítica* no estudo da questão da integração regional no espaço brasileiro. Assim, nos permite dissertar sobre a seguinte indagação.

Qual a natureza da *política territorial* do PPI, no espaço nacional? Este problema central, orbitará em três frentes de trabalho. Trata-se da investigação do papel do Estado e de que modo ela se manifesta na *geografia histórica das políticas territoriais*, enquanto ideologia de modernização e uso corporativo do território.

Assim, a apuração de programas de infraestrutura é útil pela possibilidade da seleção de exemplos específicos que signifiquem potencialmente o cenário atual, em novas formas que se apresentam para sua viabilização. A questão é impelida a responder a quais interesses que respondem a assim chamada defesa do interesse nacional, estratégico e geopolítico?

Por isso, intenciona-se a pesquisa para compreender a natureza da *política territorial* e sua dimensão *geopolítica*. Deste modo, adota-se uma linha que transitará da escala global, nacional e regional. Para isso, será necessário interpretar a diretriz político-econômica dos governos recentes

1 Trata-se plataforma política lançado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro “PMDB” (atual Movimento Democrático Brasileiro “MDB”), partido do vice-presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia. Executada após sua posse no 31 de agosto de 2016.

² Trata-se de um programa assentado às estratégias da “Ponte para o Futuro”, documento apresentado pela Fundação Ulysses Guimarães em 2015, sob coordenação de Moreira Franco do PMDB (atual MDB).

³ Para Nobre (2022) em novembro de 2021, dois anos depois de sua desfiliação do PSL, Bolsonaro se filiou ao PL. O importante aqui é ressaltar que esse movimento se deu sem qualquer prejuízo para ele em termos de perda de base de apoio, de aprovação ou de intenção de voto. Na verdade, até ganhou alguns pontos positivos na virada de 2021 para 2022. Essa grande operação política foi realizada durante a fase mais aguda da pandemia, quando Bolsonaro celebrou o pacto com o Centrão.

e do atual governo e, por fim, relacionar os programas de infraestruturas como baluartes de uma ideologia com vistas a projeção externa ao *mercado mundial*.

Como o PPI é um programa deliberadamente voltado para a inserção do capital privado em áreas e setores com histórico de participação do poder público. Imagina-se, então, que a *política territorial* será direcionada por interesses corporativos. Portanto, fatalmente deverá empreender uma reflexão sobre o papel do Estado no contexto político no século XXI, sobretudo pós impeachment 2016, já que as mudanças desde então são notáveis, imprimindo a agenda neoliberal.

A agenda neoliberal acompanha o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI, fazendo-se necessário acompanhar os conteúdos dos discursos, sobretudo a atuação do Estado durante os governos Luís Inácio Lula da Silva “Lula” (2002 – 2010)⁴ e Dilma Vana Rousseff “Dilma” (2011 – 2016)⁵, Michel Miguel Elias Temer Lulia “Temer” (2016 – 2018)⁶ e Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022).

O objeto de estudo constata que as ações do Estado tratam-se do investimento público dirigido e a transferência de recurso do tesouro público para as mãos de um pequeno grupo de empresários, principalmente após o neoliberalismo vigente após a década de 1970. Houve, em experiências traumáticas no Brasil, como o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC)⁷, responsável pela implementação do ciclo de privatizações que, em parte, foram custeadas pelo próprio Estado via empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em face a essa intenção, concebe-se a crítica frente ao papel do Estado na atual condução da *política territorial* e suas formas políticas: o papel das instituições, discurso e dos documentos nacionais.

⁴ Luiz Inácio Lula da Silva foi o 35.º e 39.º presidente da República do Brasil (2003 – 2011; 2023 –), é um ex-metalúrgico e sindicalista. Como proeminente político, fundou o Partido dos Trabalhadores em 10 de fevereiro de 1980, São Paulo – SP, mobilizou reivindicações trabalhistas e de combate a ditadura militar.

⁵ Dilma Vana Rousseff foi a 36.ª Presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos (2011 – 2016) até seu o processo de Impeachment, afastando-a do cargo. É uma economista, filiada ao Partido dos Trabalhadores, exerceu os cargos de 40.ª Ministra-chefe da Casa Civil do Brasil (2005 – 2010) e 21.ª Ministra de Minas e Energia do Brasil (2003 – 2005). Sua atuação militante origina-se ainda na juventude, combatendo o período da ditadura militar, presa política e torturada.

⁶ Foi o 37.º presidente do Brasil (2016 – 2019) e 24.º Vice-presidente do Brasil, empossado após o impeachment da presidente Dilma Rousseff. É um político brasileiro filiado ao Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Além disso foi Deputado Federal e presidiu o 43.º e 50.º Câmara dos Deputados (1997 – 2001; 1997 – 2001).

⁷ Foi o 34.º Presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos (1995 – 2002), é um professor, sociólogo, cientista político e filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PDSB).

O Estado compõe um jogo de forças de *frações de classe* hegemônicas e seus imperativos territoriais empreendem recursos e logísticas, para isso, necessitam do aporte coercitivo (o Estado) em sua *materialidade institucional*⁸.

A análise de alguns momentos permite inferir sobre como as obras de infraestrutura relaciona-se de maneira precípua com as orientações geopolíticas e *integração do sistema estatal ao mercado mundial*. Essas orientações possuem raízes discursivas, explícitas nos documentos nacionais. O componente da defesa, como discurso institucional, à luz da *política territorial*, é pouco mutável e pode ser entendida pela respectiva escalaridade (*entorno estratégico, inserção positiva, capacidade de mobilidade estratégica e poder nacional*), previstas nos documentos nacionais a serem detalhados e apresentados.

O componente ideológico enquanto propositura de desenvolvimento econômico aponta uma série de pontos do cenário descrito, sendo eles: a) anteriormente havia forte intervenção estatal; b) a presença do Estado não mais se justifica ou não encontra espaço no cada vez mais disputado orçamento público; c) renovação da confiança dos investidores no país, com grandes empresas internacionais; d) não há orçamento suficiente e necessário para o papel do Estado como provedor e executor de amplo rol de políticas públicas. (BRASIL, 2020)

Contudo, a partir do aprofundamento da teoria materialista do Estado, o estudo das *políticas territoriais* e seus discursos ideológicos, institucionais e *geopolíticos no uso corporativo do território*, verifica-se que o papel do Estado é mais vivo e violento do que nunca. É a essência do capitalismo. Esta imputa uma face ainda mais perversa sob a diretriz econômica de desregulamentação para livre *movimentação do capital*.

A partir do *uso corporativo do território*, nos permite associar os elos teóricos e a aproximação do conjunto teórico pretendido. Deste modo, a proposta propicia o reconhecimento dos elos condutores das categorias analíticas.

O primeiro elo condutor desta discussão consiste no reconhecimento do avanço do materialismo histórico como categoria analítica que propiciou a *formação social* e, mais adiante, a contribuição da sociedade, Estado e espaço, em *formação territorial*. Essa constatação é importante, pois considera que a relações de *socialização*, meios de produção, divisão do trabalho,

⁸ Ver (POULANTZAS, 1978, p. 121) apud Hirsch (2005).

sustentam a interpretação dos fenômenos humanos, compreendendo o espaço humano⁹, como fato histórico, na compreensão da realidade espacial e sua organização espacial.

A proposta é reconhecida entre a ciência da Economia Política e a Ciência Geográfica, ambas com uma das categorias basilares. É nesse contexto histórico e contemporâneo que o objeto de estudo se guiará sob o aspecto teórico e conceitual que direcionará o estudo dos conceitos, a saber: *Estado, política territorial e geopolítica* no estudo dos exemplos contidos no PPI.

O primeiro capítulo *ESTADO CAPITALISTA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS TERRITORIAIS* consiste em elencar o enfoque metodológico, o capítulo mais teórico que a pesquisa, de modo a parear elos basilares de categorias analíticas e conceitos. Este capítulo busca compreensões fundamentais sobre o estudo do comando do papel do Estado que recaem sobre o comando *política territorial*.

O objetivo é a aproximação metodológica no ponto de partida para a análise, a concepção materialista sobre o papel do Estado. Para isso, a revisão bibliográfica em Nicos Poulantzas, Bob Jessop, Joachim Hirsch e David Harvey. A relevância conceitual, a saber: *acumulação no modo de produção capitalista, Estado, Instituições, expansão geográfica do capital, confrontações geopolíticas* e a cooptação da *arquitetura institucional* do Brasil, no contexto da crise estrutural capitalista em 2008, com efeitos pós 2016 e a *espacialidade das formas capitalistas de valorização do espaço*.

Após conflitar os autores e verificar as limitações do arcabouço teórico utilizado, destacam-se Alysson Mascaro no encontro de uma análise de sua posição relacional, estrutural, histórica, dinâmica e contraditória no todo da reprodução social, bem como autores para balizar o debate a realidade brasileira, vistos em Luis Enrique Rambalducci Estenssoro, Raimundo Jucier Assis, Ingrid Michelle Coelho Sampaio Félix.

O segundo capítulo *A GEOGRAFIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS: DISCURSO INSTITUCIONAL E GEOPOLÍTICO* consiste na apresentação das políticas territoriais

⁹ Pode-se dizer que a Geografia se interessou *pela forma das coisas do que pela sua formação*. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo é social. (SANTOS, 1977)

que se consolidaram enquanto programas de infraestrutura, estão intimamente ligadas ao discurso legitimador institucional e *geopolítico*, as ideologias da modernização do território e os territórios corporativos, particularmente no recorte temporal durante o século XX.

Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica que indique o processo constituído. São os autores: Bertha Becker, Shiguenoli Miyamoto, Edu Silvestre Albuquerque. Por outra via, autores cuja bibliografia constitui considerada visão institucional vistas desde Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, as referências foram confrontadas, pois apesar de ricos elementos na bibliografia produzida, apresentam limitações metodológicas, o qual o curso da pesquisa considerou em outro aspecto.

Constata-se que no início do século XXI houve uma significativa mudança na atuação das *políticas territoriais* e sua projeção externa, vistos em Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, a análise foi acompanhada, priorizando a captura dos discursos contemporâneos, como *Estratégia Nacional da Defesa* e consolidados no *Livro Branco da Defesa*.

A confrontação dos autores, promoveu a discussão dos autores: Eduardo Karol, Claudete de Castro Silva Vitte; Wanderley Messias da Costa e Antônio Carlos Robert de Moraes.

A fim de delinear o pensamento *geopolítico* presente nas *políticas territoriais*, soma-se a esta revisão, uma análise da relação entre Estado e Capital na compreensão da categoria analítica do *território*, com destaque a Alexandrina Luz Conceição.

Por fim, a compreensão das *políticas territoriais* associadas aos conflitos globais que disputam a transferência de riqueza. As problemáticas apresentadas no seio do Estado de tipo capitalista, são úteis para compreensão do seu papel de reprodução social, conflitos e *lutas de classes*.

A luz desses processos investiga-se o movimento particular da histórica que exige a compreensão do locus regional, uma dimensão específica na América do Sul e Brasil. Há então, associado à *expansão geográfica do capital*, investidas imperialistas, novas formas e gestações de cunho geopolítico vistos, sobretudo em Alysson Mascaro e o caráter oculto da intermediação geopolítica do capital e a operacionalização das instituições estatais.

A investida da investigação sobre o PPI, surgida na *Ponte para o Futuro* e sua consolidação, o golpe majora e unifica, dá sentido a verdadeira luta e o sentido das lutas atuais. Como resultado,

interpreta-se que estas novas formas de atuação residem nas destacadas formas de pressão atuando contra a formação de blocos políticos que confrontem as investidas das *regulamentações neoliberais*, por meio da promoção de rixas e golpes, como o exemplo da União das Nações Sul Americanas - UNASUL. A destituição de programas governamentais que permitissem maior autonomia nacional na projeção econômica regional, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O último capítulo *Estado Neoliberal: O Conteúdo do Discurso, as Confrontações Geopolíticas e Novas Áreas para Valorização Capitalista do Espaço* consiste em apresentar a relevância da perspectiva analítica, como o arcabouço teórico pôde e pode ser operacionalizado, atendendo ao projeto de pesquisa.

A análise apresenta as ideologias presentes nos discursos institucionais, documentos nacionais e nas novas fronteiras de acumulação. Assim, a Carteira de Projetos do PPI, é resultado que adquire a forma mercadológica, cujas *confrontações geopolíticas*, principalmente dos Estados Unidos da América (EUA) e China, se entrecrocaram com *discursos civilizatórios*, visando as dimensões *agroestratégicas* e *energéticas*, com a íntima relação de *Estado* e corporações que atuam na corrida pela *dianteira tecnológica* e de *acumulação capitalista*.

O estudo da natureza capitalista permite a compreensão da expansão das fronteiras de acumulação, crises e a confrontação de formações sociais específicas na disputa da *dianteira tecnológica*, sob a égide do *valor*, impacta o *modus operandi* da *classe dirigente* brasileira se presta em atender o *mercado mundial*.

Desse modo, apresentam-se exemplos expondo a *mediação* entre o Estado, a livre movimentação do capital e a potencialidade explicativa do atual cenário, de um processo ainda em curso, para a análise das situações concretas, a saber: 1) as infraestruturas físicas e o caráter particularista do *imperativo territorial*; 2) o discurso institucional em documentos nacionais e na política externa, sob outro viés ideológico; 3) a participação do BTG nos leilões; 4) o exemplo do *Leilão 5G* e a tentativa de alinhar a Parcerias Público Privadas (PPPs) *Segurança Digital Crítica*; 4) a dimensão agroestratégica dos licenciamentos ambientais nas obras de integração física.

Nesse sentido, constata-se a expansão do sistema técnico em consonância com a transferência do patrimônio público para o privado, legitimando as ações das corporações através

de leilões (captura de diversos sistemas técnicos em leilões nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste) e licenciamento ambiental (captura de novas áreas para valorização capitalista do espaço, principalmente nas Regiões Norte, Centro-Oeste).

De fato, há necessidade analítica de parear estudos da *geopolítica* e o de *políticas territoriais*, somadas aos interesses do *mercado mundial*, o papel do Estado e da classe dirigente que imputam estratégias de acumulação de capital. Certifica-se a construção de infraestruturas físicas e sociais, nos países não centrais, por meio da promoção de uma fluidez espacial.

Portanto, visa-se caracterizar o seu conjunto, para evidenciar o movimento da história, a partir do materialismo histórico dialético, o estudo do fenômeno vigente, o objeto de estudo e sua problemática norteadora, incorporando a teoria crítica da sociedade e a categoria da *totalidade*.

2 ESTADO CAPITALISTA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS TERRITORIAIS

A fim de promover a contemporaneidade do uso do conceito das *políticas territoriais*, foi necessário fortificar o conceito realizando uma revisão bibliográfica à luz da Teoria Social Crítica, isto é, compreender as interfaces que circundam os interesses na elaboração de uma política pública que se pretende a organizar, a estruturar o espaço geográfico nacional. Assim, compreende-se o papel do Estado capitalista no processo de desenvolvimento econômico, o surgimento de contradições, crises, *confrontações geopolíticas* e a dinamização das formas políticas aparentes, o discurso institucional e a ideologia que formalizam o planejamento estratégico.

Diante da dinâmica, as formas de intervenção estatal, devem evidenciar a reprodução histórica no capitalismo, os processos e a mediação do capital conformador das ações estatais, da política e da sociedade. De fato, acredita-se na importância do emprego conceitual e o aporte metodológico empreendido, com vistas a apreender o movimento da história, visto que as *políticas territoriais* sempre estiveram presentes no Brasil¹⁰, nos moldes de programas de infraestrutura e logística.

2.1 O conceito de políticas territoriais

As ações estatais sobre o espaço nacional impactam a organização do espaço, modificando a estruturação política e o desenvolvimento econômico, político e social. O trato das intervenções são polêmicas, de profundo debate acadêmico, pois estas difundem-se na sociedade de diferentes maneiras. Apresenta-se aqui, uma breve contextualização, seguida da opção pelo emprego conceitual de *políticas territoriais* e sua problematização no exercício metodológico da pesquisa a um fenômeno espacial de grande envergadura.

Encontra-se na literatura que circundam a atividade da política pública, a saber: *políticas públicas espaciais*, *políticas territoriais*, *ordenamento territorial*, *gestão do território* e *planejamento setorial*.

¹⁰ Consultar o Anexo I.

Uma destas discussões, a exemplo, ocorreu em *Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial* (2005) onde uma gama de autores que participaram do evento organizado pelo Ministério da Integração Regional, elaboraram definições acerca das ações estatais de grande monta sobre o território brasileiro, entre os documentos foi produzido uma coletânea da discussão realizada.

A participação, que envolveu políticos, secretários e intelectuais, não significa que todo corpo participasse ativamente das políticas públicas posteriores, no entanto, por unanimidade, a convenção se mostrou frutífera referente as discussões acadêmicas, ao qual diversos autores participaram da publicação da referida bibliografia.

Para Moraes (2005) a ênfase recaiu na soberania e democracia, a viabilização do ordenamento territorial à necessidade da definição de regras e institucionalidades. O autor orienta sua argumentação para a conceituação do planejamento estratégico, sobretudo pela descentralização, de participação social e do desenvolvimento das relações bilaterais e multilaterais.

Entende-se o território – na concepção clássica da geografia política – como espaço de exercício de um poder que, no mundo moderno, apresenta-se como um poder basicamente centralizado no Estado. (...) Os territórios são entidades históricas, que expressam o controle social do espaço por uma dominação política institucionalizada. Os territórios modernos são resultados de domínios estatais, e o Estado moderno é um Estado territorial (com uma base física definida). (...) O grande agente da produção do espaço é o Estado, por meio de suas políticas territoriais. É ele o dotador dos grandes equipamentos e das infra-estruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais. Por estas atuações, o Estado é também o grande indutor da ocupação do território, um mediador essencial, no mundo moderno, das relações sociedade-espaço e sociedade-natureza. Tal qualidade ganha potência nos países periféricos, notadamente nos de formação colonial, como o Brasil, conforme Moraes (2000). (MORAES, 2005, p. 44)

Assim, tanto o capital natural e o capital fixo, qualificam-se diante da acumulação vigente. Ao longo da história, a *formação territorial* se constitui, diante da análise das sucessivas formas de *valorização do espaço*.

As formas repercutem as ordens das políticas de *gestão do território* brasileiro, angaria questões de alcance regional com os países fronteiriços, desenvolvendo-se na política sul-americana. O entrelaçamento das relações constitui um dado analítico a ser considerado nas projeções, expansões que sustentam a *valorização do valor*, nas formações específicas.

No argumento de Wanderley Messias da Costa (2005), ordenar é coordenar fluxos e dividir poder, identificar os fluxos e optar pelos mais importantes, na perspectiva da redução da fragmentação do território nacional. Em sua proposição, a política nacional deve conter subsídios críticos para uma *política territorial*, sendo o Estado, diante da redução de seu poder e papel, tem abdicado do “direito e dever” de ordenar o território em um cenário marcado por estratégias territoriais.

Para isso, ordenar o território é pensar e atuar no conjunto das forças que modelam atualmente o desenvolvimento do país, coordenar as *políticas territoriais* setoriais, a opção pela racionalidade técnica em detrimento do planejamento marcado pela dispersão.

Para Marília Steiberg (2013) a análise é sobre as políticas públicas nacionais, isto é, as *políticas públicas espaciais*, capacitadas no sentido da relevância do impacto espacial-territorial, considerado parâmetro-síntese.

A definição que mais se aproxima ao corpo da pesquisa, ainda que congregando a discussão anterior, é a definição de *políticas territoriais*, uma vez que a pesquisa orienta-se ao papel do estado na condução das políticas públicas que se expressam espacialmente, este conceito será problematizado para somar-se as *estratégias nacionais* de intervenção das estruturas de organização do espaço, sobretudo do estudo do papel do Estado e a *valorização do valor*.

Dado as considerações iniciais de parte dos autores¹¹, verifica-se a tendência contemporânea de descentralização do Estado, constituído como poderoso agente de transformações no nível das políticas internas e externas de cada nação.

Para este empreendimento, este capítulo busca compreensões fundamentais que recaem sobre o estudo do comando da *política territorial*. O objetivo é a aproximação metodológica no ponto de partida para a análise, a concepção materialista sobre o papel do Estado e os conceitos fundamentais que o sustentam.

O conceito de *política territorial* é amplamente utilizado entre os geógrafos. Na revisão bibliográfica¹² encontram-se autores que o dialogam simultaneamente com a *geografia política* e

¹¹ Ver Aldomar Arnaldo Ruckert, Antônio Carlos Robert de Moraes, Bertha Becker, Rogério Haesbaert, Thereza Carvalho Santos e Wanderley Messias da Costa.

¹² Alerta-se o leitor, no entanto, que esta investigação será destrinchada no capítulo seguinte.

geopolítica. Por razões metodológicas, recorre-se, pela exposição conceitual da pretensão apresentada. As conceituações clássicas de *política territorial*, *geopolítica* e pareá-la com a concepção crítica, a fim de interceptar a essência do movimento que modifica sua forma.

Primeiramente, o conceito a ser desenvolvido sem a confusão terminológica entre geopolítica e geografia política. Neste sentido, o autor Wanderley Messias da Costa (2020, p. 55), escreve:

descartadas as confusões e dissimulações em torno do rótulo, pode-se afirmar com relativa segurança que a geopolítica, tal como foi exposta pelos principais teóricos, é antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em que se apropria de parte de seus postulados gerais, para aplica-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço. (COSTA, 2020, p. 55),

Em segundo, é o conceito de *políticas territoriais*, ao afirmar que no seu enfoque interessam as que

[...] abrangendo toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, uma dada concepção de espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas. (COSTA, 1997, p. 13).

Como ponto de partida, a proposta de investigar os conflitos, processos e lutas nos eventos que ocorrem sob o regime capitalista e a constituição da Teoria do Estado.

Em *Geografia Política e Geopolítica* (2020) ocorre, diz ele, que essas *políticas territoriais* devem ser referenciadas para o espaço nacional respectivo e o alerta¹³ quanto ao conceito não para projetos expansionistas, e que o povo deve ter um projeto geopolítico próprio, mas não exclusivamente, isto é, em sua proposição deve vir combinado com *políticas não-territoriais* (econômicas, cultural-nacionais, etc.) e, do contrário, as *políticas territoriais* tornar-se-ão unicamente políticas de expansão. Por esse princípio, distingue-se a *conquista de colonização*, entendendo esta última como *valorização territorial*, ao citar a ideia de “valor político” do espaço contida em “*Geografia crítica. A valorização do espaço*”:

Outra forma de valorização que de certo modo se relaciona com algumas das anteriores é a que poderíamos identificar na potencialidade de valor, contida nos territórios estratégicos. A isso poderíamos denominar, com certa impropriedade, de ‘valor estratégico’ ou de ‘valorização política’ do espaço (estrito senso). Nesse caso, trata-se não da exploração econômica do espaço propriamente dito, mas de seu domínio. A história da humanidade nos aponta muitos exemplos de confrontos bélicos entre nações, cujo móvel em disputa era o domínio de um dado espaço, muitas vezes destituído de valor econômico diretamente. Manifesta-se aqui, claramente, algumas das qualidades do espaço a que nos

¹³ Sobre o aspecto do pensamento de Ratzel, ver Costa (2020).

referimos, como a advinda da localização privilegiada. É isto que explica, por exemplo, a disputa por um rochedo sem água ou solo agrícola numa rota oceânica” (MORAES, A. C. R. & COSTA, W. M., 1984, p. 141.)

Para o autor, o significado dado pelas mudanças econômicas e sua escala global imputa a tese de que, há a determinação do econômico e a sobredeterminação da função política.

De modo bastante resumido, este seria o debate essencial sobre a origem e o caráter do Estado moderno. Muitos dos seus traços essenciais decorrem de processos mais ou menos universais, no sentido de que tem que ver com determinado modo histórico de formação das sociedades. O papel do conflito de classes parece ser nesse caso de fundamental importância, já que se manifesta (de modo qualitativamente distinto) tanto em sociedades antigas como, principalmente, nas capitalistas, por exemplo. Já que, no interior de uma sociedade de classes, a sua repartição se determina pela propriedade ou não de determinados bens (o que está na origem dos conflitos), deduz-se daí que o significado e as funções do Estado, nessas circunstâncias, tenderão a expressar também essa determinação geral. Entretanto, o Estado moderno e também o resultado das mediações das formações históricas específicas de cada sociedade e de cada país. (COSTA, 2020, p. 260-261.)

O conceito de poder político está presente nos seus estudos, principalmente no que recai sobre *Estado Moderno*, *hegemonia* e *poder político*, entre os autores, destacam-se de Poulantzas, Gramsci e Poggi. No Brasil, em Bresser Pereira, Tavares, por considerar que o Estado, desde as políticas liberais até o estágio do capital monopolista à crise de 1930, há um contingente de transferência de funções econômicas transferidas paulatinamente às esferas do Poder Público.

Afinal, além das atividades de planejamento global da economia, estendeu os seus domínios aos planejamentos setoriais da vida nacional, tais como o regional, urbano, populacional, etc. O mesmo fenômeno, em escala ampliada, verificou-se em alguns dos países do Terceiro Mundo, em especial naqueles que lograram uma rápida industrialização, justamente no contexto das mudanças dos anos 30. Tais são os casos do Brasil, México, Argentina, Austrália e Nova Zelândia, por exemplo, em que o processo da industrialização foi o resultado, em grande medida, de uma forte presença do Estado na condução do desenvolvimento econômico. Nestes países, além das funções já descritas no caso dos europeus, o Estado tornou-se o agente institucional por excelência na abertura sem precedentes das economias nacionais a entrada de capitais estrangeiros, que acabaram por assenhorear-se de parcelas consideráveis da atividade econômica. (COSTA, 2020, p. 270)

Para prosseguir com a relação entre *política territorial* e a *Teoria do Valor*, na Geografia crítica, o autor Moraes (2013, p. 109) pontua que para os autores Santos e Silveira (2001) ao contextualizar o “desmantelamento do Estado de bem-estar social” através de equipamentos, instrumentos e planejamento há razões que desarticulam os territórios, levam, assim, a “constantes desvalorizações e revalorizações do território”.

A partir da discussão da proposição, Moraes (2013) considera que as “*políticas territoriais*” continuam a ter grande relevância na interpretação da *formação sócio-espacial* brasileira, e “apesar das sugestões pós-modernas, a que tantos especialistas se rendem, o território continua sendo uma realidade atuante, ainda que o Estado nacional, igualmente sobrevivente, tenha mudado de figura e de definição” e a noções modernas de nação e Estado como ideário no qual a identificação do nacionalismo como atitudes beligerantes e com interesses imperiais. Este posicionamento, configura a identidade, permeada na época, que a crítica da Geografia reforçava e a simpatia com a vigência da globalização.

Partindo do pressuposto do Estado como ampla relações hegemônicas, ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, houve constantes modificações, assim a globalização neoliberal conduz outras *formas históricas de dominação política*¹⁴.

Para Marx e Engels a história das lutas de classes é das formas históricas da sociedade que distinguem modos de produção capitalista e formas diferenciadas de acumulação. A *mais valia* corporifica-se nas mercadorias produzidas, na *circulação do valor* da venda D-M-D.

A *política territorial* necessita, deste modo, considerar o espectro do uso do monopólio da força”, mais especificamente da *conquista civilizatória*, uma *forma histórica* a ser analisada. Portanto, a dinâmica da organização política vigente, representa o curso do desenvolvimento histórico do capitalismo e a atualidade da *globalização* nos Estados particulares.

As consequências destas políticas de infraestrutura de grande envergadura é o sustentáculo para as condições de fornecimento de recursos naturais na cadeia produtiva global. O Brasil historicamente desenvolveu-se na base extrativista agrícola e mineral.

A autora Vitte (2020) tem apresentado discussões e críticas sobre os impactos das grandes obras de infraestrutura na disposição da geoeconomia e geopolítica, especificamente do uso do conceito de *neoextrativismo* na América Latina, fato que coincide com as contradições políticas de governos progressistas, isto é, de ampliação de recursos financeiros para melhoria das condições de vida da população em geral.

¹⁴ Ver em Hirsch (2010).

O modelo persistente do neoliberalismo em projetos de desenvolvimento chocam-se a qualidade ambiental e direitos de povos tradicionais. Entre os autores discutidos que circundam a temática, verifica-se a importância da consideração do *neoextrativismo*, vistos em Gudynas (2012) e Maristella Svampa e a *acumulação por espoliação* de Harvey.

As novas formas produtivas sustentam-se na extração de recursos naturais, nos setores agrícola-mineral, provocam uma série de contradições de governos e sua relação com o meio ambiente e a soberania dos povos e populações tradicionais. Assim, as crises políticas são sintomáticas da crise política nos países em desenvolvimento e ambiental representada pela degeneração de propostas insustentáveis impactando territórios, expulsão de povos, agravada pela queda dos preços das *commodities*, intensificando sua exploração de modo a manter as taxas de lucro de grupos econômicos cuja atuação política consistia em alianças a fim de salvaguardar o “*Consenso das Commodities*”.

Os conflitos ocorrem pela contínua aceitação do modelo de reprimarização da economia, subordinação econômica entre instituições brasileiras ao capital transnacional. A debilitação do modelo exploratório proposta por Marcos Nobre, propiciam relações interessantes, podendo ser compreendidas no universo das contradições na política institucional, especificamente a partidária e os setores econômicos historicamente beneficiados.

A expansão capitalista no fim da segunda metade do século XX, em países como o Brasil, levou a uma reorientação do peso das atividades econômicas dos setores industriais, para o modelo de desenvolvimento econômico sustentado no superávit primário.

O século seguinte herda a condição extrativista na América Latina do Século XVI e XX, percorrendo a novos patamares pelo processo de abertura territorial como o Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA). Há, assim, uma geopolítica dos recursos naturais, um componente cognitivo advindo da assimetria natural de sua dotação, quando em alguns territórios há certa abundância e em outros lugares há escassez (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009).

Os impactos territoriais significam discussões da questão agrária, do agronegócio, implementação de corredores de exportação sustentada em recursos naturais, geralmente pouco elaborados, resultam em um problema territorial derivado dos antagonismos produtivos no controle

e uso da terra, ou seja, o abastecimento alimentar, soberania territorial e a expansão do setor primário da economia, altamente dependente ao mercado mundial.

As contradições dos Estados Nacionais e suas especificidades que circundam a representação política e seus interesses antagônicos são inúmeras. Para compreender a ação estatal, faz-se necessário compreender os fundamentos teóricos do papel do Estado na condução das *políticas territoriais* nas interligadas escalas de poder político e suas implicações territoriais.

Partindo dessas considerações preliminares que percorrem a lógica expositiva, elencam-se contribuições bibliográficas sobre o papel do Estado destacadamente Poulantzas, Jessop, Hirsch e Harvey. Como resultado, aborda-se a relação entre os conceitos, a saber: *acumulação no modo de produção capitalista, Estado capitalista, instituições, bloco no poder, forma política, forma social, enfoque estratégico relacional, expansão geográfica do capital e confrontações geopolíticas*.

Verifica-se que a investigação valida o empreendimento de pesquisas que envolvam tomadas de ações consideradas estratégicas. Revela-se, assim, um avanço no entendimento de captura, a cooptação de parcelas da *arquitetura institucional* do Brasil, fundamental para abordar o objeto de estudo da dinâmica da *política territorial*, no contexto pós 2016. É o exemplo do Programa Parceria e Investimento – PPI e o caráter expositivo no governo neoliberal ou ultraliberal¹⁵ da carteira de projetos, apresentadas no *último capítulo*.

Além do programa econômico e do manifesto para um novo tempo para concretizar o neoliberalismo como regime de transição, houve um sofisticado discurso antissistema, com referências ideológicas fomentadoras de núcleos autoritários e formação de militância saudosista do período militar (1964–1985).

Assim, os amplos setores da direita irão, em um primeiro momento, se aglutinar entorno de um movimento que valorizasse a cultura política conservadora proeminente, ainda que com baixa congruência do perfil pessoal do líder político.

¹⁵ Há uma gama de autores críticos que apontam a preferência de caracterizar o governo de Jair Messias Bolsonaro como ultraliberal ao invés do neoliberalismo.

2.2 Origens, processos e avanços da acumulação capitalista

Como ponto de partida, a proposta de investigar os conflitos, processos e lutas nos eventos que ocorrem sob o regime capitalista e a constituição da Teoria do Estado. A primeira concepção fundamental, é entender as origens da *acumulação no modo de produção capitalista*¹⁶, reconhecer sua natureza, seus processos de instauração e avanços.

Em *A Assim Chamada Acumulação Primitiva*, é descrito como o Estado, impregnou diversas formas, com todo arcabouço institucional para promover a *acumulação de capital* e a *extração da mais-valia*. Em Marx (1996) é apresentado o processo de dissociação do trabalhador dos meios de produção¹⁷ e como as leis eram elaboradas na Grã-Bretanha, para a favorecer a elite privilegiada, que as formulava, serviram de instrumento de legitimação de suas atrocidades¹⁸.

Assim, o Estado capitalista deve ser entendido, antes de tudo que, desde sua gênese, a impregnação de novas formas para acumulação capitalista, como roubo de terras comunais, guerras, genocídio e as legitimações via jurisprudência vigente. O intuito é e sempre será, sob esta relação social, a promoção de acumulação de capital¹⁹, a extração da *mais-valia* e o emprego da força do Estado para “regular” o salário, leis trabalhistas e as condições gerais para esta acumulação.

Na análise da gênese histórica da produção capitalista, precisamente *A Teoria Moderna da Colonização*, é apresentado sobre o contexto do Velho Mundo — Metrópole e o Novo Mundo — Colônia. O primeiro ambicionava a *expansão geográfica no modo de reprodução social*, o trabalho assalariado nas colônias, talhado como “colonização sistemática”²⁰.

O objetivo nesse tópico são os fundamentos teóricos da definição de Estado. Informa-se que a exposição será mais bem detalhada nos tópicos seguintes, por se tratar de um campo teórico

¹⁶ Marx *O Capital* (1996), nos capítulos XXIV e XXV.

¹⁷ De acordo com Marx (1996, p. 341-342) o ponto de partida do desenvolvimento que produziu tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista foi a servidão do trabalhador. Uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séqutos feudais.

¹⁸ Como aponta Marx (1996, p. 348) o surgimento da nova aristocracia fundiária e a Burguesia Inglesa no decorrer no final do Século XV—XVIII.

¹⁹ Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva. (MARX, 1996, p. 359)

²⁰ No entanto, havia uma antítese que se dá entre os dois modos de produção. Para isso seria necessário “fabricar capitalistas”, criar condições para sua mutação, para além do dinheiro e meios de produção, o capital precisava, sobretudo, criar uma relação social, elaborar etiquetas jurídicas, o contrato social e erradicar o “câncer” anticapitalista do trabalhador agrícola inglês e do povo americano.

denso, portanto, o resgate de definições em que é possível o procedimento de interseccionar os conceitos, essenciais na fundamentação teórica da pesquisa.

O motor do modo de produção capitalista (MPC) depende da separação entre *capital* e *trabalho*, que compõem a *formação sócio-política* da sociedade. É a partir dela que se conformam a *forma social* e a *forma política*, elementos que sustentam a sociedade capitalista e o acúmulo de capital (uma relação social).

No estudo, identificou-se que há muito referencial teórico para definição de Estado, desde as que se apresentam mais sintéticas, quanto as mais complexas e aprofundadas. Primeiramente, reconhece-se, a definição central e sintética, para mais adiante aprofundar com autores contemporâneos. Trata-se do conceito geral do Estado²¹.

O principal texto político do mundo moderno, contribuiu fundamentalmente para a interpretação de que a história de todas as sociedades que já existiram é a *história da luta de classes*²².

A sobreposição do modelo de expansão da acumulação no continente americano escancara-se através do comércio com as colônias. O processo de estabelecimento, ocorreu pela expansão da indústria moderna no *mercado mundial*, o qual havia-se aberto o caminho²³. A burguesia, afinal, conquistou para si própria, no Estado Representativo Moderno²⁴, autoridade política exclusiva.

O destaque delimita o campo pertencente na análise política da situação concreta. Assim, identifica-se em Marx, o avanço do caráter das formas de expressão do Estado, nas *classes sociais dominantes* e na *política*²⁵, que se manifestam em uma instância separada dela.

Diante do exposto, inicia-se a uma exposição da aproximação metodológica, a confrontação entre os pensamentos e as complementariedades que foram empreendidas, uma vez que os autores

²¹ No *Manifesto Comunista*, o Estado é o comitê geral da classe capitalista, o que se opõe ao “interesse geral da sociedade”. A definição, também é vista em *Ideologia Alemã*.

²² (MARX, 1998, p. 9)

²³ Op. cit. (p. 12~13)

²⁴ Op. cit. O *Poder Executivo do Estado moderno* não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia.

²⁵ O Estado é a configuração, ilusória e igualmente real, que a comunidade política adota nas condições sociais dominantes. Não só as inter-relações econômicas da sociedade, marcadas pela competição e pelos antagonismos de classe, mas também a política se manifesta em uma instância separada dela, apresentando-se também como externo: o que é comum à sociedade, aparece como separado dela. (Comparar com MARX, 1970, p. 203, tradução nossa).

dialogam entre si e apontam uma metodologia singular, cada qual ao seu enfoque analítico. De fato, notam-se os contributos, espera-se ainda, o diálogo e acréscimo de outros autores acerca do papel do Estado, sobretudo autorias que discutem-na sobre a perspectiva da realidade brasileira.

2.3 Poder político, bloco no poder e frações de classe

A relação entre o *poder político*, *bloco no poder* e *frações de classe*, encontra profícuo debate na bibliografia do filósofo e sociólogo Nicos Poulantzas, assim como o trato da discussão contemporânea de autores brasileiros que se propuseram a discutir sua vasta obra.

O referido autor, nascido na Grécia e com formação na França, contribui, pela interpretação do marxismo, para o desenvolvimento de conceitos e categorias, mecanismos analíticos operacionalizados no trato da conjuntura política. Sua obra perfilou por mudanças e rupturas, que, reconhecidamente, se dedicou a investigar a composição das forças políticas no seio do Estado e na sociedade. Além de um autor polêmico, dedicado a atritar o marxismo com a análise da situação concreta e, por muitas exposições, ter sobrevalorizado o conteúdo político do concreto.

A fim de explorar sua concepção, optou-se por analisar criticamente seus principais contributos, fundamentalmente os que são dados em seu último período nas últimas décadas do século XX, fecundam o debate acerca de uma das fases de sua trajetória intelectual em que discute o conceito de Estado, função do Estado e transformação do Estado de tipo capitalista.

Os escritos sofreram mutações no decorrer de sua trajetória. Desta maneira, investiga-se o refinamento e adaptação sugerida pelo autor. Por consequência, seu pensamento suscitou uma agitação na discussão da concepção materialista do Estado e a urgência de fazê-lo.

Suas análises objetivam a interpretação do específico dos Estados Nacionais, tendo como estudo determinados países europeus como Espanha, Portugal, Grécia, Itália e França. Por motivos de trato epistemológico, identifica-se a mobilização conceitual que possibilitou certo diálogo entre o pensamento marxista e a crise do Estado e suas relações representativas.

A preocupação da problemática permite contribuir no sentido de conceber, incluso a transformação do Estado, a questão estratégica. Esta, implica em compreender que há campos de batalha úteis para compreender o *processos* conjunturais de luta de classes no Estado.

Isto implica em reconhecer as instâncias como finalidade da luta? Não, mas que há reconhecimento para explorar as possibilidades que constituem o processo de explorar as limitações e contradições do Estado capitalista, portanto, não agir com desconfiança total em relação às instituições políticas. Estas, por ventura, acrescidas de uma vantagem setorial, também constituem um elemento analítico importante, no que diz respeito a avanços, bloqueios e retrações das lutas políticas que insistem em se materializar nas relações sociais na sociedade.

Deste modo, abordam-se autores cujos trabalhos dialogam com sua obra, no intento de atritá-la com análises críticas, que proporcionem sistematização do seu pensamento, sem o isolamento das discussões e o corpo deste tópico, pois sem a congruência da discussão corre-se o risco de desmanchar sua contribuição, atomizando sua metodologia. Assumindo esse modo, específico, congrega-se a maneira analítica com esta pesquisa.

O tema do Estado capitalista para Nicos Poulantzas suscita a *problemática política*²⁶ das produções marxistas. Com o propósito de refletir sobre as demandas clássicas do materialismo, discorre-se acerca de algumas definições e em quais momentos elas são incorporadas, acompanhadas de exposições das limitações por elas proporcionadas.

Nesse sentido, o pensamento por ele elaborado, aprofunda reflexões acerca das transformações do capitalismo, a composição do Estado burguês e permitem a coerência da *práxis* política no estratagema das lutas populares e o pensamento. Assim, capacita-se no âmbito teórico, a seu contexto no período dos entreguerras, promovendo o volume de interesse acadêmico²⁷.

Aqui, dar-se-á ênfase do contributo das obras e as concepções conceituais do autor, são eles: *especificidade do estado, autonomia relativa, poder político, frações de classe, bloco no poder, classe dirigente* e instituições.

A conjugação das *frações de classe* pressupõe uma *classe dirigente* que detém o *poder político* cujas classes proprietárias que detém o poder econômico. Estas são importantes para ressaltar a importância em uma análise conjuntural da situação concreta.

²⁶ Como toda particularidade acerca do “método”, esta disposição teórica preencheu um campo demasiadamente conflituoso, por considerar a conjuntura específica e questões clássicas do materialismo histórico.

²⁷ Sua contribuição foi dada por rupturas de pensamento que permeiam, grosso modo, fases (longe de periodizar seu pensamento como recurso teórico), mas sim de evidenciar as transições, identificando aperfeiçoamento na mobilização conceitual.

O esquema conceitual é verificado na seguinte lista de obras, a cada qual, tem-se modificado conforme as posições teóricas e aperfeiçoamento metodológico. Aqui, interessa expressar a importância da obra, seu contexto e contributo conceitual. Opta-se, em especial, suas últimas obras, por possuírem melhor capacidade de inserção, isto é, destas definições.

Em *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1975) refere-se que as clivagens existentes entre frações da burguesia. Nesta obra, é discutido a relação entre conflitos de classe e das classes sociais, a obra polemiza padrões do consenso político, aqui se adota alguns conceitos que contribuem para o entendimento do papel do Estado Capitalista.

As frações de classe e da burguesia compõem a esfera da produção e *circulação do capital*, isto permite avançar sobre os segmentos, as novas divisões de classe e das novas formas de estruturação social contemporânea, sobretudo a *mediação institucional* que a fecunda.

Em *O Estado, o poder, o socialismo* (1978), sua última obra, explicita justamente os desdobramentos do estatismo, movimento que ilustra, amplia a teoria do Estado e as mudanças nas lutas de classe. Deste modo, busca-se compreender aspectos de ações estatais outrora representadas pelo campo progressista e os limites do progressismo. Portanto, a discussão apresentada, permite situar o campo da discussão também neste nível, mas não somente.

Assim, ir-se-á visualizar e captar a evolução da conjuntura política e econômica, fato que interessa a pesquisa, por avaliar oportunidades, não no sentido de seu fim, mas como uma das ações que possibilitem escancarar, nas condições institucionais, suas possibilidades e retóricas defendidas sob espectro nacional. Portanto, junto a esta discussão, que será enriquecido com os limites impostos das transformações sociais.

Em virtude das polêmicas entorno da constituição da especificidade do Estado e do seu tipo capitalista, como visto no artigo *O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau* (2008), por deslindar as distinções teóricas, representadas pelas oposições recaindo em Estruturalismo-Funcionalismo.

A partir da exposição, destaca-se sua pertinência e motivação na escolha do autor, a justificativa de utilizar conceitos por ele concebidos e posicionar sua atualidade, com a devida atenção aos limites e contradições.

A verificação da contribuição de Poulantzas ocorre pela qualificação dos grupos que exercem e inscrevem o poder na sociedade, o conjunto das dimensões política, econômica e ideológica. Isso não significa, portanto, que as classes dirigentes sejam monolíticas, mas sim que há uma composição hegemônica entre os fracionamentos no interior da burguesia que, potencialmente, revelam até que ponto setores da burguesia solapa a organização precedente para instauração de uma nova conformação política.

Trata-se de uma estratégia específica que disputam o orçamento público e determinam os rumos da política econômica e social do Estado e os discursos imprimidos no seio das instituições, a fim de legitimá-lo e seu efeito político-ideológico. É o que será defendido e elucidado ao longo desta dissertação.

Soma-se uma revisão bibliográfica do autor em questão, bem como a seleção de autores que se propuseram a discutir sua vasta obra, sobretudo no período recente e suas definições, com o apoio de publicações no periódico *Crítica Marxista* em autores consultados como, Adriano Codato (2008), Miliband (2008) e Nicos Poulantzas (2008), e em Pinto e Balanco (2014).

Suas contribuições residem na apresentação, com maior nível de detalhes, a trajetória e o contexto intelectual de Poulantzas. Elas ilustram a discussão acerca da função do Estado capitalista e as noções sucessivas como estrutura, aparelho e relação.

A contribuição contemporânea, sobretudo da tese de Braga (2015), se dá pela apropriação do método e utilizá-lo no estudo sobre a atuação do Estado durante os governos “Lula” (2002 – 2010, Partido dos Trabalhadores) e “Dilma” (2011 – 2016, Partido dos Trabalhadores) e o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No que cerne a discussão, o autor pautou-se em análises dos conceitos elaborados Poulantzas (1977, 1978, 1985).

A importância da sua obra em temas contemporâneos, na análise de situações concretas, perpassam pelo momento político, nas relações no âmbito das classes sociais no Estado na sua especificidade e no âmbito das relações internacionais, vistos em Gramsci.

Entre os conceitos, foi utilizado *bloco no poder*, que possui como premissa a existência da perpetuação do poder da classe dominante e suas variações de formas de dominação perante outras classes subalternas. Porém, a dinâmica capitalista, fomenta e aglutina poder em outros grupos que

compõem a elite econômica. Em última instância, ela é a determinante na composição de disputa política no Estado.

A constante disputa intra-elites, por seu caráter contraditório, podem, por ventura, deslocar um grupo na oposição da condução da política econômica, privilegiando-se, assim, com prerrogativa setorial. Esse conflito, diz respeito a qualificação dos grupos sociais, instituições, as variações do poderio econômico, os aparelhos ideológicos do Estado que se contrapõem ao que pode dar margem a um entendimento de um bloco monolítico.

O conjunto de conceitos sustenta-se na qualificação dos diferentes níveis do exercício de poder na sociedade. As relações de poder, também permeiam um campo multidimensional. Esse reconhecimento, entretanto, não será entendido como disputas fracionadas e isoladas, cada qual com seu poderio legitimador. Portanto, há o reconhecimento de que elas compõem um conjunto, implicando, por certo, de que há fracionamento do seio das burguesias, com possibilidades de projetos e estratégias de acumulação antagônicas.

Assim, o principal conceito norteador de sua tese é o *bloco no poder*. É a partir dele que se desprende as relações entre a classe dominante, suas frações, projetos, estratégia, instituições legitimadoras, discursos e, ao fim, o caráter executivo do Estado.

De acordo com Poulantzas, é a formação social que representa a dinâmica das classes e *frações de classe*. O Estado organiza e corresponde aos interesses do *bloco no poder* e mantém a primazia dos objetivos dos grupos dominantes em detrimento das classes dominadas. Assim, a especificidade de cada formação social e a relação institucional que se inscreve na estrutura, na unidade política do Estado.

Podemos estabelecer, nestas formações, a relação entre, por um lado, um jogo institucional particular inscrito na estrutura do Estado capitalista, jogo que funciona no sentido de uma unidade especificamente política do poder de Estado, e, por outro lado, uma configuração particular das relações entre as classes dominantes: essas relações, na sua relação com o Estado, funcionam no seio de uma unidade política específica recoberta pelo conceito do bloco no poder (POULANTZAS, 1977, p. 224).

A partir desse conceito, destaca haver uma relação intrínseca do Estado e das classes dominantes, constituindo uma unidade contraditória na estrutura das relações produtivas. Para Poulantzas (1977) apud Braga (2015, p. 122) o autor definiu *bloco no poder* como uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou *frações de classes* que procuram manter a estrutura das relações de produção capitalistas.

A unidade política é gestada e mantida pelas ordens econômica e ideológica. As ordens, tornam-se instáveis de compromissos de classe que modificam a direção da ordem hegemônica²⁸.

Há, portanto, uma prioridade entre as frações na disputa interna de poder. Essa disputa não desrespeita a luta de classes, mas é através dela que as modificações, em uma dada conjuntura histórica, podem influir na rivalidade. Assim, depreende-se uma unificação de interesses antagônicos sob a unidade política. Poulantzas (1977) aponta duas razões:

A própria hegemonia, no interior deste bloco, de uma classe ou fração, não é devido ao acaso: ela tornou-se possível, como veremos, através unidade própria do poder institucionalizado do Estado Capitalista. [...] A relação entre o Estado capitalista e as classes ou frações dominantes funciona no sentido da sua unidade política sob a égide de uma classe ou fração hegemonia. A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações de bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política. (POULANTZAS, 1977, p. 234)

O Estado, em suas últimas definições, implica no entendimento, mais que funcional do Estado, ou seja, uma coisa, um instrumento e sem autonomia. Poulantzas (1985) define-a como uma condensação material de uma relação de forças. Essa concepção demonstra sua preocupação, preponderantemente, de que o Estado não seja considerado um instrumento, totalmente subjugada por uma única classe ou fração. É a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e *frações de classe*. (POULANTZAS, 1985, p. 148)

O contexto apresentado pelo autor permite entender o campo como uma arena de disputa, como relações de forças e entre frações, na contradição na materialidade. Na tendência de hegemonizar, grosso modo, uma parcela hegemônica²⁹ (destaca-se mais adiante a contribuição de Gramsci em seus escritos, destacando os conceitos de hegemonia, relações internacionais, aparelhos ideológicos do estado).

Os objetivos decorrem da confluência entre manter o *status quo*, obter privilégios internos no Estado e dar substância, amálgama entre as classes subalternas. O efeito ideológico, prima em legitimar enquanto a ordem moral, política, cultural e, em última instância, a política econômica.

²⁸ “que se faz sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica” (POULANTZAS, 1985, p. 145).

²⁹ POULANTZAS (1977) ao se apropriar dos textos de Gramsci, afirma que as disputas entre as classes na formação capitalista possuem o interesse de tomar posse das instituições, com vistas a atender seus objetivos econômicos. A classe dirigente, assim, em prioriza em atender as frações que a compõem, sobretudo a hegemônica. Por isso a importância das concepções de lutas e práticas políticas no seio do bloco do poder.

Trata-se, portanto, de se utilizar de elementos coletivos que compõem o imaginário de uma determinada formação social, a fim de cancelar o “interesse geral do povo nação”³⁰.

Para Braga (2015, p. 125), de acordo com Pinto (2010) há diferenciações das dimensões ao destacar a hegemonia restrita de uma das frações no interior do *bloco no poder*, considerando a capacidade de liderar o bloco com os objetivos das *frações de classe*. Já no caso da hegemonia ampla, trata-se do papel decisivo no padrão de acumulação, de maneira consentida, se estabelece no conjunto da sociedade, uma unidade orgânica, significada pelo bloco histórico.

Assim, em seu trabalho, Pinto procurou diferenciar essas dimensões ao destacar que a hegemonia restrita de uma das frações no interior do bloco no poder ocorre quando ela é capaz de unificar/liderar os interesses políticos, ideológicos e econômicos das demais frações e classes do bloco no poder. Já a hegemonia ampla ocorre quando a classe dominante, ou uma de suas frações, ocupa um lugar decisivo no padrão de acumulação num determinado momento histórico e, a partir de seus interesses econômicos, políticos e ideológicos, consegue de maneira consentida, articular o apoio entre as demais frações das classes dominantes aos objetivos das classes dominadas. Desse modo, a hegemonia ampla, de uma fração dominante, se estabelece sobre o conjunto da sociedade (dominantes e dominados), significando então, uma unidade orgânica (“bloco histórico”). (BRAGA, 2015, p. 124)

Nesse sentido, a hegemonia restrita e/ou ampla ocorre sob a égide de uma classe, ou fração dominante, capaz de dirigir, pelo consenso, um corpo social heterogêneo, criando uma vontade coletiva em torno de uma determinada ordem social. Braga (2015, p. 125) identifica:

A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações no bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política [...]. O processo de constituição da hegemonia de uma classe ou fração difere quando essa hegemonia se exerce sobre as outras classes e frações dominantes – bloco no poder -, ou sobre o conjunto de uma formação, inclusive sobre as classes dominadas [...] (POULANTZAS, 1977, p. 234-235).

Assim, o *poder político* do Estado, como o interesse político da organização que desponta a frente das outras *frações de classe*, compõem representantes nas variadas instituições. Na arena internacional elas estão sujeitas a correlação de forças no interior de cada formação social nacional.

A relação do Estado e *bloco no poder* denota sua especificidade, em Poulantzas (1977) a expressão de uma configuração histórica das relações entre as classes, tal qual a unidade política específica. É a relação do jogo institucional particular inscrito na estrutura do Estado capitalista.

³⁰ “é o jogo dessas contradições na materialidade do Estado que torna possível, por mais paradoxal que possa parecer, a função de organização do Estado” (POULANTZAS, 1985, p.153).

O conceito de *bloco no poder* permeia o complexo de relações que se inscreve na estrutura do Estado capitalista, esta disposição permite a unidade política de poder de Estado e configuração particular das relações entre classes dominantes.

A definição de *bloco no poder* é de uma unidade contraditória, sob o exercício da hegemonia, no seu interior de uma dessas frações. Para Poulantzas (1977) o Estado ampliado é a coexistência das várias classes, frações e suas políticas. Suas ações não se relacionam de maneira simplificada, são efeitos particulares de instância política.

Com base nos textos políticos de Marx em que aponta três elementos (luta política de classe, formação histórica e classe burguesa no interior do MPC). Primeiro, o sufrágio, no contexto de um Estado capitalista, constitui-se num alargamento das relações entre o Estado e a coexistência de várias classes ou *frações de classes* dominantes. Em segundo, há uma determinada autonomia nas *frações de classes dominantes*, ao qual depende de elementos de coesão e conjuntura histórica e espacial. Em terceiro, há determinadas circunstâncias onde as consequências da instância política podem gerar *frações de classe* apenas no campo da prática política de classes.

Assim, o Estado e *bloco no poder* é dado pelo conjunto de determinadas instituições, pelo campo das práticas políticas das classes e frações dominantes e pela divisão da classe burguesa. Esta composição do *bloco no poder*, diz respeito ao tipo da hegemonia (restrita/ampla) que prevalece na sociedade. Para Poulantzas (1977) o *bloco no poder* é uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou *frações de classes*, sob a hegemonia no seu interior de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista.

A respeito da unificação promovida pela unidade política vigente por meio do *bloco no poder*, é notado a especificidade antagônica. A fração hegemônica polariza os interesses a seu favor, garantindo a exploração econômica e a dominação política. Esse exercício de dominância age sobre as classes dominantes e dominadas, no conjunto de uma formação.

A unificação política ocorre sob um caráter conflituoso e contraditório, uma vez que “a luta de classe, a rivalidade dos interesses entre as frações sociais, encontra-se nele *constantemente presente*, conservando esses interesses a sua especificidade antagônica [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 233).

Assim, Poulantzas (1977) denomina que a hegemonia restrita se dá por meio da unidade e por meio dela o poder institucionalizado do Estado capitalista. O interesse geral consiste na exploração econômica e na dominação política. Portanto, a hegemonia de uma fração difere de *bloco no poder*.

Pinto (2014) destaca a contribuição de Marx a respeito das conjunturas histórico-espaciais, bem como as defasagens/diferenciações entre o lugar de uma classe/fração, reinantes e detentora.

O próprio Marx (1850 e 1852) afirmou que a introdução do sufrágio universal induziu as classes dominantes a assumirem um papel ativo na cena político-eleitoral mediante a organização de partidos políticos. No entanto, Poulantzas (1977), bem como Marx (1850 e 1852), afirmaram que em determinadas conjunturas histórico-espaciais podem ocorrer defasagens/diferenciações entre o lugar de uma classe/fração no âmbito das práticas políticas e da cena política. Isso significa dizer que uma **fração** pode deter a **hegemonia restrita** (ao bloco no poder) – a fração politicamente dominante –, mas pode não estar representada de forma orgânica por nenhum partido no sistema político, que é dominado pelas **frações reinantes** – que são aquelas que mantêm partidos políticos nos lugares dominantes da cena política –, nem, tampouco, constitui-se na **fração detentora** do aparelho de Estado. Esta última é aquela fração que recruta os políticos, os burocratas e os militares das diversas frações de classe, inclusive em algumas situações nos segmentos dominados, para ocupar cargos nos diversos órgãos do Estado. Essas três dimensões ou lugares concreto-históricas (fração hegemônica no interior do bloco no poder; fração reinante; fração detentora). (PINTO, E. C., BALANCO, P. 2014, p. 48)

A significação das práticas políticas e cenas política, são representadas por três dimensões ou lugares que permeiam as relações entre estas instâncias, é preciso identificar as diferenças entre práticas e cenas políticas. Em suma, a operacionalidade dos partidos políticos; *bloco no poder* como categoria analítica (conjuntura), cujo *locus* da disputa ocorre.

Nesse contexto, o bloco no poder, e a relação entre suas frações internas, se apresenta como um instrumento fundamental para localizar e decifrar a significação real das práticas políticas de classe, bem como (i) suas relações com os partidos que operam na cena política e (ii) suas relações com a fração política detentora do aparelho de Estado. É preciso acentuar ainda que as práticas políticas, portanto, só conseguem ser percebidas por meio da análise da dinâmica do bloco no poder em seus espaços concretos de atuação. Ou seja, o bloco no poder não deve ser utilizado apenas num nível mais elevado de abstração, mas sim como uma categoria analítica (concreto-real) útil para a observação da conjuntura econômica e política da luta de classes, que se materializa no *locus* da luta política de classes, o Estado, e está eminentemente articulada com o *locus* da luta econômica de classe e de suas frações. A partir dessa interconexão (*locus* do econômico e do político), o Estado. (PINTO, 2014, p. 48)

O papel reprodutivo do Estado ao nível abstrato formal, como teoria geral do modo de reprodução capitalista. A perspectiva relacional, no que lhe concerne, analisar o papel do Estado no concreto real, denominando o Estado como condensação material de uma relação de força. Isto é, compreendê-lo como um campo e processo estratégico. Assim, o campo, em um nível inferior

de abstração e o Estado (o *locus*) assume capacidade de decisão das iniciativas relativas das frações do *bloco no poder*.

A consideração ao campo da conjuntura e o papel desempenhado das iniciativas compõem o campo de forças³¹. Sua preocupação quanto ao desenvolvimento conceitual, a *autonomia relativa* do Estado, ocorre por meio da conflituosa relação a esta ou aquela fração do *bloco no poder*, dinâmica a cada conjuntura específica. É essencial, portanto, compreender o seu papel como unificador político.

Para o autor, a necessidade da abordagem teórica à própria estrutura do Estado capitalista, visto como a condensação de uma relação de classes, fundada na separação do político e do econômico, não se trata de aplicar o conceito de poder ao aparelho do Estado.

O conceito se aplica, em última análise, como “resultante” das relações de poder. Do mesmo modo, seu argumento, é que a recusa da aplicabilidade da *autonomia relativa*, é negar que há grupos formados por agentes do Estado e o poder específico deste grupo, constatadas na direção revisão do seu posicionamento em *Poder Político e Classes Sociais* (1968).

Opõem-se aqui, igualmente, a tese do “institucionalismo-funcionalismo”, compreendendo-a compartilhando a concepção de ciência social e política burguesa

Isso significa que não aplicar o conceito de poder ao aparelho de Estado nos impede de situar sua autonomia relativa? Absolutamente – contanto, é claro, que quebreiros com uma certa concepção de poder naturalista/positivista, ou mesmo psicossociológica (“A faz pressão sobre B para que este faça algo que não teria feito sem a pressão de A”). [...] Recusando-nos a aplicar o conceito de poder ao aparelho de Estado e a suas instituições, recusamos também atribuir a autonomia relativa do Estado ao grupo formado por agentes do Estado e ao poder específico deste grupo, como aquelas concepções que aplicam o conceito de poder ao Estado invariavelmente fazem: a classe burocrática (a partir de Hegel via Weber até Rizzi e Burnham); as elites políticas (esta é a concepção de Miliband, como mostrei em minha crítica a seu livro); a tecnoestrutura (poder da “máquina de negócios” e do aparelho de Estado) etc. (POULANTZAS, 2008, p.117)

Assim, a operacionalização se dá ao qual apresenta em *A crise das ditaduras* (1975), o modo no qual a *autonomia relativa* do Estado capitalista se desenvolve e funciona com relação aos interesses econômico-corporativos particulares desta ou daquela fração do *bloco no poder*. Portanto, o Estado age de modo a garantir os interesses políticos gerais desse bloco.

ditaduras militares grega, portuguesa e espanhola (*A crise das ditaduras*). Não posso seguir nessa análise aqui, mas é suficiente dizer que, a meu ver, é esta abordagem que nos

³¹ Nesse sentido, poder de classe ou poder do Estado, Poulantzas (2008) esclarece, em resposta a Miliband, o sentido de quebrar uma certa concepção de poder naturalista/positivista, ou mesmo psicossociológica.

permitirá estabelecer teoricamente, e examinar concretamente, o modo no qual a autonomia relativa do Estado capitalista se desenvolve e funciona com relação aos interesses econômico-corporativos particulares desta ou daquela fração do bloco no poder, de tal modo que o Estado sempre garante o interesse político geral desse bloco – o que certamente não ocorre meramente. (POULANTZAS, 2008, p. 118)

Para Poulantzas (2008) a *autonomia relativa*, permite a compreensão do papel unificador político, o processo e o resultado do funcionamento das contradições, da separação do político e econômico, como vistos³² em M. Castells na França e J. Hirsch na Alemanha.

Em suma, a autonomia relativa do Estado com relação a esta ou aquela fração do bloco no poder, que é essencial para seu papel como unificador político deste bloco sob a hegemonia de uma classe ou fração (no presente momento, a fração capitalista monopolista), assim aparece, no processo de constituição e funcionamento do Estado, como resultante das contradições internas de seus aparelhos e ramos (sendo o Estado dividido). Estas contradições internas, além do mais, são elas mesmas inerentes à própria estrutura do Estado capitalista visto como a condensação de uma relação de classes, fundada na separação do político e do econômico. Esta é uma abordagem teórica fundamental, como pode ser visto não apenas em meu próprio trabalho, mas também em vários outros pesquisadores, notadamente M. Castells na França e J. Hirsch na Alemanha (POULANTZAS, 2008, p. 119)

Na abordagem teórica sugerida, destaca-se que o primeiro, discute entre diversos temas, o fenômeno das redes na dinâmica da produção do espaço, a cultura, apropriação e *acumulação capitalista* em sua nova fase expansionista. O segundo, pelo empreendimento investigativo do Estado capitalista, o formato das instituições, a *forma social e política* que se consolidam como próprias no *lôcus* da disputa da classe dominante.

Por fim, em Poulantzas, verificou-se que as motivações da burguesia interna e com uma discussão ligeira acerca da sua capacidade em se aliar no campo internacional. Em suma, a preocupação metodológica irá se encontrar na relação entre abstrato / concreto.

O momento analítico requer a compreensão dos conceitos aqui expostos, como *bloco no poder*, *frações de classe*, *hegemonia*, *classe dirigente*, a qual sua mobilização permite o entendimento de “conceitos de estratégia”.

Sua concepção de Estado é interpretada, assim, por fornecer um arcabouço considerável, de maneira diferenciada das relações internacionais, o papel do modo capitalista de produção e o imperialismo. A composição das disputas de classes no interior e nas relações sociais, compõem as formações sociais específicas de cada Estado.

³² A dissertação apresenta uma discussão entre os autores que discutem o papel do Estado, a fim de conflitá-los para melhor alcançar o enfoque analítico preferencial.

O Estado como estrutura jurídico-política que compõe as políticas internacionais para operar tratados, acordos, organizações políticas que em suma integram as classes. Assim, o campo da arena mundial, como um dos campos que afetam diretamente os interesses do *bloco no poder*, *frações de classe* e a *classe dirigente*.

Estas, assim, estão sujeitas em sustentar relações de exploração, dominação e, muitas das tentativas de romper laços de dependência. Sua posição é clara, ela perpassa por sua transição no caminho de transformação para o Estado socialista.

Como visto em Poulantzas o Estado de tipo capitalista é um agente de unificação, compactador das relações sociais e de interesses das classes dominantes, sua finalidade promove um sentido unificador nacional. Há constante motivações conjuntas da burguesia interna, elas estão sujeitas a dinâmica contraditória da sociedade de classes, podendo atuar em maior ou menor conflito.

Contata-se que há certa margem da composição das classes, suas frações e grupos, porém em última instância a ação do Estado age em favor de manter a reprodução do capital e a *socialização* das relações sociais. Esta discussão, embora polêmica, acompanha uma ligeira *autonomia relativa*.

A partir disso, dota-se da capacidade destas *frações de classe* em se aliar no campo internacional à maneira convergente ou divergente, sobretudo em tempos de crise econômica, política, conturbando, a exemplo de grande valor investigativo, a disputa orçamentária e a canibalização de uma sobre a outra, no duelo de disputa de poder e convencimento, persuasão e coerção da sociedade.

Em síntese, esta posição favorece o entendimento conjuntural, o momento analítico e sua composição de *relações de força*, *bloco no poder*, *frações de classe*, *classe dirigente* e *hegemonia*, a qual sua mobilização permite um aperfeiçoamento crítico do entendimento de “conceitos de estratégia”.

Em autores brasileiros que discutem Estado, capital e modelo econômico neoliberal, sobressai a autora Alexandrina Luz Conceição. Em um recente texto, ao expor o tratamento dado ao Estado, a autora com maestria metodológica acentua as distinções necessárias.

Apesar das distinções apresentadas entre os teóricos até aqui citados — sobretudo pelo fato de que a dialética Hegeliana, em seu modelo que caracteriza o Estado como conservação e superação da sociedade civil, priorizar uma visão de totalidade das relações e dos fenômenos, diferentemente dos estudiosos que o precederam — fica explícito que para todos esses pensadores há uma imprescindibilidade quanto à existência do Estado, inequivocamente atrelada ao ideal liberal-burguês, em plena ascensão entre os séculos XVII e XIX. Dentro dessa lógica o Estado não só seria o garantidor da manutenção da propriedade privada e da ordem social, impedindo o *Bellum omnium contra omnes*, como também encamparia as mediações internas e conflitos externos na defesa dos blocos no poder nacionais, conceituados por (Poulantzas, 1985) mais de um século mais tarde. (GESTEIRA e CONCEIÇÃO, 2021, p. 73-74)

Sobre essa leitura, Conceição (2013) aponta que nos últimos governos brasileiros, optou-se pelo modelo neoliberal privatista, ao destacar autores como Delgado, no estudo da presença do Estado e das políticas públicas que viabilizam expansão, ao caso de seu estudo do agronegócio, como desbravador e construtor do processo civilizatório.

A associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária realiza a estratégia econômica do capital financeiro com o objetivo acumulativo do lucro e da renda da terra, associação possibilitada pelo Estado ao assumir políticas estratégicas estruturadas em programas de investimentos em infraestrutura territorial. Na compreensão de Poulantzas (2000, p. 171), “toda medida econômica do Estado tem um conteúdo político, não apenas no sentido geral de uma acumulação do capital e para a exploração, mas também no sentido de uma necessária adaptação à estratégia política da fração hegemônica.” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 87).

A concepção de Poulantzas de Estado fornece subsídios para um arcabouço considerável no tratamento das relações internacionais, o papel do modo capitalista de produção e o *imperialismo*. A composição das disputas de classes no interior e nas relações sociais, compõem as *formações sociais específicas* de cada Estado.

O Estado como estrutura jurídico-político que compõem e media as políticas internacionais para operar tratados, acordos, organizações políticas que em suma integram as classes. Assim, o campo da arena mundial, é interpretada como um dos campos que afetam diretamente os interesses do *bloco no poder*, *frações de classe* e a *classe dirigente*.

2.4 O entrelaçamento internacional das relações de classe e de força: a compactação institucional, a conformação das relações sociais, o caráter indissolúvel das formas políticas e sociais em face do mercado mundial

A contribuição teórica sobre o papel do estado, em face das relações de classe e de força no *mercado mundial* e suas instituições, possuem arrebatamento na dinâmica das formas políticas e

sociais. O autor em destaque nesse tópico, prioriza a concepção teórica do papel do estado, do cientista político alemão Joachim Hirsch, abrange dentro vários temas de pesquisa, a seguinte investigação acerca de sindicato, globalização, capital, função pública e Estado.

No que cerne a concepção da Teoria Materialista do Estado³³ elucida-se para a problemática pertencente ao campo teórico, uma vez que ela é dinâmica. Este entendimento abrange análises diferenciadas, como abordado no corpo do capítulo.

Ela se sustenta pelo *materialismo histórico* nos postulados de Karl Marx, sobretudo à crítica da economia política e o grande leque por ele apresentado no campo da ciência social.

As contribuições apresentadas guiaram-se pela aproximação dos conceitos úteis na discussão do papel do Estado no contexto do campo estratégico representado pelas *políticas territoriais*. Portanto, nosso alcance extrairá a postura crítica do autor, bem como a incorporação conceitual de algumas definições que orbitam a esfera da ação estatal em sua execução.

Em *Forma Política, instituições políticas e Estado I e II* de Joachim Hirsch (2007) debruça-se sobre o déficit da Teoria do Estado no interior da Teoria da Regulação. A derivação do Estado necessita-se do estudo que compreenda a determinação formal da sociedade Burguesa e a negligência em relação ao Papel do Estado, no contexto da condição/possibilidade de uma ação estratégica.

Em *Qué significa estado? reflexiones acerca de la teoría del estado capitalista* (2005) o autor se preocupa expor a teoria abstrata do Estado capitalista, relacionando a formação sócio-política, as contradições de reprodução do capital. O artigo, apresenta argumentos que constituem a defesa de que o Estado não é mera superestrutura do capital. Assim, o Estado conforma as relações sociais, condicionando por meio da exploração, dominação, coerção e os aparatos políticos que nele se inscrevem.

A transformação é uma constante no cenário histórico concreto do que se denomina “capitalismo”. Contribuindo-se, assim, no entendimento aguçado do Estado, como a compactação

³³ Forma Política, Instituições Políticas e Estado Hirsch (1994) *Politik, Institutionen und Staat – Zur Kritik der Regulationstheorie*. Joachim Hirsch (Org.), Jossef Esser, Christoph Görg. Hamburg, VSA Verlag, 1994, pp. 157-211. Tradução de Luciano Cavini Martorano.

institucional de correlações sociais de força. Portanto, a compreensão das determinações da forma, das instituições políticas e todo sistema de regulação social.

Soma-se ao manuscrito as conceituações apresentadas pelo autor em Hirsch (2010) *Teoria Materialista do Estado*, a análise no entrelaçamento de suas concepções críticas que recaem sobre em uma análise conjunta de definições, as quais serão explicitados ao longo deste tópico.

O autor destaca o mérito da Teoria da Regulação em apontar o problema, não significando, no entanto, que os conceitos sejam adequados na análise das relações concretas. Sua crítica é o superdimensionamento do conceito amplificado de Economia, configurando uma certa autonomização dos processos econômicos, um caráter de mobilização conceitual funcionalista e estruturalista, muito presente nos manuscritos que se pretendem uma análise materialista.

Deste modo, o autor justifica em seu manuscrito uma tendência encontrada em diversos autores, pela opção metodológica que oculta, isto é, em suas palavras, uma implícita renúncia a Marx. Tal evento ocorre, pois, segundo sua alegação, não consideram uma análise sistemática da *Teoria do Valor*.

A importância desse manuscrito aprofunda a crítica marxiana da Economia Política, justificando a revisão e desenvolvimento, bem como sua atualização. Há uma gama de autores revistados e confrontados, que trabalham conceitos com matiz marxista, cuja contribuição é destacada, incorporando-as para, em seguida, ser melhor especificada.

A compreensão das definições selecionadas, permitem que sejam acompanhadas, em uma Teoria do Estado que informe sobre processos, lutas e conflitos históricos. São os conceitos: Instituições Políticas, Estado e Sociedade, particularidades da *forma de socialização*, *forma capitalista*, *forma social*, *forma política*, *os aparelhos de Estado*, *capacidade de regulação do Estado* e *individualização*, *o sistema de Estados*.

Sua proposta compreende a análise das formas no modo de *socialização capitalista* que repousam sob a totalidade social. Esta acepção permite complexificar o processo de separação da Economia e Política, como formas determinadas. No entanto, sua defesa, é que as formas se apresentam como autônomas. Trata-se, portanto, de considerar essa apresentação, enquanto determinação formal, como fetichizadas.

A pesquisa deve apontar as estruturas da organização estatal-nacional (lógica e histórica) no seio das relações concretas, responsáveis pela dinâmica capitalista, as *confrontações geopolíticas*, relações de forças, os conflitos sociais reais para análise da forma.

No livro *A Teoria Materialista do Estado* (2010), a primeira preocupação basilar é a teoria histórica-materialista³⁴, da decifração das formas sociais, da coesão e da relação recíproca entre seus membros. O autor se volta ao modo de *socialização* capitalista, designado por Marx, como “relações de produção”, é, essencialmente, nas relações que caracterizam o conjunto da sociedade. O conceito repousa sobre a totalidade social.

Ao citar John Holloway, “*The State in Everyday Struggle*” a própria separação entre “economia” e “política” é uma forma básica de determinação da relação de causalidade da *socialização* capitalista. As *formas sociais* são configurações coisificadas e fetichizadas, apenas reveladas através da crítica teórica. Ainda sobre as *formas sociais* é comparado ao citar Brentel (1989) e Marx,

é atribuído a suposição de que as formas sociais poderiam ser simplesmente pressupostas e tidas como historicamente eternas sem a sua problematização foi o núcleo da crítica de Marx à economia política clássica. [...] A essência é apresentar o desenvolvimento das formas sociais, citando ao caso que, em *O Capital*, parte de uma forma pronta, a mercadoria. Estabelecendo-se assim as contradições a partir da relação de causalidade na socialização. (HIRSCH, 2007, p. 6)

A pesquisa orienta-se para a compreensão histórica do Estado burguês, cujas relações de produção capitalista manifesta-se pela existência de uma organização política nacional-estatal.

A análise da estrutura básica do modo de socialização capitalista sem a consideração das diferenças históricas e nacionais movimenta-se, conseqüentemente, em um nível de abstração que não pode permitir senão uma definição geral das formas sociais e suas relações contraditórias fundamentais. É por isso que a pesquisa das relações concretas exige a concretização histórica, ou seja, a análise das confrontações, das relações de força e dos conflitos sociais reais, para a qual a armação categorial da análise da forma representa um pré-requisito essencial. (HIRSCH, 2007, p. 7)

A sociedade se reproduz materialmente na divisão de trabalho, da troca de mercadorias e do trabalho assalariado. Sua conexão básica e sua dinâmica advêm da valorização do capital. Ela se exterioriza muito mais em formas sociais fetichizadas e coisificadas, opostas aos indivíduos como objetos de *mediação*³⁵.

³⁴ (HIRSCH, 1994, p. 6)

³⁵ Uma das suposições básicas fundamentais da crítica da economia política é destruir a mistificação colocada pela *economia* pura sobre a relação de capital, e, revelar, por trás dela, as ocultas relações sociais de produção, coisificadas

A sociabilidade do trabalho mantém-se pela divisão do trabalho e *mercado mundial*, sem que seja acompanhada pela consciência dos indivíduos. Os conceitos são relevantes, por aprofundar o esquema conceitual de formação social e Estado, bem como, complementar as noções da cadeia imperialista e sistema de Estados.

Em Hirsch, o Estado e a composição de forças da sociedade, devem compreender que a forma assume, as condições sob o capitalismo, uma relação estrutural de classes sustentada pela exploração econômica pelo processo de valorização do capital.

De modo a salvaguardar o processo, sustenta-se pela produção e apropriação do produto, que nela se expressam as lutas de classes e relações sociais contraditórias, pela heterogeneidade de seus aparelhos. As instâncias que ocorrem os processos são relativamente autônomas e frequentemente há concorrência.

O Estado burguês, fruto dessa composição, será sempre no Estado capitalista, sua essência racista e patriarcal. Suas derivações são, em última instância, atreladas a capacidade de regulação das instituições e aos mecanismos políticos existentes quando necessário.

Os mecanismos políticos são um atributo que condiciona o poder de uso, o “monopólio da força” do Estado. Este, possui a condição e o dever de interferir contínua e contraditoriamente manter estável o processo de reprodução social. Esta atuação é preponderante, mas encontra-se limitada em alterar, integralmente, suas estruturas.

As estruturas do Estado é a materialização institucional dos processos que ocorrem em sua instância. Ela é composta nesse processo e entrelaçada internacionalmente das relações de classe e de força. O Estado e ‘*forma política*’ não são idênticos e deve ser entendido como expressão da forma valor e da *forma política*. (HIRSCH, 2007, p. 9)

Assim como a forma econômica, também a existência dessa forma política especial exige uma fundamentação teórica. Estados tal como são entendidos hoje, não existiram sempre, ao contrário, eles são a expressão de uma relação (causal) de socialização histórica e específica (HIRSCH, 2007, p. 10)

A *forma política* pertence à esfera produtora de relações sociais. No Estado, a forma é a *socialização* capitalista enquanto unidade entre *socialização* de classe e de mercado. A produção

e objetivas, mas objetivadas e mistificadas para os indivíduos como relações de troca dotadas de um poder exterior, deformando a consciência da interação comunicativa através da relação de força da socialização capitalista¹⁸.

de mais-valia está ligada à concorrência entre capitais e à existência dos assalariados como sujeitos livres.

Os aparelhos estatais não são formas políticas, pois esse é apenas a expressão institucional de estruturas sociais existentes atrás do Estado capitalista. A *forma política*, depende de cada estágio do processo de acumulação e das relações sociais de força ligadas ao *mercado mundial*. Ela é concretizada institucionalmente no aparelho de Estado.

A contradição existente na forma política – a forma “separação” ou a “autonomia relativa” do Estado, materializa-se nas estruturas institucionais do sistema político. Nas condições do liberalismo democrático, o “povo” aparece como somatório de portadores de mercadorias e de cidadãos abstratos e individualizados, separados de sua posição social concreta; isso funda o princípio do direito ao sufrágio universal e igual e o princípio da decisão da maioria. (HIRSCH, 2010, p. 41-42).

O autor cita a clássica formulação de Paschukanis³⁶, em que questiona as motivações do domínio de classe e a forma de um aparelho impessoal de poder público.

A *socialização* atua em sua concretização e materialização das relações sociais, para separar produtores diretos em relação aos meios de produção, vistos no trabalho assalariado, a forma dinheiro e a *mediação* pela troca de mercadorias.

Em debate sobre a derivação do Estado, a *forma política* não pode ser derivada da estrutura econômica. Estas definições são importantes, pois significam em potencial explicativo.

Em Holloway, o Estado é uma *forma histórica* específica de relações sociais³⁷, ela também não pode ser aparelho e nem definida pelas suas funções que ele executa, mas a forma histórica em que isto acontece.

Em Marx, o Estado não é algo a parte das classes sociais e a relação política manifesta-se em uma instância separada e se apresenta como algo exterior, portanto, fetichizado e portador de crise estrutural.

Se expressa igualmente fetichizado, a comunidade política da sociedade capitalista. A comunidade, tipificada é, ao mesmo tempo, forma real e ilusória. Essa expressão, se manifesta em uma instância separada e se apresenta como algo exterior “o geral social

³⁶ Por que o domínio de classe não permanece tal como ele é, ou seja, a sujeição real de uma parte da população por outra? Por que ele assume a forma de uma dominação estatal oficial ou – o que significa a mesma coisa – por que o aparelho da coerção estatal não é criado como um aparelho privado da classe dominante, mas, pelo contrário, se separa desta e assume a forma de um aparelho impessoal de poder público, saído da sociedade? Eugen Paschukanis, *Allgemeine rechtslehre und marxismus*, 3a. Edição, Frankfurt/Main, (1970, p. 119):

³⁷ Holloway (1974, 1978)

como particularização da sociedade”³⁸ [...] A relação de reprodução material, formalmente determinada pelo valor e regulado por suas leis é – como mostrou Marx –, enquanto processo de produção e de realização da mais-valia, portador de crise estrutural. (HIRSCH, 2007)

A reprodução da sociedade capitalista-burguesa se dá por meio do Estado, não como instrumento, mas em duas formas que correspondem ao processo de *socialização* da sociedade, a econômica e política. Ambas respondem a uma unidade contraditória, um conceito consistente, opondo-se ao ‘politicismo’ e ‘economicismo’.

A capacidade interventora de *regulação do Estado* produz o processo de *individualização*. Para o autor, as crises capitalistas necessitam de aportes que não a paralisa e age em socorro da sociedade capitalista de classe. Assim, assinala que o Estado capitalista é essencialmente interventor.

Uma das esferas de atuação ocorre via recursos financeiros obtidos pelos impostos são utilizados para maximizar o processo capitalista de produção e a valorização do capital. As sucessivas crises econômicas são acompanhadas de crise financeira do Estado, cuja ação são minimizadas. Há, portanto, a consideração pela disputa orçamentária diante das crises.

Em ênfase à questão, assinala-se que a crise financeira gera inexoravelmente a crise política da disputa pelo orçamento público.

Caso ele entre em crise, surge a crise financeira do Estado, e as suas possibilidades de ação se reduzem. Não apenas a existência material da burocracia e do pessoal do Estado, como também as medidas de atendimento social e de infraestrutura, por isso dependem que o processo de valorização do capital não seja seriamente afetado. (HIRSCH, 2010, p. 41)

Os eventos são necessários para o processo de acumulação, deste modo, imputa a destruição dos meios de produção. Daí a contradição imposta pela dinâmica atuante na constante modificação das formas, pressupõem, a garantia contradições internas e externas geram uma atividade própria fora do processo de valorização. Tampouco, não pode haver nenhuma reprodução ‘pura’, da sociedade, *regulada pela lei do valor ou pela política*³⁹.

Já a ‘derivação’ da forma do político designa uma condição de reprodução estrutural da sociedade capitalista, é o produto de confrontações sociais.

³⁸ (“*das gesellschaftliche Allgemeine als von der Gesellschaft Abgesondertes*”) Karl Marx, *Marx Engels Werke*, vol. 1. Berlin, 1970, pp. 203-s.) apud Hirsch (2007, p. 12)

³⁹ HIRSCH, (1994, p.13)

A manutenção da reprodução estrutural, implica na conservação da *forma política*. Os mecanismos são intervenções estatais que se encontram inter-relacionadas na complexa intermediação de Estado e sociedade.

Assim, a garantia de reprodução econômica e política necessita de aportes do Estado como instância especial, cujo domínio também implica na possibilidade de tomar para si a pré-privatização da força, quando está ameaçada.

Portanto, Estado e sociedade, não estão separados e requer a consideração de que os conflitos permanentes configuram uma *totalidade contraditória*. Esse acréscimo apresenta em tom crítico⁴⁰ a Poulantzas, a fim de aprofundar a noção de *autonomia relativa do Estado*, apontando que:

[...] é a relação que foi expressa na literatura pertinente de forma algo imprecisa pelo conceito de “autonomia relativa do Estado” de Poulantzas. A contradição básica da forma política reside no fato de que nela se expressa a relação causal de socialização capitalista como *unidade* entre socialização pelo ‘mercado’ e socialização pelas ‘classes’. O processo de valorização do capital é, simultaneamente, processo de produção e de circulação, ou seja, a exploração da força de trabalho para a produção de mais-valia se liga com a concorrência de capitais entre si, e com a existência de trabalhador(a)s assalariado(a)s como sujeitos mercantis livres e cidadã(o)s. (HIRSCH, 2007)

Como assinalado, a existência desta condição, remete desde sua origem ao alcance da aparência ideológica, como subjetividade dos direitos. O Estado, então, dota-se de capacidade dos sujeitos jurídicos. Esta constatação deve ser destacada e levada adiante, pois se nota a possibilidade de *frações de classe*, civis, de agirem sob nova forma, mais uma “contradição da constituição burguesa”.

A não compreensão destas expressões de aparência burguesa, permanece incompleta se não considerada o seu desenvolvimento no espaço de um *mercado mundial capitalista*.

O Estado, assim, garante por meio da coerção as relações políticas e concorrencial, no uso do conceito espaço geográfico e a tendência competitiva. É o ambiente no qual se assegura a capacidade competitiva, o espaço no qual decorre a racionalização sobre ele.

Isso fica claro quando o Estado, ao tentar assegurar a capacidade competitiva do seu espaço geográfico, oferece medidas de apoio tecnológico às empresas e, ao mesmo tempo, obriga os assalariados a aceitarem as consequências decorrentes da racionalização. Assim as coerções da concorrência do mercado mundial retroagem sobre processos políticos

⁴⁰ HIRSCH (2010) incorpora à sua maneira a análise de Nicos Poulantzas de Estado, poder e socialismo, além da Teoria da Regulação, Sistema Mundial e Imperialismo.

internos passando pelo Estado. A pluralidade do Estado é parte constitutiva das relações de concorrência capitalistas. (HIRSCH, 2010, p. 73)

Portanto, o Estado e a manutenção do regime capitalista é, primeiramente, a manutenção do regime de acumulação, da ordem pelo uso da coerção, pela dissociação das relações sociais, pela configuração institucional que transparece naturalidade nas ações empreendidas. Há sofisticados segmentos que explicam a racionalidade do Estado e suas contradições.

Entendê-las é notar que grupos e classes econômicas agem propositalmente dessa figura institucional e suas formas políticas, para que se entrelacem uma conjuntura de saldo positivo no plano externo, o *entrelaçamento internacional de relações de classe e de força*⁴¹.

O efeito ideológico é entranhado perante a sociedade e quem as classes sociais, são corporificadas a sentimentos de não pertencente a esta ou aquela, uma unidade política no Estado-nação.

Tal efeito do sentido público do Estado e suas esferas de ação, encobre a rivalidade existente, isto é, da condição da disposição da cidadania no “Estado de bem-estar social”⁴².

A interpretação dessa alienação em dois planos. O efeito ideológico no plano interno, o sentido alienante de unidade nacional. Já no plano externo, afeito as relações internacionais, é o sentido racionalizante, propósitos de direitos universais e moral superior.

O sistema de Estados concorrenciais organiza os antagonismos e os conflitos sociais, fortalecendo a “autonomização” de cada aparelho de Estado frente às classes sociais e possibilitando a sua aparência como corporificação dos interesses sociais comuns de modo mais acentuado. A concorrência das economias capitalistas organizadas nacionalmente gera coerções “sistêmicas”, por exemplo, sob a forma de determinados interesses no comercio exterior ou de exigências de racionalização, que podem ser validados em relação às classes por meio do Estado. (HIRSCH, 2010, p. 73)

A denominação do *sistema político nacional estatal* em Hirsch (2007): compreende a base histórica decisiva para a implantação do capitalismo em escala mundial. Os Estados nacionais regulam as contradições sociais, ao mesmo tempo, são pré-requisito para a instauração do *mercado mundial* e para a internacionalização do capital (podendo ser colocado em questão e a possibilidade de desaparecimento de determinados Estados).

⁴¹ (HIRSCH, 2010, p.73)

⁴² Somente o “Estado de Bem Estar Social” dos centros capitalistas permitia a ampliação da cidadania para além das classes dominantes, mas essa generalização da igualdade em nível nacional permanecia ligada à desigualdade internacional. (HIRSCH, 2010, p. 77)

Em seu escopo, existe a autonomização do Estado frente às classes e a corporificação da comunidade capitalista. O Estado nacional, assim, é a base decisiva da *forma política* capitalista.

Já um ‘Estado mundial’ capitalista é tão impossível como a fusão entre ‘Estado’ e ‘classes’ na esfera nacional, portanto, na relação internacional:

o Estado representa sempre *parte* da burguesia global e da classe trabalhadora, e isto gera unidades e divergências específicas em cada interesse de classe. E significa ainda que no aparelho de Estado se reproduzem não apenas as relações de classe e os conflitos internos, como também os internacionais (por exemplo, entre capital ‘nacional’ e ‘internacional’): o Estado é expressão de uma rede internacional de relações de classe e de relações de força. (HIRSCH, 2007, p. 15)

A formação nacional-estatal está envolto de interesses de classe do capital e da classe trabalhadora. Esse entendimento, relaciona-se a formação das estruturas democráticas, da constituição da *forma política* determinada por relações econômicas internacionais de entrelaçamento e dependência.

Portanto, analisar a *mediação* entre ‘Estado’ e ‘sociedade’, exige o acompanhamento das complexas ‘relações externas’ com forte entrelaçamento de instituições nacional-estatais e internacionais. O mecanismo das relações mercantis imputa a necessidade de Estado nacional, como base decisiva da forma capitalista.

Isso por conta da posição diferenciada dos Estados em países centrais e periféricos, com a qual estão relacionadas as diferentes condições para a formação de estruturas democráticas. A contradição entre a existência do capital como mercado mundial e sua forma política nacional-estatal é fundamental: a própria constituição da forma política é determinada por relações econômicas internacionais de entrelaçamento e de dependência, e condiciona simultaneamente uma crescente internacionalização da produção, um fortalecimento e expansão de instituições políticas internacionais e supranacionais que, se não podem substituir os Estados nacionais, podem modificar de forma considerável o seu significado para a organização e reprodução das relações entre as classes. Às formas de mediação entre ‘Estado’ e ‘sociedade’ se somam complexas ‘relações externas’, bem como um forte entrelaçamento de instituições nacional-estatais e internacionais. Colocado tendencialmente em questão pela internacionalização da produção e a intensificação das relações mercantis mundiais, o Estado nacional permanece, no entanto, como a base decisiva da forma política capitalista, o que não exclui a possibilidade do desaparecimento de determinados estados, ou a sua união com unidades políticas maiores. O modo concreto de manifestação do atual sistema de Estados pode ser modificado, entretanto, um ‘Estado mundial’ capitalista é tão impossível como a fusão entre ‘Estado’ e ‘classes’ na esfera nacional. (HIRSCH, 2007, p. 16)

O Estado apresenta-se como expressão objetivada, assim o caráter de classe no terreno de atuação no Estado, não deve ser compreendido como ação dos atores e de uma institucionalização autônoma.

O Estado tem sua própria densidade e consistência e não se reduz a mera relação de forças. Uma modificação das relações de forças entre as classes tem sempre, seguramente, efeitos

no interior do Estado, mas eles não ocorrem nem direta nem imediatamente. Eles se adaptam à materialidade dos diferentes aparelhos e se cristalizam no Estado somente de maneira fragmentada e diferenciada, sob a forma correspondente aos aparelhos⁴³. (HIRSCH, 2007).

Entende-se, ao incorporar propostas de Poulantzas e Gramsci, como terreno sobre qual as relações se materializam. Esta comporta-se como base decisiva e, concomitantemente, um estado de classe com suas contradições. Os aspectos levantados devem ser apresentados, como *bloco no poder* e unidade entre “coerção e consenso”.

Por último, seu caráter de classe se manifesta também em sua forma burocrática: o Estado burguês é essencialmente burocracia, e com isso não apenas a expressão e fiador da economia monetária racional capitalista, como também da separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, enraizada nas relações de produção capitalistas. (HIRSCH, 2007, p. 25)

Há então uma seletividade estrutural das instituições públicas, mas como lugar de *mediação* da sociedade capitalista, por isso, a incorporação da dinâmica das formas sociais e processos de institucionalização sociais.

Portanto, em sua tese, compreende-se de que há a especificidade contraditória da sociedade capitalista de cada Estado-nação, a organização representada no sentido unificador político e a divisão entre indivíduos em suas mais variadas formas, em classes e grupos.

Por outra via, a ação estatal talha para separá-los enquanto indivíduos no mercado. A definição desse processo é denominada de efeito de isolamento, como ato que desprende a tendência de todas as relações sociais imediatas.

O Estado funda-se nessa individualização das pessoas, que surgem como aglomerado de competitivos proprietários de mercadorias e de bens. Ele confirma e reforça isso por meio de suas instituições e de seus mecanismos próprios. Enquanto objetos de ação de burocracias, enquanto sujeito de direitos ou eleitores, os indivíduos são definidos e considerados cidadãos isolados, independentemente de ligações econômicas, sociais e culturais. (HIRSCH, 2010, p. 80)

Portanto, podem-se apreender os seguintes destaques: 1) o processo de geral da sociedade definida pela regulação econômica e política; 2) o processo de acumulação do capital está incrustado nas formas reguladoras e suas concretizações institucionais; 3) constante dinâmica que modifica constantemente os modos produção; 4) o papel do Estado em interceptar os processos sociais, processos de crise, conflitos e agentes; 5) a formação histórica concreta dos princípios de *socialização* fundamental.

⁴³ Poulantzas, *Staatstheorie*, p. 121. Comparar também Bob Jessop, *Nicos Poulantzas - marxist theory and political strategy*. London, Houndmills, 1985, pp. 75-s. apud Hirsch. 1994.

Diante da apreensão, evidencia-se às definições sobre a *forma política* e *forma social*, *Instituições Políticas*, no processo de constituição do Estado e sua capacidade de separação do econômico e político (enquanto expressão de individualização).

Em suma, o Estado só pode se manter em sua particular determinação formal, enquanto estiver garantido o processo de reprodução econômica como processo de valorização do capital⁴⁴.

A definição de *forma social*⁴⁵ compreende a exteriorização decorrente das mudanças ocorridas pelo caráter social dos seres humanos. Na teoria materialista da sociedade se denominam formas sociais aos objetos externos. A *forma social*⁴⁶ consegue manter na medida em que segue sendo garantida a reprodução econômica como processo de revalorização do capital. É o interesse do Estado em si.

A definição de *forma política*⁴⁷ compreende, sinteticamente, que a política seja determinada a lógica do Estado e os mecanismos presentes na *forma política* do capitalismo, no interior de cada organização e instituição do sistema político. A *forma política* conforma uma unidade contraditória e entrelaçada.

Ao se concretizarem *institucionalmente*⁴⁸, depende de outras realizações de formas, como dinheiro e capital. Ambas dependem do aparato coercitivo estatal, controlado e regulado. Simultaneamente, não é gerado pelo Estado, mas pelas estruturas dele originados e, principalmente, decorrente da dinâmica do processo de valorização do capital.

na forma política não se manifesta apenas a violência coisificada de classe, mas também a independência e a igualdade dos indivíduos livres e iguais na esfera da circulação. A liberdade e a igualdade individuais enraizadas no próprio modo de socialização material fundam o caráter potencialmente democrático do Estado capitalista e a ligação histórica entre capitalismo e democracia burguesa. (Op. cit, p. 14, 2007)

Resumindo, para Hirsch (2005) a *forma política* sob o capitalismo não deve ser confundida com o aparato concreto do Estado, uma vez que esta é apenas uma externalização institucional das estruturas sociais subjacentes. As manifestações atravessam a todos os âmbitos da sociedade, marcando a burocracia estatal, partidos, grupos de interesses e meios de comunicação.

⁴⁴ Hirsch (p. 13, 2007)

⁴⁵ Hirsch (p. 3, 2005)

⁴⁶ (OFFE, 1975, apud Hirsch, 2005)

⁴⁷ (Hirsch p. 10, 2005, tradução nossa)

⁴⁸ Op. cit (p. 11)

O autor aponta as concepções da separação relativa entre política, economia e sociedade⁴⁹. Existe uma pluralidade de instituições, organizações e agrupações, relativamente independentes, inter-relacionadas na ação por coerção estruturais, sem uma estratégia propriamente acordada. Uma dinâmica especial ductilidade das crises e catástrofes.

A implantação da relação social necessita de um aporte jurídico-político e instituições que a legitimam. O Estado, desde seu surgimento, é a instância que surge diante dessa necessidade e a constituição do aparato estatal. Desde então, ainda ocorre mutações econômicas, das formas social e política, sob o regime capitalista.

A visibilidade que ocorre nas constantes transformações na forma, escamoteiam o caráter originário de sua essência. Por isso, elencam-se algumas noções, definições e distinções de Estado.

Como visto, a noção de Estado, necessita da distinção⁵⁰ entre “Estado” e “sociedade”, uma unidade contraditória, da contradição básica da *forma política* em relação à *autonomia relativa*⁵¹.

O Estado pode ser definido como *compactação material de uma relação de forças sociais*⁵². A correlação de forças⁵³ e seus efeitos no interior do Estado se cristalizam em forma refratada e diferenciada, adequando-se aos aparatos.

Nesse sentido, a entender a *circulação do capital* e o arrebatamento no interior do Estado, Hirsch propicia o entendimento das formas que se apresentam nas instituições que reluz a conflitos históricos e o desenvolvimento, apesar da forma específica do Estado capitalista possa ser “derivada” das *relações de produção capitalistas*⁵⁴. Ademais, há uma crítica no sentido de

⁴⁹ Hirsch (2005, tradução nossa)

⁵⁰ Hirsch (2005).

⁵¹ Ao mesmo tempo, a permanência do processo de reprodução econômica pressupõe a existência do Estado enquanto instância ‘especial’. O Estado é, necessariamente, sempre um ‘Estado intervencionista’ no sentido mais amplo, mas sem se deixar confundir com a sociedade. ‘Estado’ e ‘sociedade’ não estão simplesmente separadas, mas ao mesmo tempo unidos, e esta separação/união se realiza apoiada em conflitos sociais permanentes. Nesse sentido, eles formam uma totalidade contraditória. Esta é a relação que foi expressa na literatura pertinente de forma algo imprecisa pelo conceito de “autonomia relativa do Estado” de Poulantzas. A contradição básica da forma política reside no fato de que nela se expressa a relação causal de socialização capitalista como *unidade* entre socialização pelo ‘mercado’ e socialização pelas classes. (Hirsch p. 13-14, 2007)

⁵² Poulantzas (1978) apud Hirsch (2005).

⁵³ Jessop (1985, p. 75).

⁵⁴ Ao afirmar, que a sociedade precede o completo desenvolvimento das relações de produção capitalistas e o condiciona. (HIRSCH, 2007, p. 15)

apropriar-se do método com a finalidade de informar sobre os processos, lutas e conflitos históricos. Assim, é necessário destacar a análise correta da *forma política*⁵⁵.

A formação imputa os elementos a nação, Estado, interesses de classes, a ordem social da reprodução do mercado e a reprodução social.

Destacam-se as principais constatações que remetem os conflitos históricos e o desenvolvimento: a) a análise da *forma política* permanece incompleta até que seja considerado o seu desenvolvimento no espaço de um *mercado mundial*; b) a *forma política* é apoiada na corporificação das classes, cuja burguesia global empreende também cooptação destas parcelas; c) o Estado é expressão de uma rede internacional de relações de classe e de relações de força.

2.5 A lógica imperial do poder do Estado no enfoque estratégico-relacional: a incompatibilidade entre o modelo neoliberal e a democracia

O autor britânico Bob Jessop contribui pela atualidade da discussão em situar sua opção metodológica, que difere de outros autores deste capítulo. Seus escritos têm priorizado discussões disruptivas do Workfarestate⁵⁶ ao neoliberalismo como um novo contrato social, fato contemporâneo que interessa à pesquisa, em sua defesa da incompatibilidade entre o modelo neoliberal transnacional e a democracia.

Sua motivação tem origem das influências teóricas marxistas, acompanhada do advento do “Thatcherismo”⁵⁷ nos anos 80 e a marginalidade do marxismo na Inglaterra. Tais temas, também, trazem elementos para refletir o panorama político brasileiro, em termos de participação política da classe trabalhadora no seio do Estado e as discussões acerca de democracia, suas contradições e avanços setoriais, nos exigem entender a importância relativa delas, mas, sobretudo, apresentar os limites, uma vez que o modo de reprodução social impera como principal motor que opera a política em seu proveito.

⁵⁵ A análise permanece incompleta até que seja considerado o seu desenvolvimento no espaço de um mercado mundial capitalista. (HIRSCH, 2007)

⁵⁶ O welfarestate para o workfarestate “Estado de Bem-Estar-Social” caracterizado pela promoção de políticas públicas e serviços públicos voltadas para a sociedade em geral e a concessão do Estado capitalista de direitos sociais para a população e a classe trabalhadora, origina-se a partir das últimas décadas do século XIX.

⁵⁷ Significa a ideologia contida nas políticas defendidas pelo Partido Conservador britânico, promovida pela então primeira-ministra britânica Margareth Thatcher.

Sobre *O Estado Capitalista em “El Estado. Pasado, presente y futuro”* (2017), seu livro mais recente, constitui uma peça fundamental neste trabalho. Nessa obra, o autor conceitua o poder e o papel das instituições no mercado global, com interfaces da geoeconomia e geopolítica. Há uma preocupação em descrever processos ocorridos entre as principais potências globais, sua lógica imperial e os países que sofreram golpes de Estado, como Bolívia, Venezuela, sobretudo sua posição em relação ao Brasil e vistos nas ingerências em México, Argentina e outros.

Em Jessop (2017) as estruturas são apenas estrategicamente seletivas, em vez de absolutamente restritiva, ou seja, há margem para que as ações ultrapassem, evitem ou minem as restrições estruturais. São os processos de luta, reproduções das formas que escreve Estado.

O centro de sua proposta teórica, são os conceitos: *Estado, enfoque estratégico-relacional (EER), seletividade estratégica* e discurso, uma parte constituinte do núcleo de seu pensamento encontra-se em profundidade com os trabalhos de Gramsci e Poulantzas, sobretudo no capítulo 5 do livro *El Estado y el espacio-tiempo*, apresentando o conceito de EER.

Jessop (2017) investiga o poder estatal, a arquitetura institucional e suas formas específicas de organização e suas capacidades estratégicas no sistema político do Estado e ao espaço (incorporando aspectos estruturais e aspectos estratégicos).

Para Jessop (2017) a consideração de *poder político* e administrativos podem ter maior ou menor alcance, provendo certa autonomia.

Quiero mencionar ocho fuentes de continua inspiración: Nicos Poulantzas, a quien solo vi una vez, pero a cuyo trabajo vuelvo con regularidad, en busca de ideas y nuevos estímulos; Alex Demirović, incansable y entusiasta fuente de inteligencia crítica y conocimiento teórico; Joachim Hirsch, que escribió algunos de los mejores análisis históricos materialistas del Estado y los ha aplicado críticamente a Alemania; Jupp Esser, que enfatizó la importancia de una rigurosa comprobación empírica de las afirmaciones de la teoría del Estado; (JESSOP, 2017, p. 28-29)

No bojo das disputas políticas, há concorrência no aparato político, bem como o suporte dos arranjos institucionais, em suas instituições trans e supranacionais.

Estas diferencias aportan el contexto para la cooperación y la competición entre autoridades locales y regionales, así como para sus relaciones con el Estado territorial nacional y, directa o indirectamente, con las autoridades e instituciones trans- y supranacionales. Esto pone de manifiesto el conjunto de tecnologías y prácticas que genera, naturaliza y gestiona el espacio territorial como contenedor acotado dentro del cual se ejerce el poder político para conseguir diversos y cambiantes objetivos políticos más o menos consistentes. [...] Examinar las estrategias y la logística del poder estatal de esta manera requiere prestar atención a una serie de problemas de gobierno y de gobernanza, así como a sus soluciones. (JESSOP, 2017, p. 164)

A seletividade estratégica não tem a ver com o engessamento racional do Estado, tampouco como sujeito neutro, provido de *poder político*. O Estado, no juízo de Jessop (2017), está cruzado por assimetrias de poder, essa contribuição permite interpretar, ao modo da pesquisa, o entendimento que certos grupos acessem com maior facilidade outros no comando do Estado.

Essa incorporação metodológica permite o entendimento do processo que explicita o movimento em curso e o caráter de “comando” no interior e em favor de um bloco (suscetível a dinâmica das disputas de classe que a compõem). Portanto, certas políticas são mais fáceis de implementação do que outras.

Para a compreensão do concreto, o autor britânico, ao inspirar no autor grego Poulantzas, é necessário um conjunto de conceitos (*bloco no poder*, hegemonia e estratégia), que seriam reunidos no conjunto chamado “conceitos de estratégia”, apontado, a sua limitação e divergências.

Quando se pensa o conceito de estratégia, Jessop (2017) se atenta para uma diferença epistemológica. Enquanto este está principalmente preocupado com a relação concreto / abstrato, Jessop inclui a preocupação do simples / complexo.

Levantar los tejados y ver la sala de máquinas es una operación titánica. Porque las estructuras cambian a los agentes y los agentes cambian las estructuras. Porque las estructuras llevan el sello de una “selectividad estratégica” y porque el modo de actuar de los agentes, que son reflexivos —como somos los seres humanos— está igualmente tatuado con las marcas de las estructuras y, al mismo tiempo, por su potencial de tatuar a las estructuras y orientarlas en diferentes direcciones. Porque el Estado está empotrado en la sociedad y sus herramientas están entremezcladas con otras ancladas en ella. Porque el capitalismo vive, como explicó Polanyi en *La gran transformación*, de convertir en mercancías recursos que no genera y no termina de controlar (la gente, la tierra, el conocimiento, el dinero) y porque el ser humano, reflexivo, no acaba de estar de acuerdo con que lo exploten, cuestión esencial en las sociedades capitalistas. (JESSOP, 2017, p. 16)

A preocupação concreta, no entendimento das lutas na reprodução do capital, exige um posicionamento que incorpore as formas de reprodução, luta de classes e a variável que permite considerar as instituições e as lutas que ocorrem entre elas. Neste caso, incorporar a forma na investigação, o *enfoque relacional estratégico*.

A periodização das geografias históricas, segundo esta abordagem, considera demasiadamente o desenvolvimento capitalista. Nesta perspectiva, há importância relativa dos conceitos da geografia, como território, lugar, escala e redes. Justifica-se que há um papel relativo das relações sob o capitalismo e as formações sociais.

Acentua-se, sob esta perspectiva, que as crises de acumulação capitalista e a regulação do Estado, podem ser exploradas em manifestações institucionais historicamente específicas. Um dos problemas que urgem, permitem considerar o desenvolvimento espacial desigual, a reestruturação espacial do Estado e os ajustes espaço-temporais. De igual modo, isso implica em conceber configurações próprias do aparato político e instituições próprias.

Ressalta-se aqui, as limitações desta análise em nosso caso, quando não acompanhada da relação do *poder político* alheio as relações sociais capitalistas, dada estruturalmente diante do conjunto da forma estatal.

Assim, o proveito desta conceituação exposta por Jessop, Poulantzas e Gramsci, se dá pelo trato da conjuntura e do momento em que há uma forma posta, a tessitura relacional, uma vez que necessariamente as ações perpassam pela instância do Estado e as instituições. Por isso, a noção de “seletividade estrutural” é mobilizada no intuito de prover vantagens analíticas e, prioritariamente, a análise dos conflitos de classe no seio da sociedade.

Deste modo, faz-se necessário problematizar a projeção e vínculo institucional acerca desta decisão político-estratégica dos EUA para o continente sul-americano, em especial ao Brasil.

Neste tópico, intenta-se abordar o que é o conceito do enfoque estratégico relacional e sua importância do acréscimo da análise relacional no escopo principal, a teoria materialista do Estado, com vista à explicação das intersecções e identificar interferências nas iniciativas das políticas estatais.

Por fim, como a abordagem relacional de Jessop⁵⁸, contribuem no entendimento dos impactos das políticas internas e sua propositura de desenvolvimento econômico e reordenamento territorial, atendendo ao *mercado mundial* e a preferência do planejamento estratégico dos EUA.

Obrar con lo que existe no reclama saber cómo funciona, mientras que usar algo de manera diferente implica un conocimiento para evitar el fracaso de antemano. Es más fácil que el Estado sea contrarrevolucionario a que sea revolucionario. En el primero de los casos, el Estado es usado para mantener lo que existe, defender el statu quo, mientras en el segundo de los casos se estaría usando para cambiar el orden de las cosas. La inercia institucional tiene un enorme peso. Igual ocurre con el Parlamento: es más sencillo que se dé un golpe de Estado parlamentario —como decíamos, es lo que ocurrió en Brasil con Dilma Rousseff y es lo que se intentó en Venezuela después de las elecciones parlamentarias de 2016— a

⁵⁸ Por limitação de tempo e recursos, a contribuição de Jessop perfilará em conjunto com os demais autores, mas sem *status* principal.

que desde el Parlamento pueda cambiarse sustancialmente la democracia [...] (JESSOP, 2017, p. 26)

O capitalismo enquanto sistema econômico reprodutor da relação Estado e sociedade, compreende abstração do real derivado das relações sociais e constante ação totalizante sobre os indivíduos, grupos e classes sociais. Na sociedade, encontra-se também uma complexidade relações ao qual há uma qualidade relativa, na discriminação do objeto. Reforça-se que esta relação será concomitante na análise dos processos históricos, conflitos, processos sob o fenômeno capitalista.

Assim, as contribuições de Jessop (tendo como um de seus apoios, Gramsci), problematizam os mecanismos de acumulação e formulação de projetos hegemônicos pelos Estados capitalistas e lançam a necessidade de uma perspectiva que considera a grandeza internacional e reconhecimentos desta forma específica nacional.

Na busca de entender os processos nas forças de produção e sua projeção no cenário internacional, analisa-se, por fim, que a conjuntura requer o entendimento dos projetos de acumulação, exportação no cenário de formulação do capital global.

Essa disputa, pressupõem que grupos sociais e classes, lutam constantemente a fim de legitimar, em suas variadas formas, a hegemonia. Ela ocorre no seio dos grupos econômicos ascendentes que visam integrar, mas também conflitar, se necessário, caso não haja confluência de diferentes projetos de acumulação (Estados, corporações e frações de classes em disputa pelo exercício dirigente).

Jessop (2017) oferece uma possibilidade por considerar aspectos formais do Estado, estas apontam, por contradição, as crises. Assim, a representação política no Estado compõem a arquitetura institucional e intervenção estatal na sociedade. Assim, 1) modos de representação -, a crise de representação; 2) modos de articulação do Estado -, a uma crise de integração institucional; 3) modos de intervenção estatal -, a crise de racionalidade; 4) as bases sociais do Estado -, as crises no bloco de poder, partidos, guerras e revoluções. 5) no projeto de Estado -, a crise de legitimidade; 6) a visão hegemônica do Estado -, a crise de hegemonia.

Os resultados obtidos na revisão bibliográfica, ofereceu a atividade de pesquisa, conceitos e ideias para o estudo de outros tipos de Estado e do poder do Estado a partir de uma *perspectiva*

*estratégico-relacional*⁵⁹. Há uma preocupação do autor, no entanto, na possibilidade de reificar e naturalizar as abordagens que tem como objeto a forma institucionalista, ao significar importância delas⁶⁰.

De acordo com Jessop (2017) uma estratégia de acumulação define um modelo de crescimento econômico específico completo com suas diversas precondições extra-econômicas e delinea a estratégia geral apropriada para a sua realização. Assim sendo, há modelos de acumulação estratégica que, conforme sua especificidade de formação social, compõem relações que unificam “momentos no circuito do capital”.

O Estado, na extensão dessa acumulação estratégica, compõem modelos de acumulação da fração de classe no poder. Apoiado ao acréscimo de Gramsci (1977), a *circulação do capital*, observa o choque de correntes, imbuídos de múltiplos interesses, cada qual com condições históricas distintas, essa configuração formula a uma aplicação de acumulação que seja favorável ao consenso.

Estas intervenções visam a crescente expansão da infraestrutura, bem como a dominação estrutural dos aparatos nacionais no jogo de forças políticas.

Ejemplos más recientes de esta tensión son el enfrentamiento entre “Main Street” y “Wall Street”, en el cual la inversión sistemática en infraestructura favorable al capital generador de beneficio es marginada gracias a la dominación estructural dentro de los aparatos estatales nacionales, transnacionales e internacionales del capital productor de interés (Ingham, 1984; Gowan, 2000; Harvey, 2005; Peet, 2011; Lapavistas, 2013). Esto indica que un cambio a largo plazo en la hegemonía no solo requiere un nuevo “proyecto hegemónico”, sino también la reorganización del sistema estatal para respaldar un cambio más duradero en el equilibrio de fuerzas. (JESSOP, 2017, p. 99)

Para Jessop (2017) o desenvolvimento dos primeiros coincidiu com o auge do capitalismo organizado, o Estado intervencionista, que concentra o poder executivo e do poder legislativo e a ascensão de significativos grupos de produtores organizados e a representação corporativista.

Fuese cual fuese su forma específica, los partidos de integración de masas desempeñaron una función clave en la transición del Estado liberal al intervencionista en los regímenes políticos democráticos burgueses. Una tercera forma comenzó a surgir en los Estados Unidos [...] Esto parece indicar que la acumulación de capital debería cumplir dos funciones en un análisis del Estado de las sociedades capitalistas: como punto de referencia y como principio explicativo. (JESSOP, 2017, p. 108)

⁵⁹ (JESSOP, 2017, p 32)

⁶⁰ A criação conceitual específica, estabelece uma lógica relacional com a sociedade e a problemática da relação do abstrato / concreto.

As estratégias são elementos necessários a serem exercidos nos contextos da implantação das infraestruturas, pelas imposições hegemônicas, consistem na garantia na reprodução do Estado.

Un concepto final es el de las estrategias espaciales del Estado. Estas hacen referencia a las prácticas históricamente específicas por medio de las cuales las instituciones estatales y los gestores del Estado (y las fuerzas sociales que representan) intentan reordenar territorios, lugares, escalas y redes para garantizar la reproducción del Estado en su sentido estricto, para reconfigurar las dimensiones socioespaciales del Estado en su sentido integral y para promover estrategias de acumulación, proyectos estatales y visiones hegemónicas específicos. Estas estrategias tienen importantes dimensiones infraestructurales, así como despóticas (Mann, 1984), están relacionadas con imaginarios espaciotemporales específicos y dependen de tecnologías y prácticas gubernamentales específicas. (JESSOP, 2017, p. 171)

A investigação nota a aproximação metodológica no que tange a homegeneização do espaço pelo capital, as disputas pelo controle político e o impacto performativo através da construção discursivo-material da espacialidade.

el Estado moderno puede tratar de homogeneizar el espacio en parte con el fin de hacerlo legible a efectos de control político (cf. Scott, 1998), este proceso es alterado por medio de la resistencia y por medio de tentativas enfrentadas de apropiarse de lo terrestre, de cuestionar fronteras, de crear lugar, de reclamar el derecho a la ciudad y de escapar a los controles (cf. Poulantzas, 1978; Roberts, 2006; Harvey, 2008; Lefebvre, 1968; Scott, 2009). Si bien muchos imaginarios espaciales implican poco más que constructos alternativos de ese mundo, algunos tienen un impacto performativo a través de la construcción discursivo-material de la espacialidad. Pero incluso los imaginarios espaciales que no son “arbitrarios, racionalistas y deliberados” y han sido consolidados en órdenes espaciales específicos son propensos a la inestabilidad, porque ningún imaginario puede adecuarse totalmente a las complejidades del mundo real. Esto se refleja además en los cambios en los presupuestos geográficos populares sobre la política, la comunidad política y las luchas políticas. (JESSOP, 2017, p. 171)

Jessop (2017, p. 172) salienta as estratégias espaciais e de acumulação do Estado, do papel dos gestores do Estado e suas respectivas forças sociais representadas, em reordenar territórios, lugares, escalas e redes, configurando o ideal da reprodução social em promover por meio de projetos estatais e o consenso da visão hegemônica.

Por seu turno, as gestões estatais sofrem pressões da globalização, tendo como principal fator a condensação material⁶¹, no contexto das fricções, das fronteiras nacionais e a integração ao *mercado mundial*, maiores são os efeitos nos Estados nacionais. A lógica do capital afeta, assim, a soberania territorial e espacial.

Nos contextos de relativa disputa de poder entre os centros hegemônicos, o autor, atribui certa decomposição gradual, o reposicionamento de forças do Estado e do sistema interestatal atual.

⁶¹ (Sobre la aceleración, véase Rosa, 2013; sobre la condensación espaciotemporal, véase Harvey, 1996, y sobre la política rápida, véase Peck y Theodore, 2015). (JESSOP, p. 223, 2017)

Tem-se, pela análise da expansão e confrontação na esfera política e econômica, de incorporar o crescente posicionamento afirmativo da China, em sua guerra geoeconômica, geopolítica, com vistas a consolidar a região euroasiática⁶² e de reposicionamento de outras potências globais.

Em Jessop (2017) as sociedades de classes e os conflitos de classe, ocorrem em virtude das correlações de força e a condição representativa do Estado. No que diz respeito ao Brasil, nesse concerto de disputas e arrebatamentos, apresenta-se a seguir, os destaques.

En la lectura habitual del papel del Estado se identifica sin mayor complejidad la influencia desmesurada de los grupos que detentan el poder económico de una sociedad, por lo general vinculado hoy al poder mediático, a la capacidad de influencia cultural y al dictado de los valores hegemónicos (como decía Marx, los valores dominantes son los valores de las clases dominantes) e, incluso, a la capacidad de dictar variadas formas de estado de excepción (como el golpe de Estado contra Dilma Rousseff en Brasil en 2016, el control mediático de la oposición en la Argentina de los Kirchner, el control de espacios relevantes de la justicia en la España de Mariano Rajoy, la autonomía del Ejército y del narco en el México de Calderón o Peña Nieto, etc.). (JESSOP, 2017, p. 20)

Ao incorporar estes destaques, soma-se a análise pretendida a respeito da posição indicada na pesquisa. A propositura de desenvolvimento econômico e a promoção da visão expansionista, extrarregional, sob a bandeira discursiva da ideia integracionista, alçou ao nível global, significativamente, impondo, como resultado, uma integração ao *mercado mundial*. A preocupação em compreender as alianças regionais e o seu papel na *circulação do capital*.

Para Jessop (2017) notam-se as regiões intercontinentais, como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS)⁶³, representam, segundo sua defesa, de que isto consolida a globalização e *mercado mundial*.

Esta implicación incluye a menudo la promoción activa o, al menos, la aceptación pasiva de la integración del mercado mundial, bien directamente en un nivel global, bien mediante diferentes formas de integración regional, a través de sus conexiones de segundo, tercer y enésimo orden. Es más, puesto que la globalización está también vinculada con procesos en otras escalas —tales como la regionalización, la triadización (que vincula las llamadas regiones triádicas de Norteamérica, Europa y el este de Asia), la construcción de la red de ciudades globales, la formación de regiones intercontinentales virtuales (como los crecientes vínculos entre Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica, los BRICS), la localización internacional (la estrategia global de adaptar productos y servicios a los mercados locales) y la transfronterización—, los estados y los gestores estatales, así como las fuerzas a las que representan, tratan además de fomentar, modificar o resistir estos otros procesos socioespaciales. Esto contribuye de manera indirecta a la estructura de la

⁶² Tendo como referências Boukalas, 2014a; Engdahl, 2009; Escobar, 2015; Jessop, 2011; Li, 2008; McNally, 2012; Patomäki, 2008.

⁶³ Segundo Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) da união entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul a para buscar um diálogo em relação aos problemas do desenvolvimento global. O BRICS é um mecanismo consolidado de coordenação e cooperação num esforço comum em prol do sistema internacional e do multilateralismo.

globalización o, como diría un marxista abierto, a la formación del mercado mundial. (JESSOP, 2017, p. 225)

Na contramão dessas fomentações de caráter econômico e político, há, contraditoriamente, contrareações a estas iniciativas. Elas podem ser notadas no avanço de medidas que retalias tal propositura, provocando paralisia política e limitação de todos os modos possíveis. Disto, requer uma atenção, na compreensão desta e outras iniciativas sujeitas a esse fenômeno que se expressa espacialmente.

De 2000 en adelante, sin embargo, el pronóstico se ha vuelto más complicado gracias al declive de la hegemonía (como opuesto a la dominación) de los Estados Unidos, la aparente parálisis política de la Unión Europea (evidenciada en el fracaso de la Agenda de Lisboa, así como en la crisis de la zona euro), el auge de las economías llamadas BRIC (Brasil, Rusia, India y China) y la creciente influencia de China no solo en el este de Asia, sino también en África, América Latina y Oriente Próximo, y en sus movimientos para reconectar el corazón de Eurasia. (JESSOP, 2017, p. 244)

Por contraturno, tal intento coincide com o relativo deslocamento do peso empregado em outras regiões, principalmente nas áreas onde o exercício da força e domínio geoeconômico empreendido pela China. Deste modo, interessa constatar que uma das reorganizações enfocam para uma pressão que corresponde a atenção para outras regiões da América Latina e Brasil.

La humillación financiera, económica, militar y geopolítica de los Estados Unidos como superpotencia en años recientes ilustra esta situación, si bien la fragilidad de sus principales rivales en el hemisferio occidental muestra que aún mantiene su capacidad para compensar la hegemonía perdida intensificando sus intentos de garantizar un dominio completo y de reorganizar la gobernanza del mercado mundial en interés del capital transnacional. (JESSOP, 2017, p. 229)

O Estado capitalista, no contexto das guerras geoeconômicas e geopolíticas, constitui um fator determinante para a organização de um Estado de exceção. Os pretextos reluzem se apresentam das mais variadas formas. A aparência é das intervenções empreendidas soam como uma virtude dos países centrais, das lutas contra o terrorismo, pela queda de governos “autoritários” que não correspondam aos interesses estratégicas do Estado capitalista e sua sana em integrar, ao seu modo, o *mercado mundial*, envolvendo a América do Sul e as contínuas interferências, pontuais, mas também nas alianças regionais.

Intensifica-se assim ofensivas ocorrendo em diferentes regiões em diferentes formas e suas contradições. Para Jessop (2017), é uma constante que os Estados capitalistas imponham suas vontades, do exercício de domínio e dirigente, constituindo-se, assim, um círculo vicioso.

sino también la organización de un estado de excepción en todos los estados capitalistas avanzados y en la inmensa mayoría de los otros —ya sea como medida ofensiva, ya como medida defensiva en los terrenos geopolítico y geoeconómico—. La intensificación de cuestiones de seguridad nacional, estados de excepción económicos y la guerra contra el

terrorismo ilustran, de diferentes maneras, el principio de que “ninguna nación que oprime a otra podrá ser nunca libre”, que la integración del mercado mundial generaliza e intensifica las contradicciones del capitalismo, y que el antiterrorismo puede tener efectos contraproducentes que incrementen el terrorismo y otros problemas en un círculo vicioso. (JESSOP, 2017, p. 272)

Por fim, o autor chama a atenção as consequências postuladas ao desenvolvimento dos países capitalistas dominantes vistos em Jessop (2017, p. 280), como a intensificação das crises globais, regionais e locais devido à primazia da acumulação de capital, sobretudo os conflitos Norte-Sul; das contradições e antagonismos na economia mundial; relativo declínio continuado, econômico e político dos EUA como potência global e esforços para garantir o “domínio de espectro completo”; fortalecer acordos governamentais internacionais, transnacionais e supranacionais, bem como regimes de governança que atendem aos interesses do capital transnacional e marginalizam a sociedade civil.

2.6 Confrontações geopolíticas e a estratégia espacial capitalista

A partir das contribuições de David Harvey obtidas na revisão bibliográfica, apresenta-se a exposição conceitual para a íntima relação da geopolítica nas ambições históricas de expansão geográfica do capital e novas formas contemporâneas. Esta escolha justifica-se pelo tratamento pretendido, cujo suporte situa-se na *Geografia Histórica do Capitalismo*, no âmbito da *política territorial*.

Em *A Produção Capitalista do Espaço* (2005), apresenta uma rica análise acerca do Estado capitalista, priorizando a consideração de como o Estado interfere nas formas de relações sociais, existindo uma desigualdade entre as classes e a idealização no cerne do Estado, o qual se exerce um poder de classe, na superação das frequentes crises, a superação das barreiras.

O autor evidencia o papel do Estado na administração dos conflitos e a ação do modo de produção capitalista no processo de circulação, sobretudo a *geopolítica do capitalismo*. São os conceitos trabalhados: o *imperialismo*, desigualdades espaciais, *mercado mundial*, novas formas capitalistas, *ajuste espacial*, sobretudo a *geopolítica do capitalismo* e a sua relação da *forma circulação* e as *infraestruturas sociais e físicas*.

Em *O Novo Imperialismo* (2004), pelo tratamento das novas formas imperialistas em um mundo continuamente em transformação, pelas abordagens imperiais da política de coerção, a

projeção de poder dos EUA, em particular sobre a tendência neoliberal no período recente. Sua proposta é relacionar lógica territorial e a lógica capitalista do poder. As estratégias são bem delineadas e dão concretude aos conceitos de *acumulação por espoliação*, *acumulação por despossessão*, a *forma circulação* e as *infraestruturas sociais e físicas* que o sustentam.

Em *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo* (2011), por situar as crises econômicas e políticas no cerne das formações sociais, sua análise contribui para uma lúcida relação do capital com o poder do Estado, tomado pela gerência capitalista e manutenção do fluxo de capital do mundo.

Sua pretensão, portanto, desnuda os discursos do “livre mercado” que propalam pelo aparelho de Estado e expõem a crise financeira de 2008⁶⁴ e as formas de reprodução do capitalismo, marcada pela concentração de riqueza. A principal contribuição, é por situar o deslocamento geográfico das crises, sobretudo o papel fundamental na *Geografia Histórica do capitalismo*, da contradição lógicas territorial como as estratégias nova rodada de desvalorização e novas acumulações em outros lugares.

Portanto, o arcabouço teórico metodológico, contribui pela possibilidade de relacionar seu raciocínio entre suas obras, visando apropriar elementos à pesquisa.

A primeira noção é a expansão geográfica do capital elaborada por Marx, apresentada por Harvey (2005). Um dos fundamentos que resultou na notação do evento da acumulação ao nível superior⁶⁵. Esses eventos estão conectados com as formas possíveis para a resolução necessária para manutenção do *mercado mundial*, imputa novas formas de relações de transporte e integração espacial.

Ao tratar das tratativas de resolução das crises, cujas ações recorreram a guerras, expansão territorial e formação de desigualdades espaciais, é elencado autor que avançaram nos estudos das

⁶⁴ Foi a maior depressão econômica desde a Grande Depressão de 1929. A crise financeira de 2008 foi um evento de alcance mundial (2007–2008) ocorreu diante de uma conjuntura econômica de falência do tradicional banco de investimento norte-americano Lehman Brothers (1850).

⁶⁵ Outros autores trataram de conceber a processo de implantação e expansão do regime de acumulação capitalista em outros continentes, são avanços teóricos citados por Harvey (2005) que trataram desse advento, notadamente como Lenin, Luxemburgo, Baran e Frank, Sweezy e Amin.

práticas imperialistas dos países centrais⁶⁶, os quais visam o domínio político, angariar recursos, força de trabalho e a *circulação do capital*.

Para Harvey (2005, p. 55) com base em Marx (1973), o impulso dotado das economias industriais visava superar as barreiras espaciais, necessárias para assumir diversas formas, inclusive às formas não capitalistas de produção e de organização social, resultando em processos de interdependências, isto é, formas resultantes e forma da sociedade.

como atestou Lenin, com as falências e fusões das instituições financeiras e produtivas nos centros do capitalismo, as periferias, por sua vez, passaram a ter a função de evitar o processo de desvalorização dos capitais acumulados das empresas e dos Estados, traduzindo a disputa de absorção do excedente no exterior como os palcos de "lutas econômicas, políticas e militares entre os Estados-nações" (HARVEY, 2005, p. 123).

As advertências explicam que o excedente de capital, possui conteúdo político, cuja faceta agudiza-se em momentos de crise econômica, guerra global, em seus aspectos nacional e inter(nacional), já resultando em duas guerras mundiais⁶⁷.

Como já apresentado, Marx notou em seu capítulo sobre o advento da implantação do regime capitalista o Velho Mundo no Novo Mundo (representado pelos EUA). Concomitante ao processo de implantação de um regime sobre outro, foi iniciado discussões das pretensões na Índia e China. Para isso, as tentativas foram caracterizadas como formas coloniais, aqui não se-ir-á especificar as tratativas e os processos, a exemplificação é útil pela exposição da teoria geral da acumulação numa escala geográfica expansível.

A metodologia do autor trata da expansão e domínio territorial, com vistas a abarcar mercados e absorção de riqueza, no processo de alocar a superprodução e mercadorias. Deste modo, a expansão dos modos de produção estariam salvaguardadas em detrimento dos territórios alvos e conjuração de modificação das relações sociais, a acumulação de capital.

⁶⁶ O recurso empreendido pelo autor, foi encontrado em Lenin (1963), por conceber a exportação de capital na teoria do imperialismo, considerando o fenômeno a partir da análise materialista histórica e o estágio superior do seu desenvolvimento capitalista. Esta posição é contestada, no âmbito da internacionalização de interesses através da teoria do Estado, a questão histórica de cada localidade e sua relação entre sociedade civil e Estado.

⁶⁷ O autor apresenta o contraponto em Luxemburgo (1968), no destaque do imperativo de “derrubar barreiras espaciais” ao encontrar fora do sistema capitalista outras formações econômicas em que sejam possíveis uma penetração do capital, no uso do poder do Estado e da capacidade do sistema capitalista de criar espaços para a acumulação por outros meios.

Ao citar Baran (1958) e Frank (1969), a representação do imperialismo pôde ser considerada, partir da teoria da localização, primam pelas relações de centro-periferia e o subdesenvolvimento.

Tais concepções fornecem munição à crítica, por compreender a condição interessada. Entre elas, a relação dos dispositivos políticos em escala global, com objetivos geopolíticos para dominação de vastas áreas e a ideia de conquistas, possibilitadas pela moral superior do capitaneada pelo Velho Mundo, constata a relevância e sua constituição histórica sob o regime capitalista.

As razões apontadas no caráter geral do Estado, explicam o funcionamento da expansão do capital e suas variadas formas de assegurar o regime, sua necessidade de um aporte a respeito dos tratados específicos sobre o Estado. Nesse sentido, Harvey (2005) destaca o renascimento do interesse do Estado, tem em vista apresentar autores que constituem estudos sobre o papel do Estado nas sociedades capitalistas no desempenho nas tarefas básicas.

A atuação corresponde a um estágio específico do desenvolvimento, assumindo uma existência “independente”, com o intuito de atender o “interesse comum”, necessários para dominar os indivíduos e os grupos⁶⁸.

Essa constituição de dominação existe, no exercício de poder, uma série de instrumentos e contradições que expressam uma particularidade de poder nas instituições. Entre os autores utilizados na discussão, Harvey (2005, p. 79) cita Poulantzas e Gramsci que acompanham sua exposição.

O ato de investir funcionários públicos com essa “autoridade independente” impõe um problema adicional. Temos de explicar como o poder do Estado pode ter toda a aparência de autonomia diante das classes dominantes, ao mesmo tempo em que expressa a unidade do poder de classes dessas classes (POULANTZAS, 1973, p. 281)

De qualquer modo, o autor alerta ao citar Gramsci (1971) sobre a difusão desses poderes que permeiam a dominação de classe do Estado, os mecanismos sobre as instituições significam dificuldade de controle total de todos os instrumentos, denominando arbítrio efetivo do Estado perante a separação formal de poderes.

Neste sentido, há um papel indireto da *classe dirigente* na hegemonia do Estado, podendo fazer concessões, desde que mantenha o consentimento da maioria dos governados. Há então uma política estatal relativa, como a ideológica e a econômica.

Por isso que a aproximação conceitual é útil, pois destaca a importância relativa do papel do Estado em relação ao imperialismo. Ao citar Gramsci (1971) “as relações internacionais se

⁶⁸ (MARX E ENGELS, 1970, p. 54)

entrelaçam com as relações internas dos Estados-nações, criando combinações novas, únicas e historicamente concretas”.

Estas exposições conduzem a *mediação* da análise nas investigações materiais concretos. Em suma, Harvey (2005, p. 92), situa como o poder estatal pode ser usado numa sociedade que transforma constantemente suas formas institucionais. Disso, deriva questões acerca da função relativamente autônoma ao Estado e do papel do Estado nas estruturas e funções.

A relação da ideologia e Estado, apresenta uma estratégia para superação de sua contradição. Os interesses de classe são capazes de ser transformados num “interesse geral ilusório” e a *classe dirigente* universalizar suas “ideias dominantes” e da moralidade. (MARX e ENGELS, 1970, p 65-6)

Tal acepção permite mediarmos a discussão do *mercado mundial* e novas formas capitalistas presentes no contemporâneo. Assim, o ajuste espacial induz, diante do crescimento das forças destrutivas do capital e as tendências de crises do capitalismo, em uma aguçada rivalidade interimperialistas, no intuito de reorganizar as forças produtivas e a organização do trabalho, aliado ao *mercado mundial*. (HARVEY, 2005, p. 124)

Acerca deste empreendimento teórico, o geógrafo Jucier Raimundo Assis (2020) propõe que cabe ao investigador:

entender como cada território se posiciona e participa do mercado mundial, e ainda como as propriedades do espaço evidenciam, num instante específico [...] esses processos afloram das forças destrutivas do capitalismo para autopreservação, tendo como resultado uma nova força institucional ou brutal para a reconfiguração geopolítica do globo. O excedente de capital em desvalorização traz consigo conflitos geopolíticos entre os Estados-nações e uma nova rodada da intensificação e da expansão geográfica. As novas redivisões do globo podem surgir com guerras, partilhas do planeta e novas ordens diplomáticas, ou mesmo com descolonizações e integrações de Estados modernos impotentes no mercado mundial. No interior dos centros do capitalismo, as guerras, em grande parte, destroem as infraestruturas urbanas e agrárias que logo precisarão ser reconstruídas, e, ainda mais, os países mais avançados demonstram na superioridade militar que também podem se servir dessa máquina como um grande negócio *a posteriori* para os outros Estados. O avanço sobre as periferias do mundo torna-se o método mais novo para cada período, com antigas práticas de expropriação dos meios de produção até a abertura de fronteiras de modernização dos territórios, buscando saídas lucrativas para os excedentes de capital financeiro e industrial. Cabe aos centros reconstruir os próprios centros e redefinir as clivagens geopolíticas nas alianças com as periferias, recriando as desigualdades geográficas em âmbito regional e mundial no interior do próprio capitalismo. (ASSIS, 2020)

Com o intuito de observar as consequências geopolíticas no conjunto do *modo de produção capitalista* (MPC), Harvey (2005) argumenta que sob esse domínio, a relação social representada

pelo excedente do capital, cujo modo de reprodução da vida é derivado das relações de trabalho, dependente das mercadorias e da circulação de capital (cuja tarefa analítica é seguida a linha pensamento, de acordo com *O Capital* de Marx).

Visando expandir-se, a criação de *mais valor* depende da capacidade de realizá-la através da *circulação*. A tensão não implica imediatamente na manifestação dos fenômenos, pois necessita particularmente de superar os obstáculos e organizações pré-existentes.

No entanto, o autor ressalva que nem todas as manifestações são derivadas da *circulação do capital*. A sobrevivência do capitalismo se expressa essa forma de circulação, fonte permanente de mutação.

[...] envolve a criação da infraestrutura sociais e físicas que sustentam a circulação do capital. Não significa que todos esses fenômenos como rigorosamente funcionais em relação à circulação do capital. Porém, os sistemas legal, financeiro educacional e da administração pública, além dos sistemas ambientais não-naturais, urbanos e de transportes, para mencionar algumas das organizações chave que tenho em mente, precisarão ser desenvolvidos para sustentar a circulação do capital se for para reproduzir a vida cotidiana efetivamente (HARVEY, 2005, p. 128)

A sofisticação do aparato produtivo é o meio para maximizar lucros, capacitando para novas mercadorias. As relações se estabelecem de sua reprodução, necessitando de organizações-chave que sustentam a *circulação do capital*.

Em síntese, Harvey (2005, p. 128~131) aponta que a circulação de capital depende da utilização e exploração do trabalho vivo e do capital excedente, da inerente luta de classes no seio da sociedade e expressa na constituição do Estado, do desenvolvimento das contradições da ideologia do progresso, da incessante dinâmica de produção de novas mercadorias e sofisticação do aparato tecnológico dos meios de produção.

Todas essas ações são possibilidades contínuas de valorização e desvalorização e, o investimento como mecanismo necessário nas inevitáveis crises, como capacidade produtiva, o processo de acumulação.

O Estado, grosso modo, cria o ambiente para a impressão de *formas de circulação*⁶⁹ do capital, e as *infraestruturas sociais e físicas* que o sustentam. A implantação é viabilizada pelo forte apelo e consentimento da sociedade, é o conteúdo ideológico do “crescimento é bom”.

⁶⁹ Marx em 10 pontos por Harvey (p. 131-134)

A redistribuição do poder social por meio da troca desigual, permeia a exigência que o valor real seja adicionado na produção, sustentando a utilização do “trabalho vivo” e “trabalho morto”, fator da reificação da produção e condição técnica, a *circulação do capital* se baseia na relação entre classes, sobretudo entre capital e trabalho, a relação social mais importante na tecitura da sociedade burguesa.

O papel dos capitalistas atua na obtenção dos direitos relativos à força de trabalho, endêmicas a *circulação do capital*, fator que impulsiona a desvalorização com vistas a interferir na dinâmica da acumulação.

O enfoque dado ao investimento é necessário, para que se entenda, a partir das ações exemplificadas, a concatenação de novas formas políticas e ideológicas que surgem durante esse processo.

Visando explicá-los como a gente principal do desenvolvimento capitalista. A sucessão das *formas de circulação*, propiciado pelos avanços técnicos, depende dos sistemas técnicos que modificam o espaço geográfico. Estes fenômenos espaciais compõem ser da concepção da *geografia histórica do capitalismo*, o emprego do triplo imperativo: *produção, mobilização e força de trabalho*.

Com base em sua outra obra *Os Limites do Capital* (1982), é sintetizado em dez pontos a *circulação do capital*, de modo a conduzir sob os processos de crise e medidas a serem adotadas, cujo impacto geopolítico será aqui destacado, úteis para a análise que se segue.

A extração da análise proposta de Harvey (1982) a contribuição é constatada, nas normativas existentes, sendo elas: jurídicas, sociais, das organizações supranacionais, intergovernamentais e as formas empreendidas na superação as barreiras físicas e naturais, para garantir a manutenção o seu acesso.

Os obstáculos dela derivados, correspondem a resistência⁷⁰, um entrave em razão da desenfreada busca por *deslocamento espacial e temporal, consequências na dinâmica da acumulação* e a possibilidade de se obter *equilíbrio dinâmico*. Portanto, a formação da crise ocorre quando o capital se realiza através, seja pelo crescimento produtivo, seja por sua desvalorização.

⁷⁰ Harvey (2005, p. 137).

O argumento se sustenta na realocação de capital, como a criação do *capital fictício*, uma demanda sobre o trabalho futuro e a decorrente necessidade de obrigações contratuais. A formação da crise depende de duas possibilidades:

Na primeira possibilidade, o capital superacumulado armazenado em infraestruturas físicas e sociais é realizado por meio do crescimento ativo da produção corrente, criando conjuntos sempre maiores de capital excedente [...]. Na segunda possibilidade, o capital armazenado nas infraestruturas físicas e sociais não é realizado, e é desvalorizado (p. 138) [...] presentemente vemos o capital e a força de trabalho sendo desvalorizados na produção; o investimento e a manutenção das infraestruturas sociais e físicas sendo negligenciados; e parte da dívida sendo cancelada (normalmente por meio da reestruturação e do alongamento, como foi feito com Nova York, México, Brasil, Polônia e outros). (HARVEY, 2005, p. 139)

Uma de suas bases é a política pública⁷¹ que atinge maneira diferencial e desigual as regiões no mundo, produzida por meio da *circulação do capital*, com o propósito de priorizar o tempo pelo espaço, a fim de dinamizar a locomoção, o espaço aparece em primeiro como uma barreira a ser superada. Já o esforço teórico de Marx em superação das barreiras espaciais da “anulação do espaço pelo tempo”.

Em suma, as configurações espaciais dão razão a teoria espacial no capitalismo, encontram-se no meio das transformações histórico geográficas e da disposição da organização espacial e o poder do Estado.

As intervenções na circulação, sobretudo por meio das infraestruturas físicas e sociais, dependem dos processos de coerência estruturada⁷², em relação à produção e consumo do determinado espaço, abrangendo as formas. As políticas regulam o processo laboral, fomentam as revoluções tecnológicas, promovem desagregação espacial sob o capitalismo, criam condições estruturais específicas para melhorar as mobilidades espaciais do capital e da força de trabalho, atuam na forma de mobilidade geográfica do capital por requerer infraestruturas espaciais.

⁷¹ (...) que é alçada a serviço da dívida do Estado, está enredada entre a Cila da inflação acelerada e a Caribde da desvalorização selvagem. (HARVEY, 2005, p. 141-142).

⁷² Ver HARVEY (p. 144 e 146) e há uma outra passagem em “a destruição criativa da terra” em *O Enigma do Capital* (2011, p. 159) em que associa o papel das Instituições para organizar as populações e as relações de poder, afirmando, em seguida, “capitalistas, quando está ausente qualquer forma de organização territorial, muitas vezes produzem, como vimos aglomerações de atividades em locais particulares. Esses aspectos da atividade capitalista que são complementares mais do que competitivos se organizam de forma colaborativa. O efeito é criar uma tendência a uma “coerência estruturada” informal dentro das regiões geográficas. A política pública está enredada entre a Cila da inflação acelerada e a Caribde da desvalorização selvagem. (HARVEY, 2005, p. 141-142).

Promovem, destacadamente, na contemporaneidade, a dependência atual dos sistemas de telecomunicação das instituições públicas, financeiras e jurídicas, proporcionada pelo principal agente, o Estado, onde se origina tais estratégias.

A possibilidade dos trabalhadores criar suas próprias infraestruturas sociais e físicas, a reação típica das forças capitalistas, a fuga do capital que abala a coerência territorial e do poder do Estado. Constituem-se, assim, no primeiro, o paradoxo da fixação e desvalorização da rentabilidade da instalação das infraestruturas, a depender da sua viabilidade e, por segundo, as contradições internas do capitalismo⁷³

A crise fiscal do Estado-nação, bem como a interdependência inter-regional na divisão internacional do trabalho, dinamiza-se em conflitos com a consciência e a cultura regional. Nesse processo, as alianças regionais de classe é uma necessidade.

[...] estabelece-se sobre o aparelho do poder estatal, compromete-se com o fomento comunitário e luta pela solidariedade comunitária ou nacional como meio de promover e defender um amálgama de diversas classes e interesses faccionários em um território. [...]. Os processos globais de luta de classes parecem se dissolver diante dos nossos olhos em diversos conflitos interterritoriais. Lenin está vindicado. (p. 150). As condições para o colapso e a desintegração da aliança regional estão sempre presentes. No fim, a dinâmica do capitalismo tende a destruir as alianças que fomentou inicialmente. Sob condições de crise, as tensões se tornam especialmente violentas. Desse modo, aparentemente, a única maneira de manter a aliança intacta é buscar uma solução externa para os problemas da região. (HARVEY, 2005, p. 151)

Assim, define o *ajuste espacial*, como responsável na formação futura de lutas e *confrontações geopolítica*, cuja teorização prioriza o *materialismo histórico-geográfico*.

Em *O Enigma do Capital e as crises de circulação do capital* assinala que as tendências de crise⁷⁴ não são resolvidas, apenas deslocadas. Assim, há sempre uma barreira a ser transposta e contornada, uma nova rodada de desvalorização e novas acumulações em outros lugares.

As tendências de crise nunca são resolvidas, apenas deslocadas. Acho que está mais de acordo com a frequente invocação de Marx sobre o caráter fluido e flexível de desenvolvimento capitalista identificar esse reposicionamento perpétuo de uma barreira à custa de outra e, assim, reconhecer as múltiplas formas em que as crises podem se formar em diferentes situações históricas e geográficas. Também é vital lembrar-se de que as crises assumem um papel fundamental na geografia histórica do capitalismo como “racionalizadores irracionais” de um sistema inerentemente contraditório. As crises são, em suma, tão necessárias para a evolução do capitalismo como o dinheiro, o poder do trabalho e o próprio capital. (HARVEY, 2011, p. 99-100)

⁷³ a formação e re formação incessantes das paisagens geográficas. Essa é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar. (HARVEY, 2005, p. 148)

⁷⁴ Harvey (2011, p. 99).

Em síntese, aos processos de modificação da forma capitalista e seu poder do Estado, inscrevem uma variedade de organizações territorializadas que se evoluem ao longo do tempo e que define como lógica territorial.

Os imperialismos, as conquistas coloniais, as guerras intercapitalistas e as discriminações raciais têm desempenhado um papel dramático na geografia histórica do capitalismo. Nenhuma alternativa das origens do capitalismo pode evitar o confronto com o significado de tais fenômenos. [...]. Assim surge uma distinção entre uma lógica de poder, conduzida por imperativos territoriais e interesses políticos, constrangida pelas complexidades envolvidas na construção do lugar e na evolução das expressões da vontade popular (como o nacionalismo) na esfera pública [...] (HARVEY, 2011, p. 166)

Ainda, segundo o autor, a questão a atualidade da forma capitalista de imperialismo já fora revisitada em que demonstra seu interesse e propriedade pelo tema.

Proponho-me a levar a sério, no que se segue, essa dialética “interior-exterior”. Vou examinar de que maneira a “relação orgânica” entre reprodução expandida, de um lado, e os processos muitas vezes violentos de espoliação, do outro, tem moldado a geografia histórica do capitalismo. Isso nos ajuda a melhor entender o que é a forma capitalista de imperialismo. (HARVEY, 2004, p. 118)

Em Harvey (2004) a diferenciação entre a acumulação primitiva ou originário, a estratégia da superacumulação. O contínuo processo é denominado de *acumulação por despossessão*.

O primeiro possui aspectos ligados a expansão geográfica para realização do valor. Já a acumulação por despossessão procura a desvalorização de ativos para que os custos sejam ínfimos e ocorram em variados momentos da *geografia histórica do capitalismo*.

Para discorrer a tocante luta anticapitalista e anti-imperialista, no trato do bloco político no poder no âmbito do Estado, como movimentos antiglobalização ou globalização alternativa (a partir da concepção dual de poder) discorre das lutas anticapitalistas e anti-imperialistas⁷⁵ e o papel dos Estados democráticos do bem-estar social, cujo movimento operário em países capitalistas avançados em cair na armadilha de agir como aristocracia do trabalho para preservar seus próprios privilégios, se necessário mediante imperialismo).

No argumento apresentado, a esquerda não apenas se privava de poder como também prejudicava suas capacidades analíticas e programáticas ao ignorar por completo um dos lados, a dualidade.

Na América Latina, a ascensão do mercado financeiro, do comércio “mais livre” e do disciplinamento do Estado por fluxos suprafronteiras em mercados de capital liberalizados

⁷⁵ o conceito remete a concepção de Lenin. Ver Harvey (2004, p.139)

tornaram as formas tradicionais de organização do trabalho menos apropriadas e, em consequência, menos bem-sucedidas.

“embora eu não julgue que a acumulação por espoliação esteja exclusivamente na periferia, é indubitável que algumas de suas manifestações mais viciosas e desumanas ocorram nas regiões mais vulneráveis e desagradadas do âmbito do desenvolvimento geográfico desigual.” [...] as batalhas em torno da espoliação são travadas numa variedade de escalas [...] de modo que o domínio do aparelho de Estado [...]” (HARVEY, 2004, p. 142)

Para Amin, os alvos e as lutas ocorrem em formas difusas, fragmentárias e contingentes que a acumulação por espoliação assume. Essa situação, é refletido sobre a o debate estridente acerca da chegada do poder pelo Partido dos Trabalhadores⁷⁶ brasileiro com bases “trabalhistas” (Harvey, 2004, p. 144)

O debate dual, acerca da reprodução expandida e o da *acumulação por espoliação*, é alegado que os movimentos que o integram devam reconhecer a contradição primária a ser enfrentada.

Alegando que as lutas têm de ser vistas em relação dialética com os combates à acumulação por espoliação, que constitui o foco primordial dos movimentos sociais que se abrigam-no âmbito dos movimentos antiglobalização e pela globalização alternativa. (p. 144). [...]. Tal diferença é fundamental, e neste sentido o processo de acumulação por despossessão não só contém as práticas estabelecidas durante o processo de acumulação primitiva, como traz outras formas de concentração e centralização do poder sobre o capital (HARVEY, 2004, p. 164).

Assim, a *acumulação por espoliação*, apresentada por Harvey, diz sobre a realocação espacial dos aspectos que constituem o regime de acumulação. Na contemporaneidade da globalização, aceleração da financeirização e da implantação das políticas neoliberais, tem propiciado contínua pressão pela desregulação. A definição proposta por Harvey emerge como uma tratativa de acumular pela aquisição dos ativos públicos, ou seja, o patrimônio público.

“Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a ‘expropriação das terras comuns’. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população e geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles.” (HARVEY, 2004, p. 130-131)

A partir da extração da definição, os projetos de “desenvolvimento econômico”, ocorrem, sobretudo no período recente, por meio da coerção do capital, das concessões e aquisições. Estas

⁷⁶ O Partido dos Trabalhadores “PT” é um partido político brasileiro que ocupa o campo político com viés de esquerda. Sua fundação é de 1980, cuja principal quadro político é o Luis Inácio Lula da Silva “Lula”. O PT é o maior partido com viés de esquerda da América Latina.

ações empreendidas pelo capital, possuem aporte do Estado, com apoio veiculado pela mídia a fim de convencer a opinião pública quanto a qualidade dos serviços e angariar novos investimentos.

Isto é, apoiar-se em implementação de políticas públicas que beneficie empresas, corporações e grupos de interesse, a *acumulação do capital* e o *poder político*. São as transferências de patrimônios do público para o privado, oferecendo novas oportunidades para o regime de acumulação.

Esse advento tem como origem a descrição sobre o processo na ótica da acumulação primitiva sobre supressão das formas de direitos, formas alternativas e a privatização da terra e a violência nela empregada.

processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e, em última análise, o sistema de crédito como meios radicais acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos. [...] O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalistas do poder sempre interligada, ainda que não necessariamente convergentes. (HARVEY, 2004, p. 121)

A partir das posições políticas dos anos 1960 e 70 o pensamento político-econômico ganha vigor após a crise geral de superacumulação. Atribui-se a esse processo de despossessão bárbara⁷⁷.

Alguns desses exemplos, figuradas por Margaret Hilda Thatcher⁷⁸, Ronald Wilson Reagan⁷⁹, o papel do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁸⁰ e Banco Mundial⁸¹, ocasionando em privatização, liberalização do mercado, expropriação de terras comuns e diversas “arenas, domésticas ou externas, em que se pudesse executar privatizações”, como Argentina, México, Índia e China.

⁷⁷ A. Roy (2001) apud Harvey (2004, p. 133)

⁷⁸ Foi primeira-ministra do Reino Unido (1979 a 1990) tendo destaque como oposição entre (75 -79). A primeira mulher e maior período de permanência no cargo durante o século XX, responsável pela dissuasão do discurso conservador, fortes políticas neoliberais, impactando não somente o Reino Unido, mas todo o globo, principalmente a América Latina.

⁷⁹ Foi 40.º presidente dos Estados Unidos em dois mandatos (1981-1988). Atuou como ator e político norte-americano, responsável pelos discursos conservadores e neoliberais, impactando não somente os EUA, mas com repercussões globais, sobretudo na América Latina.

⁸⁰ O Fundo Monetário Internacional – FMI foi criado em 1945 após a Segunda Guerra Mundial, cuja organização é composta atualmente por 190 países cujos objetivos institucionais promovem a cooperação monetária internacional; facilitar a expansão e crescimento econômico internacional.

⁸¹ Trata-se de um Banco localizado em Washington – EUA, Distrito de Colúmbia. A instituição financeira internacional efetua diversos serviços, principalmente empréstimos a países em desenvolvimento. É considerado o maior banco do mundo e integra o estatuto de observador no Grupo de Desenvolvimento da ONU e demais fóruns internacionais.

Poucos anos a doutrina neoliberal fizera uma curta e vitoriosa marcha por sobre as instituições e passara a dominar a política primeiramente no mundo anglo-saxão, porém mais tarde em boa parte da Europa e Mundo. (p. 131) [...] essa mesma lógica levou a Argentina a passar por uma ampla onda de privatizações (água, energia, telecomunicações, transportes) que resultou num imenso influxo do capital sobreacumulado e numa substancial valorização de ativos, aos quais se seguiu um surto de empobrecimento de grandes massa da população (tendo hoje alcançado a metade dos habitantes) quando o capital foi levado para outros lugares. (HARVEY, 2004, p. 132)

Assim, apreende-se da explanação de Harvey (2004) que a *acumulação por despossessão* possui, como estratégia política, áreas a serem privatizadas. A partir das exemplificações do autor, estas resultam em práticas predatórias, ocasionando desigualdades, conflitos sociais que, com a participação do Estado, tem se manifestado em diferentes de estruturas, a condição histórico-geográficas que se corporificam.

Conclui-se, a relação que pode ser somada ao conjunto de uma *política territorial*, o Estado e sua íntima relação geopolítica na propositura dos empreendimentos.

Na ótica de Raimundo Jucier de Sousa Assis (2020), que discorre sobre as argumentações de Harvey, nota-se uma consistente revisão metodológica. Ela aponta a partir das contradições internas do capitalismo, do núcleo teórico amplo da *geopolítica do capitalismo* e a problemática espacial, cuja razão se encontra:

Para Harvey, é fato que Marx se concentrou na análise do tempo, e não do espaço, o que pode justificar algumas das lacunas que restaram na sua teoria em relação à própria geopolítica do capital, mas por outro lado é aceitável quando se dimensiona a importância do tempo na produção capitalista. [...] do debate em questão, e suscita o que chama de coerência estruturada, que seria a união do capital e da força de trabalho em uma unidade territorial distinta, criando, pelas mãos de capitalistas individuais, condições locais particulares. [...] e podendo ser formalmente aceita pelo Estado, além da sua disseminação informal - por meio do fomento de culturas regionais - passa a ser ponto de impulso para a definição de espaços regionais. [...]. (ASSIS, 2020)

Na interpretação dos escritos e discussões, destaca-se, aqui, que os seguintes pontos analíticos podem ser atriados, como potencial revelador da geopolítica e teoria materialista do Estado na leitura cuidadosa do autor em questão. Toma-se a liberdade para apontar, a partir do autor Assis (2020) os seguintes itens a) fatores que podem questionar e desequilibrar estes espaços como a existência de infraestruturas sociais que viabilizem tais fluxos geográficos; b) as novas contradições do capitalismo se revelam mediante a formação e reformação das paisagens geográficas, no uso de vários exemplos históricos do século XX, como a expansão pós-guerra, para revelar a inexistência, ou mesmo a queda, de várias das estruturas socioeconômicas; c) aprofunda a lástima da situação discorrendo sobre as reações protecionistas — como os movimentos

agressivos de exportação de desvalorização — que surgem e que ocasionam mudanças, seja de cunho regional ou internacional, as quais descaracterizam as políticas nacionais dos governos, as alianças regionais de classe e os conflitos entre elas.

A transformação do sistema capitalista perpassa por uma análise da situação concreta coerente com a dinâmica imposta pelo capitalismo, em suas variadas disposições de formas e imposições. Descreve acerca da estrutura geopolítica um tanto estável, em disputa que compõem e conforma suas estruturas.

2.7 Golpes de Estado, contrarreações institucionais, destituição de blocos políticos e integração ao sistema estatal

A proeminência das discussões de Poulantzas, Hirsch, Jessop e Harvey chama a atenção, pois favorece as discussões de ordem geopolítica e discussões acerca do concreto e abstrato. O principal contributo fornece subsídios e pistas que indicam aproveitamento do empírico específico. Nota-se que os autores criticam e propõem aprimoramento metodológico acerca da *Teoria Materialista do Estado*.

Para explorar o fenômeno, com o trato devidamente pontuado, evidenciam-se as obras e projetos contidos na carteira de projetos do Programa de Parceria e Investimento (PPI) e como o discurso institucional pode ser investigado, concomitantemente a documentos nacionais e seu vínculo corporativo, com grande aproximação ideológica e submissa ao comando dos EUA⁸².

O *planejamento estratégico dos EUA* atende o *mercado mundial* por meio pressões sobre os gestores dos Estados, sobretudo na América Latina e o Brasil, resultando em momentos de crise os aspectos formais do Estado, que apontam por contradição, as crises.

⁸² A *posição* política do Brasil no globo terrestre, localizado no Hemisfério Sul, reside um fator em comum que coincide com a história de outros Estados-Nações subjugados. Esta característica deve ser considerada e será melhor explanada no decorrer do trabalho (por fornece considerações relevantes no trato da geografia política clássica e seu enraizamento no pensamento estatal) com apoio do geógrafo político André Roberto Martin em (tese de Livre Docência, Livro) *Brasil, Geopolítica e Poder Mundial – o anti-golbery* - (2007, 2018), sobretudo por apontar as raízes ideológicas a esta posição.

As crises apresentam uma face da transmutação das formas da representação política, *arquitetura institucional* e modo de intervenção estatal na sociedade.

As intervenções, sugeridas na pesquisa, devem ser consideradas atendendo as demandas conjunturais, podendo, fatalmente, empreender esforços e cooptação institucional e das *frações de classes*, corrompendo-a, portanto, a noção de *estratégias espaciais e acumulação do Estado capitalista*, são essenciais.

As pressões objetivam interferências na ascensão de blocos políticos, alianças, projetos que rivalizam com os demais projetos no *mercado mundial*. Há, então, fomentações de caráter econômico e político, disto resulta, contraditoriamente, as investidas nas formações sociais destes países, com vistas a gerar contrarreações a estas iniciativas e seu o empreendimento estatal.

Elas podem ser notadas no avanço de medidas que retaliam tal propositura, provocando paralisia política e até mesmo *golpes de Estado*, uma vez que o autor avança em trabalhos que incluam a interface da América Latina e Brasil.

Aponta-se a contribuição de Mészáros (2009) sobre as contínuas interferências, apoiadas no alto poder militar, com vistas a garantir que os EUA exerçam a condição de potência, em destaque em relação as outras que emergem, sobretudo após a crise de 2008. A partir das condições abaladas, outras ascenderam-se gradualmente diante da realocação de poder, em favor da potência emergente, como o caminho difundido pela China.

A investigação traz uma ligeira hipótese que há uma lógica relacional e privilegiada de um dos campos de força política atuante. Esta, sustenta-se na seguinte percepção investigativa: a intensificação da desenvoltura brasileira no espaço sul-americano e projeção externa no globo, choca-se com a confrontação de duas forças predominantes que exercem poder global por meio das políticas territoriais, com forte sustentação geopolítica.

Assim, destaca-se a confrontação na escala nacional: a) como a pretensão chinesa no âmbito da disputa de influência e recursos da América Latina, principalmente no século XXI, que se choca com o projeto hegemônico estadunidense; b) como a crise econômica-política fornicada em 2016, é crucial para compreendermos a agenda da política externa destes países e suas corporações econômicas, para implementação de infraestruturas físicas e sociais a seu favor.

Deste modo, propõe-se a relação entre as *confrontações geopolíticas* diante do olhar crítico da cooptação da *arquitetura institucional* do Brasil que se arrebate nos grupos políticos, interesses de classe, formação de blocos sustentados por alianças regionais aos quais influem e normatizam as conduções de programas de infraestrutura para e além do espaço nacional.

Trata-se de um vínculo da discussão com o autor Jessop, pondo à frente a teoria materialista do Estado. Essa relação que confere “poder do Estado”, é agravado no neoliberalismo, ao utilizar diversos meios. O poder econômico e midiático⁸³, visa ascender ao Estado, para desregular o *Workfarestate*.

Assim, a particularidade brasileira, da ruptura da ordem para emergência de um *novo modelo econômico*, diante da inércia institucional, como ocorreu no Brasil com Dilma Vana Rousseff⁸⁴.

A partir do atrito dos tópicos anteriores, com ênfase nas discussões contemporâneas, discorreram-se a validade e as limitações de ordem metodológica, notadamente Jessop, David Harvey ao apresentar uma gama de autores que procuraram dar continuidade aos estudos da teoria marxista do Estado. Ressalta-se que a discussão se relacionará, priorizando a escala nacional e de autores brasileiros, para melhor elucidação da realidade brasileira.

Para isso, adicionam-se os contributos de Luís Estessoro (2003) e Ingrid Félix (2019). Entre os autores, ao qual irá se confrontar, no debate do Estado, por tratarem das nuances metodológicas, destaca-se a de Alysson Mascaro⁸⁵, em que esmiúça os contributos e o peso dado ao político.

Como integração da abordagem teórica a motivação da pesquisa, tem-se, sobretudo, a intenção de compreender os discursos institucionais e geopolíticos. Conta-se, aqui, importantes posições acerca da metodologia adotada pelo autor estudado. Para situar o ponto que baliza na discussão e a questão do método, utilizam-se considerações acerca do instrumento teórico, a saber: Antônio Carlos Robert de Moraes (2000, 2002, 2010) e Raimundo Jucier Assis (2020).

⁸³ Jessop (2017).

⁸⁴ Ver Bob Jessop (2017, p. 26).

⁸⁵ *Estado e Forma Política* (2013) pelo entendimento do Estado pela via da “posição relacional, estrutural, histórica, dinâmica, e contraditória na totalidade da reprodução social”. Assim, o marxismo é fundamental para entender historicamente o Estado e as sociedades atuais, a sua dinâmica na totalidade da reprodução social capitalista. Em *Crise e Golpe* (2018)

A modernização técnica, instalação de infraestruturas físicas e sociais, compõe, certamente, a assim chamada *política territorial* em todos os governos. Esta condição impõe à pesquisa a necessidade de colocá-la junto ao tabuleiro das frutíferas e espinhosas discussões acerca do papel do Estado.

O Estado, grosso modo, cria o ambiente para a impressão de *formas de circulação de capital*⁸⁶, e as *infraestruturas sociais e físicas* que o sustentam. A sucessão das *formas de circulação*, propiciado pelos avanços técnicos, dependente dos sistemas técnicos, modificam o espaço geográfico. Estes fenômenos espaciais compõem ser da *geografia histórica do capitalismo*, o emprego do triplo imperativo: *produção, mobilização e força de trabalho*.

Visando expandir-se, a criação de *mais valor*⁸⁷ depende da capacidade de realizá-la através da *circulação*. A tensão não implica imediatamente na manifestação dos fenômenos, pois necessita particularmente em superar os obstáculos e organizações pré-existentes. Em uma das discussões aponta para a tendência da interdependência inter-regional e as *alianças regionais* de classe como uma necessidade.

Para a análise de uma *política territorial*, a contribuição do estudo é constatada, nas normativas existentes, sendo elas: jurídicas, sociais, das organizações supranacionais, intergovernamentais, até as *reservas territoriais*⁸⁸, como atributo de *poder político* e as formas empreendidas na superação as barreiras físicas e naturais, para o seu acesso.

Uma das bases da política pública é ser alçada a serviço da dívida do Estado, ao exemplo das crises. A busca incessante do capital, atinge desigualmente as regiões no mundo. Assim, define *ajuste espacial*, como responsável na formação futura de lutas e *confrontações geopolíticas*. Sua teorização prioriza o método de inquirição, como define, *materialismo histórico-geográfico*.

Em Harvey, as *confrontações geopolíticas* se estabelecem na centralidade da guerra capitalista em um sistema interestatal capitalista e a formação de crises de *circulação do capital* e o deslocamento espacial das crises e o *ajuste espacial*.

⁸⁶ Marx em 10 pontos por Harvey (p. 131-134)

⁸⁷ Harvey (2005, p. 72-74).

⁸⁸ A noção foi apresentada por Wanderley Messias da Costa de que os países detentores grandes recursos materiais e imateriais, a gestão pode encaminhar-se no sentido de uso desta condição na constituição de poder político.

Para compreender a complexidade da crise e da *circulação do capital*, recorre-se a dimensão geográfica⁸⁹ para embasar o estudo da integração regional via *política territorial*. Assim Moraes, procede à *especialidade do modo de produção capitalista*⁹⁰ e das formas capitalistas de valorização do espaço e de uma valorização capitalista do espaço.

Defende-se que a desenfreada globalização acarretou modificações sobre o Estado, ressignificando a organização política de variados grupos políticos, ao promover a *integração do sistema estatal ao mercado mundial*⁹¹.

Por fim, a ciência política como apresenta Hirsch (2010) determinação dos atores atomizados necessita de uma análise das *formas históricas concretas*. Os processos de transformação e conflito, é, deste modo, uma manifestação das relações sociais e de classe. A conjuntura, assim, é a posteriori da reprodução consequente do modo de organização instalada historicamente no processo de *valorização do capital*.

A reprodução dos programas de infraestrutura não seguem um modo viciado político, mas como uma necessidade da reprodução material da sociedade, da realização da *mais valia* e na extração para transferência de mais valor para *formações sociais específicas*, no consórcio síncrono de Estado e corporações, objetivando decisivamente o poderio econômico, político, militar, bélico, diplomático na difusão ideológica de convencimento das sociedades a concordância com os discursos institucionalizados.

O conjunto das intervenções estatais necessitam-se, entretanto, dos processos e das instituições liberal-democráticas corporificadas nas formas fetichizadas da “vontade popular”. Esta pode, no entanto, estar sujeita as relações de força, cuja estrutura pode agir expressamente a favor da estrutura organizativa das relações sociais de força (vide a propositura das discussões apresentadas Poulantzas e Jessop).

Assim sendo, a especificidade construída nos meandros das relações de força produz no Estado capitalista moderno, um *arcabouço institucional* com sua vinculação de domínio, movendo-

⁸⁹ Em *Valorização do Espaço*, Moraes (2000; 2002) reflete sobre o movimento físico do valor no espaço regional e do planeta e que no caso dos estudos de integração regional. A incorporação de *transferência de valor* e *apropriação do espaço* e que capta a lógica locacional.

⁹⁰ Moraes (2010, p. 16-17).

⁹¹ Ver Bob Jessop (2017, p. 229).

se junto as relações sociais e suas contradições no seu interior, de modo garantir unidade dos aparelhos políticos, no sistema político e sistema de Estados.

A dinâmica dos processos de acumulação e de valorização, encontram-se no nível institucional, um dado analítico. Assim, as formas exteriores dos fenômenos substitui pela expressão geral do “sistema político”, estabelece-se uma crítica do *mainstream* com sobrepeso a conjuntura política (jornalismo político).

Portanto, a pesquisa, como potencial reveladora, deve ser portadora do reconhecimento dos campos de luta com a devida atenção crítica aos efeitos limitadores, ainda que a política seja ação dos indivíduos frente as devassas sociais em tempos ultraliberais, uma a ciência que forneça o entendimento da formação dos processos contraditórios que se expressam na sociedade.

2.8 A natureza das políticas territoriais e das confrontações geopolíticas no Brasil: o Programa de Parceria e Investimento — PPI e sua propositura neoliberal para integração ao mercado mundial

Os rumos da *política territorial* brasileira, tem modificado sua forma ao longo tempo, em especial a reorientação da política econômica, a partir da *Ponte para o Futuro 2016*. Tal fato, tem despertado sentimento de indignação e traição quanto ao suposto papel do Estado, no seu sentido unificador de interesses nacionais, sobretudo no contexto de *confrontações geopolíticas*, sobretudo no século XXI.

Diante da emblemática situação, a questão a ser respondida neste capítulo é a seguinte: Qual o papel do Estado na condução da *política territorial* do Programa Parceria e Investimento (PPI)? É a partir dela que se disserta acerca dos temas que a orbitam e reluz a complexidade envolvida no seio do Estado, sociedade de classes e interesses corporativos e as questões que dela se derivam.

Como se imbricam as confrontações mundiais e a cooptação das classes na gestão das políticas públicas na organização do espaço nacional? Por que ela é escamoteada com a justificativa de atender o interesse público? Quais são as novas formas que se dinamizam a partir da presteza da ciência em consolidar discursos institucionais? Que interesses respondem a defesa do interesse nacional, estratégico e geopolítico?

A fim de responder à questão central, a investigação teve como rota a discussão bibliográfica acerca dos seguintes temas: o 1) *sistema capitalista e acumulação capitalista*, 2) *Estado, capital, forma política, bloco no poder e frações de classe*, 3) *confrontações geopolíticas e estratégia espacial capitalista*, 4) golpes de Estado, contrarreações institucionais, destituição de blocos políticos e *integração ao sistema* estatal, 5) repercussões nas iniciativas de integração regional no Brasil e seu *entorno estratégico*. O exemplo do PPI e sua propositura de desenvolvimento econômico ultraliberal, alinhamento ideológico e submissão EUA, discursos institucionais, geopolíticos e civilizatórios.

Para este empreendimento, este *capítulo* busca compreensões fundamentais que recaem sobre o estudo do comando da *política territorial*. O objetivo é a aproximação metodológica no ponto de partida para a análise, a concepção materialista sobre o papel do Estado e os conceitos fundamentais que o sustentam.

O conceito de *política territorial* é amplamente utilizado entre os geógrafos. Na revisão bibliográfica encontram-se autores que o dialogam simultaneamente com a geografia política e geopolítica. Alerta-se o leitor, no entanto, que esta investigação será destrinchada no *capítulo* seguinte.

Por razões metodológicas, recorre-se, pela exposição conceitual da pretensão apresentada. As conceituações clássicas de *política territorial*, *geopolítica* e pareá-la com a concepção crítica, a fim de interceptar a essência do movimento que modifica sua forma.

Para isso, elencam-se contribuições bibliográficas destacadamente Poulantzas, Jessop, Hirsch e Harvey. Como resultado preliminar, aborda-se a relação entre os conceitos, a saber: *acumulação no modo de produção capitalista*, *Estado capitalista*, *instituições*, *bloco no poder*, *forma política*, *forma social*, *enfoque estratégico relacional*, *expansão geográfica do capital* e *confrontações geopolíticas*.

Verifica-se que a investigação valida o empreendimento de pesquisas que envolvam tomadas de ações consideradas estratégicas. Revela-se, assim, um avanço no entendimento de captura, a cooptação de parcelas da *arquitetura institucional* do Brasil, fundamental para abordar

o objeto de estudo da dinâmica da *política territorial*, no contexto pós 2016, sobretudo no governo ultraliberal. É o exemplo do Programa Parceria e Investimento — PPI⁹².

A pesquisa, por fim, evidencia a importância das conceituações para a análise da relação existente entre Estado e políticas públicas, o discurso institucional presente na *política territorial* aos exemplos de programas de infraestrutura. Uma propositura lastreada no modelo de desenvolvimento econômico e os interesses que os permeiam.

A proposta analítica é um intento de aperfeiçoamento metodológico, para análise do objeto no estudo dos conceitos⁹³ e das categorias basilares supracitadas, necessárias para o aprofundamento do objeto, no estudo dos conceitos da *geopolítica* e a dinâmica das *políticas territoriais*, no contexto da crise capitalista e geopolítico mundial do segundo decênio do século XXI.

Como resultado dessa pesquisa, verificou-se a relevância da incorporação de outros conceitos que abrangem a discussão proposta neste último tópico, síntese do *primeiro capítulo*, a concepção crítica em relação ao papel do Estado e como as instituições significam um elogio do posicionamento ideológico.

A primeira é a do autor Luis Estenssoro⁹⁴ que elucida em sua tese, com grande explanação de informações e, mais especificamente, ao retratar *o desenvolvimento capitalista e imperialismo* aponta que nesse período pós-anos 1970, promoveu-se ajustes e a integração das economias nacionais ao mercado global.

Com o objetivo de tentacular por meio dos alicerces institucionais para a *difusão do pensamento único*, que veicula o neoliberalismo. O enfraquecimento dos sistemas de governo, uma vez que o centro de decisões regidas pela plataforma econômica deixa de ser os representantes dos governos ou dos parlamentos e são os operadores privados atuando em escala internacional.

O arrebatamento tem a base na centralidade do capital monopolista, na contemporaneidade, nas formações e as fases do desenvolvimento capitalista. Sendo o *imperialismo*⁹⁵ não é um estágio,

⁹² O PPI surge em 2016 sob a ótica da *Ponte para o Futuro* e se consolida no governo ultraliberal e autoritário de Jair Messias Bolsonaro em 2019 pelo Partido Social Liberal (PSL) e atualmente sem Partido.

⁹³ Costa (1992, p. 35) e Costa (1997, p. 13).

⁹⁴ “*Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina*” (2003)

⁹⁵ Amin (2001) apud Estenssoro, (2003).

nem mesmo o último estágio, do capitalismo: desde o começo deste modo de produção, o *imperialismo* é inerente à expansão capitalista. A conquista do planeta pelos europeus e pelos EUA se deu em três fases, cuja região sul-americana, identificou formas ao qual os processos, resultam em pobreza e *dívida social*⁹⁶.

Esta condição, segundo o autor, os países latino-americanos defrontam-se com o dilema de uma inserção competitiva nos campos mais dinâmicos do *mercado mundial*, confirmou-se uma ilusão. São relações “carregadas de ambiguidade, controvérsia e contradições”, nas quais as classes dominantes (burguesia hegemônica e burguesia subalterna) disputam a apropriação do *excedente econômico*.

A crise despontada da *contratualização moderna*⁹⁷ e desfrutada por uma parcela diminuta da população, ao propalarem a *pobreza e a miséria*⁹⁸ que seriam destrutivas da humanidade no homem.

A segunda é a contribuição do capítulo de Ingrid Félix pela temática do *Estado e Políticas Públicas*, ao exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a propositura de desenvolvimento econômico. Um peso bibliográfico a contemporaneidade que se soma ao pensamento crítico reflexivo.

Felix (2019, p. 172) aponta que de diferentes formas o Estado⁹⁹ sempre esteve presente nas relações de produção capitalista, bem como em sua reprodução, possibilitando o andamento de todas as fases do ciclo do capital, sobretudo no Estado Moderno¹⁰⁰.

⁹⁶ Santos, Milton. *Por uma Outra Globalização. Do pensamento Único à Consciência Universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000, pp.69-74.

⁹⁷ Pois bem, a crise da contratualização moderna consiste exatamente na predominância dos processos de exclusão sobre os de inclusão. O “Consenso de Washington”, com todos os seus itens, aliado a um consenso em torno do Estado fraco e outro em torno a condições minimalistas de democracia liberal, conjunto que Sousa Santos chama de “consenso liberal”, Estenssoro (2003, p. 214)

⁹⁸ A pobreza e a miséria seriam destrutivas da humanidade no homem. Ora, que mais desumano que sentimentos de hostilidade das pessoas “normais” em relação aos pobres estarem gerando até uma mentalidade exterminatória? Isto é fascismo, diria Sousa Santos. Isto é neonazismo, diz Luciano Oliveira. Op cit. (p. 217)

⁹⁹ Ver o capítulo “*Estado e Políticas Públicas: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e sua Propositura de Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Econômica*” no Livro “*O Fim do pensamento crítico reflexivo? a negação do humano e banalização da teoria*” (2019)

¹⁰⁰ O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é verificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação coercitiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital [...] (MESZAROS, 2011, p. 107) apud Felix (2019, p. 172-173)

Assim, em sua análise, pontua-se o papel do Estado, se modifica visando atender as novas formas de produção, estágios do capitalismo, na sustentação jurídico-política e como instrumento de valorização capitalista, necessárias para a acumulação capitalista.

Com o domínio do modelo neoliberal, as políticas públicas sofrem modificações, mais direcionadas e buscam como resultante o livre funcionamento do mercado. O Estado, aparentemente, apresentado como Estado-mínimo, cumpre a função de equilíbrio social e aplicação das medidas e recursos que irão favorecer a reprodução do capital. O livre mercado é apontado como equalizador das relações na estrutura social, “repudiam” a responsabilidade do Estado em direcionar verbas de investimentos para o atendimento de políticas sociais, mascarando seu real objetivo. Em um Estado de inspiração neoliberal, as ações e estratégias (...) as políticas do Estado incorporam de forma estrutural às necessidades da expansão do capital no mercado mundial. (FÉLIX, 2019, p. 173-174)

A análise por apresentar as contribuições teóricas, fortifica as categorias basilares para o entendimento das ações que vigoram e dão sentido, através do poder do Estado, a consecução da *geopolítica* e o de *políticas territoriais*.

Como resultado dessa aproximação metodológica identifica-se que há uma contribuição analítica, não tão somente a natureza do Estado de maneira simplificada, mas na riqueza que o campo das Ciências Sociais, tem por colaborar para a interpretação da especificidade dos entranhamentos no interior do Estado.

Por isso, reconhece-se a existência de distinções e inter-relação na composição das forças políticas derivadas que permeia sua constituição. Isto é, compreender que há esferas de ação que não sejam consideradas “estratégia” direta e planificada.

As esferas de ação serão consideradas pelo reconhecimento da *formação territorial*, ao caráter geográfico, na interpretação da *espacialidade* dos fenômenos, que correspondem uma expressão regional. É amplamente percebido a dinâmica das formas políticas, os discursos e o discurso civilizatório que arremata a sociedade, conduzindo-a para a legitimação do status quo.

Neste sentido, é necessário expor as contradições da sociedade e no Estado, norteadora dos indivíduos, grupos econômicos e os interesses de classe, que compõem uma dinâmica que derivam um fundamento comum, regidos pela categoria da *totalidade*.

O fundamento comum que existe é a busca incessante pela valorização do capital. As formas sociais e formas políticas, em constante movimento, são obnubiladas perante a sociedade, caráter essencial defendido em nossa análise, e em razão disso, desvendar os interesses que permeiam as instituições.

Afirma-se que dispersamente de um poder central representado pelo Estado, é nele que se configuram uma teia de intenções, ao qual prevalece a opção nas tomadas de ação, que atendam as demandas sociais e, em face do aprofundamento, das demandas dos grupos de interesse, *frações de classe* e das contradições inerentes que constituem o *bloco no poder* e a *classe dirigente*.

As demandas necessitam de ser acuradas, uma vez que estas possuem graus diferenciados de influência de ação, no uso da coerção do aparato do Estado. Os meios aos quais se exercem o Poder do Estado, clarificam os interesses corporativos e de classe, que influem sobre os *territórios*, nas *políticas públicas* e na *organização do espaço*. De igual modo, as ações que configuram diversas medidas das políticas públicas, orquestram a assim chamada *política territorial* de um Estado. Portanto, sujeita pela dinâmica das parcelas de classe em um Estado-Nação, na *mediação* com o *mercado mundial* e a ordem hegemônica global.

Assim como a *política territorial* é enviesada como mecanismo de *acumulação* dos grupos econômicos no Brasil, ela também o é para suprir necessidades e cumprir uma função para atender as parcelas fora do país. Isto é, considerar a *expansão geográfica do capital*, reconhecendo as consequências da reprodução do capital ao nível interno.

Dessa maneira, a *posição*, confere um arbítrio dos meios aos quais nos é posto como condição natural, no jogo da *cooptação global*, que imprimem nas *instituições* de países com formação histórica colonial e, sobretudo em nossa análise, no Brasil.

Tem-se, portanto, a partir de 2016, a mudança da forma das *políticas territoriais* em programas de infraestrutura, tais como elas se apresentam e terem sido associadas, no período anterior, a constelação de blocos regionais. No entanto, a destituição da União das Nações Sul Americanas (UNASUL) (antes necessária para projeção espacial idealizado na bandeira integracionista, liderado pelo Brasil), assume-se, concomitantemente, a esse processo, a formação do Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL), de caráter liberal e afeita aos interesses ideológicos estadunidense, destoando da propositura que articulava esferas de defesa, integração, ciência e infraestrutura.

Por isso, incorpora-se na análise das *formas políticas* ao se apropriarem do discurso nacional e sua legitimação através deste e outros documentos nacionais. Assim, configurando o aspecto jurídico-político de coerção que respaldam ações da *Carteira de Projetos do PPI*.

As formas políticas atribuem um significado de como é exteriorizada o desenvolvimento no espaço de um *mercado mundial* da *corporificação das classes* e a atuação da burguesia global no empreendimento de cooptar estas parcelas. Essa incorporação metodológica considera a expressão de uma *rede internacional de relações de classe e de relações de força*.

De fato, os discursos e as estratégias de intervenção, representam uma espacialidade das *confrontações geopolíticas* ao nível global. Neste cenário observam-se os impactos de duas principais políticas territoriais que se consolidam em programas de infraestrutura, que corroboram para uma projeção espacial. Notadamente, verificam-se as ações empreendidas pela China e EUA.

A *Iniciativa Cinturão e Rota*¹⁰¹, também conhecida como *One Belt One Road – OBOR*¹⁰², preocupação com as externalidades se faz acompanhar não somente o âmbito comercial, mas também a *defesa* e as *ambições geopolíticas*¹⁰³. A possibilidade de aumento do poderio econômico chinês está ancorada em um conjunto de fatores que integram o sistema produtivo e logístico a devida circulação com o sustentáculo político que garanta o funcionamento do circuito. Com base nisso, inicialmente apresentou-se aos países regionais o interesse capitaneado pelo Xi Jinping¹⁰⁴.

Embora não tenha sido cunhado pela elite chinesa, o fato do modelo chinês, com forte atuação do Estado no desenvolvimento e baseado nos históricos *Cinco Princípios de Coexistência Pacífica* (1955), e percebido como diferente – e até divergente – da supremacia neoliberal consagrada no Consenso de Washington¹⁰⁵ e do intervencionismo dos EUA.

A disputa global na condução dos investimentos tem despertado recentes atritos entre China e EUA. Este emblemático conflito está refletindo diretamente nas tratativas de acordos em projetos de infraestrutura, no qual Pequim quer expandir para a América Latina e, principalmente, o Brasil para a *One Belt One Road (OBOR)*, já presente na Ásia, Europa e África.

¹⁰¹ faz alusão a história sinocêntrica da *Nova Rota da Seda* que se desdobra entre impasses políticos e a viabilidade das plataformas de acesso. Esse feito, foi uma das consequências dos quarenta anos das reformas de Deng Xiaoping e o renascimento da China como potência.

¹⁰² Refere-se a Nova Iniciativa do Cinturão e Rota, conhecida também como “Um Cinturão, Uma Rota ou Cinturão Econômico da Rota da Seda”, alusão histórica a Rota da Seda, mas situa-se no século XXI ou Nova Rota da Seda.

¹⁰³ Desenha-se ao argumentar com base em Arrighi (2008) de que o projeto levado adiante pelo crescente poderio econômico-diplomático da China, intenta-se como um projeto que oferece alternativas ao estilo de globalização conduzida pelos EUA.

¹⁰⁴ como notícia *The State Council The People’s Republic of China*” (2015).

¹⁰⁵ Ver (PAUTASSO, 2016).

Em contraposição, os EUA tentam conter avanço chinês com projetos próprios e, atualíssima, aproximação com a proposta *American Growth*. No Brasil, a iniciativa será conhecida como *América Cresce*¹⁰⁶, aguardando parecer jurídico do Ministério da Economia.

A espacialidade das *confrontações geopolíticas*, devem ser consideradas não só, grosso modo, dos Estados, mas que inclua as Corporações, isto é, *Estado-Corporações*, na consolidação do exercício da política pública, alçada ao serviço da dívida e de abastecimento por meio da circulação, os recursos, o capital, expansão do capitalismo que implica na modificação do *espaço geográfico brasileiro*.

Portanto, o aprofundamento das especificidades do Estado é necessário para aguçar a análise das ações, considerando o cenário global e o arrebatamento nas instituições, nas suas formas políticas e composição das formas sociais que se modificam em face à dinâmica das relações sociais e da formação sociopolítica da sociedade.

Uma vez estabelecida a evidência da particularidade do contexto econômico internacional, atuação de outras nações, com *discursos civilizatórios*, em especial EUA e China, blocos econômicos e tentativas de acordos multilaterais e bilaterais, o cenário de disputa comercial e dianteira tecnológica.

Nesse processo, reluz a capacidade do investigador e da tarefa de geógrafos, a consideração de ir além dos efeitos limitantes das fronteiras das nações. Neste sentido, o estudo da composição do Estado e a interpelação do instrumento do aparato estatal, para acumulação de capital de grandes corporações e submissão consentida de parcelas da *classe dirigente* que sustenta a *mediação* ao nível do *mercado mundial*.

Trata-se de um aporte metodológico que certifique a investigação, na identificação dos atores presentes nos leilões, os ganhadores e as consequências da transferência do *patrimônio público* para o *privado*.

De fato, o aporte teórico fortifica-nos para ir além de *uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que consigam viabilizar essas políticas*.

¹⁰⁶ A importância desse programa encontra um dado analítico do interesse estratégico estadunidense em ampliar a penetração do capital em setores energéticos e informacional. Como exemplo disponibilizado em: <https://br.usembassy.gov/pt/america-cresce/>

A congregação dessa definição, enraizada na análise da essência do papel do Estado, na conformação dos interesses de classe, sob o julgo da cooptação institucional, da *rede interestatal capitalista*. Acredita-se em uma contribuição importante deste ensaio e concisa, no trato das *políticas territoriais*.

O processo de destruição da *forma política* apresentada na nova região geopolítica na América do Sul está em andamento. Houve uma tendência de mitigar o papel dirigente do Estado com características que o compõe, um suposto teor desenvolvimentista.

As políticas públicas consolidadas através das políticas territoriais, evidenciam o caráter do bem político mais sofisticado ao seu prazer, o Estado. Embora iniciativas como essas sejam objetificadas ao papel estratégico do Estado e o discurso nacionalista, as políticas do ultraliberalismo nos mostram uma outra face¹⁰⁷.

O papel do Estado, no contexto pós 2016, legitimando as ações das corporações através dos Leilões (captura de diversos sistemas técnicos) e Licenciamento Ambiental (captura de novas áreas para valorização capitalista do espaço), vistos no último *Capítulo*.

Primeiro, em Bragaia (2021) *Os Leilões 5G e PPP Radiocomunicação Digital Crítica e Defesa*, por situar os interesses que fogem a nossas vistas, mas infligem ao espaço nacional o lócus dos acontecimentos, foi suspensa diversas vezes, diante da disputa pela dianteira tecnológica amplamente simbolizada.

O autor concluí que não haverá validade universal para o uso destas infraestruturas. Trata-se da busca do controle do meio, instalado sobre um espaço social construído, que se modifica segundo a decisão, de equipamentos deste meio informacional e seus difusores de dados, propagandas e costumes. Um novo momento de mundialização do capital. Essa atuação deriva de empresas, agentes públicos e privados nas relações de classe no Estado.

As iniciativas revelam a dimensão *agroestratégica* empreendida pela China. A *dimensão energética* e rivalizante empreendida pelos EUA, visando manter sob sua influência o Estado brasileiro. As expansões das infraestruturas físicas e sociais no Arco Norte, conflitante com o agronegócio estadunidense e facilitador da demanda chinesa. Estas estão envoltas de disputas,

¹⁰⁷ Assim como a ilusão da *forma política* indica o papel do Estado, sem o exercício.

conflitos, processos e lutas políticas de todo tipo, compõem as contradições próprias do sistema capitalista.

Um leque investigativo é aberto e oportuno nas qualificações do estudo, para o aprofundamento da pesquisa. Elas se situam no trato das formas políticas de legitimação. É a partir dessas formas que se configuram as expressões subjacentes, no conteúdo dos novos discursos¹⁰⁸, a ideologia imprimida e a presteza da ciência em atendê-la, sobretudo presente nos documentos nacionais.

¹⁰⁸ Tal como a era televisiva e, agora, a era digital é uma semelhança histórica entre Berlusconi e Bolsonaro, ambos marcaram destaque em seus tempos. Para Nobre (2022) (...) é possível fazer algumas comparações com o caso dos Estados Unidos. A atuação bolsonarista se assemelha, sob muitos aspectos, à estratégia do Tea Party. Esse movimento de extrema direita se organizou no fim dos anos 2000 em defesa de uma pauta ultraliberal que incluía cortes de impostos e redução do tamanho do Estado, de maneira mais ampla, posicionando-se contra políticas públicas de apoio aos mais pobres e programas públicos de saúde de caráter universal, além de defender o fim da regulação da iniciativa privada, a garantia da liberdade de portar e usar armas de fogo, o desmantelamento de sindicatos ligados ao setor público, políticas migratórias altamente restritivas e valores familiares tradicionais e pró-vida.

3 A GEOGRAFIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS: DISCURSO INSTITUCIONAL E GEOPOLÍTICO

O estudo da contemporaneidade perpassa, necessariamente, pelo conhecimento do passado. As novas formas que urgem no século XXI, possuem raízes históricas. A dinâmica que impõe, sobretudo pela ação estatal, modifica as formas, os discursos e imputam sofisticados empreendimentos que desafiam a tarefa investigativa em entender sua essência, isto é, decifrar o que move a realidade, o movimento transformador constante da estrutura, razão e da ciência.

O objetivo deste capítulo consiste na apresentação de autores que se debruçaram sobre história e sociedade, a *formação territorial* brasileira. Como proposta de análise, objetiva-se especificamente identificar as *políticas territoriais* ao longo do século XX ao XXI, apresentando, prioritariamente, as motivações que induzem a modificação de sua forma, a bandeira discursiva e ideológica a qual se apresenta e legitima perante a sociedade.

3.1 Introdução ao Estado territorial na Geografia Histórica no Brasil

Em todos os momentos houve a chancela modernizante e de ordem da segurança nacional, unidade nacional e a *política territorial* caminhada de mãos dadas a geopolítica.

A expansão capitalista no fim da segunda metade do século XX em países como o Brasil, levou a uma reorientação do peso das atividades econômicas dos setores industriais, para o modelo de desenvolvimento econômico sustentado no superavit primário.

Discorre-se, assim, acerca dos imperativos que a condicionam: espacialidade dos modos de produção capitalista, disposição de infraestruturas que dinamizam os fluxos de recursos naturais, pessoas, mercadorias, com vistas ao consumo e acumulação capitalista.

Estas condicionantes estão constantemente sujeitas a momentos de crise de ordem político-econômica, de necessidades em atender o mercado global, aos conflitos globais que disputam a transferência de riqueza, de conflitos entre as classes sociais, crises e golpes, e a propagação de discursos carregados de ideologia.

A conduzir a crise brasileira contemporânea, o direito. Não se trata de um agente novo nem de uma mudança de sua incumbência, pois o direito modelou a alma política brasileira ao menos desde o Império e a República Velha e é, desde sempre, responsável por garantir

a exploração capitalista e a propriedade ao já proprietário, bem como por reprimir os indesejáveis, da escravidão até o atual direito penal. A novidade do direito é sair da administração quotidiana do domínio de classe para ser a ponta de lança da investida da luta de classes burguesa. Para tanto, amplia seu escopo e substitui postos na dianteira do múnus golpista. No que tange ao movimento de expansão, sua natureza decisória em favor do capital e das elites e de perseguição contra o povo se alarga, de modo ainda mais cirúrgico, seletivo e casuístico, contra determinados dirigentes políticos e empresariais. (MASCARO, 2018, p. 52)

No intuito de apresentar ao leitor a sequência expositiva, o texto se encaminhará em: 1) a *geografia histórica das políticas territoriais*; 2) exposição das ideologias modernizadoras do território, a propositura de desenvolvimento econômico e o papel das Instituições em imprimir discursos geopolíticos; 3) Estado, capital, crises e golpes na configuração de novas formas de acumulação capitalista.

A revisão bibliográfica identificou autores que se debruçaram em diferentes matizes metodológicas. A intenção é que a evidência para o leitor como a *geografia histórica das políticas territoriais*, que se consolidavam enquanto programas de infraestrutura, estão intimamente ligadas ao discurso legitimador institucional e *geopolítico*, o papel do Estado nas ideologias da modernização do território.

Recorre-se aqui, sobretudo, ao estudo empreendido por Antônio Carlos Robert de Moraes em *Território e História no Brasil* (2005) e *Geografia Histórica do Brasil* (2011), cuja contribuição será fundamental e estará presente nas demais partes seguintes.

Por outra via, autores cuja bibliografia constitui considerada visão institucional vistas desde Mário Travassos¹⁰⁹, Golbery do Couto e Silva¹¹⁰, até Celso Amorim¹¹¹ e Samuel Pinheiro Guimarães¹¹². A análise foi debatida, priorizando a captura dos discursos contemporâneos, como *Estratégia Nacional da Defesa* e consolidados no *Livro Branco da Defesa*.

¹⁰⁹ Foi Marechal brasileiro (1952), autor de *Projeção Continental do Brasil* (1938) uma das primeiras obras de *geopolítica* feitos no Brasil.

¹¹⁰ Foi Ministro da Casa Civil do Brasil (1974 – 1981), filiado a Aliança Renovadora Nacional, o general e geopolítico brasileiro, reconhecido como um dos principais teóricos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), na década de 1950 da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Serviço Nacional de Informações (SNI).

¹¹¹ O professor, acadêmico e diplomata Celso Luiz Nunes Amorim foi ministro das Relações Exteriores e da Defesa durante os governos Itamar, Lula e Dilma (obteve destaque pela sua atuação durante na política externa governos do PT).

¹¹² O professor, diplomata e economista Samuel Pinheiro Guimarães Neto foi 2.º Ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos do Brasil (SAE) (2009 – 2011) e Alto Representante-Geral do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (2011 – 2012).

Em *O Estado Territorial* e a configuração territorial na história do Brasil, Moraes (2011) volta-se para a configuração de um território é passível de ser explicada no trato das ações que o conformam. Para tanto, a necessidade de uma postura analítica que compreenda movimentos e fatores econômicos, políticos e culturais na produção do espaço. A análise da geografia histórica, se atenta ao movimento e os fatores, processos que condicionam a manifestação fenomênica.

A *produção do espaço* no campo do discurso e da materialidade, sob a égide do capitalismo, constitui como fundamento os processos de *valorização do espaço*. Uma das categorias essenciais é o modo de produção, uma estrutura que imprime um conteúdo, segundo Moraes (2011) na medida que seu movimento revela regularidade e finalidades bem identificadas e passíveis de explicação.

Esta última é apontada no capítulo *A Geografia Histórica do Capitalismo*, sobretudo sob a espacialidade do *modo de produção capitalista* (MPC) e o seu caráter necessariamente multi-escalar da análise geográfica, imputa criação e reprodução de infraestruturas na lógica geral do sistema, ou seja, as formas capitalistas do espaço e de uma valorização capitalista do espaço.

No decorrer do livro, há uma preocupação em relatar as vias de desenvolvimento, dos empreendimentos políticos de toda ordem na particularidade histórica dos países latino-americanos, condição comum de sua formação colonial.

Segundo Moraes (2011) no século XVI a instalação da colonização portuguesa, no século XVII como a consolidação da soberania lusitana, no século XVIII, o “século do ouro” e a maior presença do controle estatal, uma série de medidas de clara índole geopolítica. Nos meados deste mesmo século, sobretudo nos Tratados de Madri (1755)¹¹³ e de Santo Ildefonso (1777)¹¹⁴ delineando com suporte diplomático, as ambições territoriais, os embates geopolíticos e cartográficos, submetidas a lógica da colonização.

Seguem-se os eventos que se manifestaram na vinda da Corte Portuguesa¹¹⁵, a emancipação política e a sede imperial com centralidade no Rio de Janeiro. A continuidade da monarquia

¹¹³ Foi firmado na capital espanhola entre os reis João V de Portugal e Fernando VI de Espanha (1750), responsável pela definição dos limites de suas respectivas colônias na América do Sul, com o objetivo de evitar disputas.

¹¹⁴ Trata-se dos tratados de (1777) entre a Espanha e Portugal, com o intuito resolver disputas territoriais das possessões pertencentes aos reinos na América do Sul, com destaque na região do Rio da Prata.

¹¹⁵ Trata-se da vinda da família real portuguesa ao Brasil (1808 – 1821). A transferência da corte foi o episódio que mistura a história de Portugal e do Brasil. Vieram também a nobreza, servos, empregados domésticos e uma biblioteca com mais de sessenta mil livros.

bragantina e a soberania dinástica, empreenderam domínio sobre o território colonial. O autor enfatiza a questão, ainda que independente, o Brasil permanecia como parte do patrimônio territorial da Casa de Bragança¹¹⁶.

Para Vitte (2020) a herança extrativista na América Latina, desde o século XVI, destacou-se pela devastação ambiental colonialista e, posteriormente, a formação territorial dos Estados nacionais.

Depreende-se que houve no Brasil, por um lado, várias áreas e fluxos que se integravam e dinamizavam o espaço nacional, justamente por serem dotados de estrutura produtiva, da disposição do modo de produção, concentração de mão de obra e organização social e política nos núcleos que se formaram.

Por outro lado, a jurisdição, a legitimação constitucional exerceu soberania diante do espaço físico. As áreas que não integravam a dinâmica, são alvos da ideia de conquista, tal qual a injeção expansionista, iniciada como empreendimento político e ainda vigente sobre nova forma. Trata-se do direito, da persuasão do *discurso civilizatório* a serem incorporadas.

Desse modo, a formação perpassa pela ação estatal, na consolidação das fronteiras, constituindo a potência centralizadora para salvaguardar e defender de interesses externos, ao promover o bem-estar, as “Luzes a esses sertões”, em suma a edificação material do país. Os processos de modernização consolidam-se no decorrer da história e de suas instituições a ideia de consolidação e formação nacional¹¹⁷.

No século XIX, Moraes (2011) aponta o diagnóstico comum, o de construir um país moderno. Tratava-se na defesa da construção nacional e processo de “modernização”. Tal empreendimento necessitava assegurar, a partir dessa matriz ideológica, as investidas do governo republicano, que prontamente utilizou-se do orçamento no favorecimento higienista, de equipamentos públicos ou “próteses territoriais” nas capitais e contínua promoção da dinâmica a fim de dar vida e espaço, ao projeto nacional.

¹¹⁶ Trata-se da família nobre portuguesa, responsável pela influência política na Europa e no mundo até o começo do século XX, sendo a casa real (1640 – 1910).

¹¹⁷ Moraes (2011) ressalta que em uma delas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) concebia duas correntes, a primeira pelas qualidades naturais e os recursos naturais, alegando que o território brasileiro estava fadado a ser uma potência geopolítica no futuro. Por segundo, a política em incentivar o branqueamento.

O foco, segundo o autor, gerou a exclusão, por consequência de orientações antipopulares, onde a população não aparecesse.

E não se tratava de modernizar o povo, de modo a adequá-lo à paisagem moderna em implantação, o que implicaria em massivos investimentos em educação e saúde pública. Os planos começavam e terminavam na edificação de formas espaciais. Em suma, a dotação de equipamentos modernos no território era apresentada como a receita para o progresso da nação, uma versão atualizada da já antiga concepção do “país em construção”, que reafirmava todos os seus fundamentos e suas determinações. (MORAES, 2011, p. 91).

3.2 A Geografia Histórica das políticas territoriais do século XX ao XXI: a propositura de desenvolvimento econômico, discurso institucional e geopolítico

Neste tópico, objetiva-se a uma revisão bibliográfica de autores que se debruçaram sobre as *políticas territoriais* e denotaram o conteúdo *geopolítico*. Alerta-se que a investigação possui diferentes enfoques analíticos. O intuito é extrair dos autores e de importantes obras¹¹⁸, a consideração objetivada e, posteriormente, apresentar considerações de suas diferenças metodológicas. Os autores desta investigação constituem importantes análises que representaram investigar o Estado e também eventuais participações nas políticas de governo.

Nesse sentido, há de se notar a tese *Geografia Política e Geopolítica no Brasil* (2013) de Eduardo Karol, por retratar esse quadro político e institucional que cerca o conhecimento *geográfico político* e a *geopolítica*.

As proposições geopolíticas de alguns geógrafos tiveram resultados/impactos nas políticas de Estado e foram para além das políticas de governo, dentre estes trabalhos estão aqueles que muitas vezes foram dirigidos por Bertha K. Becker. [...] A participação de geógrafos em órgãos estatais pôde ser demonstrada pelo cotejamento de documentos oficiais que expunha as ideias e as afinidades entre os grupos organizadores. [...] O que configura a criação de um corpo de especialistas com afinidades de desenvolver e implementar políticas territoriais quando são chamados a colaborar com o Estado. (KAROL, E. 1991)

Por motivos de saturação da discussão acerca dos autores, optou-se na pesquisa significar essa evidência, para perseguir, em outro momento, as diferenças tão bem alcunhadas pelo geógrafo e relevante contribuição, uma vez que em seu manuscrito, destacam-se as nuances, as filiações teóricas, a cada qual teve sua participação, ora no âmbito acadêmico, ora no âmbito direto com as políticas governamentais.

¹¹⁸ Costa (2007) em *Estado e Políticas Territoriais no Brasil* (1997), *Geografia Política e Geopolítica* (1991), em Mamigonian. *O pensamento de Ignácio Rangel e a questão nacional hoje* (2009), Becker *Brasil uma nova potência regional na economia mundo*. Miyamoto *Geopolítica e Poder no Brasil* (1995), *80 anos da obra Projeção Continental do Brasil*, de Mário Travassos (2015) e *Geografia Política e Geopolítica no Brasil* (2013).

Em Moraes, a geografia histórica do Brasil no capítulo *A Construção do Território no Brasil: um esboço* é notado a particularidade histórica brasileira manterem-se sob a órbita de uma mesma autoridade política no processo de independência, o que implicou na não fragmentação do espaço colonial como ocorreu nos territórios coloniais hispânicos na América.

No tópico *territorialidade estatal e políticas territoriais no Brasil* destaca-se que a consolidação do domínio territorial, tornou-se uma entidade *geopolítica* e provida de autonomia, sobretudo após a independência e a “positividade” ofertada no presente histórico. A proclamação da República escreveu uma nova forma de governo e sociabilidade política, apoiado no discurso cientificista e de expedições que reafirmassem a qualidade e reconhecimento do território, a ideia de conquista espacial para influir na *conformação territorial* do país¹¹⁹.

A partir dos processos da união das coroas ibéricas – a própria metrópole deixou de existir enquanto unidade *geopolítica autônoma* entre 1580 e 1640. (MORAES, 2011, p. 120)

Para (Moraes p. 122) a proeminência das instituições é verificada pelo Tratado de Madri, de 1750, tornando-se, em suas palavras, o Brasil com uma identidade geográfica e *entidade geopolítica*. No processo de transferência da capital, a consciência ficou evidente no plano *geopolítico* a partir do século XIX.

Na segunda metade do século XIX, a territorialidade já demarcada, restaram-se algumas pendências *geopolíticas* (ibidem p. 124) e a oferta ao presente histórico como um estoque de espaços e recursos, idealizando projeto “nacional”.

A conduzir a crise brasileira contemporânea, o direito. Não se trata de um agente novo nem de uma mudança de sua incumbência, pois o direito modelou a alma política brasileira ao menos desde o Império e a República Velha e é, desde sempre, responsável por garantir a exploração capitalista e a propriedade ao já proprietário, bem como por reprimir os indesejáveis, da escravidão até o atual direito penal. A novidade do direito é sair da administração quotidiana do domínio de classe para ser a ponta de lança da investida da luta de classes burguesa. Para tanto, amplia seu escopo e substitui postos na dianteira do múnus golpista. No que tange ao movimento de expansão, sua natureza decisória em favor do capital e das elites e de perseguição contra o povo se alarga, de modo ainda mais cirúrgico, seletivo e casuístico, contra determinados dirigentes políticos e empresariais. (MASCARO, 2018, p. 52)

As iniciativas deste processo fundaram maior conhecimento, unidade e autonomia do corpo político, bem como a ideia de identidade territorial¹²⁰. A importância da pesquisa durante a revisão

¹¹⁹ Bomfim e Neto (2010) apud Moraes (2011)

¹²⁰ Nesse sentido, a formação: Conselho Ultramarino, Corte Portuguesa, Casa de Bragança, IHGB (1838), Conselho

bibliográfica constata a existência intrínseca do discurso *geopolítico* nos programas de infraestrutura no Brasil, do século XX ao XXI.

O século XX, apresenta-se no processo de lutas já ocorridas nos séculos anteriores, cujo vigor estabeleceu-se das lutas nos campos político, econômico e social. Foi do século XX ao XXI que as tentativas de superação nos modos de produção capitalista, não encontrou espaços efetivos. Os fatores como a miséria, é símbolo, uma marca atravessada da reprodução social, a distribuição de renda ausente nas políticas públicas, são características indelévels do desenvolvimento econômico com baixa apropriação direta de riquezas da sociedade brasileira. Ressalta-se, porém, propósitos de melhorias nos campos de luta que entrelaçaram no campo da acumulação e da valorização do valor.

Para Moraes (2005a) as representações de espaço é um dos materiais constitutivos da esfera do discurso político, a política e a cultura, correspondem a ideias geográficas que influem sobre a produção do território, como uma eficácia prática de uma classe de uma *ideologia geográfica*.

Para Moraes (2005b) em *Ideologias Geográficas e Projetos Nacionais*, compreender a formação brasileira, nossa particularidade, constitui uma reflexão crítica para o entendimento das interpretações e projetos nacionais, ao discutir tal processo na ótica da Geografia, entendida como história territorial.

As mudanças das formas visavam manter o regime de acumulação capitalista, a promoção da integração nacional, dando luz a *formação social específica*, agindo em alguns momentos de maneira divergente, conflituoso, de permanente tensão com o *mercado mundial*¹²¹.

Os processos pelos quais se entrecrocavam as *confrontações geopolíticas*, suas contradições e analisar do ponto de vista materialista, a particularidade da dinâmica das *políticas territoriais*, sobretudo aos programas de infraestrutura, plano ideológico dos discursos, a materialidade dos documentos nacionais e as disputas que a acometem.

Nacional de Geografia (1937), Instituto Brasileiro de Geografia (1938), Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), CEPAL (1948), Doutrina de Segurança Nacional (1968), redemocratização (1985) e Carta Magna (1988).

¹²¹ Tal qual será apontado em Alysson Mascaro (2018) na análise da *forma estatal*, fato que será melhor delineado após a apresentação deste tópico em paralelo com o último capítulo.

A fim de caracterizar os momentos, notam-se diferentes retóricas institucionais, da *geopolítica* ao discurso da *integração*, em suma as *políticas territoriais*, foram tomadas por novos discursos, de novas formas políticas de gestão, dotadas de novas formas institucional, de modo a garantir a conquista do espaço nacional. 1) Brasil Republicano, influenciado pelas correntes teóricas ora *historicismo* francês, ora *organicismo* alemão; 2) origens da *geopolítica* “*esguiana*” e do clube militar; 2) *geopolítica golberyana*; 3) *integração competitiva*; 4) *ideia integracionista – desvincilhamento da dependência*.

As origens do pensamento político que darão base aos governos militares, terão num primeiro momento, o período esguiano que sofrerá intensa influência das *doutrinas geopolíticas* vigentes na época “Por ora, vale assinalar que as concepções estratégicas do Brasil republicano sofreram desde o início a influência das *doutrinas geopolíticas*, quer na vertente do “*historicismo francês*”, quer na do “*organicismo alemão*”. (MARTIN, 2007, p. 46)

O primeiro período analisado, em que se nota os passos de uma *geopolítica interna* e suas concepções estratégicas, foram apresentadas, no que lhe concerne, em Mario Travassos, o “*esforço ferroviário platino*”, alertando do perigo da “*penetração yankee*” nos ditos “*espaços vazios territoriais*”, dos fatores geográficos essenciais à compreensão do *complexo geopolítico sul-americano*.

Os passos da *geopolítica* brasileira e o ideário do Brasil potência, pode ser analisado como um conjunto de ações e intenções anunciadas que vão se concretizando no decorrer de nossa história. Sabe-se que o Brasil é um país singular que à sua época influenciaram em muito para que os “pioneiros” de uma *geopolítica* brasileira autônoma e nacionalista, elaborem um pensamento *geopolítico* brasileiro, conforme mostrou Martin (2007).

Essa tradição teve participação de inúmeros pensadores, como Elyseo de Carvalho, considerado por Miyamoto (1995) um pioneiro, por assumir explicitamente os conceitos de Ratzel e Kjellen, aplicados em território nacional¹²². Este pensamento, influenciou a matriz ideológica dos “planos de viação” e a “marcha para o oeste”.¹²³

¹²² (MIYAMOTO, 1995, p. 47)

¹²³ (TRAVASSOS, 1933)

No período republicano, Moraes (2011) compreende que a ideia de progresso e de “país em construção” atravessa até a metade do século XX, notando que o Estado era pensado como o condutor da construção do país e como construtor direto das principais formas espaciais modernas adicionadas ao território.

Nas primeiras décadas do século XX, os discursos e ideologias empregaram a reiteração de certos juízos, reificando as condições de verdades. Uma delas foi o conceito de *modernização*, em suma reorganizar e ocupar o território, dotando-o de sistemas e equipamentos, e por fim, a conexão.

Durante o Estado Novo (1937 – 1945), assistem-se à execução das políticas territoriais e integridade do território, uma indução que propiciou a apropriação simbólica e uma epopeia na construção do país. Logo, tal perspectiva de imediato justificativa a presença estatal com forte poder decisório, argumentando a íntima associação entre *ideologias geográficas* e políticas territoriais na formação brasileira.

O Plano de Viação¹²⁴ toma forma e discurso institucional consolidado, a partir de ideólogos que constituíam o Estado. Notam-se os passos de uma *geopolítica interna*, fundamental para constituir concepções estratégicas, apresentadas em o *esforço ferroviário platino*, alertando do perigo da *penetração yankee* nos ditos *espaços vazios territoriais*. E dos fatores geográficos essenciais à compreensão do *complexo geopolítico sul-americano*¹²⁵.

Deste modo, percebe-se que para além da questão interna, existe também uma preocupação para além da fronteira e limites políticos nacionais. Assim, destacando a citação de Silva (2015)

¹²⁴ Trata-se de um plano que visava a integridade territorial, principalmente na elaboração de projetos de alcance nacional a fim de garantir a expansão viária das fronteiras. Segundo Memorial da Democracia “O presidente da República baixa decreto instituindo a Fundação Brasil Central, com o objetivo de “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental”. Em agosto de 1940, em Goiânia, Getúlio já dissera que “o verdadeiro sentido de brasilidade é rumo a Oeste”. Falando de improviso, na inauguração da Associação Cívica Cruzada Rumo ao Oeste, o presidente afirmou que “o programa de rumo ao Oeste é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, pela integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas”.”.

E concluiu: “Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras”.

¹²⁵ Este pensamento, influenciou a matriz ideológica dos “planos de viação” e a “marcha para o oeste”. (TRAVASSOS, 1933) (MIYAMOTO, 1995) (BECKER, 2011) (ALBUQUERQUE, 2017)

Mamigonian (2009, p. 51) relatou acerca do período durante o processo de industrialização do Brasil, no qual Getúlio Vargas¹²⁶ desempenhou papel semelhante ao de *Bismarck*.

Como aponta Silva (2015) durante o governo de Juscelino Kubitschek “JK”¹²⁷ houve avanço da urbanização no centro-oeste e norte brasileiro. Gradualmente o território é dinamizado e assegura-se a estratégia *geopolítica* de defesa das áreas de fronteira, centrada na política de ocupação e dotação de infraestrutura no território.

O período foi, segundo Moraes (2005b, p. 99), constituído em espaços nos quais o Estado deve concluir a construção do país, impondo a vida moderna. A tarefa de objetivação do velho projeto *geopolítico* de interiorizar a capital e do esforço industrializante operado nas áreas centrais do país. A ideia de povo e identidade nacional.

E, mais adiante, a situação da região problema dos anos 1950 da região Centro Oeste e Amazônia, nesse período denota como estudos que corporificaram a chamada questão nacional em esquemas teóricos de alcance internacional.

Tal empreendimento, seguiu-se no Plano de Metas¹²⁸ de JK, com forte interferência na materialidade do espaço nacional, segundo Moraes (2011) o Brasil moderno parecia triunfar sobre o arcaísmo secular, a transferência da nova capital e modo de vida moderno.

Em 1964 em diante, o golpe instituiu a visão territorialista, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN)¹²⁹, a população como inimigo interno. A ótica *geopolítica* e a centralização das decisões no âmbito exclusivo do executivo federal propiciaram um amplo exercício de políticas territoriais por toda a década de 1970. Bonfim (2008) apud Moraes (2011).

¹²⁶ Getúlio Dornelles Vargas foi 14.º e 17.º Presidente do Brasil (1930 – 1945; 1951 – 1954), durante quase 20 anos de mandato o carismático político integrou o Governo Provisório, Constitucionalista e Estado Novo e Governo Eleito.

¹²⁷ Juscelino Kubitschek de Oliveira foi o 21º Presidente do Brasil (1956 – 1961). O mineiro “JK” foi responsável pelo lema “50 anos em 5” de desenvolvimento industrial, construção civil e bens de consumo para alcançar a “modernidade”, além disso, promoveu a transferência da capital brasileira de Rio de Janeiro – RJ para Brasília - DF.

¹²⁸ Trata-se de um ambicioso projeto que carrega em sua própria denominação realizar 50 anos em 5. Assim, o Plano de Metas, constituiu-se em um sofisticado programa de industrialização no discurso de modernização efetuado por JK, por objetivos setoriais a fim de dar vigor na continuidade no processo fornecimento de bens de consumo e substituição de importações.

¹²⁹ Surgiu em consequência da Guerra Fria, após a Segunda Guerra Mundial. Os militares brasileiros de uma geração frequentou cursos militares norte-americanos.

Em segundo, o estudo da afirmação da *geopolítica* do Brasil, base fundamental para a Escola Superior de Guerra (ESG) e Conselho de Segurança Nacional (CSN) que precedeu, mas também constituiu o período civil-militar, caracterizando-se por uma *geopolítica golberyana*.

A autora Bertha Becker (2011), conecta a condução da *política territorial*, a um projeto modernizante e da *geopolítica interna*. Esta afirmação do Brasil constituiu “recurso simbólico fundamental para a legitimação do Estado, e a *política territorial*, tendências da *dinâmica socioespacial*, constituiu-se num dos alicerces de sua prática”.

Após a redemocratização tomou-se o “fato como uma novidade em nossa história política, constantemente marcada por um forte desígnio *geopolítico* protagonizado pelo Estado”. Moraes (2011, p. 97).

Para Moraes (2011, p. 130) emergiam-se díspares projetos políticos, embora todos carregassem conotação popular, discussão e a própria disputa ideológica das demandas dos setores da sociedade que já encontrara identidade nacional.

O golpe militar, em suas palavras, teve em vista dar dar ênfase a uma ótica *geopolítica* modernizante, autoritária e centralizadora, adotando-se um alinhamento diante da polarização da Guerra Fria.

As políticas vigentes foram caracterizadas como o novo autoritarismo, a modernização conservadora¹³⁰, a *intencionalidade do domínio do vetor científico-tecnológico* para a modernização acelerada da sociedade e do espaço nacional necessária para alcançar o crescimento econômico e projeção internacional. No contexto dado pelos I, II, III Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND)¹³¹.

O que veio a se seguir, após períodos de projetos econômicos nacionais, é o advento do neoliberalismo, uma nova forma de propositura econômica que desde a década de 1970, empreende, segundo Mascaro (2018) a construção de um espaço de movimentação do capital que é efetivamente internacional.

¹³⁰ Ressalta-se que havia dois projetos conflitantes na disputa de ideias na sociedade e governo, a modernização conservadora e a modernização reformista.

¹³¹ Segundo Bertha Becker e Claudio Egler (1998) “a ocupação foi vista como capaz de promover o equilíbrio geopolítico interno e externo”.

Em Moraes (2011, p. 120) a integração nacional foi uma meta da ação estatal ditatorial em termos de *formação territorial*, objetivo histórico (como visto) que, nessa conjuntura, combinava fundamentos estratégicos *geopolíticos* nacionalistas como uma nova inserção do país na divisão internacional do trabalho, a qual internacionalizava boa parte da atividade econômica praticada no território brasileiro¹³². O autor prima, no entanto, pelos processos históricos que envolveram conquista territorial pelo Brasil permaneceu inconcluso.

O período posterior, até o início da redemocratização, constituiu-se de uma projeção das infraestruturas para integração. Neste sentido, o “efeito histórico” resultou em uma projeção diferenciada de como se configurou, a *liderança brasileira*.

Para Moraes (2011, p. 131) esse período após a redemocratização propiciou conflitos de atribuições e choques de competências entre as instâncias e esferas governamentais. Nesse sentido, o autor diz que o planejamento estratégico na escala nacional fora identificado como resquício autoritário do regime anterior que deveria ser evitado. Em suma, esse processo constituiu novos elementos que se apoderaram da perspectiva crítica ao Estado central sob o ideário do neoliberalismo no país, notadamente no elogio do Estado “mínimo”.

O terceiro, posteriormente ao advento das *redes*, a forma e o discurso vigente era o da *integração competitiva*, período que se configurou como “década perdida”, particularmente do governo de José Sarney de Araújo Costa¹³³ (1985 – 1990) “Sarney” até o governo Fernando Affonso Collor de Mello¹³⁴ (1990 – 1992) “Collor”.

O período foi bem detalhado em Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho em *Espaço nacional e integração competitiva: impasses das políticas territoriais no Brasil* (2012) nas investigações pelas quais houve impasse das *políticas territoriais* no Brasil, impregnou relações conflituosas entre a periferia e a globalização econômica, caracterizado pela pragmática reestruturação capitalista e repercussões conjunturais nos Estados nacionais periféricos. (CARVALHO, 2012)

Para Mascaro (2018) esta mudança teve como efeito modificações profundas que ao cabo, levaram as reformas neoliberais e destituição da autonomia nacional.

¹³² Descrito em Bertha Becker e Claudio Egler *Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo* (2008).

¹³³ Foi o 31.º Presidente do Brasil (1985 – 1990) é um advogado, político e escritor brasileiro e empossado como 20.º vice-presidente do Brasil, assumiu a Presidência do Senado Federal do Brasil (2009 – 2013) filiado ao PMDB.

¹³⁴ Foi o 32.º Presidente do Brasil (1990 – 1992), tendo renunciado após denúncias de corrupção e ameaças do processo de Impeachment.

as privatizações de Collor e Cardoso alteram o eixo decisório da economia brasileira, invertendo um ciclo de autonomia nacional que foi perseguido, de modo geral, pelo arco de governos que ia de Vargas a Geisel. Os governos do PT seguiram um diapasão distinto daquele das privatizações da década de 1990, mas não porque tenham empreendido um sistemático combate às políticas neoliberais. (MASCARO, 2018, p. 44)

Para Moraes (2011, p. 132) a articulação do discurso hegemônico do imaginário *geopolítico* brasileiro na década de noventa, fundamentou uma ação profunda de transformação do aparato estatal, substanciada na extinção de algumas instituições governamentais de planejamento e na adoção do modelo de agências na administração da esfera federal, aprofundando a tendência de fragmentação das políticas públicas.

Após ajustes econômicos e certa consolidação do regime político do Estado brasileiro, o discurso durante o governo Fernando Henrique Cardoso “FHC” (1994 – 2002) foi de propiciar ao Brasil em Ação¹³⁵ e o Avança Brasil¹³⁶. Atrelado a uma capacidade de investimento demasiadamente insuficiente, como a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), o projeto não teve sustento econômico e ser meramente técnico, diante da envergadura pretendida e propósitos de sua implantação.

Em seguida, percebe-se que os momentos posteriores, até o início da redemocratização, constituíram-se na projeção¹³⁷ das infraestruturas para integração, constituindo uma projeção consolidada, configurando, a *liderança brasileira* na região sul-americana.

A corrupção por pressão de grandes empresas e como estratégia de favorecimento econômico imediato de políticos é o modelo específico de armação política do Brasil há décadas, sendo possível, se não se quiser remontar a uma longínqua sequência, apontar a ditadura militar brasileira como marco de sua nova estruturação junto às empresas privadas e o governo Sarney como padronizador da dependência corruptiva entre os poderes executivo e legislativo. (MASCARO, 2018, p. 134)

Para Moraes (2011, p. 132) apud Moraes (1997, 2005b) a conjuntura do início do Século XXI, propiciou avanços no combate a desigualdade social, mesmo mantendo a política econômica, com recuperação do fôlego para ação estatal e ensaio na retomada de uma visão estratégica do território. Do mesmo modo, a relativamente pequena população (em relação à extensão do espaço

¹³⁵ Foi uma iniciativa do governo do presidente FHC, lançado em 1996, com objetivo de agregar e gerenciar as iniciativas de obras do governo federal, essa política promoveu interesse de estados, municípios e empresas privadas.

¹³⁶ Foi um programa de continuidade do Brasil em Ação, com o objetivo de atender: economia, política, sociedade dar cabo a modernização do país após a reestruturação monetária na promoção de investimentos em infraestrutura como pilares da expansão da economia brasileira.

¹³⁷ Scherma (2014, p. 48) “a integração Sul Americana as redes se formam e ultrapassam as barreiras nacionais, os países integram-se”.

e soberania) emerge como fator estratégico não desprezível numa avaliação prospectiva da atual situação geopolítica brasileira. (MORAES, 2011, p. 133)

Após reorientações do programa político-econômico e certa consolidação do regime político do Estado brasileiro, durante o governo FHC, verificou-se que ela foi considerada *passiva*, com baixos níveis de investimentos, demasiadamente desproporcional entre a intenção de uma integração e as condições de realizá-la.

Afim, de relutar a posição crítica nesse período, desde o governo Collor, os períodos de projetos econômicos nacionais, tendem a serem modificados a luz do neoliberalismo, posicionando-se historicamente a partir de 1970. As desregulamentações, característica deste modelo em específico, é uma propositura de organização do espaço para movimentação do capital, sobretudo internacional.

O período identificado com a *globalização*, marcado sobretudo pela difusão da unicidade da técnica, sob a égide da *divisão internacional do trabalho*, as empresas, mercado financeiro e Estados atuam conjuntamente pela pauta do capital, uma faceta que alinha no seio do Estado, funcionários, burocratas que viabilizam projetos de transferência de patrimônio a grupos de interesses.

A partir disso, constrói-se em série instituições jurídicas atreladas a unicidade dos países, a organismos multilaterais, políticos, militares e econômicos. O *modus operandi* transnacional burguês que se sobrepõem a parques espaços com autonomia distinta, mais afeita a soberania nacional, cujas legislações¹³⁸ permitem, a exemplos, a exposição da posse de ações da brasileira Petrobras na Bolsa de Valores de Nova York, no período de FHC.

Atrelado a uma capacidade de investimento demasiadamente insuficiente, como o *IIRSA*¹³⁹, projeto que não teve sustento econômico e se tornou meramente técnico, diante da envergadura pretendida e propósitos de sua implantação. Diante disso, concorda-se com a reorientação¹⁴⁰ ocorrida.

Como apresenta a pesquisa empreendida por Bragaia (2019), destaca-se quatro principais

¹³⁸ Ver (Lei n. 9.478/1997, art. 43, X).

¹³⁹ A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana apresentada em 2000.

¹⁴⁰ Há de se destacar uma nova política externa tal como evidencia a reorientação da política externa brasileira (VISENTINI, 2013, p. 112 apud SCHERMA, 2016)

contribuições, com ressalvas¹⁴¹ a) revisão bibliográfica que constata o *discurso geopolítico* nos planos de desenvolvimento econômico e de programas de infraestrutura; b) a reorientação da política externa brasileira, sobretudo nos governos de Luís Inácio Lula da Silva “Lula” e Dilma Vana Rousseff “Dilma”, sob a bandeira da Integração Regional a partir de integrantes do governo e de autores estudiosos da temática; c) a relação entre do PAC e o IIRSA, transformado em Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da UNASUL; d) uma sinalização que ainda é contemporânea, marcando uma série de destruição das formas políticas antecedentes, engolfadas no processo político que sucedeu pós 2016, culminando no impeachment de Dilma Vana Rousseff. A saída do Brasil da UNASUL e a proposta de substituição reorientada do PROSUL: a afirmação de uma *geopolítica* subalterna.

O autor destaca a bandeira discursiva da integração sob os governos de Lula (2003 – 2011) e Dilma (2011 – 2016), polemizando com as contradições entre desvincular da dependência e as práticas políticas pelo qual esse processo perpassaria, como a criação dos blocos políticos e na promoção das iniciativas de grande envergadura apresentadas por Raul Zibechi (2012), a luta dos *movimentos contra-hegemônicos* e o embate salutar, crítica frente ao *hegemonismo norte-americano*.

Em parênteses a discussão, os governos petistas, viu-se investidas da luta de classes, sobretudo lideradas pelo mercado financeiro. Por outro lado, as frações de classe internas, vinculados em sua grande parte ao setor financeiro, houve nesse período um reposicionamento relativo entre classes. A iniciativa, forja possibilidades de ampliação da extração de mais-valor, sob regimes de proteção social, do trabalho assalariado.

O estudo da integração da infraestrutura produtiva na América do Sul em Vitte (2007) pode ser mais bem compreendido como uma perspectiva político-econômica, de uma leitura de território visto como recurso, como garantia de realização de interesses particulares.

O banco brasileiro BNDES foi o responsável por financiar a obra e a expectativa era de que parte da energia gerada fosse vendida ao Brasil, o interesse brasileiro se justifica por ser um país com necessidade de obter energia a baixo custo, sendo uma estratégia propor uma integração energética com outros países. São projetos e obras questionadas por

¹⁴¹ Reconhece-se que devido à limitação teórica, ainda em fase de maturação, optou-se demasiadamente no conteúdo do discurso, sem que fosse acompanhada da Teoria Social Crítica. Ressalta-se que a pesquisa foi de crucial importância, resultando na constatação das evidências, necessárias para outras trajetórias. Portanto, fundamental no processo de amadurecimento, aprimoramento do trabalho e formação do pesquisador.

violações de direitos humanos, sociais, culturais e ambientais de populações tradicionais. Ademais, há gravidade de ordem econômica e socioambiental. (VITTE, 2018, p. 59)

Em Bragaia e Mourão (2018) identificam a relação, a reorientação política e as argumentações de Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, bem como as a análise de documentos nacionais de programas de infraestrutura e da visão institucional internacional.

A relação entre o PAC e a inserção do IIRSA no Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) – subordinado pela União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), durante os governos do Lula e Dilma, reanimaram uma gama de autores¹⁴² que procuraram descrever a *política territorial* brasileira em uma dimensão sul-americana.

A reorientação da *política externa brasileira* e a ideia de se desvencilhar da dependência, resultou na possibilidade, sob a bandeira discursiva de uma integração regional efetiva, no conjunto dos países sul-americanos. Em uma postura ideológica questionadora dessas iniciativas, é apresentado a ação de movimentos *contra-hegemônicos*¹⁴³.

Adjacente ao período, tal como André Martin analisa, esta percepção de que embora uma posição mais crítica frente ao *hegemonismo norte americano*¹⁴⁴ tenha emergido com a ascensão da “troika” (MARTIN, 2007, p. 109). Como mostra Guimarães (2007) trata-se de uma *integração ativa*, diferente daquela tradicional de maneira *passiva* e pela sua *especialização histórica*¹⁴⁵ na exportação de produtos primários¹⁴⁶.

A reconfiguração do modelo extrativista ganha o mote dos projetos de desenvolvimento como o processo de abertura territorial, conforme ilustra a IIRSA, no início do século XXI. Tendo em face a persistente disputa no acesso aos recursos naturais, o papel da geopolítica ganha peso, sobretudo nas disputas assimétricas, uma vez que a soberania dos povos são constantemente afetadas pela expansão de corredores de infraestrutura e o agronegócio e os problemas territoriais.

¹⁴² Há de se destacar uma nova política externa tal como evidencia a reorientação da política externa brasileira (VISENTINI, 2013, p. 112 apud SCHERMA, 2016)

¹⁴³ em Zibechi (2012, p. 231)

¹⁴⁴ Para a análise realizada por Martin a perspectiva é de que se faz necessário uma construção geopolítica *anti-golberyana*.

¹⁴⁵ Constatação também detalhada, mas sob outra ótica e contexto, por Ruy Mauro Marini em *Dialética da Dependência*.

¹⁴⁶ Há uma leitura de território visto como recurso de interesses particulares “atores hegemônicos”. (SENHORAS; VITTE, 2007, p. 14-15)

Por isso, o último momento nas análises de Bragaia e Mourão (2018) se baseou nas argumentações de Amorim (2013; 2016), consideradas úteis, pois possibilitam o entendimento da visão institucional. Portanto, a participação deste pensamento foi marcadamente presente nos documentos nacionais, evidenciando a *integração regional como instrumento dissuasório*, a idealização da projeção externa e a questão sob a ótica da Defesa e obviamente, institucional. (BRASIL, 2012) (BRASIL 2016).

3.3 Ideologias da modernização do território e territórios corporativos

A modernização do território na condição para a instalação de *infraestruturas físicas e sociais*, necessárias para o regime de acumulação em suas mais variadas escalas, dos interesses particulares, *frações de classe*, grupos políticos no seio do Estado e proposição que altere a dinâmica da estrutura que envolve a nação.

Esta noção analítica permite a importância da compreensão do papel das *ideologias geográficas* que a circundam, peça fundamental para a boa execução das políticas territoriais. A condução das políticas públicas, orientam-se, então, no avançar do advento da globalização, a *formação territorial* em uma escala poderosa, que envolve Estado, capital e suas corporações, de tal modo que se originam no interior do Estado territorial.

A fim de atender a perspectiva analítica, persegue-se aqui o papel das *ideologias geográficas* no contexto da valorização do valor, que fecunda sociedades e a aceitação a uma política estatal, isto é, pensamento que legitima e justifica sucessivas intervenções ao nível da estrutura territorial, utilizando da legalidade, proteção, expansão e a *geopolítica* (uma razão superior pragmática e racional, diante da conjuntura política).

Primeiramente, para Moraes (2000; 2002) o debate da *Teoria do Valor* está presente e reflete sobre a necessidade de entender o movimento físico que adentra o espaço regional e o globo, possuem impactos no caso dos estudos de integração regional e crucial papel das *ideologias geográficas* e *formação territorial* em Moraes (2005a). Sua contribuição reside na incorporação do entendimento da *transferência de valor*, *apropriação do espaço*, *formação territorial*, as *políticas territoriais* e a *geopolítica*.

Os interesses corporativos podem ser apreendidos a partir da constituição das *frações de classe* e o *bloco no poder* na relação Estado e capital na *formação territorial*, vistos em Alexandrina Luz Conceição (2021) e Gesteira e Conceição (2021).

A autora Conceição tem se destacado na preocupação do método e da problematização dos conceitos caros a Geografia. Em uma das suas preocupações sobre a definição dos conceitos outrora aqui levantados, é pelos usos e desusos acerca do território.

Para a autora, em sua pesquisa, a problemática incorporou o conceito de território, território usado¹⁴⁷, dimensão espacial em países periféricos. A fim de apreender seus contributos, notam-se destaques da autora em sua revisão acerca do método a que se tem utilizado.

A preferência da pesquisa se encaminha na compreensão do político no território, uma opção metodológica que recai tendencialmente ao de Moraes, pelo potencial explicativo acerca da *formação territorial*¹⁴⁸ no que tange as políticas territoriais no âmbito da *geopolítica*.

Para Moraes (2013) na reconceituação da proposta de Milton Santos, enquanto o conceito de território teria fundamentalmente o componente político, referindo-se ao exercício da soberania dinástica sobre um âmbito espacial delimitado.

Seria, portanto, o conceito que responderia ao domínio geopolítico (mesmo que apenas formal), projetando a pretensão de controle político-territorial por parte do aparato estatal em construção” (p 123.). Já o conceito de território usado estaria referido ao habitat criado pelo colonizador, abrigando as instalações construídas pelo avanço da colonização nas novas terras, as quais expressavam sua inserção na economia colonial” (MORAES, 2013, p. 124).

Essas porções sujeitas ao domínio estatal, bem como a infraestrutura que garante o controle políticas de espaços com potencial de uso ao capital. Para Moraes (2013, p. 124), o conceito de território usado seria a de um espaço econômico inserido na área da economia colonial, ao domínio estatal (colonial e, posteriormente, nacional). Já os “fundos territoriais” áreas para ocupação produtiva futura, como patrimônio básico do país. Esta conceituação permite a compreensão de que a pretensão do Estado articulava-se de modo a construir uma ocupação erigida como objeto central do projeto estatal-nacional e que este conceito está vinculado, segundo o autor, a matriz

¹⁴⁷ Em um território tão vasto, cujo processo de ocupação e uso era marcado por diferenças regionais tão significativas, como definir os lugares ocupados e construídos diretamente pelo colonizador, e como se referir (e pensar) as áreas cuja presença colonial era dispersa ou efêmera? É, portanto, em busca do equacionamento de tal problema investigativo que Moraes propõe fazer então a distinção entre os conceitos de território e território usado.

¹⁴⁸ “a formação territorial no contexto de independência do Brasil e de instalação do novo Estado” (p. 122).

leninista¹⁴⁹.

Para articular os conceitos de território, território usado e fundos territoriais, Moraes propõe uma constelação de conceitos operacional à investigação do processo de *formação territorial* do Brasil, apresentando também um sentido e uma aplicação cabível ao conceito de território usado.

A opção, como dito, distingue-se no caráter da explicação e compreensão. A organização espacial no âmbito do exercício do poderio estatal, uma vez que a dimensão espacial, sua escala de ações, compreende ao nível das formações sociais específicas e a condução das políticas que pressionem, discurssem, cooptam classes sociais nos destinos da condução das *políticas territoriais*.

Constituindo-se numa proposta de interpretação da obra de Milton Santos a leitura apresentada por Moraes não é a única possível, permanecendo assim os escritos de Santos abertos a outras possibilidades de interpretação e compreensão dos seus sentidos e significados. Isso se aplica em especial ao entendimento distinto possível de ser realizado do texto “O retorno do território” e do conceito de “território usado”, explorados por Moraes a partir de determinada perspectiva em seu trabalho aqui apresentado. (CONCEIÇÃO, 2021)

A análise, conforme a revisão bibliográfica, aponta para a necessidade de compreender a organização do espaço, territórios e as políticas públicas como elementos-chave na reprodução sociometabólico de uma sociedade, isto é, a ciência geográfica como potencial investigativo de compreender as escalas, os processos históricos distintos, evidenciando as razões pelas quais o desenvolvimento ocorre de maneira diferenciada.

Ainda que, o Estado e a sociedade, intencionem a política para mudar o quadro em certos momentos históricos, há uma tensão que agudiza as contradições do Estado capitalista no concerto mundial. Assim, a *política territorial*, do ponto de vista *geopolítico* e do poder estatal, ser entendida como um processo histórico que envolve novas áreas de valorização do espaço, bem como a disputa mundial sobre o exercício de domínio sobre elas.

É importante observar que, para Moraes (2002), falar de territórios é falar principalmente dos espaços de exercício do poder estatal. É preciso destacar que, para este autor, o entendimento do território só pode ser analisado como processo histórico, envolvendo sobremaneira a ação do Estado na organização do espaço, como regulador e defensor da classe hegemônica.

¹⁴⁹ *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1976).

O território é “resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento” (MORAES, 2002, p. 63).

Ao analisar o processo de formação territorial brasileiro na sua colonização, Moraes (2011) o inscreve como um território marcado pela produção econômica, para fins de lucratividade do capital mercantil, através da apropriação da natureza e da exploração do trabalho que definem um novo valor no espaço. (CONCEIÇÃO, 2021)

A consideração a respeito de poder estatal brasileiro perpassa pela diferenciação, segundo Moraes (2011) para bem equacionar em termos *geopolíticos* a pioneira construção do poder estatal brasileiro, é necessário diferenciar os conceitos de “território” e “território usado”.

O território diz respeito à área do domínio político internacionalmente reconhecido como de soberania legítima de um Estado, principalmente pelos Estados vizinhos. O território usado, uma fração desse espaço, compreende lugares economicamente integrados na lógica do sistema colonial, dotados de estruturas produtivas incorporadas pela colonização. Posta essa diferença conceitual, cabe interrogar acerca da parcela do território brasileiro que estava efetivamente usada pela economia brasileira no fim do primeiro quartel do século XIX. (MORAES, 2011, p. 86)

Gesteira e Conceição (2021)¹⁵⁰ contribuem para uma análise do Estado moderna na funcionalidade do Estado como necessidade inerente à reprodução do capital. Essa contribuição reside, justamente, por apontar que a política no comércio internacional, está íntimo ao interesse do *bloco no poder*, através do Estado-capital.

O artigo, compreende uma gama de autores que sustentam a análise e que possui grande proximidade teórica com o qual desenvolve-se nesta pesquisa. São alguns dos autores que se destacam nessa relação Marx, Gramsci, Poulantzas, Mészáros, Moraes, Fiori, Saes, Pinto e Balanco.

Os movimentos internos (bloco no poder e intervenção estatal) quase sempre também sofrem forte influência das condições internacionais, que necessariamente dependem da posição, central ou periférica, ocupada por um determinado Estado na hierarquia do sistema internacional. A depender da posição de um Estado na hierarquia do sistema, ele pode exercer soberania num maior ou menor grau diante dos demais mediante o uso da força (guerra ou preparação para a guerra) e/ou por meio da atuação direta e indireta nas organizações internacionais. (PINTO; BALANCO, 2014, p.53-54).

¹⁵⁰ Em *Do bellum omnium contra omnes ao ausschuss da burguesia: o Estado Moderno e sua funcionalidade para a reprodução do capital* (2021)

A condição de reprodução de uma classe dominante, não é resultado apenas de sua formação social específica, ela depende, portanto, de uma relação de reprodução com os demais Estados no âmbito internacional. Esta condição envolve, assim, mais de uma sociedade, abstrai-se disso, uma relação ideológica, uma teia de tensões de classe.

O Estado se apresenta como o pilar da ordem para impedir as tensões de classes, assumindo a feição de regulador entre a sociedade política, detentora do poder coercitivo e a sociedade civil, responsável pela elaboração e/ou difusão de ideologias. Para tanto, o Estado perde a aparência de sua feição classista, assumindo as feições do Estado democrático garantidor dos direitos de todos, buscando atenuar as tensões e contradições intrínsecas ao modo de produção, garantindo a reprodução sociometabólica do capital. (GESTEIRA e CONCEIÇÃO, 2021)

O entendimento, além propiciar uma rica análise, da política externa, das relações exteriores, propiciam um nexos relacional do processo histórico do desenvolvimento das lutas de classe para além da *formação social específica*.

Esse bloco no poder seria o responsável por definir as estratégias através das quais o Estado Capitalista se encarregaria de garantir a máxima expansão possível na acumulação de capital em cada nação, erigindo as políticas estatais no âmbito interno, assim como coordenando suas relações de poder na política externa. Relações estas, balizadas tanto pelo poder econômico das nações, como, em última instância, pelo seu poderio bélico-militar. (GESTEIRA e CONCEIÇÃO, 2021)

Os autores se baseiam na interessante análise conduzida por Pessanha e Mourão (2014).

O capitalismo moderno necessita para a sua reprodução de um sistema territorial e de Estados que lhe garantam sustentação e a contínua criação de redes para suas lógicas. Ou seja, a globalização só tem sentido baseada em um grande sistema de Estados interligados entre si. Portanto, a globalização necessita de um Estado territorial soberano para lhe dar o resguardo necessário para o exercício de suas práticas. É por isso que, paradoxalmente, o império se tornou mais puramente econômico quanto mais proliferou o Estado-nação. (PESSANHA; MOURÃO, 2014, p. 219).

Para Gesteira e Conceição (2021), trata-se que o aporte teórico propiciado por autores como Maquiavel, Ratzel, estabeleceram uma teoria de fortalecimento do Estado mediante a expansão e a conquista territorial, análise fundamental na compreensão da relação Estado-capital a partir do viés imperialista, que em suas palavras serviu de subsídio para a expansão capitalista a partir da lógica do *imperialismo*, que para Lênin (1987) é a “fase superior do capitalismo”.

Na perspectiva marxista o nível de entendimento é elevado a respeito do conceito de ideologia. O autor Moraes (2005a) em *Ideologias Geográficas Moraes* apresenta o ensaio de José Carlos Bruni, que identifica duas grandes modalidades de entendimento do conceito, em suma, como “produção de ilusão”, que tem por fundamento a divisão social do trabalho, seu caráter elitista, daí o papel da tarefa do intelectual em desmistificar. Em segundo, a ideologia como “visão

de mundo”, como estatuto da realidade: a ilusão passa ser vista como força histórica, uma dimensão política, ideia cumpre o papel de convencimento e legitimação, da eficácia política dos discursos ideológicos.

Na Geografia, o autor questiona se haveria ideologias espaciais ou territoriais.

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. (MORAES, 2005a, p. 44)

Daí, a eficácia estar intimamente relacionada a prática legitimadora estatal.

O discurso que veicula uma visão do espaço, do território, do lugar, etc. Aqui os temas como o do “caráter” de uma dada área, ou o da “aptidão” de certas porções do planeta, ou ainda o do “destino” de determinados lugares, aparecem como bem ilustrativos. - O discurso que tenta colocar as questões sociais como qualidades do espaço. As teses do determinismo geográfico podem ser apresentadas aqui como uma grande exemplificação. - O discurso diretamente normativo a respeito do espaço, em variedades escalas. Os planos e projetos que visam ordená-lo, destruí-lo, reconstruí-lo, etc., servem como exemplo. (MORAES, 2005a, p. 45)

Cabe a tarefa do pesquisador, então, em detectar o contexto, as motivações e a eficácia mistificada para criar ilusões e falsas verdades na sociedade, manipulando-a de acordo com seus objetivos. Para o autor, trata-se de captar seus contextos de formulação, suas difusões e condições de assimilação, os agentes desse movimento e os interesses veiculados, seria a meta dos estudos. Enfim, rastrear a eficácia política das ideologias. (MORAES, 2005a, p. 45)

No debate da teoria materialista do Estado, os marxistas têm se dedicado aos temas de política e cultura, sobretudo pelo enfrentamento das formas as quais a ideologia dominante do sistema capitalista se impõe, perpetuando as desigualdades de toda ordem, a ideologia burguesa.

O autor põe a frente uma série de autores para discutir de que modo esse enfrentamento tem avançado no entendimento das vias que vislumbram sua dissolução. Esta perpassa, pelo reconhecimento da alienação que mantém a estrutura capitalista em condições de reprodução.

Moraes (2005a) concebe por edificarem um pensamento propositivo, não haverá aprofundamento nas diferenciações, primeiro por parte da discussão já estar concentrada no primeiro capítulo, em segundo pelo fato da preocupação rondar as contribuições teóricas do livro

no papel do investigador em se atentar nos diferentes discursos, métodos que circundam o *marxismo*¹⁵¹.

Em autores como Gramsci, Lukács e Althusser por uma teoria que apoiou movimentos emancipatórios em seu processo de “regeneração”. No primeiro, em uma “ótica eminentemente estratégica”. No segundo por sua contribuição em *Ontologia do Ser Social* e das condições necessárias no campo da teoria e da prática. No terceiro, em uma crítica de que promulgou novas investidas da positivação do marxismo e sua íntima relação ao “estruturalismo”.

A partir desta constatação, identifica-se que pôr a Geografia em debate propositivo é também criar um campo de indagações que valorizem, segundo Moraes (2005a, p. 91) a preocupação com o sujeito no processo histórico indica uma abordagem que valoriza a política, a democracia e liberdade individual.

Assim, a conformação do território, perpassa pelas concepções ideológicas do sujeito histórico, das classes sociais e a sociedade. Para Moraes (2005a), o território e a identidade na formação brasileira são cruciais nas concretizações das representações coletivas, tal qual a expansão territorial, em suas palavras, é a “conquista territorial”, o imperativo da apropriação. A história, portanto, carrega instituições que marcam a genética do expansionismo lusitano, o colonialismo, o escravismo, a nação, a república, a integridade territorial, o moderno, fatores que modulam o território como objeto de intervenção, e a população como instrumento.

Rastrear tais ideologias em autores e conjunturas específicas. Retomar discursos variados, identificando suas matrizes, seus formuladores, seus canais de divulgação, suas projeções nas políticas do Estado, dos partidos, e na opinião pública. Enfim, aferir sua eficácia no movimento da sociedade. (MORAES 2005a, p. 108)

¹⁵¹ Em Trotsky pelo conhecimento da importância da agitação e propaganda como um dos meios necessários para edificação de uma nova cultura. Em Lênin, pelo seu enfoque das condições objetivas e a posição central que o partido político assume nesse processo, como a vanguarda, massas populares e o processo educativo. Em Buckárin, a economia como relação social e política, e os meios de fermentação cultural. Em Stalin e outros, pela guinada da positivação do debate.

3.4 Crises e golpes nas administrações divergentes: a natureza das contradições na Geografia Histórica das políticas territoriais e o papel da geopolítica

Nesse tópico, finalmente insere-se uma concatenação que estabeleça uma relação entre a *geografia histórica das políticas territoriais*, evidenciando que houve momentos de maior euforia quanto ao relativo papel do Estado. A partir da discussão dos discursos que embrionaram as ações, têm-se as justificativas da conquista territorial no âmbito *geopolítico* e os discursos institucionais vigentes, cada qual com sua propositura de desenvolvimento econômico. Por fim, as *ideologias geográficas* como elemento formador da política e cultura, que guiará a sociedade para aceitação das *políticas territoriais*, o desenvolvimento das ações ditas estratégicas e a constituição das classes sociais que agem em seu favorecimento.

Compreender as *políticas territoriais* significa analisar o fato que estas apresentam motivações que induzem sua forma, a bandeira discursiva e ideológica na sociedade. Ao longo do século XX e XXI nota-se que se ganha corpo com os programas de infraestrutura, com fortes ideais de projeção externa e propositura de desenvolvimento econômico. Aqui dar-se-á ênfase ao discurso *geopolítico* que acompanha as instituições, pensadores e gestores.

Para Moraes (2011) sua preocupação reside no estudo do movimento e o seu caráter necessariamente multi-escalar da análise geográfica, imputa criação e reprodução de infraestruturas na lógica geral do sistema, isto é, *formas capitalistas do espaço* e de uma *valorização capitalista do espaço*.

Depreende-se desta soma da investigação uma gama de correntes que deram cabo ao desenvolvimento da conquista territorial e os discursos *geopolíticos* em sua execução. São alguns desses momentos: emancipação política e a sede imperial, centralizadora na edificação material do país, a iminência de uma *potência geopolítica no futuro*, as instalações das *próteses territoriais*, a implementação das *políticas territoriais*, a formação de uma entidade *geopolítica*, unidade *geopolítica* autônoma, o reconhecimento da sociedade e Estado na identidade geográfica e sua entidade *geopolítica*, a resolução de pendências *geopolíticas* e o projeto nacional.

Tal como anteriormente debatido, as correntes teóricas foram os embriões de uma política ostensiva de ordenamento da estrutura territorial. Notou-se que todas objetivaram a instalação de

infraestrutura física, rede de transportes, discursos, a ideia de conquista e projeção nacional. Houve, no entanto, momentos de êxtase e momentos de baixa energia na condução destas políticas.

Sabe-se que a problemática acerca de competitividade global, projeções externas e aumento do poderio estatal pode ocasionar verdadeiros choques com o mercado global e os interesses imperialistas que sempre foram ávidos em nossa América. A partir das revisões bibliográficas depreende-se o raciocínio geográfico, o movimento histórico e as particularidades das mudanças de formas das políticas estatais e os programas de infraestrutura.

A discussão do embate contraditório que conduz a permanente tensão que impede o amálgama do Estado e capital na propositura de desenvolvimento econômico brasileiro é uma importante questão a ser analisada pela Geografia.

A fim de angariar referência bibliográfica a esta discussão, a contribuição de *Estado e Forma Política* (2013), mas sobretudo *Crise e Golpe de Mascaro* (2018) fundamental por aludir os processos, a condição fundamental de existência do Estado de tipo capitalista, as problemáticas que o cercam quanto ao seu papel enquanto reprodução social, conflitos e lutas de classes no seio do Estado.

Investigar a totalidade social, o movimento particular da história toma uma dimensão específica na América do Sul e Brasil, daí o entendimento já anteriormente revisado quanto a posição relacional, estrutural, histórica, dinâmica e contraditória.

Em face do objetivo investigativo, compreender a mudança da forma ocorrida a partir da *Ponte Para o Futuro*, com o estabelecimento do Programa de Parceria e Investimento — PPI, é também investigar em quais momentos o desempenho da política estatal provoca, contraditoriamente ao desenvolvimento do Estado e capital, rupturas que tem como uma de suas principais razões, os ecos de uma dinâmica que se contrapõem, ecoam em desfavor da propositura de desenvolvimento econômico. Isto é, as raízes das preocupações de ordem da *geopolítica mundial* a contracheque de governos e ações consideradas por Mascaro (2018), como de rupturas parciais, diante do quadro, a pesquisa intenciona a seguinte problemática.

Quais as razões as experiências que visavam romper em algum grau a lógica de subordinação, por meio de arranjos institucionais, sofrem sucessivas formas de impasses, tensões e embates *geopolíticos*? A questão que deriva desta investigação, permite o sentido de identificar

exemplos por meio material e da situação concreta destas contradições. O que a história econômica-política do Brasil apresenta nessa trajetória que potencialmente simbolize as cooptações, crises e golpes para atender ao *mercado mundial*?

Há vários momentos em que esse processo que avassala os países periféricos, mas há, sobretudo em momentos específicos, um acertar das contas que se identifica em determinadas posturas que simbolizem de algum modo outra propositura de desenvolvimento econômico e todo seu sentido, político e ideológico.

A formação social brasileira revela padrões político-sociais estruturais em sua administração do capital. As modalidades políticas ditatoriais (o primeiro Vargas), democráticas (o segundo Vargas, Jango, Lula e Dilma), a intensidade desenvolvimentista trabalhista ou a suavidade da concórdia neoliberal parcialmente inclusiva (Lula paz e amor, Dilma do segundo mandato), o juspositivismo formalista e estrito do direito brasileiro do século XX (a lei e a ordem) ou o juspositivismo “ético” do neoconstitucionalismo atual (os direitos humanos e o direito transnacionalizado) exemplificam quantidades e arranjos políticos institucionais que sofreram, necessariamente, restrições, bloqueios e combates advindos das coerções das formas sociais, não logrando então nem sustentação nem superação. (MASCARO, 2018, p. 14)

Assim, com o aceite subalterno de burguesia nacional sob o grande vínculo que tutela a rede de espólios e extração, transferência de mais valor para economias centrais, é primeiro, identificar esse processo, reconhecer enquanto pertencente ao movimento de acumulação capitalista, apontar as tensões que imputam uma política determinada, deslindar o nó que mantém o estranhamento entre a burguesia nacional e a sociedade, raciocinar sobre os períodos que propiciaram crises e golpes, analisar as novas formas de dominação, como a *geopolítica do direito*.

Sua obra ilumina questões centrais, as crises institucionais no Brasil, contribuições caras a investigação por constatar novas formas de rupturas em concomitância à análise internacional, favorecendo uma postura crítica coesa e coerente ao papel do direito na manutenção do regime de acumulação na formação social específica em suas crises de formas políticas e sociais, evidenciando as instabilidades sociais, contradições e crises e seus rearranjos e golpes de classe durante o processo histórico.

Para atender o propósito da pesquisa, faz-se necessário a compreensão dos conflitos que representam o poder estatal dominante que operam nos aparelhos e no arcabouço institucional. Para Mascaro (2018) a condução da política possui a dimensão imperial em sua análise, no retrato brasileiro os Estados Unidos impõem, polarizam regimes de acumulação, as crises e as políticas.

Diante da ascensão da China, o autor evidencia que este antagonismo resulta em

contradições e antagonismos. A este fato, leva-se em conta o papel do *poder político* possui no curso dos direcionamentos à administração do capitalismo, mesmo em suas limitações.

O Brasil é apenas mais um caso – com as particularidades de sua formação social – das relações havidas por intermédio das formas sociais que constituem a nucleação da reprodução capitalista. [...] Num contexto de capitalismo fordista, como o de meados do século XX, a produção mais baseada no espaço nacional fez também com que os Estados pudessem, de modo mais particular, ganhar força relativa na indução da relação entre as frações de classe burguesas nacionais em relação às internacionais, e mesmo na relação interna entre classes, aumentando o grau de perenização de suas políticas e seus modelos. (MASCARO, 2018, p. 14)

Assim, o modo de produção acompanha do fordismo ao pós-fordismo, advento que proporciona condições para penetração do capital internacional com o capital nacional.

esse quadro é acentuado pelo modelo neoliberal – estrutura via de regra, conduções estrangeiras às frações de classe burguesas internas, na medida em que tais redes de poder, controle e acumulação são materialmente internacionalizadas. Então o que se chama de burguesia nacional em países como o Brasil tem a marca de uma posição interna ao qual, e por meio da qual, confluem e passam relações de produção de uma dinâmica de acumulação que é internacional. (MASCARO, 2018, p. 14)

Para Mascaro (2018) o interesse imperialista demanda submissão e a satisfação de classe, grupos e indivíduos submetidos.

As administrações divergentes do capitalismo em cada país – desenvolvimentos no século XX, neodesenvolvimentismos no século XXI, Estados de bem-estar-social capitalistas, neoliberalismos atenuados, populismos, nacionalismo, reformismos, reformismos e revoluções; ou, tomando-se o plano da articulação entre Estados, coesões geopolíticas [...] dos governos da América Latina de esquerda, dos blocos econômicos como o Mercosul e até mesmo, parcialmente dos Brics, quando estes não são apenas instrumento do poder do capital chinês – revelam um mesmo fenômeno de instabilidade. (no qual se somam tanto razões próprias quanto de oposição) para tomar rédeas do direcionamento das sociedades da acumulação. (MASCARO, 2018, p. 16)

Nesse sentido, há uma contínua incapacidade de gestar a regulação capitalista, que sob a fraqueza das estratégias, há recomposição ideológica dos setores médios e altos sob a ideologia conservadora e regressista. Dos momentos de divergência identifica-se o trabalhismo e petismo, nas conduções divergentes, o suicídio de Vargas e do golpe contra João Belchior Marques Goulart “Jango”¹⁵², do advento da prisão do Lula e a deposição de Dilma sob o impeachment.

O destino de Vargas, Juscelino e Jango acaba por ser idêntico ao de Lula e Dilma: operaram em favor de elites econômicas, formando grandes amálgamas sociais de desenvolvimentismo ou expansão do mercado interno e de amortização das tensões, mas não construíram redes de articulação que fundassem distintos padrões de estratégia burguesa nacional nem estabeleceram forças populares de resistência e mobilização ideológica para superar, à esquerda, os impasses que gestaram. (MASCARO, p. 31)

¹⁵² Foi o 24.º presidente do Brasil (1961 – 1964) e 14.º vice-presidente do Brasil (1956 – 1961), durante os governos dos presidentes JK e Jânio Quadros. O presidente eleito sofreu um golpe político, dando origem ao Ditadura Militar (1964 – 1985).

Estes momentos permitem deduzir que a formação do amálgama, condição necessária para o desenvolvimento capitalista da burguesia, é conflitante com os interesses dos países centrais, altamente representados pelo grau de dependência do Brasil, sobretudo aos EUA.

Sua reelaboração do país se sustentou no mesmo movimento econômico de fundo neoliberal, com matizes neodesenvolvimentistas atrelados à ampliação do consumo das classes pobres. Serve apenas a métricas idealistas contrapor os governos do PT ao momento de sua origem partidária. Tal leitura moralista não dá conta da efetividade das contradições e das lutas no presente. A contraposição que se deve fazer é de outro nível, e dupla: entre o PT e o tipo de capitalismo que projetou e pelo qual governou; entre o PT e as forças populares que não foram articuladas – ou foram deixadas para outras articulações –, e que eram necessárias para destravar os nós gerados pela própria política petista. (MASCARO, p. 32)

As sucessivas estratégias adotadas pela burguesia denotam submissão aos interesses imperialistas, a cegueira ideológica é uma característica de sociedades capitalistas periféricas que mesmo buscando os próprios interesses falham em suas estratégias concorrenciais.

Em todas as sociedades capitalistas periféricas, à exceção de raríssimos casos, exatamente por serem periféricas e submetidas às estratégias concorrenciais gerais, suas frações burguesas têm estratégias falhas e ineficazes de reprodução em contraposição às burguesias centrais. A forma mercantil, em sua dinâmica de valorização do valor, e a forma política estatal, em países periféricos, portam variados graus de insuficiência. Em todas as sociedades capitalistas do mundo, por serem erigidas a partir da forma mercantil e da acumulação, os ricos e os pobres são de direita. Obviamente, a subjetividade no capitalismo é capitalista. (p. 32) [...] Os governos do Partido dos Trabalhadores, tendo renunciado a pretensões mais amplas de mudança social, acabaram por ocupar, sem que o quisessem de início, uma mesma faixa política que, no século XX, em que pesem suas muitas diferenças, foi a de Vargas, JK e Jango: as administrações divergentes – ditas desenvolvimentistas, progressistas ou de esquerda, sem que esses termos façam, em si, grande sentido – do capitalismo brasileiro. Mas, por aí se localizarem, também aí se dá sua fraqueza. Despreocupando-se com os padrões reiterados de ação política no país, historicamente consolidados, viram surgir, sob seus pés, um novo golpe a rearticular forças que, também ao tempo do varguismo e de 1964, tiveram um só lado e uma grande estratégia político-ideológica. (MASCARO, 2018, p. 33)

As tentativas de diálogo com setores progressistas, a partir da gestão petista, destaca-se a ampliação do consumo como forma de indução desenvolvimentista. Para Mascaro (2018), trata-se de uma burguesia refratária quanto ao ideal da qualidade de vida social e do desenvolvimentismo, em sua tese, é o fracasso da dita esquerda brasileira, é, antes e acima de tudo, o fracasso organizacional do capitalismo periférico brasileiro.

Essas formas de indução promovem conflitos entre as camadas sociais e principalmente naquelas onde a disputa do orçamento público está em jogo. Essa noção pode ser enriquecida pela eficácia da análise de Singer (2015) a expressão “ensaio desenvolvimentista” para falar da “nova matriz econômica”, a política econômica posta em prática durante o primeiro mandato de Dilma,

conforme batizada pelo ex-ministro examinar fatores políticos que podem ter influenciado a derrota da “nova matriz econômica”.

O cientista político Armando Boito Júnior, citado por Singer, reconhece que “o setor industrial tem conflito com o capital bancário nacional” e nós admitimos que empresas de capital nacional possuem interesses que as opõem às de capital internacional. Ambas as contradições cortam tanto a coalizão produtivista quanto a rentista. Equivale dizer que, para iluminar a totalidade, o conjunto de tensões precisa ser considerado.

Em 1964, a burguesia brasileira sentia-se ameaçada pela possibilidade de uma revolução socialista, temor obviamente inexistente em 2014. No entanto, a convicção de estar diante de projeto que queria ampliar o raio de ação do Estado, fixar preços, regular e controlar a atividade privada, estatizar setores estratégicos, como ressaltou Delfim Netto no final de 2012, parece ter sido suficiente para unificá-la no cerco ao desenvolvimentismo. Um Estado capaz de comandar a atividade econômica é de alto interesse para a fração organizada da classe trabalhadora, assim como para as camadas populares em geral e também, em um primeiro momento, para a burguesia industrial. A intervenção do Estado abre avenida para a industrialização, o pleno emprego, o aumento dos salários e a inclusão do subproletariado. Só que, logo depois, quando o Estado passa a ter o poder de comando sobre a economia, os industriais recuam. Em ponto pequeno, o ensaio desenvolvimentista de Dilma teria, assim, seguido as pegadas da década de 1960. (SINGER, 2015)

Em sua hipótese, “ao cutucar onças”, a presidente Dilma deveria ter considerado os instrumentos que teria à mão para reagir quando viesse o bote do contra-ataque. Outro advento, tomando a perspectiva das políticas territoriais, sobretudo com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o autor argumenta que o Estado despertara da letargia e buscava meios para alavancar o crescimento em 2007.

Na crise de 2008, os bancos públicos adquiriram rol crucial na reorganização produtiva, representando poderosas alavancas de indução da iniciativa privada. Em 2009 e 2010, com a incorporação de incentivos fiscais seletivos ao arsenal de instrumentos disponíveis, o Estado começara a manejar alavancas antes bloqueadas. A ascensão de Tombini no lugar de Meirelles, em 2011, parecia incorporar o BC à perspectiva do desenvolvimento e concluir os preparativos para um salto de qualidade. Porém, se do ângulo programático há continuidade entre Lula e Dilma, do ponto de vista político ocorre mudança relevante. Enquanto Lula foi não confrontacionista, Dilma decide entrar em combates duros. (SINGER, 2015)

A pesquisa, além de identificar e analisar esses momentos, é de igual monta, uma tentativa de pareamento de pensamento na afirmação no qual pensar o caso brasileiro em plano *geopolítico*. As dificuldades surgem em momentos de afirmação de capitalismo periféricos e de políticas nacionalistas num quadro geral de pós-fordismo e de uma plataforma de poder amalgamada entre finanças, inteligência e imposição militar mundial. (MASCARO, 2018, p. 33)

Soma-se aqui que, a relativa defesa de períodos retratados com grande animosidade do

poderio estatal e a sociedade, se encontra pelo fato de ainda que contraditórios, foram períodos responsáveis pela maior inclusão social, ampliação de direitos, avanços setoriais na composição salarial, elevação dos níveis educacionais, acesso à compra de produtos e bens e serviços, menores taxas de desemprego, maior estima da população e euforia em relação à situação global.

Do mesmo modo, no Brasil, a primazia de bancos e rentistas, majorada nos anos 1990, manteve-se inalterada nos anos 2000. Seus ganhos não se reduziram com o aumento da renda relativa de setores marginalizados e mesmo com o direcionamento de investimentos para a produção, o consumo e os investimentos sociais – aquilo que se poderia chamar de um novo desenvolvimentismo brasileiro, vivido nos anos Lula. Personagens simbólicos dessa condução financista da política econômica nacional, como Henrique Meirelles, presidente do Banco Central nos dois mandatos de Lula, e Joaquim Levy, ministro da Fazenda do segundo governo Dilma, vêm de núcleos importantes do sistema bancário nacional e internacional. Guido Mantega foi um suspiro nessa dinâmica. Para estabelecer os marcos da crise brasileira, é preciso indagar sobre o grau de distinção dos governos Lula e Dilma em relação ao modelo neoliberal mundial e sua contraface brasileira anterior. (MASCARO, 2018, p. 128)

Esta contraface, em nossa análise, depreende que houve o espraiamento de raízes no profundo sentimento popular, de configurar uma nova política de matiz social. Esta, resultou na possibilidade de dinamizar as políticas públicas por meio e após a Constituição de 1988, aliada a uma formação de consciência anterior a ela, que possibilitou a classe trabalhadora em se reconhecer em um proeminente político, Luís Inácio Lula da Silva “Lula” e o caldo formativo de origem socialista representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Em situações como a brasileira, toda a vitalidade de dinâmicas transformadoras – sejam lutas de desenvolvimento capitalista, sejam lutas socialistas – só se pode fundar em um alto grau de coesão social interna, que envolva as classes exploradas, os setores da intelectualidade, os eventuais espaços ganhos no Estado e as massas. Por sua natureza e pela história, e porque já dominam a sociedade, burgueses, Estado e classes médias não operarão câmbios sociais de monta. Assim, tais movimentações – tanto as capitalistas de desenvolvimentismo e bem-estar social quanto as de esquerda em busca de ruptura para uma transformação revolucionária – necessitam desarmar a blindagem ideológica do povo, para que, em algum momento, 99% da população possa fazer frente a 1% dos capitalistas. A forja ideológica é precisamente a única ponta do amálgama da sociabilidade burguesa que permitiria abrir a disputa e ser trampolim de uma luta majorada. (MASCARO, 2018, p. 41-42)

A desenvoltura no âmbito econômico estava atrelada, em especial, às exportações para potências em crescimento, como a China, cuja proximidade político-econômica com o Brasil então se revelou também em projetos como o dos BRICS. Tal evento age, em contrapartida, a outras economias centrais, como os Estados Unidos e por outras economias centrais. Antes de associar-se a uma estratégia de desenvolvimento capitalista do Brasil, comprar o país. Em vez de projetar agendas e plataformas comuns, como as dos BRICS. (MASCARO, 2018, p. 43)

A partir do resgate do aporte estatal no planejamento, elaboração, financiamento e execução das obras da infraestrutura Bragaia (2019), com as devidas ressalvas¹⁵³ do curso da pesquisa empreendida, aponta a íntima relação entre algumas obras e o intento *geopolítico* constado nos documentos nacionais, como o intento da conexão ferroviária biocênica e, nesse sentido, não tomar obras como algo isolado, sem que fossem tomadas na perspectiva da integração regional e em um plano geopolítico maior.

Uma atenção, diante desta evidência, surge de investigações judiciais, bem como o casamento entre as grandes envergaduras de projeção com grandes esquemas de corrupção, fora um fato, apontado pela pesquisa, que colocava em *xeque*¹⁵⁴ a dimensão proposta, como a operação Lava Jato, simbolizada pela figura política de Sérgio Fernando Moro.

Sob o governo de Bolsonaro, houve contínua divisão política de benefícios entre o Executivo e o Legislativo. A posição do Moro, ao agravar-se diante dos vazamentos da reunião ministerial¹⁵⁵ e ofensivas do eleitorado bolsonarista, houve convergência de interesses, mais ainda sob a governança de Arthur César Pereira de Lira “Lira” (Partido Progressista) na presidência da câmara Legislativa¹⁵⁶, boa explanação da situação é a de Nobre (2022) na situação de conflito orçamentário durante o período.

Destaca-se a proximidade entre a *Operação Lava Jato e Mãos Limpas*, uma vez que o juiz condutor do processo, repete a experiência italiana¹⁵⁷ e as contrarreações do sistema político. A intenção, portanto, era adentrar o governo a fim de impedir que a Lava Jato tivesse o mesmo destino. Para Nobre (2022) sua aliança com Bolsonaro, Moro foi tanto o principal líder como o

¹⁵³ Reconhece-se que devido a limitação teórica, ainda em fase de maturação, optou-se demasiadamente nos elementos constituintes do discurso, sem que fosse acompanhada da Teoria Social Crítica. Ressalta-se que a pesquisa foi de crucial importância, resultando na constatação das evidências, necessárias para que se encaminha-se outras trajetórias. Portanto, fundamental no processo de amadurecimento, aprimoramento do trabalho e formação do pesquisador.

¹⁵⁴ O Xeque no jogo de tabuleiro de Xadrez representa ameaça imediata de sobrevivência da peça do Rei adversário. Caso não haja possibilidade de fuga no próximo lance, o adversário é submetido a uma situação de xeque-mate.

¹⁵⁵ Segundo a íntegra da transcrição da *Reunião Ministerial de 22 de abril 2020*, após permissão de liberação da gravação do ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-transcricao-dos-trechos-da-reuniao-ministerial-destacados-pelo-stf/>

¹⁵⁶ Como aponta Nobre (2022) ao citar Observatório do Legislativo Brasileiro “Observatório do Legislativo Brasileiro: A gestão de Lira tem sido caracterizada por alto grau de centralização decisória, mesmo após a suspensão parcial do SDR, que resultou em maior concentração dos trabalhos legislativos nas figuras dos líderes e do presidente da Mesa, devido à suspensão do trabalho das comissões. Ao longo de sua gestão, Lira maneja o regimento interno de forma surpreendente, atropelando ritos, levando à votação projetos cujo teor não foi previamente compartilhado com os deputados, criando comissões especiais para encurtar o tempo de debate, substituindo comissões especiais por grupos de trabalho e amparando a aprovação de emendas de plenário em desacordo com as regras regimentais.

¹⁵⁷ Como a eleição do primeiro-ministro Silvio Berlusconi, em 1994.

coveiro da operação, foi um Antonio Di Pietro – o promotor que encabeçou a operação Mãos Limpas¹⁵⁸ – e Berlusconi¹⁵⁹ em uma única pessoa.

Por sua vez, a mudança da *forma política* das proposituras, as quais tem como prioridade: as relações do Estado e capital, as contradições impostas na busca de rupturas parciais e a relação das *políticas territoriais* e a *geopolítica* nesse processo histórico.

Desde o chamado escândalo do Mensalão, quem pautou ideologicamente os anos petistas foram setores conservadores e reacionários, que, ao cabo, se revelam em sintonia com os interesses dos grandes capitais financeiros brasileiros e de amplos setores dos capitais internacionais – petroleiras, empreiteiras, indústria aeronáutica etc. (MASCARO, 2018)

Pode-se afirmar que houve um intenso plantio ideológico que combateu ao lulismo. Embora o PT deixasse sempre evidente que governara com e pelo capital brasileiro, diante da ascensão externa, houve uma reorientação de grande peso ilusório que tratou de convencer as classes burguesas e médias passaram ao associarem ao bolivarianismo, esquerda, comunismo entre outros.

Assim, compreender a luta de classes no seio de convencimento da sociedade para mudanças nos planos governamentais, é um elemento fundamental para interpretar a ideologia de classes, as disputas entre as frações que disputam entre si os aparatos de modo a satisfazer um *bloco no poder* que atenda com proposituras de desenvolvimento econômico. Ressalta-se aqui, de igual modo, que as disputas de classes extrapolam as fronteiras nacionais, tendo como fundamental elemento de análise, as investidas do capital sobre as regulações, tratados e acordos em um país.

A luta de classes é uma empreitada constante das burguesias do mundo. Como eles comandam a economia, o governo, os meios de comunicação de massa, as religiões e a cultura, tal luta capitalista, via de regra, representa apenas a *manutenção* do mesmo cenário. Em alguns momentos, no entanto, torna-se também *investida*, luta ativa, retirando direitos e condições sociais do povo, procedendo a uma depressão da situação relativa da classe trabalhadora e ensejando, assim, uma espécie de acumulação por espoliação, nos dizeres de David Harvey. É o caso do Brasil do estertor dos governos petistas. (MASCARO, 2018, p. 46-47)

As instituições brasileiras não conseguem manterem-se sob uma determinada postura de

¹⁵⁸ Trata-se de uma investigação judicial ocorrida de grande importância, inicialmente chamada Caso Tangentopoli, iniciada no início da década de 1990,

¹⁵⁹ Abre-se parênteses para descrever o político da Itália. O Silvio Berlusconi é um bilionário empresário, um político conservador e neoliberal, sendo o presidente do Conselho de Ministros da Itália (1994 – 1995; 2001 – 2005; 2005 – 2006; 2008 – 2011).

desenvolvimento econômico e capitalista, sem que perca o chão, o risco de serem solapados, por uma ação de regressão à força do capital. Para Mascaro (2018) não há um bloco histórico, nos dizeres de Gramsci, de contraposição à regressão dos tempos presentes.

Nesse sentido, a um arranjo institucional numa crise de acumulação que não consegue encontrar vazão nem se resolver no sistema político até então estruturado, daí denota o significado da forma jurídica diante da crise.

Em Mascaro (2018, p. 53) o golpe de 1964 é o domínio imediato dos militares, em 2016 foi o direito. Do mesmo modo, o direito foi a retaguarda do golpe e os militares. Entre os fatores comuns a elaboração de uma nova forma, a chegada do direito à posição de condutor da luta de classes burguesa.

O autor Mascaro (2018) elenca uma série de mecanismos, ao qual interessa ao curso da pesquisa, pelo empreendimento de novas formas de posturas imperiais, destacam-se os seguintes pontos aos quais a investigação priorizou: a) países como o Brasil, cuja tradição jurídica multissecular de direito legislado é portuguesa e europeia continental, passam a ser atravessados por novas lógicas advindas da cultura jurídica estadunidense, compondo quadros de desarranjo sistemático; b) intercâmbios entre agentes jurídicos e policiais de variados países, centralizados nos Estados Unidos, atuando na formação e atuação do direito brasileiro; c) membros de operações como a assim chamada Lava Jato se orgulham de um convívio próximo com agentes e órgãos públicos dos EUA – até mesmo de sua simbiose com o *Federal Bureau of Investigation* (FBI); d) a *Operação Lava Jato* alteram a projeção do impacto decisório de alguns juízes, membros do Ministério Público e policiais federais; e) decidia a vida dos desgraçados de sempre de uma sociedade exploratória e dominadora, agora contra membros selecionados e indesejados do mundo político e contra empresas nacionais e estatais contrárias a uma dinâmica geral do interesse de frações do capital; f) Partidos e grupos de direita – do Partido Republicano nos Estados Unidos aos fascistas brasileiros que hoje emulam Bolsonaro – pensam de modo não juspositivista: a efetividade do poder passa por sobre qualquer pretensa legalidade; g) a fragilidade e a insuficiência das estratégias de acomodação entre classes e frações e do mecanismo estatal de indução econômica do capitalismo nacional.

Tal quadro, cujas dificuldades, em que pesem seus particulares, repetem o modelo de outrora implementado — o de Vargas, Juscelino e Jango —, demonstra que a ausência de um

amálgama, quando despontam, são combatidas por setores concorrenciais afetados, inter(nacionais).

Diante desse embates concorrenciais, o autor Mascaro (2018) imputa a seguinte necessidade de ruptura, o conjunto de leituras jusfilosóficas críticas, assentadas nas descobertas científicas de Marx em concomitância a uma estratégia nacional capitalista progressista só poderia surgir com um amálgama, tal qual um bloco histórico, é necessário forjar outro grau de interesses, visões de mundo e sociabilidade. Até hoje, no Brasil, os modelos tentados não alcançaram tal dimensão e demonstraram-se insuficientes. (MASCARO, 2018, p. 65)

Assim, o neoliberalismo atua diretamente a partir do Estado, necessitando dele para a execução, garantindo a permeabilidade das políticas que alinham regulações a esfera do *mercado mundial* e o judiciário¹⁶⁰, setores de classe média ligados a suas burocracias estatais, partilhando práticas e ideologia, a língua inglesa no modelo de interesses de instituições estadunidenses, homogeneização internacional, a captura do poder judiciário, constituição de uma massa de burocratas de elite.

Os conflitos ocorrem pela contínua aceitação do modelo de reprimarização da economia, subordinação econômica entre instituições brasileiras ao capital transnacional. A debilitação do modelo exploratório encontra-se rico material proposta por Marcos Nobre, das contradições da conjuntura política institucional, especificamente a partidária e os setores econômicos historicamente beneficiados, mas sob esta nova forma.

Essas articulações, captura e constituição de um verdadeiro aparato intraestatal foi uma conquista neoliberal que permeia Estados-nações, necessitando de todo seu arcabouço institucional a fim de comandar as políticas públicas. Para além de incitarmos a reflexão destas novas formas, nossa preocupação também reside, em raciocinar para quais exemplos, formações e países essas iniciativas possuem maior grau de virulência.

As evidências das iniciativas virulentas contaram com coordenados ataques de “robôs”, grupos em redes sociais que atuavam paralelamente a espaços dedicados a coordenador, conjuntamente a algumas instituições, discursos pró-governo, vistos a exemplo dos eventos do *Sete*

¹⁶⁰ Nesse processo, tal qual apontado na década de 1990, no bojo do Consenso de Washington, o “Documento técnico” do Banco Mundial consolida uma agenda específica para esse campo.). (MASCARO, 2018)

de Setembro¹⁶¹, “voto impresso auditável”, publicações em redes sociais como o Twitter¹⁶², entre outros.

Fica evidente, portanto, uma razão estabelecida, a partir da leitura que, infringir o mantra e o mandato do neoliberalismo repercute infringir as economias centrais, resultando em uma ação de escala internacional, um movimento de grande dilapidação moral, internacional e perseguição de todo tipo.

Da Rússia ao Brasil, dos países árabes à América Latina, as décadas neoliberais têm feito escombros por meio de perseguições a quaisquer lógicas políticas autônomas. É até possível que, virtualmente, algumas tentativas não venham a falhar, mas a fraqueza é o próprio sintoma das estruturas históricas presentes. Muito mais que eventuais estratégias de governabilidade por sobre o capital, ainda, e mais uma vez, é o capitalismo que está em xeque. (MASCARO, 2018, p. 66)

Esta ação é uma nova forma imperialista, a acumulação por espoliação e captura do *poder político*, através das privatizações a multinacionais dos países da economia central.

Assim, estratégias como as da espoliação passam a ter peso maior na resolução da crise de acumulação de 2008: é necessário fazer com que países, povos, classes, empresas e interesses percam para que outros possam ganhar e contrabalancear suas quedas econômicas. Técnicas já aproveitadas na primeira fase do capitalismo neoliberal, como a das intervenções humanitárias ditas de salvação de povos – Iugoslávia na década de 1990, Iraque no início dos anos 2000 etc. –, em benefício de expansão geopolítica ou de espoliação direta de mercadorias como o petróleo, passam a ser incrementadas nesse segundo momento, mediante controles da opinião pública de países a serem espoliados. (MASCARO, 2018, p. 87)

A crise política e jurídica¹⁶³, é interpretada para os países que se julgam moralmente superiores, o ocidente como baluarte da civilidade, investem em ideologias de superioridade, sucessivas promoções de crises políticas na geografia mundial. No Brasil, as origens remetem a lógica capitalista “, ligadas as próprias estratégias da acumulação, tanto do capital nacional quando

¹⁶¹ Para Nobre (2022) Sete de Setembro bolsonarista foi precedida e se superpôs à batalha pelo chamado “voto impresso auditável”, uma pauta de mobilização reforçando a outra. Uma vez que o projeto do “voto impresso” foi derrotado em votação na Câmara, em 10 de agosto de 2021, a movimentação nas redes bolsonaristas concentrou todos os seus recursos na convocação para as manifestações de Sete de Setembro. No caso do Twitter, por exemplo, o estudo mostrou a grande importância dos *bots* (ou robôs), perfis automatizados que representam apenas 16,5% dos perfis analisados, mas são responsáveis por 39% das publicações. Ainda assim, a participação de humanos é muitíssimo relevante, já que corresponde ao restante dos perfis.

¹⁶² Rede social que ermite aos usuários da plataforma digital em enviar e receber atualização pessoal de seus contatos.

¹⁶³ A noção de crise política ou jurídica – exemplificada e vivida em países que vão da América Latina e seus atuais processos de impeachment aos do Oriente Médio e suas Primaveras Árabes, e mesmo nos Estados Unidos – costuma ser lida como crise moral, das instituições ou mesmo civilizacional, mas raramente como crise do capitalismo como modo de produção. Quando, raramente, o diagnóstico teórico alcança esse objeto, permanece refém dos horizontes ideológicos que o produziram. Da mesma forma que não se pode sair do poço puxando-se os cabelos, tampouco se pode ler a crise capitalista nos próprios termos teóricos que fundam sua reprodução.

dos internacionais¹⁶⁴.

É verdade que a crítica da crise do capitalismo mundial precisa conhecer o nível econômico, político e cultural, as lutas e os específicos entraves e anseios das formações econômicas específicas. No caso da América Latina, seus caminhos passam por uma história de símbolos, combates, derrotas e esperanças que vai do colonialismo à escravidão, dos povos da terra à inserção subalterna no capitalismo mundial, do agrarismo à industrialização, das teorias de desenvolvimentismo ao dependentismo, de Bolívar a Zapata, de Perón a Vargas, de Fidel a Allende e, mais recentemente, de Chávez a Lula. Há uma história específica do capitalismo em solo latino-americano. E, em toda sua vida política, há contradições e potenciais que foram vistos na revolução e na reforma, no enfrentamento e na acomodação. O campo para a compreensão da crise, em regiões do mundo como a América Latina, vem permeado pela mirada de uma sociabilidade específica, concreta, que gera articulação, bloqueio, silêncio, fala, dor, derrota, esperança e ânimo. (MASCARO, 2018, p. 120)

O quadro impõem, portanto, compreender que a cada nova crise de acumulação das economias centrais, há um movimento que se choca diretamente com economias periféricas que destinaram o arcabouço institucional para avançar sobre outras demandas de políticas públicas, ainda que fossem razoavelmente insuficientes, denotando-se, assim, a reflexão sobre a validade da crítica de tal modo que reconheça avanços e a verdadeira resistência independentemente dos ataques que conformem a política nacional ao prazer imperial.

Ao se pautar no estudo do marxismo, crise e política para Mascaro (2018) delinea autores que propiciam um denso sentido crítico a interpretação materialista, destacam-se alguns dos autores os quais a pesquisa tem buscado sua validade teórica.

Em Hirsch¹⁶⁵ as obras utilizadas são *Teoria Materialista do Estado* (2010) esta obra compõem, segundo Mascaro (2018) a discussão de outros autores o pensar a crise brasileira como crise das formas sociais na formação social brasileira, na sua principal obra mostrando o caráter indissolúvel da *forma política* estatal em face do capital.

De forma destacada no pensamento de Joachim Hirsch, tal visão derivacionista percebe a impossibilidade de uma política superadora a partir do espaço dos próprios Estados. [...] jurídicos. O Estado nem é instrumento neutro que possa ser conquistado pela classe trabalhadora em benefício da superação do capitalismo, nem é burguês por ser controlado diretamente por burgueses. Sua forma social é capitalista. É exatamente por institucionalidades políticas estatais que os circuitos da acumulação se gestam e se garantem. [...] Estado não tem poderes salvadores durante a crise porque ela é exatamente

¹⁶⁴ Ver Mascaro (2018, p. 88)

¹⁶⁵ por constituir uma linha de pensamento que dá corpo ao teórico-prático sobre a transição ao socialismo – Lênin, Pachukanis, Mao, Giap, Bettelheim etc. – e pelas estratégias nacionalistas, mas também das reflexões a respeito de reflexões a respeito do momento presente do capitalismo mundial, de regime de acumulação pós-fordista e de crise como estratégia econômica financeira – Althusser, Kurz, Žižek, Hirsch, os debates sobre neoliberalismo, espoliação, ideologia, cinismo e narcisismo, entre tantos outros. (MACARO, 2018, p. 30)

um momento nodal das contradições da dinâmica de acumulação. (MASCARO, 2018, p. 113)

Em Poulantzas *Poder político e classes sociais* (1971), *O Estado em crise* (1977) e *O Estado, o poder, o socialismo* (2000) por explorar o campo político, sociedades de exploração e o papel das instituições políticas e sociais. Disso decorre a noção de crise política e como se imbricam as relações econômicas, políticas e sociais, no avanço da classe burguesa e suas correspondentes *frações de classe* das burguesas nacionais e internacionais.

Em Poulantzas leituras da derivação do Estado a partir da forma-valor, iniciadas em meados da década de 1970, superam os quadrantes de debates anteriores, como aqueles em torno das ideias de Nicos Poulantzas, para quem o Estado representava a condensação de relações de força. O horizonte de Poulantzas sobre o Estado em algumas das fases de seu pensamento apontava para um nível de politicismo. A derivação vai mais a fundo na determinação material da forma política. (MASCARO, 2018, p. 113-114)

Em Bob Jessop *State Theory Putting the Capitalist State in its Place* (1996) e *The Capitalist State* (1982)

Na Inglaterra, John Holloway e Bob Jessop empreendem uma leitura da política que também prima por entender as relações sociais, de força e de luta. Tais proposições, ditas de um marxismo aberto, redundam, então, na busca da transformação social ao largo do Estado – mudar o mundo sem tomar o poder. (MASCARO, 2018, p. 114)

A investida da investigação sobre a *Ponte para o futuro* e sua consolidação em um governo autoritário que age contra a vida humana, o golpe majora e unifica, dá sentido a verdadeira luta e o sentido das lutas atuais.

Por perspectivas não juspositivistas e marxistas, o *impeachment* de 2016 estabelece um câmbio brusco de governantes, políticas e interesses de frações de classes. Passado pouco mais de um ano da eleição que conduziu Dilma Rousseff ao segundo mandato, todo o Executivo, a partir da Presidência da República, põe-se a ditar um horizonte distinto – derrotado nas urnas de 2014 –, simbolizado pela *Ponte para o futuro*, de neoliberalismo ainda mais pronunciado e regressista. Quanto a leituras juspositivistas, que não enxergam câmbios políticos nem golpes de frações de classes, é preciso investigar suas limitações e suas próprias contradições, na medida em que, até sob seus próprios prismas, não restam incólumes as invalidades quanto a processos e casos como o do *impeachment* de Rousseff ou o da dita Operação Lava Jato. Muito da parcial avaliação juspositivista sobre a inexistência de uma quadra golpista na realidade brasileira atual se lastreia na própria dualidade do conceito de validade das normas e dos atos jurídicos. (MASCARO, 2018, p. 73)

O golpe e a mudança da *política territorial* representada pelos governos anteriores, de algum modo, simbolizam em algum grau de confronto de mercados. A inteligibilidade de modo a capturar o *poder político*, afastando o PT do governo por meio da seletividade das investigações e punições, criminalizando empresas de grande porte com forte participação no mercado externo, sobretudo nos países aos quais o Brasil vinha se projetando, com destaque a América Latina e Costa Ocidental da África.

Por um ângulo, constitui-se o campo do normal, que é produzido pelo Estado, pelo direito, pela economia, pela ideologia. Por outro, dentro do próprio normal, constantemente seu funcionamento é negado, com base em operações institucionais. Eventos como os *impeachments* dos últimos anos na América Latina mostram que a democracia é modulada de acordo com interesses muito diretos e imediatos da política e das classes capitalistas. Poderes judiciários, meios de comunicação de massa, forças militares, todo esse complexo atua dentro do campo democrático exatamente para constituir uma dinâmica que se possa chamar de típica, excluindo formas populares e anticapitalistas de poder¹⁶⁶ (MASCARO, 2018, p. 118)

O reconhecimento do materialismo histórico e a modulações da politicidade, são elementos necessários para desatar o nó ideológico, compreendendo uma certa *autonomia relativa*¹⁶⁷, fundada principalmente da cientificidade da história, o movimento da história, as disputas de classes e a ganância pela acumulação material que se centrifugam das economias periféricas para as economias centrais.

A modulação da política frente aos interesses é o alinhamento de interesses que fogem a esfera da sociedade brasileira, que se vê fragmentada e a serviço de uma minoria corrompida, altamente imbricada, *frações de classe* destinadas a cumprirem um papel estramamente danoso, perverso e macabro do capitalismo.

Há, então, crises econômicas, crise no regime de acumulação, expansão geográfica do capital em curso, investidas imperialistas, novas formas e gestações de cunho *geopolítico*. Para Mascaro (2018) o oculto é a intermediação *geopolítica* do capital e a operacionalização das instituições estatais.

Nesse sentido, a ideologia é elemento fundamental na cooptação de interesses de classes, respaldam as políticas públicas e constituem novas subjetividades, articulando segmentos sociais a fim de angariar *poder político* que sustente a ação política deletéria na política doméstica.

Os mecanismos ideológicos, controlados por meios de comunicação de massa, penetram por todos os campos da vida social, sendo o direito um deles, com práticas exemplares e eminentes nesse sentido. O jurista é afetado diretamente por pautas, valores, interpretações e horizontes daquilo que é notícia, porque sua informação sobre os fatos é, via de regra, a mesma dos meios de comunicação de massa. Até o jurista que atua mais na base dos fatos concretos – como o do mundo policial ou do Ministério Público – não consegue acesso maior ou distinto aos fatos, ou então, mesmo que o consiga, não resiste em sua leitura à interpretação bombástica da imprensa e ao espetáculo correspondente à narrativa desses mesmos fatos. Duas grandes vertentes se abrem nessa imbricação de ideologia, aparelhos de comunicação de massa e prática jurídica. (MASCARO, 2018, p. 142)

¹⁶⁶ Ver Macaro *Estado e Forma Política* (2013), capítulo 5.

¹⁶⁷ Ver Mascaro *Golpe brasileiro e política* em Mascaro (2018),

Portanto, depreendem-se as estratégias de alinhamento das frações brasileiras ao capital, sob pretextos dos mais diversos de abertura e transparência nos negócios, inviabilizar os bancos públicos como Banco do Brasil, Caixa e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), atuar contra a formação de blocos políticos e econômicos, como os BRICS¹⁶⁸ e MERCOSUL¹⁶⁹.

O fato de considerar o Brasil a condição de um país baleia¹⁷⁰ e qualquer ato reverbera, tais como as ondas do mar mundo afora, constitui uma imprescindibilidade de manter o território nacional sua âncora preso a atender como fornecedor de *commodities* e condições materiais para extração de mais valor.

Para Mascaro (2018) o Brasil é um agente decisivo na perpetuação de políticas neoliberais sobre a América Latina, o quadro social das oposições, as investidas do capital refletem a condição particular de cada formação social específica, ao qual se tende a alinhar à cultura dos EUA. Assim, há uma *geopolítica do direito*¹⁷¹ em operação, o autor Mascaro (2018) aponta cinco questões envolvendo o direito, sua política estrutural nos Estados capitalistas e na *geopolítica* presente.

O que se interpreta é que o *Estado e forma política*, necessita de uma análise histórica atrelada a sua condição específica. Assim, encontrar os atores que participam no campo de luta política, exige contemporizar como as frações de classe se arraigam socialmente, adquirindo uma forma capitalista.

Isso, deve-se compreender, simultaneamente, que os políticos não necessariamente são burgueses, mas que o Estado político é burguês. As disputas nos poderes políticos compõem sociedade e sua exploração de classe. A garantia última, de força física, é o *manu militari*, sem a qual o esgarçamento político não alcança outra ordem que implique uma posição de maior vantagem mesmo que em favor da valorização do valor.

Reside nesta discussão, que as conquistas, variações de modelo implicam também em rupturas sutis, que garantem melhores condições de vida e, simultaneamente, reações para

¹⁶⁸ Ver Mascaro (2018, p. 129).

¹⁶⁹ Trata-se de uma organização intergovernamental regional aduaneira, com propósito de promover integração nos âmbitos econômico, político e social. Foi fundado em 1991, a partir do Tratado de Assunção (1991).

¹⁷⁰ Conceito amplamente utilizado por Antônio Carlos Robert de Moraes e Wanderley Messias da Costa.

¹⁷¹ Estas precisam ser consideradas: 1) A natureza capitalista do direito e do Estado; 2) Política, direito e formações sociais; 3) Injunções jurídico-políticas neoliberais; 4) Ideologia jurídica e ideologia dos juristas; 5) Direito, espetáculo e golpe.

rearranjar políticas de exploração e extração de riquezas.

Ela ocorre nos Estados contemporâneos, esta órbita compõem limitações resultantes da ditadura à democracia, destituições de blocos que possuem potências em favor da conjuntura social, é nesse campo de luta que se assiste as representatividades legais, os golpes, a utilização do aparato jurídico em novas formas para garantir a exploração e a rede espoliação de riquezas, compõem-se assim a dinâmica política e econômica em favor do capital.

Como resultado, interpreta-se que estas novas formas de atuação reside nas destacadas formas de pressão atuando contra a formação de blocos políticos que confrontem as investidas das regulamentações neoliberais, por meio da promoção de richas e golpes, aproximam-se do desfacelamento da União das Nações Sul Americanas (UNASUL). A destituição de programas governamentais que permitissem maior autonomia nacional na projeção econômica regional, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

4 ESTADO NEOLIBERAL: O CONTEÚDO DO DISCURSO, AS CONFRONTAÇÕES GEOPOLÍTICAS E NOVAS ÁREAS PARA VALORIZAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

O objetivo do último Capítulo, evidencia operacionalização do arcabouço teórico metodológico discutido ao longo da presente dissertação. Assim sendo, o papel do Estado na condução da natureza da *política territorial* favoreceu um tipo de desenvolvimento econômico sustentado na acumulação capitalista, sobretudo o *neoextrativismo* em países da América Latina.

Diante das necessidades de resolução da crise global de 2008, reverbera-se os feitos de deslocamento geográfico das crises nos moldes da *expansão geografica do capital* e das *confrontações geopolíticas* (a exemplo da destituição de blocos políticos regionais da UNASUL para o Prosul, uma geopolítica subalterna ao interesse estadunidense). Nesse sentido, tomar conhecimento crítico analítico é fundamental para analisar as disputas de *formações sociais específicas* associadas ao poder estatal, diante de forças hegemônicas influentes nas instituições brasileiras, necessárias para reprodução capitalista, em posição coordenada com setores da burguesia altamente vinculados na mediação ao *mercado mundial*.

Portanto, a emblemática situação fatalmente empreendeu uma reflexão crítica sobre o papel do Estado, diante da contínua ruptura de administrações divergentes aos interesses do capital. Para isso, o processo em curso torna-se tanto, o obstáculo grandioso, quanto a relevância científica em responder à natureza da dinâmica ocorridas à luz da contemporaneidade de crise econômica, política, econômica, social, agravadas pela derradeira crise sanitária da Pandemia do Covid-19 que se estendeu nos anos seguintes de 2020.

A investigação apresentou o estudo das forças políticas atuantes, elementos políticos fundamentais que ocorreram no movimento de destituição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o processo de implementação de um programa neoliberal/ultraliberal, o Programa Parceria e Investimento (PPI), no contexto da *Ponte para o Futuro*, um programa deliberadamente voltado para o *capital*, vistos em exemplos como Leilões (captura dos sistemas técnicos) e Licenciamento Ambiental (novas áreas para valorização capitalista do espaço).

4.1 As contrarreações institucionais no processo de destituição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

A possibilidade de integração regional se aguçou entre finais da década de 1980 e mais adiante nos anos 2000, essencial na compreensão de grandes projetos de infraestrutura. O debate das políticas públicas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁷², faz-se necessário enfocar no setor de infraestrutura e logística e os discursos constituintes, que atendam a discussão proposta nesse trabalho, uma vez que o programa é um arranjo político que se soma pelo atendimento a vários setores, como o urbano ao patrimônio histórico.

O contexto histórico do PAC fez com que o próprio programa obtivesse modificações em seu curso. A sua 1ª edição ocorreu durante o segundo mandato do Luis Inácio Lula da Silva (2007 – 2011), com notória participação da ministra da casa civil Dilma Vana Rousseff (2005 – 2010). A sua 2ª edição ocorreu a partir do primeiro mandato presidencial da Dilma (2010 – 2014). Na 3ª edição (2014 – 2018), houve sucessivas intervenções para reconfigurar o modelo de executar o planejamento das grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética.

De maneira geral, a direção tomada pelas ações estatais incorporam os discursos de combate a desigualdade social, regional e melhoria dos índices de qualidade de vida. No entanto, a preocupação estabelecida, norteadora da discussão, é a capacidade do alcance das políticas públicas ao nível nacional, continental para atender a cadeia produtiva mundial. Assim, estabelecem-se diretrizes formatadoras da política pública, necessárias para a ampliação e reprodução do capital.

Tendo em vista a discussão dos momentos de atuação do Estado, a problemática discorre sobre o comando da *política territorial* no contexto pós 2016, marcado sobretudo pela crise econômica, política e social.

Em resumo, Felix (2019) a meta de compromissos do PAC 1 assemelha-se ao PAC 2.

Realizar a infraestrutura que eleve a competitividade do país; gerar empregos; resgatar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento; incentivar investimentos públicos e privados; reduzir as desigualdades regionais do Brasil -, porém numa condição de obras mais avançadas e numa mudança do quadro macroeconômico. (FELIX, 2019, p. 183)

No entanto, houve previsões otimistas ao desempenho econômico brasileiro em relação ao

¹⁷² O programa foi considerado o maior programa de infraestrutura nos últimos 40 anos, segundo a Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República, Brasília-DF, 2007.

cenário mundial, principalmente pelos fatores: a forte concentração do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA, com o desequilíbrio financeiro; desacelerações na China; lenta recuperação na área do EURO, significando um baixo crescimento econômico. (FELIX, 2019, p. 184)

A identificação do período ocorre pela composição de visões da crise capitalista, produto histórico de um contexto de acumulações do capital e do *espaço-tempo*. O reconhecimento desta manifestação fenomênica, derivada de condições sociais internas atreladas a situação global, encontram-se raízes do fordismo ao pós-fordismo.

Trata-se como modelos de acumulação e novas regulações, as consequências são da crise estrutural capitalista, nesse período marcado pela expansão do capital, tal como aponta Robert Kurz em *Colapso da Modernização* acompanha as crises globais econômicas de 2008, compreendendo uma fase vigorosa das estruturas do capitalismo, principalmente após a Guerra Fria.

Há nesse processo, em contínua dinâmica, saciar-se em regiões que antes eram obstáculo e, sua execução, depende de uma mobilização de força política, ameaças bélicas e novos entrelaçamentos de frações de classe internacional, a fim de garantir um circuito universal da mercadoria. Estas compõem crises econômicas que irão se localizar na periferia do capitalismo e em países ditos em desenvolvimento, dependente, vinculados a *valorização do valor*.

Com o domínio da implantação do modelo neoliberal, o orçamento público condiciona-se na disputa das políticas públicas, no que diz respeito a *política territorial*, uma responsabilidade fiscal e de investimentos exclusivos de setores econômicos privilegiados, principalmente o de construção civil e corredores de desenvolvimento para ampliar as fronteiras extrativistas.

A autora Vitte (2020) tem apresentado discussões sobre os impactos das grandes obras de infraestrutura na disposição da geoeconomia e geopolítica, especificamente do uso do conceito de *neoextrativismo* na América Latina, fato que coincide com as contradições políticas de governos progressistas de países em desenvolvimento, isto é, de ampliação de recursos financeiros para melhoria das condições de vida da população em geral.

Assim, os projetos de desenvolvimento chocam-se a qualidade ambiental e direitos de povos tradicionais, situação típica do modelo persistente do neoliberalismo. Entre as discussões apoia-se em uma série de autores que discutem o *neoextrativismo*, como Gudynas (2012) e a Geografia que explora entendimento da relação entre os recursos naturais, território e o papel do

Estado, vistos em Moraes (2000), a *acumulação por espoliação e desposseção* de Harvey (2004).

Nesse sentido, a nova forma produtiva sustentada na extração de recursos naturais, nos setores agrícola-mineral, é um sintoma da crise política nos países em desenvolvimento e ambiental, representada pela degeneração de propostas insustentáveis impactando *territórios*, expulsão de povos, agravada pela queda dos preços das *commodities*, intensificando sua exploração para manter as taxas de lucro de grupos econômicos cuja atuação política consistia em alianças de modo a salvaguardar o “*Consenso das Commodities*”

Para adequar aos fundamentos da doutrina neoliberal, as ações estatais, no que cerne *política territorial*, estruturam-se a medida que o mercado mundial exige atendimento a suas necessidades. Logo, a posição estratégica do Estado configura-se mecanismo de legitimação de financiamentos, créditos aliados a desenvolvimento nacional, uma base para setores supracitados fornecerem alternativas a produção para o campo, sob o pretexto discurso a mando do Banco Mundial.

Os países que compuseram um ensaio desenvolvimentista, ainda que movimentos tímidos, confrontam-se na arena mundial em uma situação assimétrica, uma vez que os países na condição de se confrontar há interesses diversos de setores capitalistas internos e dos países centrais. Os fatores elencados em períodos de crise compõem uma força de determinação social, como exemplo do esfacelamento de iniciativas de grande porte, retomadas tímidas que estão envoltas de processos de conturbação violenta.

A tratativa de promover modificações em direção ao neodesenvolvimentismo, seguido durante as duas primeiras décadas do século XXI, evidencia os limites do progressismo e a insurgência dos movimentos emancipatórios. Essa realidade pôde ser percebida, enquanto a intervenção estatal, a exemplo do PAC, direcionou esforços para economia.

Em relação às estratégias econômicas adotadas pelo governo, os investimentos obtiveram grande participação e condições oferecidas pelo BNDES, ainda que não houvesse ruptura com os ideais neoliberais. Para Felix (2019)

As críticas ao PAC se voltam principalmente à intervenção pontual na economia e a não ruptura com os ideais neoliberais (SANTOS et al. 2010), concretizados pela presença do capital privado nas obras do PAC. Nessa direção, Sampaio Jr. (2007) afirma que as medidas anunciadas são apenas um pouco mais do mesmo. Seus fins e seus meios enquadram-se perfeitamente nos parâmetros do padrão de acumulação neoliberal-

periférico, estabelecido pelo presidente Collor de Mello (1990-1992), consolidado por FHC (1995-2002) e reciclado e legitimado novamente por Lula (2003-2010). (FELIX, 2019, p. 186)

O caldo de agitação atingiu várias localidades com propostas distintas e em contextos diferentes de agudização de setores da sociedade descontentes com o papel do Estado, nas medidas de desenvolvimento econômico. O autor em discussão Zibechi e Machado apresenta a participação de mobilizações populares que desafiaram a ordem estabelecida.

Quadro 1: Levantamentos populares e grandes mobilizações América Latina 1989 — 2013

Levantamentos populares e grandes mobilizações América Latina 1989 – 2013

Acontecimento	País	Ano	Características
Caracazo	Venezuela	1989	Protesto espontâneo
Inty Raymi	Equador	1990	Levantamento indígena
Ya basta!!	México	1994	Levantamento zapatista
Queda A. Bucaram	Equador	1997	Levantamento popular
Março Paraguai	Paraguai	1999	Protesto semi-espontâneo
Guerra da Água	Cochabamba, Bolívia	2000	Levantamento popular
Queda J. Mahuad	Equador	2000	Levantamento popular
Cuatro Suyos	Peru	2000	Grande passeata organizada
Queda de la Rúa	Argentina	2001	Protesto popular urbano
Estradas bloqueadas	Paraguai	2002	Mobilização camponesa
Não às privatizações	Arequipa, Peru	2002	Levantamento popular
Anti-Golpe de Estado	Caracas, Venezuela	2002	Levantamento popular
I Guerra do Gás	Bolívia	2003	Levantamento popular
II Guerra do Gás	Bolívia	2005	Levantamento popular
Foragidos	Equador	2005	Levantamento popular
Comuna Oaxaca	México	2006	Levantamento indígena
Baguazo	Peru	2009	Levantamento indígena
Passeata TIPNIS	Bolívia	2011	Mobilização popular
Jornadas de junho	Brasil	2013	Mobilização popular

Fonte: (ZIBECHI; MACHADO, p. 12, 2017)

A discussão de projetos estatais coincidem com obras de grande porte, resultando em desafios políticos de sua implementação em diferentes escalas, local, nacional e externo. Para os autores Zibechi e Machado (2017) problematiza-se o caráter contraditório do Estado e o modelo econômico.

O atual neodesenvolvimentismo latino-americano, subordinado a um projeto nacional que supõe um pacto de perfil interclassista, determina o Estado como principal sujeito político do social organizado, que emana à disciplina e ao controle do poder institucional. Definitivamente, os chamados governos progressistas da América Latina limitaram sua visão ao controle do poder e sua relação desde este espaço com o capital a fim de certo controle sobre o mercado, buscando a modernização de suas economias nacionais e sociedades sob o altaneiro discurso da "segunda independência". (ZIBECHI; MACHADO, p. 83, 2017)

A crise política no que se refere ao Brasil, as *Jornadas de Junho de 2013*¹⁷³, evidencia que a corrupção é um elemento presente que atrofia a criatividade humana e o consórcio de trabalho e bem-estar social. O capitalismo tem por característica promover irracionalidades no processo de acumulação e desenvolvimento das forças produtivas da economia.

Na América Latina e assim como no Brasil, não existe uma distinção do ambiente político que impeça as práticas relacionadas a corrupção, mesmo em governos ditos progressistas e setores da economia a serem privilegiados. A *Operação Lava Jato* e o Ministério Público, segundo Zibechi e Machado (2017, p. 90) põs as vistas o dito papel de controle das instituições estatais, por mais que esteja envolto de contradições, a discussão do papel do Estado e a íntima relação, especialmente a Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade e Gutierrez e OAS, cerca de metade dos contratos obtidos com a participação do Estado.

Ao citar Pinheiro e Guimarães (2015), entidades como a Polícia Federal no Congresso, recebem contínuos aportes financeiros da CIA¹⁷⁴, FBI¹⁷⁵ e DEA¹⁷⁶. O autor ainda exemplifica a ingerência estrangeira, como a prisão do vice-almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva. Ao longo do trabalho, a discussão das instituições, ao se embricar com o mercado mundial, possibilita apreender movimentos distintos das instituições jurídicas ao largo do comando do poder político estatal, elemento conjuntural fundamental na compreensão da complexidade geopolítica em tempos de globalização, difusão de normas jurídicas e parâmetros de investigação estatal.

Dada situação emblemática justificam-se as críticas que apontam o entrelaçamento estatal e grupos econômicos beneficiados, bem como o mito criado entorno do progressismo do ciclo econômico em alta, pois se persiste a desigualdade estrutural e regional, na gestão de continuidade do modelo neoliberal, ainda que desafiem pontualmente o *status quo*.

No entanto, é justo ressaltar a importância analítica de compreender o caráter de projeção externa institucional respaldada pela força bélica, política e econômica para minar amálgamas e

¹⁷³ Trata-se de uma mobilização popular que reivindicava melhorias no transporte público sucedeu na qualidade dos demais serviços públicos. Posteriormente, fora cooptado com suporte midiático, pautas que atendiam as necessidades do mercado e supostos desejos de uma classe média ascendente frustrada com o crescimento econômico, dando origem ao discurso conservadorismo moral e do liberalismo econômico. A mutação da pauta a uma massa descontente, muitas vezes infladas com uma canalização *antipartidária*, sobretudo pelo *antipetismo*.

¹⁷⁴ Central Intelligence Agency.

¹⁷⁵ Federal Bureau of Investigation.

¹⁷⁶ Drug Enforcement Administration.

projetos de acumulação em escalas que visam o seu contínuo crescimento, pois estes desafiam-se contraditoriamente, a grupos econômicos de formações sociais distintas em cada Estado Nacional.

A crise política partidária entorno do PMDB (atual MDB) traz elementos políticos importantes para compreender o mecanismo interno dos processos contraditórios durante o processo de instalação da governabilidade política e seus reflexos na *política territorial*, uma vez que esteja envolta de interesses ideológicos e econômicos antagônicos.

A disfuncionalidade das instituições pode ser atribuída a incapacidade de gerar contenções as crises políticas quando acompanhadas de uma operacionalidade intencional de agir com os preceitos de poder não legítimo. O programa econômico apresentado durante o segundo mandato da presidente Dilma (2015 – 2016) se mostrou distinto.

O período possui elementos políticos interessantes, pois manifesta-se de uma crise estrutural que conduz as formas políticas a se modificarem ao longo do tempo. A dinâmica de reprodução capitalista intenciona as intervenções sucessivas.

O filósofo Marcos Nobre contribuiu na análise dos elementos políticos desse período, principalmente pelo comportamento político *pemedebista* possuir muitas dimensões.

(...) a magnitude dos impactos não impede de concluir que os arranjos institucionais existentes se mostraram inadequados para elaborar as tensões em um sentido positivo qualquer. Sobretudo, mostraram-se incapazes de produzir as transformações fundamentais que o país terá (NOBRE, 2016, p. 135)

O fato é que a Operação Lava Jato, ao longo de 2015, foi a principal operação institucional desestabilizadora, nele se encontra as bases ilícitas entre o apoio político e do futuro apoio governamental, até então com suporte de grupos econômicos e do legislativo, sobretudo de grandes empreiteiras e companhias energéticas (cujas empresas ganharam notório crescimento ao sobretudo ao longo de duas décadas)

No mesmo ano, uma recessão de raro poder destrutivo se instalou por um período bastante longo. Em 2016, um processo de prensagem a frio da democracia levou ao afastamento de Dilma Rousseff da presidência e à apresentação pelo governo interino de um programa econômico que representa uma radical guinada liberal, sem qualquer discussão ou aprovação em eleições gerais. (NOBRE, 2016, p. 135)

O caráter disruptivo é uma espécie de colapso crônico, choques sucedem-se, com uma capacidade de amortecimento institucional decrescente. A discrepância entre contextos diferentes

verifica-se notando a diferença da vitalidade das organizações de base, como Constituição de 1988, criada para reestabelecer nova fronteira de funcionalidade pós redemocratização.

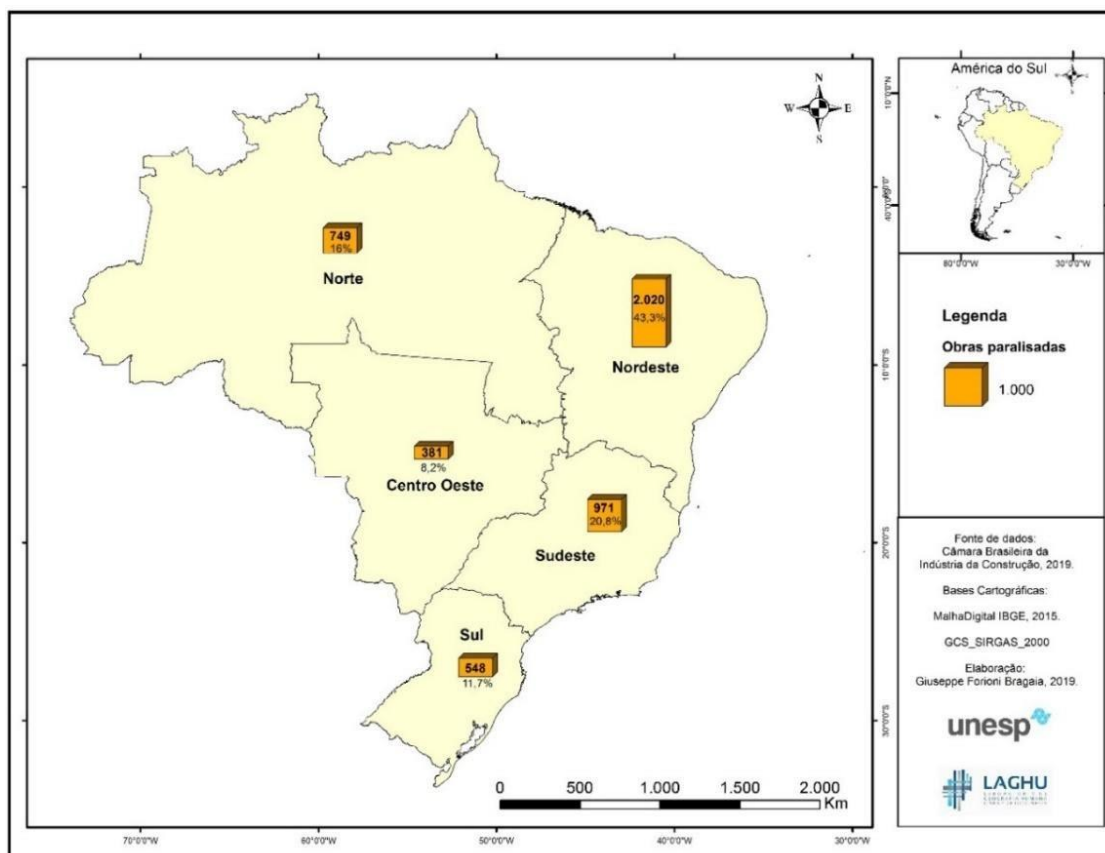
Daí também essa estranha expectativa de que o Plano Real está à porta, de que um novo ajustamento ao cenário global está à vista e um novo ciclo de desenvolvimento vai se iniciar em breve. (NOBRE, 2016, p. 136). Os impasses revelados em 2014 fora engolido pela recessão reforça a ideia de que o arranjo institucional estabelecido no Plano Real já não serve mais para lidar com a situação atual¹⁷⁷.

O apoio parlamentar provém que se convencionou como *presidencialismo de coalizão*, no seu desenvolvimento originou-se mega blocos de coalizão e a limitação da oposição. O filósofo caracteriza dois tipos de oposição vigentes, a relevante e a deletéria, em suma uma obriga a coalizão de governo a encontrar a aglutinação e a outra, a coesão necessária ao enfrentamento político efetivo¹⁷⁸. Ao passo que as conturbações político-econômicas e as paralisações das obras do PAC os programas nacionais se desestabilizaram, conforme mapa 1 e 2.

¹⁷⁷ Simultaneamente “a competição no mercado político” levasse a uma progressiva concentração no cenário partidário, o processo de fusões e aquisições partidárias que permitiria uma gestão menos turbulenta do presidencialismo, como a especialização promovida pelo PSDB e PT.

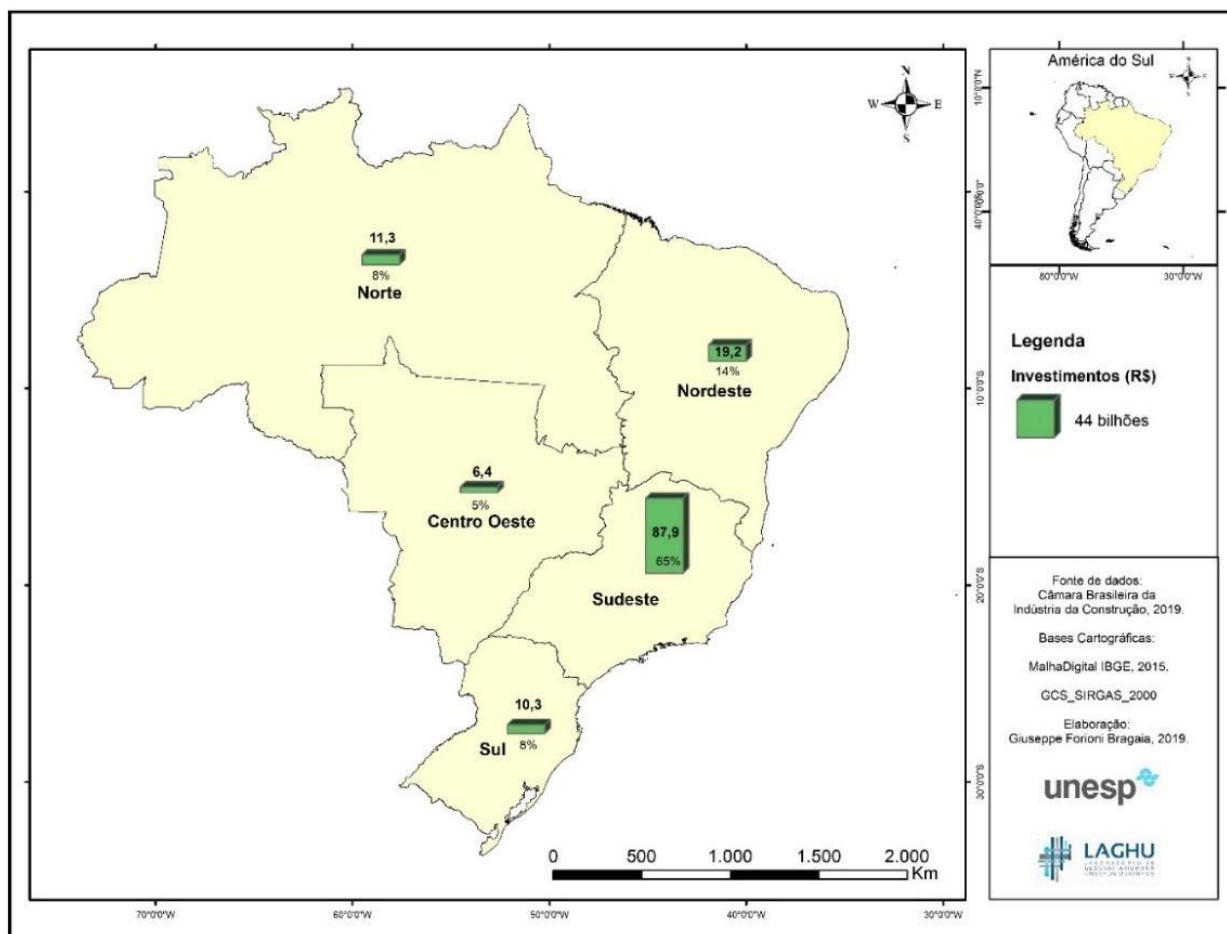
¹⁷⁸ (Porcentagem entorno de 70% de apoio).

Mapa 1: Quantidade de obras do PAC paralisadas por Região – junho de 2018



Fonte: BRAGAIA, G. F. (2019), com base nos dados da CBIC, 2019.

Mapa 2: Investimentos das obras do PAC paralisadas por Região – junho de 2018.



Fonte: BRAGAIA, G. F. (2019), com base nos dados da CBIC, 2019.

A importância reflete a preocupação pelos altos níveis de desemprego e pelo setor da construção civil ser altamente empregador, com alta capilaridade em outros setores da economia. No entanto, esta relevância apontada, deve ser compreendida criticamente de que é resultante da capacidade de absorção de força de trabalho de baixa qualificação e com respostas de renda e consumo no curto prazo.

O *pemedebismo*, base de sustentação política no legislativo e de equilíbrio na execução dos programas políticos do governo até então vigente no governo anterior, trata da capacidade de operar ao que convencionou-se chamar do termo “pomposo” de “*presidencialismo de coalizão*”. A estabilidade governamental fora testada desde o aumento das *Jornadas de Junho* de 2013.

A polarização social não encontrou correspondência no sistema político e a presidente Dilma já não oferecia suporte a fundos e proteção das investidas da justiça, fatos que

comportaram desagrados.

O afastamento de Dilma Rousseff só se explica porque seu governo já não conseguia funcionar nos termos em que funcionaram todos os governos nas últimas duas décadas. Em seu segundo mandato, o governo Dilma já não oferecia duas garantias fundamentais do modelo: acesso efetivo aos fundos públicos e proteção contra investidas da Justiça. Não interessa aos partidos e grupos que fazem parte da megacoalizão de governo (NOBRE, 2016, p. 139)

Apontado isso, o crescente cerco da *Operação Lava Jato* subsidiou o abandono do apoio¹⁷⁹, em especial a aliados de primeira ordem da então presidenta.

Não bastasse isso, o governo Dilma, era visto como incapaz de oferecer proteção contra a ameaça da Operação Lava Jato e suas subsidiárias. O alerta soou para o sistema político com a prisão de Delcídio do Amaral. A prisão de um senador no exercício do mandato e líder do governo no Senado foi o ponto de virada para que o sistema político abandonasse de vez Dilma Rousseff. (NOBRE, 2016, p. 139)

Além de manter as características do branqueamento e masculinizam-se do conjunto político mantenedor da ordem vigente. O processo de destituição do segundo mandato do governo Dilma foi marcado por ilicitudes e parcialidade de um juiz, como a decisão direta de grampear conversas telefônicas do ex-presidente Lula.

As investigações nas empresas atingiram a política de fomento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a política de desonerações, amplamente criticada por partidários do próprio governo.

Tome-se a política de desonerações, por exemplo, que, no projeto original, substituiu a alíquota de contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamento por alíquotas de contribuição entre 1% e 2% do faturamento das empresas política de desonerações. (NOBRE, 2016, p. 140)

A tentativa, ao que se convencionou, como diz Singer da *Nova Matriz Econômica*, ambicionou uma transformação das estruturas que alavancam o desenvolvimento produtivo, sobretudo pelos investimentos públicos, participação de bancos e fundos, redução das taxas de juros e demais convênios de grupos econômicos aliado ao Estado.

Ao exemplo do PAC e demais políticas públicas, envolvem-se diversos setores da sociedade, isso diz respeito, como conclui Félix (2019, p. 189) as consequências e impactos da sua execução não são pontuais, não se limitam apenas ao aparente. A execução do programa ocorre em meio à disputa de recursos do fundo público, seja por desonerações tributárias e/ou de

¹⁷⁹ Para Nobre “Além de manter as características do branqueamento e masculinizam-se do conjunto político mantenedor da ordem vigente”.

privatizações de ações orçamentárias em detrimento de outras.

No entanto, as análises corriqueiras introduzem nas discussões cotidianas a constante mensagem de que os procedimentos políticos não corroboraram pelos sucessivos “erros técnicos”. Daí a valoração das características entoadas de considerações da política no seio da sociedade e as “causas de um óbito”.

Sendo ou não clara a continuidade, o ponto de partida aqui é o de uma muito maior amplitude de transformação estrutural ambicionada pelo projeto do governo Dilma. (NOBRE, 2016, p. 141) (...) Ao contrário da simples execração vigente até hoje nas análises, é uma perspectiva que permite entender. E, sobretudo, permite aprender. Porque uma das grandes vantagens em adotar o procedimento proposto por Singer é não limitar o debate a uma discussão sobre se houve ou não “erros técnicos” no projeto. (...) discussão geralmente termina em uma gincana acadêmica sobre modelos micro e macroeconômicos, sem qualquer consideração sobre política ou sociedade. (NOBRE, 2016, p. 141)

A tentativa de remodelar as relações entre o setor público e o privado no que tange as concessões públicas, considera o PAC a mola mestra, com o intuito promover longas cadeias produtivas dentro do modelo de desenvolvimento proposto. Entre os setores destacam-se o apelo da infraestrutura de energia e o financeiro, capazes de fomentar novas cadeias produtivas.

Apesar da continuidade da tentativa de estabelecer um neodesenvolvimentismo sob mudanças do programa econômico, foi equivalente, segundo Nobre, à do Plano Real¹⁸⁰ e à do lulismo “reformismo fraco”. Tal tentativa encontrou a disposição de uma *blitzkrieg*¹⁸¹ econômica, iniciativa de transformar via medidas alcançaram o ímpeto¹⁸² de implementação do programa defendido

No entanto, ressalta-se a composição do congresso e o conjunto, a reconfiguração vertical iniciada pelo governo reeleito e o objetivo de tomar frente ao PMDB, cujo suporte fora fundamental, visando assegurar poderio partidário nas próximas eleições.

Terminada a eleição, a presidente colocou em marcha um plano de reconfiguração do capitalismo brasileiro de cima a baixo e de baixo para cima. Tratou-se de uma proposta de transformação de magnitude comparável àquelas realizadas nos períodos FHC e Lula. (...) Do lado do sistema político, o grande objetivo foi enfraquecer o PMDB, apoiando-se nele ao mesmo tempo. A tentativa de dar um abraço de tamanduá no aliado de chapa

¹⁸⁰ Trata-se de um programa brasileiro com o objetivo de estabilização monetária, reformas econômicas e sustentadas por um grupo político liderado pelo governo de Itamar Franco em 1994, com destaque ao futuro quadro político Fernando Henrique Cardoso “FHC” (Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB).

¹⁸¹ A alusão é uma tática de origem militar que combina várias frentes ofensivas com atributos de velocidade, força e bom desempenho em relação ao adversário.

¹⁸² Para Singer aproveitou-se dessas brechas para impor transformações em tal velocidade e amplitude que já teriam dado resultados dos quais seria impossível recuar após mostrarem seus efeitos, que, assim se esperava, seriam positivos.

presidencial foi conduzido pelo governo Dilma, de um lado, e pelo próprio Lula, de outro. Esse “novo Centrão” acabou por se formar, de fato. Mas para produzir o impeachment de Dilma Rousseff e não para enfraquecer o pmdb. (NOBRE, 2016, p. 143)

O autor destaca que a pretensão do programa político perpassava conjuntamente a intenção política de promover um abraço de tamanduá para diminuir o preço do PMDB¹⁸³ e o PT como protagonista. A dita crise política associada as táticas de crescimento partidário e a diminuição da dependência, bem como os custos políticos para vigorar a governança política, produziu uma frente de políticas efetivas que conectam o velho desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo idealizado do governo, caracterizado pela autonomia na regulação e na gestão da economia e a redução de desigualdades.

A metáfora da travessia da calçada e abandono de seus pares políticos de Nobre, traz o sentimento de descaminho que o eleitorado foi assistido durante seu segundo mandato, um fator relevante na instabilidade estrutural¹⁸⁴. A crise estrutural e o esforço para rearranjar as instituições, demonstram a necessidade de intervenções estatais para a regulação política.

¹⁸³ Para Nobre (2016, p. 143-144) os confrontos diretos com o pmdb Não foi um movimento capaz de sufocar o pmdb, mas foi relativamente bem-sucedido em seu objetivo. Ao mesmo tempo, acendeu a luz vermelha no pmdb, que começou a esboçar reações mais duras às investidas. (...) Dos maiores estados, somente na Bahia o pt venceu sem uma aliança com o pmdb, em um governo de continuidade que vinha desde a eleição de Jaques Wagner, em 2006. A estratégia fracassou. O projeto foi o de domar o capitalismo brasileiro civilizando o seu mercado, segundo uma imagem de capitalismo e de mercado que provavelmente pertencia ainda ao período nacional- -desenvolvimentista, deixado para trás após o Plano Real. Foi uma enormidade o que se desperdiçou em desonerações, cadeia do pré-sal, baixa abrupta da taxa de juros, reestruturação tecnocrática do setor de energia, cabo de guerra nas concessões de serviços públicos.

¹⁸⁴ Dilma Rousseff decretou que a calçada da esquerda tinha sido fechada para obras por tempo indeterminado e deixou seu eleitorado à mercê do trânsito da rua ou da travessia para a outra calçada. Depois da derrota da estratégia de enfraquecimento do pmdb, refazer o acordo nas velhas bases para um segundo mandato de Dilma era tarefa longe se ser fácil. O estelionato eleitoral de 2014, a gravidade da recessão e a devastação da Lava Jato introduziram os elementos que faltavam para produzir uma instabilidade estrutural, impeditiva. (...) Se há algo que a década de 1980 ensinou é que saídas como essas têm fôlego curto. A crise é estrutural e a saída dela vai exigir tempo e muito esforço para rearranjar as instituições em um sentido novo e positivo. (...) Com isso, como em 1989, um candidato governista teria poucas chances. Sem o ímã da presidência da República para aglutinar um dos polos da eleição, todas as candidaturas seriam, no limite, de oposição, tornando a disputa ainda mais incerta. Mesmo tendo vencido a eleição em 1989, Fernando Collor foi incapaz de se colocar como polo aglutinador do campo político da direita. (NOBRE, 2016, p. 146)

4.2 O processo de implementação do Programa Parceria e Investimento (PPI)

Um dos principais argumentos do cenário descrito do Programa Parceria e Investimento - PPI em Brasil (2020): 1) é que anteriormente havia forte intervenção estatal; 2) a presença do Estado não mais se justifica ou não encontra espaço no cada vez mais disputado orçamento público; 3) renovação da confiança dos investidores no país, com grandes empresas internacionais; 4) não há orçamento suficiente e necessário para o papel do Estado como provedor e executor de amplo rol de políticas públicas.

Os discursos constituem a base ideológica que conduzem um pensamento tecnocrático e de convencimento da opinião pública. Segundo Silveira (2000) aponta algumas compreensões que enriquecem nossa proposta de pesquisa, sendo elas o entendimento das novas modalidades de comando das ações, a segmentação normativa do território e a *psicoesfera*. Assim, as novas disposições de objetos técnicos e do sistema técnico para seu funcionamento, traduz a contemporaneidade da *hipertelia* que possuem densidade técnica informacional. Esses são carregados já por novas rigidezes no processo de *cisão* e a reconstrução da *realidade*.

O caminho percorrido com o intuito de propiciar maior desempenho econômico, conduz a dinâmica das propostas políticas e as *contrarreações institucionais*. A exemplo das alianças políticas e sua formatação, indicam uma tendência de criação de um novo guarda-chuva partidário é uma razão que se encontra na reprodução política institucional, afinal são elas as próprias responsáveis por intervir nas crises políticas internas

Essa tendência é reforçada pela Lava Jato, que vai continuar a provocar uma desesperada busca por autoproteção por parte do sistema político e estimular a criação de um pemedebismo 2.0. De outro lado, a tolerância social para com uma continuidade do pemedebismo se esgotou e boa parte do ativismo social na base da sociedade se dá de costas para a própria lógica institucional e não apenas para o seu arranjo atual. A organização de coletivos e grupos na base da sociedade se multiplica na mesma velocidade em que parece se distanciar da política institucional. (NOBRE, 2016, 147)

Daí a importância da análise das ações e estudo sistemático dos elementos políticos constituintes de um processo em curso, principalmente em tempos de crise, compreende as ações consequentes em relação ao abandono do sistema político ou sua transformação, portanto os limites políticos estabelecidos e em constante dinâmica, demonstrando a diversidade política, bem como a captura de quadros políticos sujeitos a cooptação partidária e trocas de apoio parlamentar.

Mesmo quando existe a intenção de participar das disputas na arena institucional, é altíssimo o grau de fragmentação das novas formas de organização na base da sociedade. As formas tradicionais de organização podem simplesmente apostar que não há alternativa

à institucionalidade e que todo o impulso vital da base da sociedade está condenado a se conformar às opções que elas, como controladoras dos portões institucionais, lhe oferecerem. (NOBRE, 2016, p. 149)

Como próprio autor destaca, a cultura política perpetrada das alianças com vistas a ocupar o seio dos cargos institucionais e privilégios de grupos de interesse, leva ao contínuo descrédito e ao caos como normativa para colapsar as instituições políticas.

Para Nobre (2017) a baixa popularidade e governança do presidente Michel Temer deriva da atuação do *peemedebismo*, forjado na venda de apoio parlamentar, uma vez que o sistema político estava fragilizado pela *Lava Jato*. O *peemedebismo*, assim, constitui-se de uma política institucional de troca de favores, utilizando-se dos aparatos estatais para legitimar o exercício de poder na arena política altamente vinculada a forma mercadoria.

A estruturação da política ganha corpo e a necessidade de governar a partir do apoio parlamentar, sustenta a não produtiva forma de resolver os problemas políticos de uma sociedade inteira. Há aí uma contradição de fornecer recursos públicos mediante ao aparato de chantagem econômica, pareada a necessidade de promover ajustes fiscais e sanear o orçamento público já predestinado aos detentores da renda, seja por ágio, convênios, isenções, subsídios e financiamentos.

A partir da crise econômica, o acesso ao fundo público torna-se escasso, o ajuste fiscal do primeiro ano do segundo mandato do governo, Dilma irá agravar a crise política, pois nela se encontra maior conflito de grupos econômicos pelos recursos. A problemática política fica suspensa com as investidas da justiça incapacitando o próprio governo de agir em seu favor.

Isso significa que a esperança de um governo de Temer e a habilidade de coordenação, com o propósito de interromper a “sangria”, racionaliza intenções do grupo político beneficiário da troca de favores as custas do Estado, tendo como a única pasta de Ministério dedicado à equipe econômica para alguém dos partidos, portanto a baixa capacidade de governança deriva da não proteção devida a *Lava Jato*.

Para Nobre (2017) a *Lava Jato*, “toda vez que a mesa se coloca sobre quatro pés, chuta um”¹⁸⁵. É uma característica dela desestabilizar permanentemente o sistema político. O indicativo

¹⁸⁵ A operação obteve desde o princípio grande suporte midiático de tal modo que os setores da população desiludidos da política formataram interesses políticos baseados nas intencionalidades dos agentes de investigação. Nobre (2017) sintetiza bem a representatividade da *Lava Jato* teve na sociedade ao ser perguntado sobre a efetividade da operação e

permanente, de instabilidade política é justamente o interesse de perda de controle, impedindo que o sistema político se estabilize. A partir de sua leitura, identifica-se duas contradições, a dos próprios políticos que visam sua autodefesa anterior ao da sobrevivência econômica e ao próprio sistema político.

Então, o poder exercido no mandato de Temer trata-se de aplicar todas as medidas antipopulares possíveis na exigência da velocidade, efetividade e potência que o mercado financeiro exigir do sistema político sobrevivente. Desse modo, o mercado necessitou sustentar até os últimos dias de governança para exercer o poder político de executar um programa de reformas altamente lesivas a população, agudizando a crise social.

Os efeitos políticos deletérios persistem pela campanha de anos da lógica do *antipetismo*, bastasse a retirada da presidente Dilma que “tudo iria bem”, a crise social manifestou amplo ranço¹⁸⁶, ataque e *produção de ilusão* pelos discursos associando o PT a prática de corrupção, bem como os investimentos públicos, serviços públicos e ao Estado em geral.

Assim, após as ofensivas houve uma contrarreação generalizada do sistema político. Isto implica na recuperação dos grupos políticos estarem associados a discussão dos fatores que ocasionaram as interferências com interesses particulares de agentes do Estado com vistas a atender grupos econômicos altamente vinculados ao mercado financeiro, de tal modo, que o contínuo destaque do grupo operante resultou na sua própria sobrevivência, isto é, o contínuo exercício dos julgamentos ocasionou uma verdadeira autofagia de uma parte institucional pelo todo aparato político institucionalizado no Estado.

Diante da situação, próprios setores da direita, articularam-se para aproveitar o vácuo político para se estabelecer e promover uma espécie de estabilidade, ainda que na economia as pautas fossem direcionadas pelo esvaziamento do reconhecimento do patrimônio nacional, desvinculando obrigações orçamentárias em setores reconhecidamente importantes para a sociedade e até então pouco sujeitos as dinâmicas de despesas públicas, os serviços públicos na

os movimentos de rua “Tão parando a Lava Jato, tão acabando com a Lava Jato.” Tipo Sergio Moro. Isso seria um movimento... No fundo, a sensação que eu tenho é que a Lava Jato virou uma espécie de substituta do movimento de rua. É como se as pessoas se sentissem representadas pela ação judicial. E como se isso fosse suficiente. Para você sair para rua de novo depois do vexame que foi o impeachment, precisa ter uma razão muito boa.

¹⁸⁶ Obviamente a enganação com discursos que remetem ao conservadorismo político do UDN e de associação imediata e subalterna aos EUA perduraram até ganhar força política nos setores da população e partidária.

educação, ciência, saúde, projetos estratégicos e até patrimônios naturais foram expostos a uma categoria mínima de importância, inflados pelas ofensas, descaracterizações e reconhecimento público.

A direita brasileira se desarticula enquanto os setores crescem e se solidificam com nichos de apoio estatal e, ao cabo, a condução dramática das crises sociais, políticas e mais a frente sanitária. O caldo pôs em cheque os limites dos discursos e alianças internas e no exterior, deteriorando-se aceleradamente a congruência política de seu eleitorado, representantes políticos e partidos políticos.

A destituição do papel do estado, nos moldes do governo petista, na condução das políticas territoriais e respaldados pela sociedade civil durante os processos de impeachment, resultou no desmantelamento dos investimentos públicos, bem como a desarmação entre a aliança Estado e empresas de grande porte, em especial as de construção civil e, por consequência, perda de poder político.

Logo, dinâmica da *política territorial* tem sua razão na orientação econômica, política e estratégia nacional. Os efeitos políticos extrapolam as fronteiras e direcionam o viés dos discursos nacionais e geopolíticos.

A exemplo da situação, a tentativa de reorientação do PPI para o *Pró-Brasil*¹⁸⁷, encontra divergência entre os interesses econômicos representados pelos ministros. Isso ficou ainda mais evidente em conversa vazada. A percepção analítica da compreensão dos programas de infraestrutura tem por orientação o panorama econômico, social e pela resposta a situação geopolítica, cujos vazamentos informam a preferência, em outras palavras, pelo destrato ao multilateralismo.

Os setores que promoveram a aproximação dos grupos políticos no congresso e sua íntima relação institucional com o governo da presidência, como o Ministério da Casa Civil e Desenvolvimento Regional e Infraestrutura de Braga Netto e Tarcísio de Freitas. As constantes intencionalidades refletem a orientação de programas de infraestrutura de grande envergadura em

¹⁸⁷ Diante da não correspondência de melhora econômica e dos indicadores sociais, fora proposto uma iniciativa conhecida pelo nome de Pró-Brasil, sustentado em “Ordem e Progresso”, sustentados pela promoção do ambiente de negócios a exemplo: reforma tributária, administrativa, inclusão social, Renda Brasil e a Carteira Verde Amarela; a adesão à Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) e novos marcos legais para permitir investimentos em infraestrutura e os licenciamentos ambientais.

projetos de desenvolvimento e projeção econômica, muitas vezes acompanhadas pelas parcerias públicas-privadas¹⁸⁸.

O desenvolvimento das políticas públicas, são permanentes absorvidas pelos interesses de grupos econômicos e representantes políticos, cuja configuração de sua elaboração é resultado dos conflitos políticos dentro do *bloco no poder*, respondem a um caráter contraditório que se manifesta, eventualmente, em ações distintas da classe política dirigente.

Assim, as frações políticas minoritárias e hegemônicas, dão o tom da política governamental, permitem entender a dinâmica contraditória de intenções diversas, como vistas na reportagem do Correio Braziliense (2020):

Os projetos devem ser uma espécie de remodelagem do Programa de Parceria de Investimento (PPI), lançado no governo Michel Temer, que foi capitaneado em sua concepção por Tarcísio de Freitas. Em 2018, o PPI tinha previsão de investimentos de R\$ 1,3 trilhão, valor que poderia chegar a R\$ 2 trilhões. (NUNES; RUSSEL, 2020)

A partir das evidências do conteúdo do discurso da *Reunião Ministerial de 22 de abril*, extraindo a exposição de Braga Netto, retratam o quadro político que tange as esferas da conjuntura supracitada. Mais uma vez há uma intenção de promover a integração e o apelo ao nacionalismo, vistos no apego ao lema *Ordem e Progresso*¹⁸⁹.

Braga Netto: Então, é um programa, o programa se chama Pró-Brasil, tá? Volto, dou o crédito ao ... a ... a ... o azar do Tarcísio foi ele ter conversado comigo (risos). Eu gostei e roubei. Jair Bolsonaro: Capitão, pô! Braga Netto: Não é? Pró-Brasil. É um programa para integrar, aprimorar ações estratégicas, os senhores vão ver que o foco, ele não de Governo, ele é de Estado. Eu tô tentando fazer uma projeção de dez anos, tá? É ... eu tô tentando não, nós vamos ter que fazer isso aí. É ...pra retomada do crescimento socioeconômico em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, tá? Pode passar, por favor. As dimensões do programa são essas aí, ó, tá? Ele pega um modelo de governança, ele traz, ele busca melhoria da produtividade, investimentos estruturantes ações estratégicas do setor público. Vai! O programa se divide em dois, em duas etapas, ou duas partes. O Pró-Brasil, é deixa eu até ver aqui que eu não to conseguindo enxergar ali ... ordem, e o Pró-Brasil Progresso, tá? O Pró-Brasil Ordem, que você não imprimiu pra mim e agradeço. (PODER 360, 2020)

¹⁸⁸ Como apresenta Nunes e Ressel (2020) em Correio Braziliense “O Plano Pró-Brasil, que deverá ser lançado no próximo dia 25, tem como objetivo mostrar que Bolsonaro vai investir cada vez mais contra a crise gerada pela pandemia da covid-19. O projeto lembra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado pela ex-presidente Dilma Rousseff. Contudo, segundo fontes do governo, não será apenas um programa de investimento em infraestrutura, mas um conjunto de iniciativas que visam “transformar o Estado brasileiro”, atrair investimentos e gerar emprego e renda.

¹⁸⁹ A expressão *Ordem e Progresso* tem origem no lema do positivismo e escrito na Bandeira Nacional do Brasil (sobretudo com participação de Raimundo Mendes, pelo artista Décio Villares e Benjamin Constant) uma abreviação do filósofo francês Auguste Comte: “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”

A associação de investimentos públicos e as iniciativas de crescimento econômico, aludem experiências como o Plano Marshall¹⁹⁰. A iniciativa é considerada uma referência de recuperação econômica, política e social, desde o período seguinte à Segunda Guerra Mundial.

Paulo Guedes: Então quando se falou em Plano Marshall, Pró-Brasil é um nome espetacular. Dez, mil. Plano Marshall é um desastre. O Plano Marshall, por exemplo, os Estados Unidos podem planejar um Plano Marshall para nos ajudar. A China, [trecho omitido], deveria financiar um Plano Marshall para ajudar todo mundo que foi atingido. Então a primeira inadequação, a gente tem que tomar muito cuidado é o seguinte, é o plano Pró-Brasil. (...) Não se fala Plano Marshall, porque é um desastre. Vai revelar falta de compreensão das coisas. A segunda coisa é o seguinte, super bem-vinda essa iniciativa, para nos integrarmos todos. Agora, não vamos nos iludir. A retomada do crescimento vem pelos investimentos privados, pelo turismo pela abertura da economia, pelas reformas. Nós já estávamos crescendo. (PODER 360, 2020)

Ainda que carregado de um discurso nacionalista, há contraditoriamente um receio ideológico de associação ao programa de infraestrutura elaborado por Lula e Dilma, afinal planos que possuem investimentos públicos foram associados pela sociedade brasileira, bem como o temor do mercado em reagir em face das reformas estruturantes idealizadas. A disputa de políticos na condução da *política territorial* considera, portanto, a íntima relação entre os representantes políticos e os setores da burguesia. Nesse momento, há um embate que envolve sobretudo Paulo Guedes (fazenda), Tarcísio Freitas (infraestrutura), Braga Netto (casa civil), Ricardo Salles (meio ambiente), Rogério Marinho (desenvolvimento regional) e o próprio presidente Jair Bolsonaro.

Então se agente lançar agora um plano, é ... todo o discurso é conhecido: “acabar com as desigualdades regionais”, Marinho, claro, tá lá, são as digitais dele. É bi ... é bonito isso, mas isso é o que o Lula, o que a Dilma tão fazendo há trinta anos. Se a gente quiser acabar igual a Dilma, a gente segue esse caminho. Então, eu acho um discurso bom, mas nós temos que tomar cuidado reequilibrar as coisas. Não pode ministro pra querer ter um papel preponderante esse ano destruir a candidatura do presidente, que vai ser reeleito se nós seguirmos o plano das reformas estruturantes originais. Então eu tenho que dar esse recado, nós vamos estar à disposição, nós vamos ajudar tudo, mas nós não podemos nos iludir. Caminho desenvolvimentista foi seguido, o Brasil quebrou por isso, o Brasil estagnou. A economia, a política foi corrompida, a economia estagnou através do excesso de gastos públicos. Então achar agora que você pode se levantar pelo suspensório, como é que um governo quebrado vai investir, vai fazer grandes investimentos públicos? Tarcísio sabe disso, conversamos sempre. Tarcísio sabe ... o seguinte. Quanto é cê consegue, Tarcísio? Passar de cinco bipara quanto? Pra quinze, pra vinte, pra trinta? Multiplicou por seis. Quanto é que você consegue de investimento em concessões? Tarcísio: Duzentos e cinquenta. (PODER 360, 2021)

Daí a insistência ideológica na rejeição ao *Plano Marshall* e o PAC, indicando o cuidado com a falta de compreensão, ilusão e mitigação dos impactos econômicos em meio a pandemia por

¹⁹⁰ com duração de (1948 – 1951) de referência ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, o George Marshall, considerado o principal plano dos EUA para fornecer apoio a reconstrução dos países integrantes dos aliados da Europa.

envolver os investimentos públicas em várias frentes, como indústria, infraestrutura de transporte e logística, desenvolvimento regional, telecomunicações e a capacidade da ação Estatal no desenvolvimento produtivo e obras paralisadas.

Paulo Guedes: (...) Na parte de investimento ele foca em obras públicas, parcerias do setor privado. (...) Qual é abrangência do programa? Os senhores podem observar, que ele tem uma parte de infraestrutura, ele tem ações viabilizadoras e tem ações de apoio na lateral. Braga Netto: Facilitadoras. Então observe. Na infraestrutura, com foco particularmente nessas obras que estão paralisadas. Esses investimentos que nós estamos perdendo que estão paralisados. Ele pega infraestrutura de transporte e logística, desenvolvimento regional cidades, pega energia e mineração, telecomunicações. Num desenvolvimento produtivo, ele foca na indústria, agronegócios, serviços turismo. (PODER 360, 2021)

Uma nova realidade é constituída após as sucessivas intervenções da burguesia que provocaram paralisia política, atendendo setores prioritários da economia, isto é, orçamento público, viabilização via legislativo e instituições políticas, somadas no aprofundamento das políticas neoliberais, fruto do descontentamento da população, em meio a estagnação econômica, desemprego crescente. Este caldo, será o necessário para reestabelecer políticas diretivas do capital internacional e seu entrelaçamento no seio do Estado.

A desarticulação entre os setores da burguesia, permitiu a ascensão de grupos econômicos bancários, altamente vinculados ao mercado mundial. Estas são entrelaçadas internacionalmente, na cadeia de financiamento produtivo, fundos de investimentos globais com forte intuito de capturar sistemas técnicos, em especial as de grande porte, vistas no setor elétrico, energético e infraestrutura de logística.

4.3 Da União das Nações Sul Americanas (UNASUL) ao Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL)

Os avanços da União das Nações Sul Americanas (UNASUL) pregavam unidade na região, o cenário posterior provocou a ruptura e o desfazimento. A saída do Brasil da UNASUL¹⁹¹ teve a pretensão se dera pelos desejos de integrar o Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL) e a proposta de substituição reorientada ocorrem ao que as atividades desenvolvidas pelo Brasil e demais países integrantes.

Para Itamaraty (2018) os governos do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru

¹⁹¹ Formalizada no dia 16 de abril de 2019.

decidiram de forma conjunta suspender a sua participação. A proposta do PROSUL¹⁹², idealizada por Sebastian Piñera¹⁹³, tem formato mais flexível, enxuto, menos que visa ações conjuntas para o desenvolvimento da região (ver Mapa 1 e 2).

No entanto, Bragaia (2019) já apresenta alguns elementos que ainda sinalizam a gravidade do momento. Para o autor, o desenrolar da crise política interna sinalizava fortes mudanças nos cenários, o que propiciou uma profunda reflexão do momento que se agudizava, sobretudo ao alinhamento automático aos EUA.

Ressalta-se que no campo da arena política da América Latina, as esquerdas políticas, se posicionaram majoritariamente na reivindicação de um espaço político institucional. Essa constituição política, propôs aplicar a acumulação de capital, com base nos termos favoráveis as confrontações, ainda que operassem a reprodução do capital. As esquerdas, portanto, reivindicaram um espaço político que é iminentemente uma compreensão avançada da política de reconhecimento, pode-se exemplificar aqui, como uma determinação do *status político geográfico*.

O destaque dado foi a dissolução e a criação, cuja proposta idealizada pelo presidente chileno, Miguel Juan Sebastián Piñera Echenique “Piñera”, tem formato mais flexível, enxuto, que visa ações conjuntas para o desenvolvimento da região. Após o lançamento é expectável ações sustentadas em percepções de intervenções diferentes daquelas originadas, mas que devem se concentrar em grupos de trabalho para elaborar as bases para a criação da comunidade comum, conforme o documento.

Desde o saldo do ciclo progressista, as instituições tem tido papel de menor relevância regional, disso percebe-se que a dissolução do ambiente regional com a hegemonia exercida até então não fora substituída por outro modelo de cooperação a altura da agenda anterior. Trata-se do fim de um ciclo progressista sem que houvesse uma alternativa a altura para garantir, a longo prazo, orientações para sustentar o desenvolvimento social e político nas escalas nacional e regional.

A falta de cooperação regional, bem como a propositura de sua intenção, faz do PROSUL e outras ações, diminuírem o tónus político, ainda que excessivamente discursivo, de promover um verdadeiro pacto social e econômico, com qualidade ambiental aos territórios com amplo acesso

¹⁹² Diferentemente da UNASUL, o PROSUL surge como um tratado e não será um organismo.

¹⁹³ Foi o 35.º e 37.º presidente da República do Chile, tendo ocupado o cargo por dois mandatos (2010 – 2014; 2018 – 2022). O primeiro presidente pro tempore do Prosul.

político a movimentos políticos diversos, sustentados por uma plataforma política, orientada a desenvolver uma agenda que vença os obstáculos civilizacionais, impostos pelas assimetrias de poder que impedem a gênese de uma sociedade identificada com a história de independência, solidária e de fato democrática, como já foram manifestadas na ascensão do progressismo manifestações em defesa dos povos indígenas e da soberania nacional

As rupturas na política exterior, do governo de Dilma Rousseff, na mudança no cenário internacional e da crise política interna, a partir das manifestações de 2013. Tais eventos foram posteriores a inclusão da Venezuela no MERCOSUL, a fortificação da UNASUL, aliado a construção do *Conselho de Defesa Sul Americano* (CDS)¹⁹⁴, a participação Banco dos BRICS¹⁹⁵, a criação o programa Ciência sem Fronteiras¹⁹⁶, o Mais Médicos, a integralização do IIRSA para COSIPLAN, despertaram uma reação conservadora e inúmeros discursos foram promovidos em cima dessas iniciativas.

A mudança ocorrera no governo Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018), uma vez que o Brasil se juntou aos países da Aliança do Pacífico¹⁹⁷ e aos países do Grupo de Lima¹⁹⁸ contra a Venezuela. Recorda-se que no ano de saída da UNASUL, o ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, classificou como total subordinação aos EUA, diz ex-chanceler em entrevista a *Carta Capital* (2019)

[...] a saída do bloco como “total subordinação do Brasil aos EUA”. “Em 200 anos de história, países latino-americanos estão subordinados a uma visão hemisférica, que é a visão dos EUA” [...] Amorim conta que desde o governo de Itamar Franco há uma movimentação para criar um bloco fortalecendo os países da América do Sul. Fernando Henrique Cardoso chegou a fazer uma cúpula com os países vizinhos para tentar um comum acordo. “Quando Lula ganhou, trabalhamos intensamente para que tivesse uma base sólida na integração dos países sul-americanos”, disse. Na época em que o acordo foi assinado, o ex-presidente dos EUA, Barack Obama, chegou a pedir para se encontrar com líderes do bloco. “Com essa atitude do Obama, conseguimos entender a magnitude que esse acordo teve”, afirmou. “A Unasul criou um conselho de defesa sul-americano que era uma grande inovação na região e tudo isso contraria a visão hegemônica dos EUA.” O ex-

¹⁹⁴ A partir da descrição proposta pela FUNAG, trata-se de uma cooperação em matéria de defesa. Foi criado em 2008, responsável estruturação da cooperação militar coletiva no Hemisfério em torno dos EUA. Sua utilidade é capaz de contribuir para o fortalecimento da capacidade dissuasória regional e identidade regional.

¹⁹⁵ Banco formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

¹⁹⁶ Trata-se de um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional de cientistas brasileiros.

¹⁹⁷ Trata-se de um bloco comercial latino-americano (2012), que busca beneficiar fomentar a circulação de bens, serviços, capitais e pessoas.

¹⁹⁸ Trata-se de um bloco político formado por chanceleres de países das Américas (2017), na capital do Peru, Lima, com o objetivo declarado de “abordar a crítica situação da Venezuela e explorar formas de contribuir para a restauração da democracia naquele país através de uma saída pacífica e negociada”, segundo a Declaração de Lima, Ministério de Relações Exteriores do Perú (2017).

chanceler acredita que a curto prazo não haverá um efeito negativo na economia, pois os acordos selados pelo bloco já foram feitos, mas o Brasil poderá sentir daqui alguns anos. (PUTTI, 2019)

Verifica-se nitidamente a capitulação frente aos interesses estadunidenses. Nota-se com isso, que diferentemente da criação da UNASUL, o PROSUL não surgiu com as mesmas proporções de coesão política. Lembra-se que o presidente Jair Messias Bolsonaro afirmou que o Brasil faria a transição. Como apresenta Putti (2019) a nova proposta não é significativa, pois não há uma estrutura criada para administrar o bloco. “Era só reformar a Unasul, por que criar uma nova? Não são todos os países que participam da PROSUL, são apenas os de direita e que têm um alinhamento com os EUA”.

Outro fator diferencial, extremamente significativo, é a integração científica¹⁹⁹ e sua determinação política liderada sob condução de Lula, e explicitado no item 18. Como apresenta Guimarães. Ainda sobre o governo do presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016 – 2018)

o Brasil veio a se retirar da UNASUL, e passou a privilegiar a OEA, organização onde a influência americana é extraordinária; promoveu a venda da Embraer à Boeing e assistiu ao esvaziamento do Centro de Estudos de Defesa, da UNASUL, em Quito. (GUIMARÃES, 2018)

A sua supressão, impactaria fortemente as iniciativas, uma vez que estava demasiadamente articulada com concepções estratégicas, a integração com fortes sustentações políticas e de infraestrutura, e por excelência, de defesa. Aliada a esse traço, a personalidade do Brasil se daria ao que tanto ressalta Guimarães (2018), sobre as *características do Brasil, de natureza permanente*.

As modificações políticas do bloco regional da UNASUL, principalmente no ano de 2017, 2018 e 2019, modificaram a coesão constituída desde a formação do bloco em 2004, neste período houve adesão completa dos países membros. Percebe-se, então, que o PROSUL já surge de maneira diferenciada, fragmentada, e com ações que reforcem o caráter segregatório.

Por isso, fica evidente a importância do papel que as ações do Brasil representam no âmbito regional, principalmente a matriz política do governo que sustenta a política exterior brasileira. Em *Desafios ao aprofundamento do Mercosul*, Camilo Pereira Carneiro (2018) recorda que segundo Becard (2009), no início do governo de Lula, o aprofundamento do MERCOSUL encontrou obstáculos nas assimetrias estruturais existentes entre seus membros.

¹⁹⁹ o Brasil procurou criar um sistema de segurança político/militar na América do Sul, que foi a UNASUL, e seu Conselho de Defesa, foro exclusivo sul-americano para resolver divergências entre os Estados da região e promover a cooperação em geral, mas em especial na área de defesa, como o projeto do avião de transporte KC 390. (GUIMARÃES, 2018)

Para o autor, são preocupantes as assimetrias e as tensões motivadas pelo acordo

O aprofundamento teria sido constringido em função de uma preocupação de que a liderança cooperativa do Brasil não fosse entendida por seus parceiros como a defesa da autonomia não fosse transformada em hostilidade perante os Estados Unidos. As assimetrias entre as economias mais fracas e as mais fortes do MERCOSUL chegaram a gerar tensões no bloco, motivadas, sobretudo, por descontentamentos de paraguaios e uruguaios. (CARNEIRO; BRUHN, 2018, p. 74)

No intuito de solucionar o problema e diminuir as assimetrias entre as economias mais poderosas e as mais fracas, em 2007 foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). Tal reorientação é vista no *Acordo de Associação entre Mercosul e União Europeia*, em *Nota 180 do Itamaraty* (2019)²⁰⁰. São alguns dos itens destacados segundo resumo informativo elaborado pelo governo brasileiro sobre o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia.

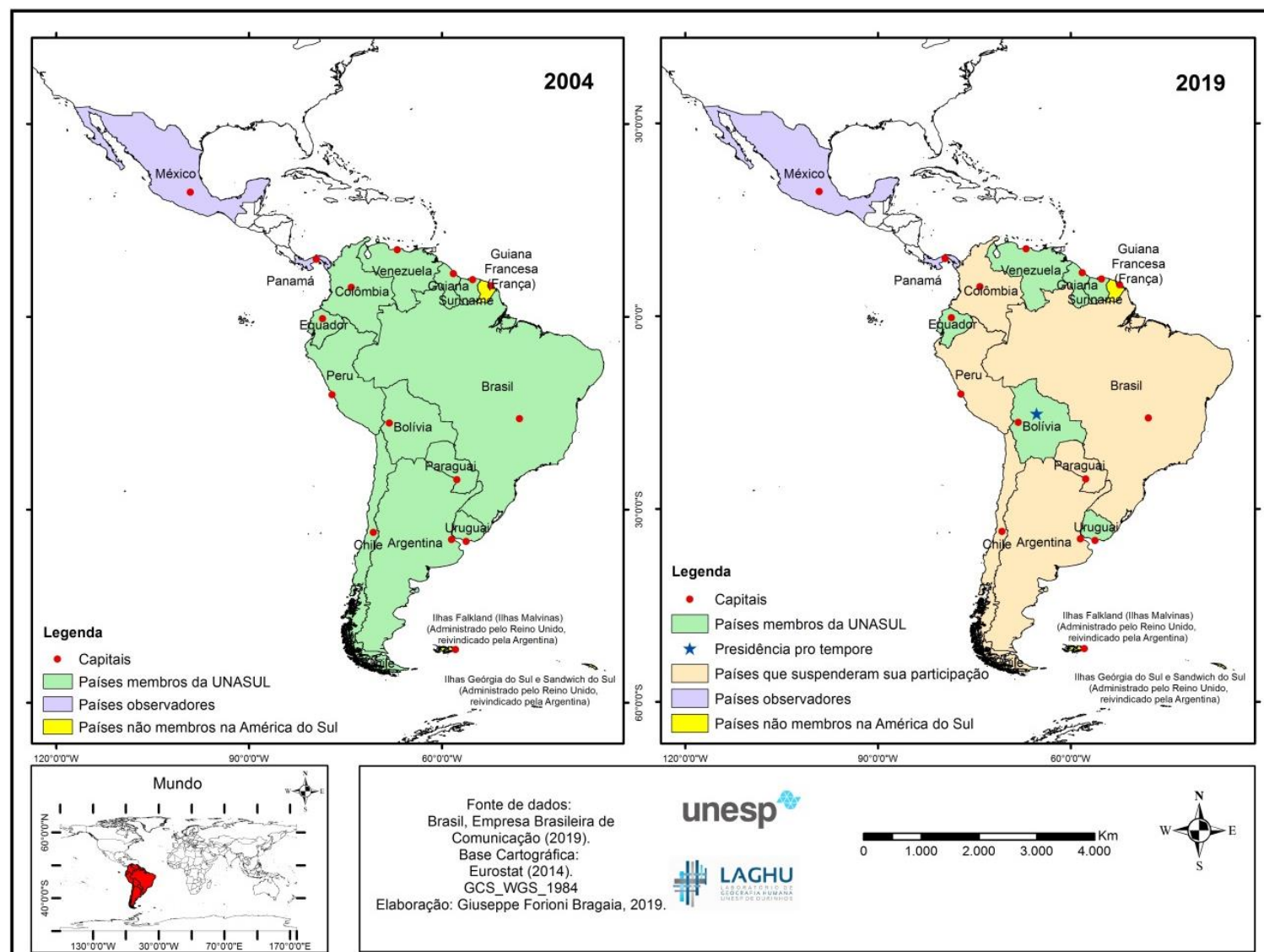
a autocertificação de origem baseada em declaração do próprio exportador. Menos burocracia, menores custos, maior dinamismo [...] O acordo permitirá acumulação bilateral de origem e o uso de drawback e regimes de isenção nas exportações birregionais. [...] Foram negociados requisitos específicos de origem (REOs) para todos os produtos, em linha com os mais recentes acordos de livre-comércio firmados no mundo. [...] O acordo inclui benefícios específicos para pequenas e médias empresas, com o objetivo de facilitar sua integração nas cadeias globais de valor. [...] O capítulo político e de cooperação do acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia, em fase final de negociação, é composto por 49 artigos em diversas áreas estratégicas para o Brasil. (BRASIL, 2019)

Uma nova constituição do ambiente político regional, significando outro direcionamento quanto as políticas a serem exercidas. Portanto, diferenciam-se aos propósitos postulados anteriormente idealizados. Trata-se de uma cooptação que necessita de novas vigências, uma vez que apontam para a contraditoriedade das formas políticas.

A análise desses elementos, são importantes a serem avaliados, por garantirem condições necessárias com o propósito de garantir fluxos comerciais dos países alinhados, sem que os organismos existentes apresentem limitações. A retórica vitoriosa, ganha corpo governamental para viabilizar a flexibilização das legislações, sobretudo após 2016.

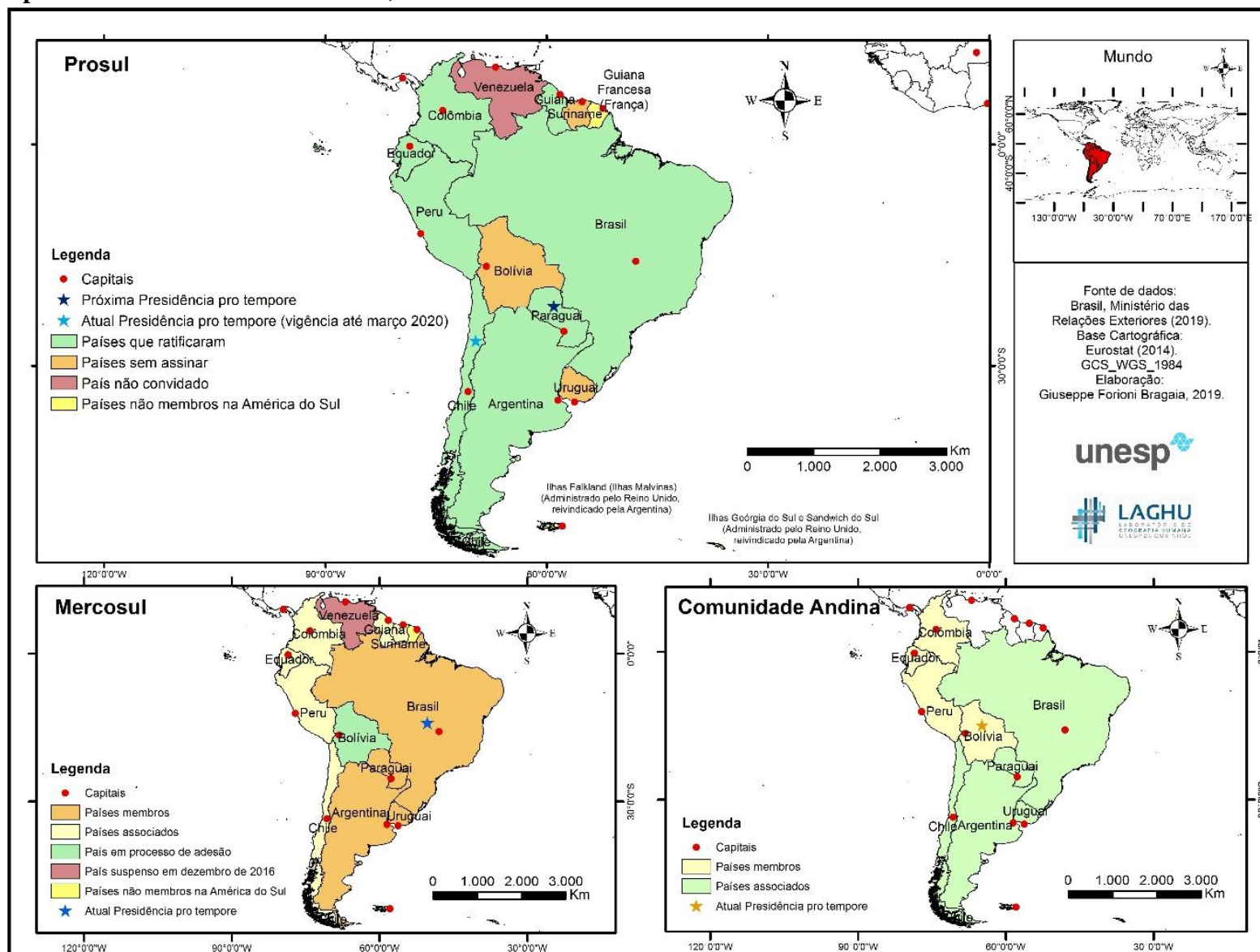
²⁰⁰ em linhas gerais, a integração é carregada de outros significativos, em tratamento das negociações em Bruxelas, em 28 de junho de 2019.

Mapa 3: Países membros da UNASUL 2004 e 2019



Fonte: BRAGAIA, G. F. (2019), com base na Empresa Brasileira de Comunicação, 2019.

Mapa 4: Países membros da PROSUL, MERCOSUL e Comunidade Andina em 2019



Fonte: BRAGAIA, G. F. (2019), com base na Empresa Brasileira de Comunicação, 2019.

4.4 A Ponte para o Futuro e o discurso neoliberal

O documento apresentado *Ponte para o Futuro* no contexto de derrubada de Dilma Rousseff, em 2016, foi responsável pela submissão do povo brasileiro a doutrina do neoliberalismo de Michel Temer, seguido da austeridade econômica ministro Paulo Guedes, as medidas implementadas resultaram em ruínas institucionais que implantou seus princípios à vontade, levando o país à ruína.

A política bolsonarista imputou situação de fome, descalabro durante a pandemia da COVID-19 e falta de perspectivas tanto do atual governo do Brasil. Os fatores que emperram o desenvolvimento brasileiros possuem forte sustentação de classe, tais como o latifúndio, o imperialismo e o capital financeiro, que, subordina a mídia e dela depende para vocalizar o discurso *neoliberal*.

Trata-se de uma retroalimentação que desvia o foco dos reais responsáveis pela política que mantém o desenvolvimento econômico pautado no crescimento econômico e extração de riquezas custe os direitos e a vida de quem contestar. O colapso ecológico da pandemia e o modelo de desenvolvimento hegemônico neoliberal²⁰¹, sustentado com o extrativismo e a destruição de territórios e o aumento de desigualdades.

Os impactos derivam dos impactos do agronegócio, expansão das redes de extração mineral e os impactos socioterritoriais, inclusive atrelando a crise climática global ao surgimento de pandemias, advertindo para os riscos das sociedades que replicam esse modelo, em especial a América Latina.

Em bons exemplos ao redor do mundo, os países em desenvolvimento se veem impossibilitados de promover rupturas sem que explorem as alternativas identificadas pelas sugestões de organismos internacionais, tal como apontado em *O Colapso Ecológico já Chegou* (2020) de Maristella Svampa e Enrique Viale revelarem a relação entre a desestabilidade ecológica e a insistência de modelos desenvolvimentistas da economia, seja pela via neoliberal ou progressista, tem causado grandes perturbações nas sociedades, pela poluição, desmatamento, esgotamento de recursos e aumento da desigualdade social.

²⁰¹ Há alguns autores brasileiros que apresentam duras críticas ao modelo de desenvolvimento econômico pela capacidade governamental de produzir um tipo neoliberal extremo, chamado de *ultraliberalismo*.

Como discutido em autores da temática, as privatizações não foram um bom caminho²⁰² para ampliar as condições materiais da vida do trabalhador. Há um gargalo entre falta de investimentos em áreas estruturantes que desencadeiam atividades econômicas endógenas. As reversões tem apontado para o caminho do papel do Estado nas esferas que longo prazo, saltos qualitativos nas produções, com destaque aos setores energéticos, a infraestrutura física de transporte, ambas realizadas nos patamares do municipal ao nacional, incluso nos países centrais do capitalismo (EUA, Reino Unido, Alemanha, França) e até de países em desenvolvimento como a Rússia.

O descontentamento pelos prejuízos ambientais e sociais de empresas de grande porte, como a Vale e a Petrobrás, outras empresas foram visadas para modificar o grau de participação do governo na condução da Eletrobrás, Banco do Brasil, Caixa atingem frontalmente a economia da sociedade.

A luta de classes envolvidas nos interesses antagônicos em relação a Petrobrás, tem ocasionado insatisfações no *Preço de Paridade de Importação*. A insuficiência do Estado aclamada, é a contradição das formas sociais do capitalismo, reagem de prontidão a uma administração que visa uma superação qualitativa do bem-estar social, retornando, em tempos de crise de acumulação global, um modo superador da reprodução social instalada, orientada à valorização do valor.

Sustenta-se que a discussão propicia condições que favorecem, no Brasil, elementos críticos para uma mudança radical da problemática. Portanto, canalizar o descontentamento, a angústia da piora das condições materiais de existência, perspectiva e esperança que a população brasileira tem desse período.

A utilidade dos elementos políticos, desvendam os interesses que permeiam as dinâmicas territoriais que se modificam por meio das políticas públicas, sobretudo as políticas territoriais

Para autores como André Martin²⁰³ é necessário desvendar o vínculo de Sérgio Moro com

²⁰² Como mostra pesquisa o Transnational Institute, da Holanda, entre 2000 e 2017, 884 serviços foram reestatizados no mundo.

²⁰³ Em entrevista ao Dialogos do Sul (2021), professor André Martin, que há 10 anos mantém contato com militares, destaca que os setores nacionalistas estão acuados, vigiados e reprimidos sob o bolsonarismo, e por sustentar uma crítica pela ausência do conceito de *imperialismo*.

Central Intelligence Agency (CIA)

“Há necessidade de ruptura com o neoliberalismo e o imperialismo. Isso em algum momento tem que ficar evidente ao povo. Não se pode enfrentar uma campanha com Bolsonaro e Moro omitindo a ação do imperialismo. “Foi o que levou o próprio Lula à prisão” (MARTIN, 2021)

O papel do Estado está intimamente alinhado na capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos. No entanto, os poucos avanços foram rapidamente revertidos, a rivalidade entre iguais, as divisões de classe nos mais variados campos da esfera de trabalho, pela reforma trabalhista, a disseminação da violência, isto é, a de classe que vocalizam ressentimentos para substituir consensos políticos.

O retrato contraditório do discurso ensejado da estagnação econômica e esgotamento da capacidade fiscal do Estado, leva a níveis crescentes de dívida interna e piora nos quadros bem-estar da população, como a inflação.

Em suma, os pontos do documento Brasil (2020) são: a) construir uma trajetória de equilíbrio fiscal duradouro, com superavit operacional e a redução progressiva do endividamento público; b) estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB; c) alcançar, em no máximo 3 anos, a estabilidade da relação Dívida/PIB e uma taxa de inflação no centro da meta de 4,5%; d) executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias (...) retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência; e) maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio (...) Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do MERCOSUL, embora preferencialmente com eles. Apoio real para que o nosso setor produtivo integre-se às cadeias globais de valor; f) promover legislação para garantir o melhor nível possível de governança corporativa às empresas estatais e às agências reguladoras; g) gasto mais transparente, responsável e eficiente; h) estabelecer uma agenda de transparência e de avaliação de políticas públicas (...) O Brasil gasta muito com políticas públicas com resultados piores do que a maioria dos países relevantes; i) na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais; j) simplificação e redução do número de impostos e unificando a legislação do ICMS, desoneração das exportações e dos investimentos; k) promover a racionalização dos procedimentos burocráticos e assegurar ampla segurança jurídica para a criação de empresas e para a realização de investimentos.

O arremate do discurso diz respeito:

“as instituições do Estado democrático, seguindo estritamente as leis e resguardando a ordem, sem a qual o progresso é impossível. O país precisa de todos os brasileiros. Nossa promessa é reconstituir um estado moderno, próspero, democrático e justo”. (BRASIL, 2020)

Para Antunes (2016) partir da década de 1990, a pragmática neoliberal teve claras consequências aumento da concentração de riqueza, avanço dos lucros e ganhos do capital, incrementados com a privatização de empresas públicas, além de deslanchar a desregulamentação dos direitos do trabalho, o neoliberalismo. Agora em uma faceta mais agressiva, a *ultraliberal*.

Consolidou-se a “alternativa ideal” das frações burguesas, agora em aberta dissensão: impossibilitada de ganhar pelas urnas, chegava a hora de deflagrar um golpe que teve no Parlamento seu lócus decisivo. Aqui vale um breve parêntese. Marx disse que o Parlamento francês, em meados do século XIX, vivenciou uma “degradação do poder” que lhe retirou “o derradeiro resquício de respeito aos olhos do público”. O que dizer, então, do Parlamento brasileiro recente, no qual viceja um enorme núcleo que exercita solenemente sua forma pantanosa? Iniciou-se, então, uma nova fase da contrarrevolução preventiva, para recordar novamente Florestan Fernandes, agora de tipo ultraneoliberal. Sua principal finalidade: privatizar tudo que ainda restar de empresa estatal, preservar os grandes interesses dominantes e destroçar os direitos do trabalho. (ANTUNES, 2016)

O desenvolvimento do documento *Uma Ponte para o Futuro*, resultou na ampliação do abismo social, destruição da soberania no pré-sal, impor o negociado sobre o legislado nas relações de trabalho, terceirização total e aviltar a *Constituição de 1988*.

Ainda que os governos de maior representatividade popular, alcançassem um status com menor submissão, a tendência de alinhamento as frações de classe a relação de força no mercado mundial, impulsionou parcelas da elite a comandarem uma verdadeira dilapidação terceirizada.

Tal qual houve mais de 500 anos de exploração das atividades econômicas extrativistas, isto é, primárias, ligadas ao setor de exploração agrícola mineral, impedem saltos qualitativos de desenvolvimento econômico, daí deriva a contradição no seio da governança política em face do capital.

Angariar novas posições na economia global é, por si só, confrontações de mercados de formações sociais específicas distintas. É notório a participação de Estado, Bancos Públicos e demais estatais estratégicas, Eletrobrás, Vale, Petrobras, Ciência e Tecnologia. A perseguição perpassa no seio das empresas estatais, instituições jurídicas e militares. Vejamos algumas das ações.

Nas instituições militares, inspirados ainda na doutrina implantada durante a guerra fria.

Os militares estão presos ao lema de Góis Monteiro, que justifica excluir pessoas que tenham ideias esquerdistas na instituição, o que transforma o exército em um partido de direita. Bolsonaro quer formar um partido de extrema-direita nazifascista mesmo. (...) paradoxo: porque houve encontros entre militares e civis e prova disso é a publicação do “Livro Branco da Defesa”. Essa aproximação com militares, porém, não foi suficiente. É que, mesmo tentando reequipar as Forças Armadas, Lula e Dilma não foram capazes de eliminar o antipetismo radical do exército. (MARTIN, 2021)

Nas instituições jurídicas, como o ministério público, no atrelamento das frações de classe regressistas e conservadoras aliadas a mercado mundial e suas instituições.

Na verdade, a Operação Lava-jato foi comandada pelo Departamento de Justiça americano e órgãos de Inteligência desse país. Até a mídia hegemônica vivia anunciando viagens regulares de Moro204 aos EUA. (...) E o espantoso é isso: será que nas Forças Armadas não se percebeu qual era o objetivo? Ponto complicado, pois em grande medida, a postura do PT — em particular de Dilma em favor da Comissão da Verdade — foi o elemento detonador da postura militar de apoiar o golpe. Assim como da exclusão do PT da vida nacional. (MARTIN, 2021)

Verifica-se que o projeto ianque em relação ao Brasil, consiste em adequar estruturalmente ao modo não subversivo. No sistema capitalista, a subversão diz respeito ao ambiente de conflito e entrelaque na disputa concorrencial de mercados, resultando, portanto, em um maior entrelaque da subordinação com apoio dos países centrais.

Um dado dessa subordinação, verificado por autores de participação política e acadêmica²⁰⁵ como o Roberto Mangabeira Unger²⁰⁶, é o boicote do Jair Messias Bolsonaro *no projeto do submarino nuclear e a prisão do almirante Othon Pereira*

Tanto é que prenderam o *almirante Othon Pereira*, um grande herói nacional. Esse sim, é um patriota. Ele é o responsável pelo projeto do submarino nuclear brasileiro. Ele construiu uma equipe que foi buscar tecnologia na França e na Alemanha Oriental, valendo-se do serviço de espões brasileiros. E quando eles retornaram, conseguiram desenvolver o processo de enriquecimento de urânio mais avançado do mundo. Por isso Othon deveria ser considerado herói nacional. Quem prendeu ele? Sérgio Moro, o

²⁰⁴ O País estava passando a Inglaterra como potência econômica. Caso o governo usasse o *dinheiro do Pré-Sal* para desenvolver Educação e Saúde — como ocorria no governo Dilma — e também investisse nas Forças Armadas e na infraestrutura, nós iríamos deslancar. O que os incomodados fizeram? Escolheram exatamente o ponto nevrálgico para atacar: o Pré Sal. Aliás, lembremos que a Lava-jato começou com o nome de Petrolão, claramente para atingir a Petrobrás. O país havia investido em tecnologia na indústria bélica e isso é ceifado como? Serra consegue aprovar a entrega do Pré Sal à Chevron. O processo é interrompido e aí veio o golpe contra a presidente Dilma. E o espantoso é isso: será que nas Forças Armadas não se percebeu qual era o objetivo? Ponto complicado, pois em grande medida, a postura do PT — em particular de Dilma em favor da *Comissão da Verdade* — foi o elemento detonador da postura militar de apoiar o golpe. Assim como da exclusão do PT da vida nacional.

²⁰⁵ Ver reportagens da prisão do cientista nuclear em 1) Brasil de Fato (2017) *A prisão do pai do programa nuclear brasileiro*; 2) Jornal GGN (2015) *A prisão do mais importante cientista nuclear brasileiro é questionada por políticos*; 3) Agência Brasil (2008) *Brasil precisa contar com escudo de defesa afirma Mangabeira Unger*.

²⁰⁶ Foi ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil (2007 – 2009; 2015), atua como filósofo, acadêmico e teórico social brasileiro.

representante do imperialismo ianque. Ele jamais queria admitir que o país pudesse ter um submarino nuclear. Esta é a principal questão. (MARTIN, 2021)

O advento remanejamento das forças bélicas norte-americano repercutiu no ambiente sul-americano, uma das ações é a reaparição da *Quarta Frota da Marinha americana*²⁰⁷ estava desativada desde 1950, após a última aparição na 2ª Guerra Mundial. Entre as contrarreações, foi visto à época, grupo de senadores brasileiros e manifestação do Unger (da Secretária de Assuntos Estratégicos) quanto a um suposto interesse na camada do pré-sal.

A crise necessária para satisfazer os ajustes ultraliberais, derivam da materialidade da política e sua relação com as instituições e sociedade capitalista. São mecanismos engendrados para constituir verdadeiros saques e coerções de todo tipo, a contingência fiscal, social, repressão e emoldurar formas sociais determinantes.

A forma-mercadoria, numa dinâmica regida pela valorização do valor, é o centro exploratório, essa tem estrutura uma força matéria, relacional e institucional, orientadas ao regime de acumulação.

4.5 A cooptação institucional ocorrida no Brasil no Programa Parceria e Investimento (PPI): discursos, instituições, neoliberalismo, novas fronteiras de acumulação e confrontações geopolíticas

O objetivo do subcapítulo e tópicos seguintes, ocorre pelo enfoque nos exemplos expostos no relatório de projetos, a fim de evidenciar os elementos políticos apresentados em documentos nacionais ao se vincular, por meio da política externa, a interesses de corporações econômicas e

²⁰⁷ A Quarta Frota da Marinha americana estava desativada desde 1950, após a última aparição na 2ª Guerra Mundial. Segundo o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Clifford Sobel, agora, a Quarta Frota tem o objetivo de construir e reforçar parcerias com países da América Latina. Para formular a “estratégia nacional de defesa”, Mangabeira Unger disse que o governo articula por meio de um comitê interministerial, presidido pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, a reestruturação das Forças Armadas em três eixos. Segundo o ministro de Assuntos Estratégicos, a idéia do comitê é discutir formas de reconstruir as Forças Armadas para atuação “em circunstâncias de paz ou de guerra”, de reorganizar a indústria nacional de Defesa com destaque para a construção de um submarino nuclear e, ainda, debater sobre “o futuro de serviço militar obrigatório”. A preocupação com a ativação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos surgiu de um grupo de senadores brasileiros incomodados com rumores de que a manobra teria sido motivada pela descoberta de campos de petróleo a 300 quilômetros da costa marítima brasileira, a camada chamada de pré-sal. “Dentro da estratégia marítima, daremos primazia ao objetivo estratégico de negação do mar a qualquer forma inimiga que tente abordar o país via marítima”, defendeu Unger.

frações de classe privilegiados com a diretriz econômica da política pública. A partir dos resultados, foi possível identificar uma capitulação no momento de execução do programa de infraestrutura e logística ao relacioná-los, concomitantemente, com o entrechoque geopolítico, representados na disputa de interesses das empresas na *espoliação* da riqueza e bárbara *desposseção*, por meio das aquisições nos leilões, ocorrido durante a crise econômica e fragilidade nacional, representam a capacidade de *mediação* do Estado, de interesses antagônicos e aliando-se, sob o contexto neoliberal, a grupos preferenciais.

4.5.1 A carteira e relatórios de Projetos do Programa Parceria e Investimento (PPI)

A exposição da carteira e relatórios de projetos retrata a propositura de desenvolvimento econômico, transferência do patrimônio público para o privado.

Ao acessar o portal do governo federal no qual constam os projetos do Programa Parceria e Investimentos (PPI) em andamento visualiza-se o mapa do Brasil e a distribuição em todas as unidades federativas de 130 projetos. Uma cartela de possibilidade de atuação do capital privado, particularmente na área de infraestrutura, mas não somente (vide aproveitamento turístico de ativos culturais e naturais do país).

A este momento, trata-se do investimento público dirigido e transferência de recurso do tesouro público para as mãos de um pequeno grupo de empresários que filiação política que garante sustentação ao atual governo. É válido de se enfatizar que houve várias experiências traumáticas no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) que implementou um ciclo de privatizações que em parte foram custeadas pelo próprio Estado via empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O que se viu depois foi um verdadeiro escândalo tendo em vista o valor muito abaixo do mercado pelo qual a empresa foi vendida.

Como visto a proposição desde os anos 1980, contemporiza-se que entre 1980 e 1990, houve melhorias nas condições de vida, ganhos institucionais que propiciaram, adiante anos 2000, avanços para políticas públicas pela vida de legislações de conteúdo social, sobretudo pela possibilidade da *Constituição Federal de 1988*.

A partir da década de 1990, tal contradição se tornou explícita, um direito relativamente

desenvolvimentista em contraposição da agenda econômica de tipo neoliberal. O quadro político deriva-se de desmonte dos relativos ganhos normativos no legislativo, desgastados que envolveu uma “ressaca” pelos desgastes político-eleitoral. Em termos de retrocessos nos direitos, houve uma forte divulgação de desmantelamento das estruturas políticas do Estado, lastreados pelo discurso do conservadorismo.

O espaço geográfico, torna-se mais do que um palco de existência de forças políticas para dar vida a um possível direito de bem-estar social na contramão impositiva que corria com a demanda econômica, ideológica e valorativa neoliberal.

Feita as devidas, ponderações, o contexto de expansão, agora, defronta-se pelas evidências que reforçam o cenário das *políticas territoriais* afetadas, disputa global de investimentos, *Estado-Corporações* de EUA e China, a integração desconfigurada.

Nota-se que o discurso institucional do governo e do Estado brasileiro, atribuiu um sentido legitimador, de uma diretriz política econômica, a *ótica da defesa*²⁰⁸ e sua projeção internacional.

Os impasses são referentes não só as rotas, mas também nos efeitos políticos que o estreitamento das relações econômicas pode repercutir no cenário político interno na tratativa de sucesso nas assinaturas com a *Nova Rota*. Apesar da sinalização positiva diante da proposição de Hamilton Mourão, em procurar possíveis sinergias entre as políticas de desenvolvimento e os programas de investimento do Brasil, PPI em visita à reunião a China. Segundo COSBAN (2019), conforme *Nota 140 do Itamaraty*.

A gestão que capitaneia o PPI é a Martha Seillier²⁰⁹ que recentemente produziu o documento publicado pelo Ministério da Economia²¹⁰ o *Relatório de acompanhamento do andamento dos empreendimentos e demais ações no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI (2020)*. A *política territorial* do Estado é reorientada e segue as vontades dirigentes a curto prazo.

A sinalização ao final de 2020 reforça essa característica em *Câmara de Comércio Brasil-*

²⁰⁸ O componente da defesa, no contexto da *política territorial*, é pouco mutável e pode ser entendida pela respectiva escalaridade (*entorno estratégico, inserção positiva, capacidade de mobilidade estratégica e poder nacional*), previstas nos documentos nacionais que serão apresentados adiante.

²⁰⁹ Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI

²¹⁰ Paulo Guedes é o atual Ministro da Economia, executando a plataforma econômica neoliberal.

*Estados Unidos, a conferência 2020 US-Brazil Connect Summit*²¹¹, atendendo desregulamentações, cooperação econômica bilateral e reconstrução em um mundo pós-pandêmico.

Neste evento, Jair Messias Bolsonaro fez um discurso durante a abertura, encontro que promove o engajamento e a ação na cooperação econômica bilateral e reconstrução da economia em um mundo pós-crise, causada pela Covid-19. O acordo de “facilitação de comércio, o acordo de boas práticas regulatórias e o acordo anticorrupção”.

As ilustrações do quadro geral do PPI, reforçam a ideia imagética da grandiosidade do número de obras, em especial, o reforço de investimentos privados, leia-se compra de ativos públicos (consultar Anexo II).

O PPI se inicia em uma cadeia de investimentos (inter)nacionais, englobando, associações setoriais, agentes do mercado financeiro (bancos, fundos de investimentos). Sua disposição se concretiza nas instituições, como organizações multilaterais, concessionárias, embaixadas, governos estaduais e federais, órgãos de licenciamento, órgãos de controle, poder legislativo, agências reguladoras, ministérios setoriais.

A participação dos investidores na carteira de projetos mostram a retomada do interesse dos investidores estrangeiros no Brasil. A contabilização da participação envolve empresas de 22 países, são estrangeiros, dos quais já participaram nos leilões realizados pelo PPI.

²¹¹ 19.10.2020 - Bolsonaro fez um discurso durante a abertura, encontro que promove o engajamento e a ação na cooperação econômica bilateral e reconstrução da economia em um mundo pós-crise, causada pela Covid-19. O acordo de “facilitação de comércio, o acordo de boas práticas regulatórias e o acordo anticorrupção”.

Figura 1: Projetos qualificados no Programa Parceria e Investimentos para desestatização



Fonte: BRASIL. Relatório de acompanhamento e demais ações do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, 2019.

Do montante, conta-se com 254 projetos concluídos, sendo 98 empresas estrangeiras (sozinhas ou consorciadas com empresas brasileiras), demonstra a determinação de entrelaçamento internacional entre o Estado brasileiro, na *mediação* de acumulação das empresas envolvidas no investimento dos projetos qualificados no programa.

No âmbito nacional estabelece-se uma trama de interesse do capital bancário nacional com vínculos na regulação do Estado, visando convencer a sociedade e transferir o patrimônio público. Os setores mais emblemáticos vai desde o saneamento básico, as companhias de energia elétrica e a indústria petroquímica.

Figura 2: Investidores internacionais em projetos leiloados no PPI



Fonte: BRASIL. Relatório de acompanhamento do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, 2021.

4.5.2 Discursos do Ministro de Relações Exteriores de Ernesto Araújo (2019 – 2021)

O discurso constitui base política de comunicação que ecoa elementos de convencimento, com base em argumentações para propor uma postura política, uma defesa ideológica que dá sentido as ações anteriormente planejadas, elas incluem o meio para sua execução, isto é, discurso institucional e o respaldo para cancelar uma iniciativa, acordos e alinhamentos que seguem uma coerência entre a pretensão e a ação.

Uma instituição como a do Ministério de Relações Exteriores, o Itamaraty, é um dos elementos políticos centrais no processo de validação de uma *edificação material*, cuja matriz ideológica pode se constituir em um *discurso civilizatório*, expansionista, formatador de alianças que necessitam do Estado como mediador do processo de expansão capitalista e da apropriação do espaço.

Assim, o discurso institucional ganha forma, ao se vestir de uma *produção de ilusão*, encuca uma *visão de mundo*, que regem as políticas estatais. Ao nível da política externa, o *entrelaçamento ao mercado mundial*, tensiona o *Estado* como mediador do capital, cujos discursos impõem ao *Estado* e sociedade, uma postura ideológica.

A ascensão do conservadorismo político, nos moldes do reacionarismo, tem semelhanças históricas ao discursos da União Democrática Nacional (UDN)²¹² dos governos militares. Nesse processo de reconstituição, há um apelo a algumas bandeiras discursivas com novas inclusões, as quais é possível verificar na investigação documental brasileira ao nível do *Itamaraty* conjuntamente aos interesses capitaneados nas Carteiras de Projetos do PPI.

Nesse tópico opta-se na constituição política, o discurso político presente nos documentos nacionais²¹³, atas, entrevistas, discursos institucionais e artigos. Nota-se, em primeiro lugar, elementos ideológicos, como o Conservadorismo político, o apelo a idealização civilizacional ocidental judaico-cristã, o alinhamento automático aos EUA.

²¹² Trata-se de um partido político brasileiro, cuja orientação política é conservadora e do liberalismo econômico. Fundado em 1945, teve como principal opositor o político Getúlio Vargas. São os quadros políticos: Carlos Lacerda, Júlio Prestes de Albuquerque e Otávio Mangabeira.

²¹³ Vistos sobretudo em: 1) A nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores – 2019 / Ernesto Araújo. - Brasília: FUNAG, 2020 – ARAÚJO (2020) e 2) *Política externa: soberania, democracia e liberdade – Coletânea de discursos, artigos e entrevistas do Min. Rel. Exteriores – ARAÚJO* (2021)

O autor cita obsessivamente em *topônimos* e *gentílicos*, os seguintes países, as referências de blocos políticos, militares e econômicos e organizações, bem como referências ao tipo de governo e política econômica e de escritores. Para isso foi analisado, quantitativamente, como já mencionado, dois documentos nacionais da FUNAG, expõem e põem a tona a obsessão retórica (exemplos que destacam a condição envolvida) reproduzida no Ministério das Relações Exteriores, bem como similaridades no governo:

Em *A nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores* (2020)

- País, topônimos e gentílicos dos países: Venezuela (261); EUA (114); Argentina (76); China (70); Bolívia (7); Uruguai (5).

- Os blocos políticos, militares e econômicos e organizações: MERCOSUL (178); BRICS (42); UNASUL (13); PROSUL (9); Foro de São Paulo (7); OTAN (4).

- Referências ao tipo de governo e política econômica: conservadorismo (97); liberalismo (95); comunismo (69); socialismo (36); globalismo (82); globalização (22); Foro de São Paulo (7).

- A um escritor: Olavo de Carvalho (7).

Em *Política externa: soberania, democracia e liberdade – Coletânea de discursos, artigos e entrevistas do Ministério das Relações Exteriores* (2021):

- País, topônimos e gentílicos dos países: EUA (516); Venezuela (237); China (104); Israel (81); Argentina (29); Uruguai (17); Bolívia (4).

- Os blocos políticos, militares, econômicos e organizações: MERCOSUL (180); BRICS (56); PROSUL (40); UNASUL (6); OTAN (10).

- Referências ao tipo de governo e política econômica: Foro de São Paulo 100; conservadorismo (82); comunismo (70); liberalismo (54); globalismo (26); socialismo (23); globalização (18).

- A um escritor: Olavo de Carvalho (3); Friederich Hayek (1); Adam Smith (1).

A propositura ocorre pela necessidade da busca do ideal brasileiro, muito próximo às ideias antiquadas e reacionárias, o apelo vai no sentido de que anteriormente a política externa estava

ancorada no que intitula como *globalista*, pontuando como um papel tão somente a força política como cadeia de valores, ditaduras e a destruição da religião.

A definição possui parcos e grosseiras visões no que diz respeito a *globalização*, meio ao qual é a égide do capitalismo, que se enraíza e adquire coopta formas para transformá-las em mercadorias, na circulação, consumo e dinheiro.

O Brasil, em seu julgamento, fez parte desse processo ao promover alianças com países da América do Sul, sobretudo Venezuela, alianças com a China.

Ajudou a transferir poder dos EUA e da aliança ocidental para a China; favoreceu o Irã; trabalhou incessantemente para levantar uma nova cortina de ferro socialista sobre a América Latina, favorecendo governos ou partidos de esquerda na Argentina, Venezuela, Equador, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Paraguai, Uruguai, República Dominicana, Nicarágua, Honduras e, é claro, em Cuba. (ARAÚJO, 2020, p. 56)

Em suas referências²¹⁴, as quais são imprescindíveis em diálogos com a presidência. A ascensão se deu pelo resgate de valores, uma vez que o apelo é que anteriormente havia uma promoção da “*ideologia de gênero*”; o “*avivamento artificial de tensões raciais*”; cujos responsáveis por “quebrar o sistema”, elege: Olavo de Carvalho, a *Operação Lava Jato* e Jair Messias Bolsonaro e a *fé cristã*.

(...) a iminência da eleição de Bolsonaro como providência divina Foi a Divina Providência que guiou o Brasil por todas essas etapas, reunindo as ideias de Olavo de Carvalho com a determinação e o patriotismo de Bolsonaro? Eu acho que sim. Meus detratores me chamaram de louco por acreditar em Deus e por acreditar que Deus age na história – mas eu não me importo. Deus está de volta, e a nação está de volta: uma nação com Deus; Deus através da nação. No Brasil (pelo menos), o nacionalismo tornou-se o veículo da fé, a fé tornou-se a catalisadora do nacionalismo, e ambos desencadearam uma estimulante onda de liberdade e de novas possibilidades. (ARAÚJO, 2020, p. 58)

A inspiração conservadora nos discursos, é uma associação do PT ao comunismo, que se encontra desde Reagan a Thatcher²¹⁵ ao conflito União Soviética.

O Brasil subitamente se redefiniu como um país conservador, antiglobalista e nacionalista. Ao mesmo tempo, a Operação Lava Jato, a investigação do esquema de corrupção do PT – talvez o maior empreendimento criminoso de todos os tempos – evoluiu e começou a lançar luz sobre as profundezas da tentativa petista de destruir o país e assumir o poder absoluto, desmoralizando toda a quadrilha e mandando seu líder para a cadeia. (ARAÚJO, 2020, p. 57)

Em contrapartida, é quase inexistente os valores da herança ancestral afro-latino-americana, as ideias de valores sempre recaem em uma *herança eurocêntrica*. Disso, deriva, ao que diz como

²¹⁴ O autor utiliza muito de Olavo de Carvalho, Heidegger, citando em algumas ocasiões Friederich Hayek e Adam Smith

²¹⁵ Já descritos no trabalho.

comunidade de destino, uma suposta “*civilização ocidental*”²¹⁶ entre Brasil, EUA de Donald Trump²¹⁷ e Israel de Netanyahu²¹⁸. Os discursos oferecem possibilidade de correlação dos elementos políticos, como exemplo a correlação da Itália e Brasil, a plataforma liberal e conservadorismo político, similaridade com o *discurso anticomunista*

Berlusconi se elegeu em 1994 com uma plataforma liberal em economia e um discurso anticomunista, invocando divisões típicas do período da Guerra Fria, tal como Bolsonaro em 2018. E se elegeu com um discurso em defesa da Operação Mãos Limpas, que ele desmantelou em seguida, assim como fez Bolsonaro com a Operação Lava Jato. Berlusconi chegou ao poder para proteger a si mesmo da Justiça. Bolsonaro teve que fazer o mesmo quase simultaneamente à sua vitória na eleição, sobretudo para proteger seu primogênito, Flávio. Assim como na Itália de 1994 com Berlusconi, no Brasil de 2018 a eleição de Bolsonaro apresentou-se como um meio de evitar a vitória bastante provável da esquerda. (NOBRE, 2022)

O discurso do chanceler se consolida nas ações anti-bloco político sul-americano, ganha corpo uma vez que a UNASUL, em princípio, oferecia valores corrompidos, incluindo o que chama de ditaduras patrocinadas e exportadas pelo PT. Em uma das oportunidades faz o uso de refundação do bloco alinhado aos ideais de democracia e liberdade.

o projeto sul-americano em novas bases, com bases totalmente democráticas e mais flexíveis do que eram as da UNASUL. Excluir a Venezuela do bloco Desde o dia 1º de janeiro nós partimos da convicção de que era preciso fazer algo para ajudar na volta da democracia à Venezuela. (ARAÚJO, 2020, p. 160)

Mais adiante, o autor defende, nos seguintes termos, a instituição da UNASUL como uma política de desintegração. O que já se mostrou em discussão anterior que essa ideia respalda uma ideia da relação, integração regional e projeção externa, como uma *integração competitiva*²¹⁹. O que foi visto, como *integração passiva* ou submissa. Ao cabo, esta postura demonstrou-se a política da exclusão e o aceite de expansionismos civilizatórios

Durante anos, todo mundo falando mal da UNASUL, e com razão; um bloco que se tornou não um bloco de integração, mas, eu digo muito, um bloco de desintegração, porque o objetivo era separar os países da região entre aqueles que optavam por uma ideologia e aqueles que optavam por outra, e pressionar os países que não optavam por uma ideologia de esquerda, e fechar a região a influências do resto do mundo. Esse era o objetivo da UNASUL. Portanto, desintegrar internamente e desintegrar do resto do mundo. (ARAÚJO, 2020, p. 199)

²¹⁶ Araújo (2020) escreve que em certo momento até cita Ronald que colocava a “fé” em sua concepção política de enfrentamento do mundo socialista, cujo autor intitulava como de mal absoluto. Tal qual Papa João Paulo II.

²¹⁷ Foi o 45º presidente dos EUA pelo Partido Republicano (2017-2021), obtendo fortes atuações globais com grupos neoconservadores, impactando a América Latina, sobretudo a submissão geopolítica do Brasil no mandato de Jair Messias Bolsonaro (2018 – 2022).

²¹⁸ Benjamin Netanyahu é Primeiro-ministro de Israel (2022), ele ocupou anteriormente duas outras vezes (1996 a 1999; 2009 a 2021). Trata-se de um político neoconservador e de fortes alianças com o Donald Trump

²¹⁹ Araújo (2020) abandonando a UNASUL, claramente desgastada, e passando a um processo de integração competitiva e promoção da democracia, mas isso não foi feito, pois excluiria a Venezuela de Maduro.

Ao tratar da substituição da UNASUL, pelo PROSUL, há um apelo a ideias como caudilhismo, *Foro de São Paulo* e incoerentemente, a referência a Israel (ironicamente, país localizado no Oriente Médio) e o apelo a constituição da fé.

A substituição da UNASUL pelo PROSUL, alicerçada na democracia e na liberdade econômica, proporciona-nos uma nova alavancagem integracionista capaz de transformar a América do Sul em um grande espaço de dinamismo econômico, livre de uma vez por todas do caudilhismo e do projeto totalitário do Foro de São Paulo. A parceria com Israel, construída pela liderança do Presidente Bolsonaro e do Primeiro-Ministro Netanyahu, abre para o Brasil um novo horizonte de avanços na tecnologia e na inovação, na agricultura e piscicultura, na segurança e na defesa, além do importantíssimo aspecto simbólico de reconexão do Brasil com lugares que são considerados por 90% dos brasileiros o berço sagrado de sua fé. (ARAÚJO, 2020, p. 249)

As alianças militares e a destituição do *Conselho de Defesa Sul Americano*, medida a qual teve respaldos de designação do Brasil como aliado prioritário extra do Tratado do Atlântico Norte OTAN²²⁰, cuja aliança se deu pelo rendimento a parceria com EUA.

A designação do Brasil como aliado prioritário extra OTAN, por sua vez, eleva o nível de confiança bilateral a novo patamar. (...) Em setembro, realizei, ao lado do Secretário de Estado Michael Pompeo, a primeira reunião do Diálogo de Parceria Estratégica Brasil-EUA (...) No contexto da visita do Presidente Bolsonaro a Israel, em abril, foram assinados seis instrumentos bilaterais (...) o acordo-quadro (...) dada a liderança israelense no setor de pesquisa e desenvolvimento em áreas da indústria 4.0. (ARAÚJO, 2020, p. 510)

Entre as iniciativas que circundam a aproximação ideológica-político-militar-econômica, vistos a exemplo da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE)²²¹ e OTAN, identifica-se o retorno do bilateralismo e o desenvolvimento da Indústria 4.0, cuja participação da tecnologia 5G é crucial para seu desenvolvimento, a Quarta Revolução Industrial, a confrontação de China e EUA.

Mas grande parte do nosso esforço, hoje, da nossa política comercial e econômica – para a qual, aqui no Itamaraty, procuramos contribuir, sobretudo, por meio das negociações comerciais e da estratégia, digamos, de inserção internacional, sobre a qual eu conversei muito com o Ministro Paulo Guedes –, uma grande parte do nosso esforço é recolocar o Brasil nas cadeias globais de produção. Atrair investimento industrial, atrair investimentos da Quarta Revolução Industrial (...) Países que estão vendo que: “olha, estava muito concentrado o nosso investimento na China. Precisamos desconcentrar”. Em grande parte, é trazer de volta: os Estados Unidos trazendo de volta a produção para os Estados Unidos (ARAÚJO, 2021, p. 205)

Ressalta-se que a investigação sobre a refundação de um bloco com orientação aos acordos bilaterais, representa uma reorientação ideológica significativa, pois desfaz qualquer possibilidade

²²⁰ Trata-se de uma organização e aliança político-militar, criada em 1949, reunindo mais de 30 países do hemisfério norte do planeta.

²²¹ Trata-se de uma organização econômica intergovernamental criada em 1961, visando o progresso econômico e o comércio mundial. A sede localiza-se em Paris, França.

de fortificação de poder político, no território sul-americano, ainda que esbarrado por problemas de ordem política, constata-se mecanismos fundamentais para a projeção externa, é agora, solapada pela impostura do PROSUL, como o próprio chanceler afirma ser de direita²²².

A consideração do entorno geográfico²²³, a exclusão com criação e fortificação de estruturas institucionais por fora do seio do Estado, ao grupo de lima, visando promover a destituição de poderes já constituídos.

o então Presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, foi investido constitucionalmente do poder no dia 23 de janeiro – poder constitucional provisório, de acordo com a Constituição venezuelana, tal como interpretada pelo Supremo Tribunal venezuelano, que funciona no exílio, mas que é o tribunal legítimo. (ARAÚJO, 2020, p. 161)

O chanceler não economiza adjetivações sobre a esquerda na América Latina, e em uma das oportunidades, menciona Adam Smith e Friederich Hayek²²⁴, Carvalho, a associação entre *Foro de São Paulo*, crimes, corrupção e a esquerda política, no que diz ser parte de uma postura definida como o que diz ser *globalista*

Na América Latina, ele se reestruturou de uma certa maneira, com o Foro de São Paulo, cada vez mais baseado em algo que o professor Olavo de Carvalho já chamou a atenção, que já existia a ligação das esquerdas brasileiras com a criminalidade, já de antes. Eles precisam achar um novo sujeito revolucionário; então, aqui na região, seria esse esquema do Foro de São Paulo, com a criminalidade, corrupção, etc. (ARAÚJO, 2021, p. 89)

O que se identifica, no entanto, é a necessidade de uma defesa superior, um guarda-chuva ideológico e um imperativo de defesa dos interesses ocidentais, fora do entorno estratégico, nisso reside a gratificação de estar em uma suporta proteção da OTAN²²⁵. No plano interno, o desfazimento do antigo bloco da UNASUL, representa a idealização de combate ao Conselho de Defesa Sul-Americano e uma integração física insuficiente.

Só para dar rápidos exemplos: na América do Sul, ao longo da maior parte deste século XXI, visivelmente, por qualquer análise objetiva, a liderança na América Latina começou a ser exercida, sobretudo na América do Sul, pela Venezuela de Hugo Chávez. E o Brasil embarcou em projetos capitaneados por Hugo Chávez, como a UNASUL, o Conselho de

²²² Foi dito que havia uma mudança de ideologia, que a UNASUL era um processo de esquerda, e agora se estava criando o PROSUL, que seria um processo sul-americano de direita. (ARAÚJO, 2020, p. 153)

²²³ Araújo (2020) Ainda em nosso entorno geográfico, trabalhamos ativamente pela redemocratização da Venezuela, em coordenação com os demais parceiros do Grupo de Lima. Esperamos ver, em futuro próximo, um governo democraticamente eleito e a volta do Estado de Direito àquele país.

²²⁴ Trata-se de uma luta entre, de um lado, a democracia, o Estado de Direito e, de outro lado, o crime. E não entre Adam Smith e Friedrich Hayek, de um lado, e Marx e Engels, do outro. Por outro lado, há que examinar, é necessário examinar, sim, as raízes ideológicas desse cartel político-criminoso: o socialismo do século XXI. (ARAÚJO, 2021, p. 551)

²²⁵ Por exemplo, em relação à OTAN, por que não ser um aliado preferencial? No momento, aliado preferencial extra OTAN, ainda, declarado pelos Estados Unidos (ARAÚJO, 2021, p. 104)

Defesa Sul-Americano, projetos de integração física que nunca construíram um único quilômetro de rodovia, mas que eram chamados de projeto de integração física, e assim por diante. (ARAÚJO, 2021, p. 423)

O PROSUL, mecanismo legal para promover normativas econômicas e legislativas nos países que segundo Araujo (2021, p 628) apresenta como o processo de integração deve salvaguardar a democracia, os direitos humanos e o Estado de Direito na região, sem cumplicidade com regimes autoritários ou ditatoriais.

A viabilização da infraestrutura física, como apontada nos tópicos finais da dissertação, apontam para uma necessidade de romper com as legislações anteriores, promover leilões de florestas, licenciamento ambiental em projetos que cercam e circundam terras indígenas, parques, áreas de proteção ambiental. A esse ponto, a uma referência a questão ambiental do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles.

uma revolução para o bem do meio ambiente e para o bem do Brasil na economia e em outras áreas. Mas, claro, como nós queremos uma coisa diferente do que querem certos grupos internacionais, europeus, ONGs (essas grandes ONGs ambientais), em alguns casos, aí nós não somos líderes – porque nós estamos pedindo algo que não está no manual desse *establishment* ambiental. (ARAÚJO, 2021, p. 423)

A organização dos ministérios, sob Bolsonaro, encontrou interesses diversos afinados com o discurso antiestablishment, ainda que sua posição fosse de sustentar o ganho político popular com a Lava Jato, a sua base política se fortaleceu em críticas ao antigo *peemedebismo* e ao “centrão”. Para Nobre (2022) trata-se do efeito sem partido traria efeito positivo fortalecer a feição imagética posta ao público, justamente por não estar filiado a um partido político. Ainda assim, isso demonstra a falta de capacidade organizacional em uma estrutura política coesa, para promover e assessorar politicamente o governo.

O então ministro diz de ideologias globalistas (o globalismo) que cercam temas que afligem o Brasil em Araújo (2020) e Araújo (2021) intitula as frentes como ambientalismo, climatismo, cientificismo, multilateralismo, mercosulismo, o “covidismo”²²⁶.

É o que mostra Slavoj Žižek, um dos principais teóricos marxistas da atualidade, em seu livreto “Virus”, recém-publicado na Itália². Žižek revela aquilo que os marxistas há trinta anos escondem: o globalismo substitui o socialismo como estágio preparatório ao comunismo. (ARAÚJO, 2021, p. 167)

²²⁶ Em uma de suas falas, ele aponta o coronavírus nos faz despertar novamente para o pesadelo comunista. Chegou o Comunavírus. É o que mostra Slavoj Žižek, um dos principais teóricos marxistas da atualidade, em seu livreto “Virus”, recém-publicado na Itália. Žižek revela aquilo que os marxistas há trinta anos escondem: o globalismo substitui o socialismo como estágio preparatório ao comunismo. (ARAÚJO, 2021, p. 167)

A insistência nos termos indica que houve consenso de votações, justamente por defender pautas econômicas neoliberais, desviando-se da crise permanente com uma fantasiosa imagem populista, reacionária e conservadora. No geral, o período pandêmico desafiou aumento de conflitos no plenário do Legislativo, sintoma de dissenso em relação ao apoio político parlamentar e sua gestão.

Defende-se a necessidade de reinventar o multilateralismo em novas bases, sobretudo pela dívida ecológica e social ao Hemisfério Norte em relação ao Hemisfério Sul. Na metáfora de Svampa²²⁷ “é de segurar o touro pelos chifres”, como um plano climático global, pautado em agendas de escala regionais e nacionais.

Trata-se, portanto, de excertos do discurso que contagiam institucionalmente os apoiadores, o governo, a qual a sociedade acredita em um planejamento central mundial, o autor aponta como “Cavalo de Tróia”, contra sociedades democráticas ocidentais para a implementação de uma agenda de natureza globalista (em mãos dadas com um suposto socialismo, comunismo, comunavírus entre outros).

Por fim, as iniciativas devem ser retratadas como registro histórico da capacidade de manipulação²²⁸, uma retórica pitoresca que, em uma sociedade totalmente abalada pelas crises econômicas-políticas-sociais-sanitárias para desmobilizar, destituir alianças, ensejar comportamento e posturas submissas, que significou momentos de instabilidade política regional.

²²⁷ É preciso reinventar o multilateralismo em novas bases, sobre a solidariedade, a interdependência, o reconhecimento da dívida ecológica e social que o Norte tem em relação ao Sul, no que diz respeito à necessidade de uma transição justa em termos geopolíticos. A reinvenção do multilateralismo deve partir de um questionamento muito radical do papel da Organização Mundial do Comércio (OMC), responsável por ter consolidado essa globalização neoliberal predatória, que atinge particularmente os países do Sul.

Devemos avançar para um multilateralismo que pegue o touro pelos chifres e avance em um plano climático global voltado para as energias limpas e renováveis, que se alie a agendas regionais e nacionais,

²²⁸ A capacidade de difundir discursos conservadores mudanças de eras técnicas e informacionais, evidenciam a semelhança da Fox News e da Joven Pan News. As alianças entre setores da mídia e governo é uma constante histórica. Para Nobre (2022), ao identificar discursos conservadores, faz alusão a Fox News, ao apontar que contrapartida institucional ocorre “entre meios de comunicação e a difusão de discursos com conteúdos conservadores. Com esse objetivo, pode ser muito útil recorrer à história da relação do Tea Party com a institucionalidade, tal como reconstruída por Theda Skocpol e Vanessa Williamson, em *The Tea Party and the Remaking of Republican Conservatism* (...) o repúdio a Barack Obama; o surgimento do canal de tevê Fox News; a incapacidade da mídia tradicional e *mainstream* de entender o fenômeno e as consequências dessa incompreensão fundamental para os desenvolvimentos subsequentes.

4.5.3 A participação de fundos de investimento nos leilões, o exemplo do Banking and Trading Group — BTG Pactual

O principal ministro do governo Jair Messias Bolsonaro (2018 — 2022) é o ministro da economia, banqueiro Paulo Guedes fundador do Banking and Trading Group — BTG Pactual, que desde o período eleitoral estava cotado para agendar empreender grandes privatizações, esforços para diminuir o tamanho da máquina pública do Estado, com o mote do discurso neoliberal.

Após a nomeação uma série de leilões corporificaram e deram o tom a Carteira de Projetos do PPI (2020) e (2021), uma verdadeira feira, uma vitrine ao capital, inclui privatizações de grandes companhias estratégicas, dentre as quais houve participação na aquisição do patrimônio público para o patrimônio privado.

Para concretizar exemplos destas participações do aparato estatal, *bloco no poder* e orientação econômica em favor de grupos econômicos nas *frações de classe*, representam a disputa do *poder político* que se trava no seio do Estado, com sustentação ideológica da sociedade.

O processo de acumulação e transferência de patrimônio público em um momento de extrema vulnerabilidade política da sociedade em detrimento da *Pandemia da Covid-19*, entre os setores, destacam-se principalmente a energia, destaca-se a venda da Eletrobrás, Petrobrás, Gáspectro outras como a Cemig, infraestrutura de transporte como aeroportos, até o recurso natural mais importante para a existência da espécie humana, a água.

Esta constatação reforça a necessidade de compreensão do Estado e sua ligação com grupos econômicos que viabilizam seus interesses privados por meio da economia política, isto é, a diretriz da política econômica e persuasão da sociedade brasileira, utilizando-se no seio do *Estado*, o poder político institucional.

O projeto de privatização da Cedae no Estado do Rio²²⁹ consta na carteira, movimentos sociais apontam que os cortes e falta de investimentos provoca não expansão da rede de atendimento, bem como a precarização dos serviços.

O projeto no Rio de Janeiro beneficiará cerca de 90% da população coberta pela Cedae, que presta os serviços atualmente e que continuará responsável pela captação, tratamento e fornecimento de água aos concessionários dos sistemas Guandu e Imunana/Laranjal. (BRASIL, p. 43, 2021)

²²⁹ Hoje, apenas 50% da população dispõe de esgotamento sanitário no Estado do Rio.

O grande vencedor deste ação violenta (por ocorrer em um momento agonizante da sociedade) é perpetrado pelo regime do golpe foi a Aegea, empresa tem como acionistas majoritários o Itau SA e o Fundo Soberano de Singapura – GIC Private Limited, como aponta a redação do MRT (2021)²³⁰.

segunda vencedora deste crime que é a privatização da água em plena pandemia foi a Iguá Saneamento, outra grande empresa que atua no país com capital estrangeiro por trás. A Iguá levou o bloco 2, referente à concessão da Barra e Jacarepaguá e as cidades de Miguel Pereira e Paty do Alferes. Para ter possibilidade do arremate, a empresa contou com apoio do BTG Pactual (banco fundado por Paulo Guedes) e do Bradesco como consultores e representantes no leilão. Em matéria de capital estrangeiro, a Iguá tem por trás o fundo de pensão canadense CPPIB controlado pela AIMco – Alberta Investment Management Corporation. A AIMco é de posse de nada mais nada menos pela família real inglesa, pela Rainha Elizabeth II que se faz representada no Canadá por Isabel II (o Canadá é uma Monarquia Constitucional até hoje). A empresa de saneamento que atua em diversos estados do Brasil e que está de olho na água do RJ pertence em sua maior parte a ninguém menos que a monarquia inglesa. (MRT, 2021)

A proposta é uma posição política em utilizar parcialmente os recursos da privatização com objetivos eleitoreiros. Uma vez que os recursos terão finalidade imediata, e a venda dos ativos da Eletrobras, trata-se da *desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS vista em RESOLUÇÃO CPPI Nº 221, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021*²³¹, com consequências a curto e longo prazo, assim é a utilização do recurso para bancar a redução do preço dos combustíveis, com vigência de proximidade da eleição. É um contrassenso, pois a alegada defesa da venda é a diminuição dos preços, o que não se verifica no momento, com evidências sociais do alto custo do botijão de gás.

As entidades sindicais apontam para uma série de questões, elenca-se algumas delas e os impactos para a sociedade brasileira s prejuízos com a privatização da Eletrobras: a) as contas de luz subam, de imediato, entre 16% a 17% em todo o território nacional; b) Perda de controle acionário da Eletronuclear; c) Subavaliação da Itaipu Binacional; d) risco de má avaliação de cotação de preço e arriscar a geração de um terço de energia elétrica do país e aproximadamente metade do fornecimento em redes; e) a venda de ativos estratégicos e de alto impacto que se direcionaram para grupos seletos, conhecidos como “*Poison Pill*” e *Golden Share*; f) Interfere na Política Nuclear do país; g) Endividamento líquido ajustado; h) elevação do risco de apagões.

²³⁰ (MRT, 2021) em *Saiba-quais-capitalistas-estrangeiros-compraram-a-Cedae-no-leilao-golpista-de-Bolsonaro*.

²³¹ Altera a Resolução nº 203, de 19 de outubro de 2021, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, que aprova modalidade operacional, ajustes e condições para a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, no âmbito no Programa Nacional de Desestatização – PND.

No campo da Eletrobrás há uma expressiva chamada de investimentos capitaneada pelo BTG

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica aprovou sem restrições a compra, pelo Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, de 25% das ações de capital social da empresa Gera Maranhão (...) A operação faz parte da estratégia do Grupo BTG Pactual de reestruturar seus ativos relacionados à geração e comercialização de energia elétrica no Brasil²³². (...) o FIP Vulcan foi criado pelo Banco justamente para operacionalizar essas transações, não possuindo investimentos em quaisquer outros setores, a não ser pela participação na companhia Rio Doce Energia e em UTEs e PCHs, transferidas recentemente como parte da estratégia do Grupo. Já o FIP Brasil Energia é um fundo gerido pela BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos e concebido sob a forma de condomínio fechado nos setores de geração e transmissão de energia no país. Por sua vez, a Gera Maranhão tem ainda entre seus sócios o Grupo Equatorial Energia e o fundo Servtec. (FAERMAN, H. 2020)

Para acelerar os projetos de privatização, há uma atividade política intensa de banqueiros na disputa do conselho, tal qual aponta as vagas no Conselho de administração da Petrobrás²³³, cuja indicação garantiu maioria do governo. Para Bacelar (2022), coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), a indicação que garantiu maioria, é um grande especulador do mercado financeiro²³⁴, que já fez fortunas com ações de empresas estatais que foram privatizadas.

Em comum relação da cadeia produtiva e de distribuição de Petróleo e Gas, destaca-se a *RESOLUÇÃO CPPI/ME Nº 224, DE 13 DE MAIO DE 2022*²³⁵ a persecução desestatização da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A.

Da disposição do BTG e Eneva nas aquisições de reserva de gás natural, destaca-se que o setor já reconhecia interesses nesse setor para além das fronteiras brasileiras, como a África²³⁶. No

²³² (FAERMAN, H. 2020) em Canal Energia *cade-aprova-transferencia-de-acoes-de-geradora-do-btg-pactual*

²³³ Ver Bacelar (2022) em Brasil de Fato *privatizada-eletrobras-fixa-preco-por-acao-em-r-42-e-levanta-r-29-29-bilhoes-em-oferta*. Juca Abdalla foi indicado pelo Banco Clássico, do qual é dono e único cliente, a uma vaga no conselho de administração da Petrobras. Após uma manobra de acionistas, ele conseguiu que a votação para a composição do foro deixasse de ser realizada por chapas, mas sim com votos nominais aos candidatos. Foi eleito, junto com o advogado Marcelo Gasparino da Silva, outro indicado pelo banco. O conselho é a principal instância decisória da Petrobras. É quem aprova planos estratégicos e maiores negócios. O colegiado tem 11 cadeiras, das quais duas são controladas por Abdalla. O governo controla seis.

²³⁴ a chegada de Abdalla e Gasparino ao foro dá força aos planos de desinvestimentos da estatal e até de sua privatização. “Juca Abdalla é um grande especulador do mercado financeiro, que já fez fortunas com ações de empresas estatais que foram privatizadas”, afirmou Bacelar, lembrando da elétrica Gerasul, comprada pela Engie em 1998. Abdalla tinha 10% das ações da Engie em dezembro de 2020. Também detinha 10% das ações da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e 1% das ações da Petrobras, além de outras empresas.

²³⁵ Opina pela qualificação, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, com o objetivo de avaliar a desestatização da empresa e dos ativos sob a sua gestão.

²³⁶ Em reportagem ao G1, Lorenzi destaca as iniciativas do BTG “Para o BTG, a operação representa um passo importante na geração de oportunidades investimento no continente africano e no segmento de óleo e gás, em linha com a estratégia de crescimento de suas atividades de gestão de recursos e investimentos, assim como também

Brasil, já com a expertise, visou-se a maior das reservas, localizada na Bacia dos Solimões, no Amazonas, o Urucu²³⁷ que segundo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps) para o Observatório Social da Petrobrás (OSP).

O principal acionista da Eneva é o banco BTG Pactual, cujo ministro é um de seus fundadores e ainda exerce influência no grupo. (...) O levantamento mostra que o BTG Pactual, segundo o Relatório de Referência da Eneva de 2020, é dono de 21,3% do total das ações da empresa de energia. Outro importante acionista é o fundo de participações Cambuhy, do banqueiro Pedro Moreira Salles, dono do Itaú Unibanco, com 22,8% das ações. Existem ainda mais dois acionistas relevantes, as cariocas Dynamo Investimentos e Atmos Capital (que tem relação também com a Cosan, que se comprometeu a comprar a fatia de 51% da Petrobrás na Gaspetro), com 6,25% e 5,31%, respectivamente. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DA PETROBRAS, 2021)

Nas ações e discursos do BTG Pactual, encontram-se chamadas oportunistas para atendimento aos clientes “sociedade”, o que se vê é o aumento expressivo nos valores dos produtos essenciais, uma vez que o botijão de gás teve aumento expressivo. Objetivo é baratear custo e gerar “choque de energia barata²³⁸” no país. No entanto, o que se apresenta não confere com a proposta idealizada. Logo os danos causados a sociedade brasileira em um período de conturbação econômica, desemprego e diminuição do poder aquisitivo, agrava-se na subida de preços.

No Gráfico 1, 2 e 3, a variação de preço simboliza a precariedade das condições de vida, sendo possível comparar os efeitos na política de preços e poder aquisitivo do produto. Por mais que houvesse inúmeras tentativas de esconder escamotear a inflação, afirma-se, a partir da lógica da discussão e análise dos dados, que ela está relacionada à política de preços da Petrobrás e pressiona as atividades econômicas para baixo.

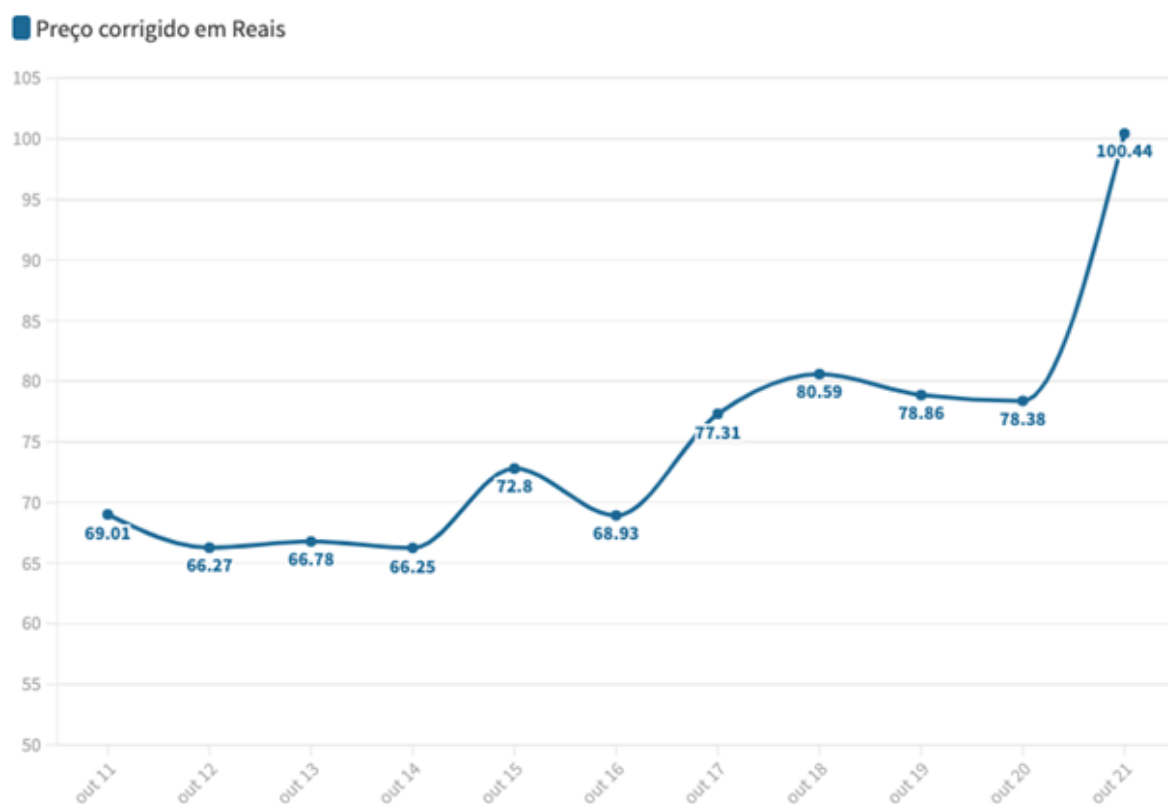
Houve um desmonte no atendimento ao consumidor brasileiro, demonstrando que a inflação não está acompanhada com o discurso enfático da “credibilidade fiscal” que se repete na mídia e jornais da economia de mercado.

manifesta a contínua expansão e diversificação do portfólio de produtos disponíveis para seus clientes”. (...) O banco de investimento BTG Pactual comprará fatia de ativos de exploração e produção da Petrobras na África por 1,52 bilhão de dólares, em operação afinada com o plano de desinvestimentos da estatal. O BTG Pactual vai adquirir 50 por cento de participação no capital da Petrobras Oil & Gas B.V., em negócio que integra a formação de uma joint venture das duas companhias em países africanos. (LORENZI, 2013)

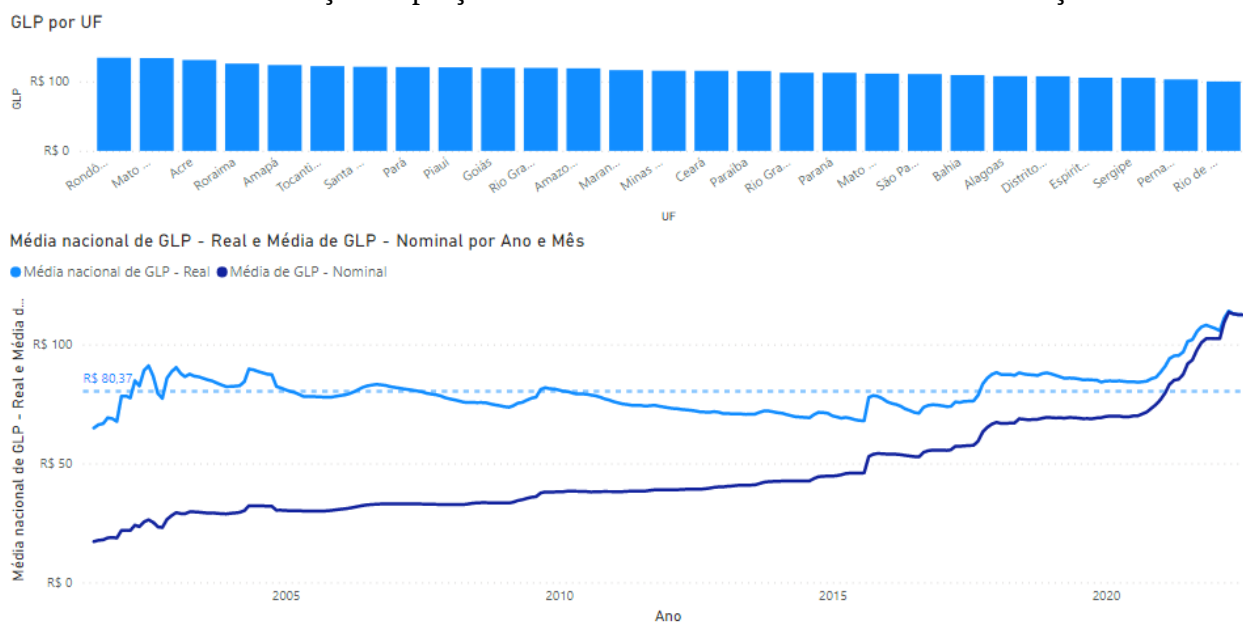
237 Com a possível compra de Urucu, a Eneva ganhará força no mercado, passando a ser a segunda maior produtora de gás natural do país.

Ler *Polo de Urucu na mira de empresa ligada a Paulo Guedes*. *Correio Cidadania*. 12 de agosto de 2021

238 SANT'ANA (2019) *O que é o monopólio do gás e como Paulo Guedes planeja quebrá-lo*. *Gazeta do Povo*. 25 de Abril de 2019.

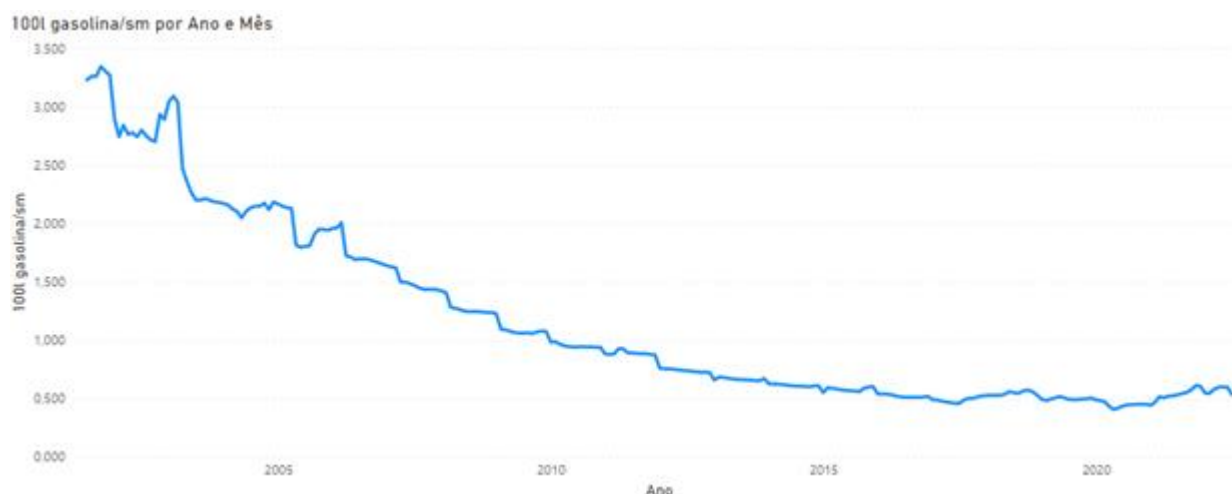
Gráfico 1: Variação de preços do botijão de gás 2011 a 2021

Fonte: Observatório Social da Petrobrás, 2021. Valores corrigidos: mostram o preço nos parâmetros

Gráfico 2: Variação de preços anual em referência as Unidades da Federação

Fonte: Observatório da Petrobras. Atualizado em Julho 2022.

Gráfico 3: Proporção de preço de um GLP 13kg em relação ao valor de um salário-mínimo



Fonte: Observatório da Petrobras. Atualizado em Julho 2022.

No primeiro gráfico *Variação de preços do botijão de gás de 2011 a 2021*, este dado informa a súbita elevação de preços após a mudança de condição para a aquisição do recurso ao bem de consumo. No segundo gráfico a *Variação de preços anual em referência as Unidades da Federação*, o que reforça que além que a súbita de preços aconteceu em toda localidade, descartando a possibilidade de algum localidade extrapolar a média nacional. No terceiro gráfico, o dado levanta uma preocupação em relação ao poder aquisitivo e a súbita de preço, assim, reforça que a elevação dos preços não acompanhou melhoria nas condições de vida da população e, pelo contrário, ressalta a piora das condições em um momento de vulnerabilidade financeira das famílias.

Na disposição da desestatização da *Petróleo Brasileiro S.A PETROBRAS vista em RESOLUÇÃO CPPI Nº 240, DE 2 DE JUNHO DE 2022*²³⁹, as reações são de maior monta, apesar disso, frentes em defesa do patrimônio público brasileiro tem se organizado na valorização do sistema técnico, da defesa da soberania energética e agitação política, denunciando os abusos e interesses que desencadeiam piora na qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras, afetando desde a segurança energética, indústria, mas também nos preços finais dois produtos essenciais para o bem-estar das famílias.

239 Dispõe sobre a qualificação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, com objetivo de coordenar estudos e ações necessários para a avaliação da desestatização da empresa.

A representação desse interesse, deve-se o destaque no lançamento oficial do Observatório Social da Petrobrás (OSP) completa um ano de vida, nesta sexta-feira, com uma trajetória de referência na denúncia dos efeitos negativos da privatização da Petrobrás na vida da população e na economia do país.

Em uma iniciativa pioneira da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e seus sindicatos, o OSP nasceu com o objetivo de amplificar o debate público sobre o papel social da Petrobrás e divulgar as consequências da privatização da companhia. (...) Para chamar a atenção da opinião pública para o assunto, além de divulgar vários estudos embasados em dados consistentes e confiáveis, o Observatório também inovou, com a criação de duas novas ferramentas: o Privatômetro, uma espécie de Raio-X das privatizações, e o Monitor dos Preços dos Combustíveis, que mostra a escalada dos valores da gasolina, diesel, álcool, GNV e gás de cozinha. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DA PETROBRAS, 2022)

Quanto à disposição dos preços e a comparação do sem a Paridade de Preços de Importação (PPI)

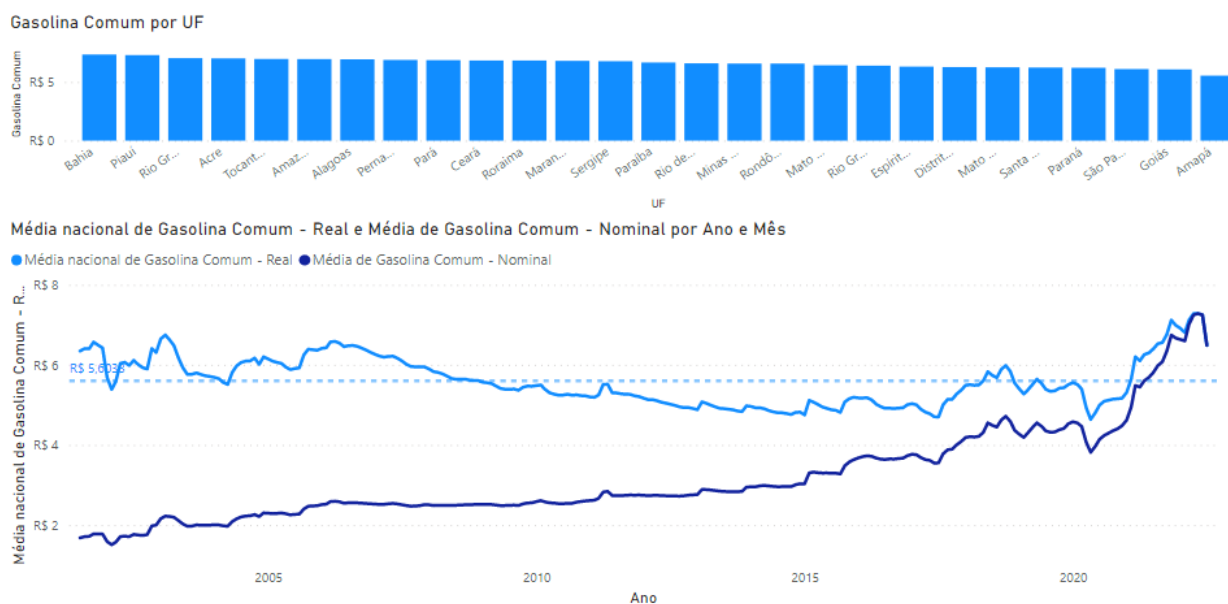
Também promoveu ações sociais para envolver a população e mostrar, na prática, o quanto a política de preços interferia na vida de todos. Para isso, realizou as campanhas “Gás a preço justo” e “Gasolina sem PPI”, com distribuição de combustível e gás de cozinha a preço justo, em várias partes do país. (...) O objetivo das ações era dialogar com a população e, ao mesmo tempo, beneficiar aqueles que são os mais afetados pelo Preço de Paridade de Importação (PPI), como os motoristas de aplicativos, por exemplo. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DA PETROBRAS, 2022)

Diante do exposto, a exposição da realidade, que se apresenta como perversidade no cotidiano, o referido observatório têm se tornado um importante ativo social para difundir na imprensa nacional, amplificando estudos dos dados e das ações políticas.

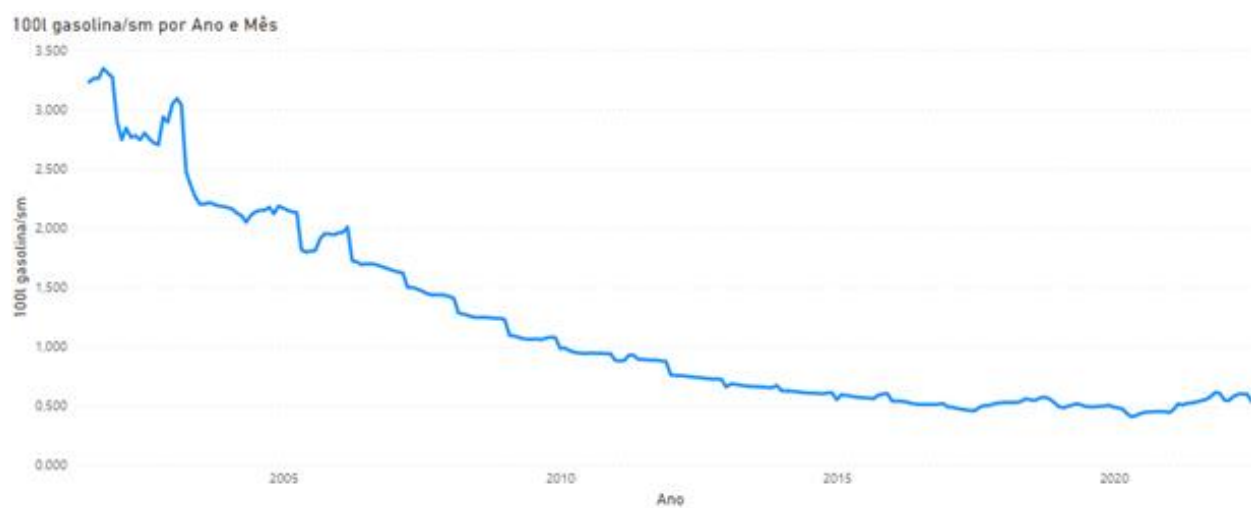
Os dados apresentam que a Petrobrás produz em território brasileiro cerca de 80% dos combustíveis consumidos no país, no entanto, o pagamento pelo combustível está se realizando como se fossem importados, em dólar. Nesse sentido, com as refinarias operando na capacidade menor produtiva de aproximadamente 30%, soma-se a isso com obras de refinarias paradas.

Nos *Gráficos 4 e 5*, é possível comparar os efeitos na política de preços e o poder aquisitivo da gasolina. No *Gráfico 4 Variação de preços da gasolina 2011 a 2021*, este dado informa a súbita elevação de preços após a mudança de condição para a aquisição do recurso ao bem de consumo.

No *Gráfico 5*, visando comparar a subida de preço com o poder de aquisição do produto por parte da população brasileira, onde há uma relação com a composição de preço em relação do salário mínimo.

Gráfico 4: Variação de preços da gasolina 2011 a 2021

Fonte: Observatório da Petrobras. Atualizado em Julho 2022.

Gráfico 5: Proporção do preço de 100 litros de gasolina comum em relação ao valor de um salário mínimo

Fonte: Observatório da Petrobras. Atualizado em Julho 2022.

Assim, Paulo Guedes, BTG estão sob acusação em documentos que apontam uma análise detalhada dos participantes do leilão, os quais revelam sérios conflitos, conivência e fraude²⁴⁰.

²⁴⁰ A carta frisa ainda o envolvimento do BTG Pactual, fundado pelo ministro da Economia Paulo Guedes: “O maior banco de investimentos da América Latina, BTG Pactual, que foi cofundado pelo ministro das Finanças de Bolsonaro, Paulo Guedes, está sendo processado pela aquisição corrupta de bens públicos sob o governo Bolsonaro. O BTG

É importante de se relatar a utilização dos ativos técnicos como instrumentos políticos, empresários nacionais com vínculos no mercado internacional de valores de barganha financeira, apoio político, fraudes, o que pode pôr em risco a necessidade das indústrias, dos trabalhadores, como aponta SINDPREV, Bancários, CUT²⁴¹.

A venda no sistema de transporte, a exemplo dos aeroportos, divididos em três blocos²⁴², também envolve a empresa beneficiária, com grande vínculo a empresas estrangeiras. A pergunta que se faz é, como o sistema que lucra pode possibilitar uma venda para outros grupos estatais?

No Nordeste a estatal espanhola Aena irá explorar os seis aeroportos por 30 anos, com a possibilidade de estender mais outros 5 anos voluntariamente. Com 51% de ações do governo, este é o maior investimento já feito pela estatal espanhola fora de território nacional e será a primeira vez que administrará sozinha um aeroporto no exterior. Se a estatal brasileira não quer lucrar com isto, tem estatal lá fora que quer, né? (...) (DANTAS, 2019)

Como mostra a reportagem²⁴³, outro grupo estrangeiro que lucrará com o Brasil será a suíça Zurich, o que não falta na Suíça é dinheiro de brasileiro, uma vez que o destino de dinheiro de políticos brasileiros se destinam, na maioria, para satisfazer de empresários a políticos.

Quem já lucrou com a operação foi o banco do nosso ministro da Fazenda, Paulo Guedes, o BTG Pactual. Criado em 1983, ainda como uma corretora, sendo Guedes um dos sócios fundadores, o banco foi responsável por assessorar a Zurich neste leilão, e já embolsou mais um bom lucro para o rei e os amigos do rei. (1) Mas o que se espera quando se nomeia um especulador ávido por lucro para o Ministério da Economia? (DANTAS, 2019)

Estes e outras aquisições beneficiam as empresas, interesses privados, vinculados ao sistema de crédito (inter)nacional, objetivam transferências de patrimônio público, extração de mais valor em produtos essenciais. Esta condição chama atenção pelo poder político adquirido ao

Pactual representou a companhia Iguá, de propriedade canadense, como corretora no leilão”. Lembra que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) foi responsável por organizar o leilão, apesar de ter, simultaneamente, propriedade de 10,9% da Iguá, podendo ter tido acesso a informações privilegiadas. Acrescenta ainda que o governo Bolsonaro forçou o leilão a ocorrer de forma autoritária e antidemocrática. Frisa que a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro votou contra a privatização por clara maioria, mas que o governador interino do Rio de Janeiro, Claudio Castro, desrespeitou a votação e deu prosseguimento ao leilão, cuja legitimidade está sendo contestada no Supremo Tribunal Federal.

²⁴¹ Suspeita de fraude em Contente (2021). *Entidades denunciam fraude no leilão da cedae do qual o btg de paulo guedes participou. SINDSPREVRJ.*

²⁴² Os aeroportos foram divididos em três blocos: Nordeste (Recife, Maceió, Aracaju, Juazeiro do Norte, João Pessoa e Campina Grande), Sudeste (Vitória e Macaé) e Centro-Oeste (Cuiabá, Sinop, Rondonópolis e Alta Floresta). Juntos, estes aeroportos movimentarão 19,7 milhões de passageiros em 2019, segundo a ANAC, e podem movimentar 58,3 milhões de passageiros em 2049, triplicando a demanda.

²⁴³ Dantas (2019) *banco-de-paulo-guedes-e-estatal-espanhola-ganharam-com-o-leilão-de-aeroportos*

tornar a dinâmica de preços altamente dependente a grupos econômicos cuja participação da sociedade é ínfima nesses setores.

Tal condição, de vulnerabilidade, constituiu-se um poder político valorizado, uma capacidade de infligir danos sociais em larga escala, bem como a exploração do trabalho.

Outro dado de venda, diante do panorama econômico, trata-se da venda de uma carteira de crédito pelo Banco do Brasil ao banco privado BTG Pactual. Como aponta a CONTRAFUCUT (2020)

Segundo notícias divulgadas, a venda foi realizada a preço de bananas, ou seja, o valor da carteira de crédito é de R\$2,9 bilhões, e o BB teria vendido esta carteira de quase R\$3 bilhões por R\$371 milhões. (...) “a mão que afaga os banqueiros e os rentistas desse País é a mesma mão que apedreja a população brasileira”, quando fez uma comparação do poema do Augusto dos Anjos, durante a live realizada pela página Resistência Carbonária, no fim de semana, onde o tema foi a MP 995/2020, que entrega o patrimônio público aos interesses privados. (...) “Sem bancos públicos o país seria mais carente de infraestrutura, de investimentos e desenvolvimento social. Não podemos aceitar que tirem o patrimônio público dos brasileiros e entreguem aos mais ricos deste país. A desigualdade chegará a patamares imensuráveis. É preciso muita união e mobilização da categoria contra a agenda privatista desmedida deste governo. (MOREIRA, J. 2020)

As condições de precariedade evidenciam a redução do poder político das classes subalternas, que consomem os produtos, utilizam de serviços públicos e transporte. Assim, em cenário de crise econômica, os ativos encontram-se, ainda, com alto grau de desvalorização, somados a escassa circulação de dinheiro para disputar as concorrências. Logo, o cenário favorável a grupos com alto grau de participação no seio do Estado, motiva a grupos econômicos específicos, a se apoderar do patrimônio público.

4.5.4 Os Leilões 5G acompanhadas das Parcerias Público Privadas (PPP) Radiocomunicação Digital Crítica de Segurança Pública e Defesa

Com a finalidade de contextualizar *políticas territoriais* e Telecomunicações, destacaram-se os adventos no século XX e sua vinculação com os discursos institucionais. Neste tópico, aborda-se principalmente a contribuição investigativa de Bragaia (2021), cuja contribuição reside em destacar um dos exemplos em que há confrontação global na condução das políticas públicas, normatização do território, criando um ambiente favorável para *circulação do capital* e extração

de mais valor, principalmente na disposição da infraestrutura física e social.

Primeiramente, notifica-se o leitor que o aporte servirá de base para avançar no detalhamento e discussão teórica acerca do objeto, com os devidos acréscimos em bom tom com o percurso metodológico e ideológico do autor em questão.

O autor esclarece inicialmente que o 5G é base para indústria 4.0 e comunicação massiva de Internet das Coisas e suas aplicações possíveis vão desde a comunicação entre carros autônomos até o uso de realidade virtual para cirurgias remotas. A corrida tecnológica desperta corrida empresarial, como chave para as inovações que dela derivam o potencial de inovação

Pode-se dizer que essa tecnologia cria um novo ecossistema de inovações para as indústrias verticais que possibilita saltos de produtividades e novas cadeias de produção e serviços, funcionando tanto como instrumento pra alavancar setores prontos para receber a inovação como uma dinâmica de reestruturação do setor produtivo como um todo. (BRASIL,2020)

O leilão põe em jogo a discussão do papel do Estado brasileiro, em que anuncia explicitamente o ambiente para que se receba investimentos de grande monta. Além disso, é posto o conflito global pela dianteira tecnológica, particularmente, os impasses *geopolíticos* entre EUA e China. A derivação temática extrapola o localismo, uma vez que a escala geográfica é fundamental para que também seja abordado, à luz de potencializá-la, sua dimensão *geopolítica*.

O exemplo proporciona a ampliação da discussão sob a natureza da *política territorial* no espaço nacional. Adiante é apresentado, de maneira introdutória, que estes momentos de grande ebulição possuem intrínseca relação da atividade estatal, há de se compreender que as programas de governo, especialmente, os de infraestrutura e logística são sustentáculos para o estudo da integração regional, ordenando a estrutura territorial, nos aspectos econômicos e políticos.

Em seguida, como e quando as telecomunicações aparecem nestes marcos históricos em seus diferentes períodos, apresentando autores que abordam especificamente as *telecomunicações* e *território*, e posteriormente, como esses dispositivos estimulam a *indústria* e a *inovação*.

As telecomunicações sempre foram infraestruturas importantes para a integração regional, apesar de, reforçarem com ora maior e ora menor intensidade, utilizadas a fim de interesses corporativos que resultaram no acentuamento das desigualdades.

Em alguns desses momentos, destacados em Paulo Fernando Jurado da Silva *Geografia das telecomunicações no Brasil* (2015), e outros autores, enriquecendo a discussão na relação entre

programas de infraestrutura e a *geopolítica*.

Para Silva (2015) é importante a relação dos *três atos de integração* e o tipo da atividade estatal, ao destacar Tozi (2005, p. 45 e 46) que correspondem a partir da difusão de objetos técnicos que se sucedem desde a segunda metade do século XX. Sendo o primeiro o advento da radiotelegrafia e a aviação; o segundo, no rodoviarismo e a telefonia. Já o terceiro ato, atua no paradigma da mobilidade geográfica, traz a incorporação das tecnologias da informação aos sistemas técnicos de fluxos materiais e imateriais.

Estes dispositivos articularam os espaços nacionais e impulsionaram ciclos de inovação da economia à terceira revolução industrial. Assim, as reflexões de Mamigonian (1999) insere a análise das telecomunicações, considerando a interpretação das disparidades, bem como os usos processados na dinâmica corporativa do território.

Ainda com Mamigonian (2009, p.50-51), baseando-se em Rangel (1968), o Brasil chegou até o século XX, sob forma de um imenso território muito desigualmente ocupado tendo como base sistema regional de transportes, um esquema regional de divisão social do trabalho.

Porém, vale frisar que essa configuração foi sendo alterada com a introdução de diversas inovações técnicas, conforme Dias (1995) sendo elas a navegação a vapor no Brasil (século XIX) e as estradas de ferro no final do século. Outro advento foi o telégrafo, comandado por Rondon e a interiorização telegráfica durante três décadas, de 1890 a 1922. (BRANDÃO, 1996, p.53).

Por isso a integração técnica é um motor de avanço da indústria, da circulação cada vez mais dinâmica sob domínio do capital. A circulação por via rodoviária também favoreceu a expansão da técnica, favorecendo a acumulação, integração territorial e a *geopolítica* interna.

Neste sentido, empreende-se outra natureza da diretriz da política pública que se caracteriza pela agenda neoliberal de Jair Messias Bolsonaro, visando atender interesses particulares e corporativos. Seguindo adiante e agudizando com a proposta sustentada no contexto da agenda da *Ponte para o Futuro*.

Trata-se do mais importante leilão, o *Leilão do espectro de radiofrequências para redes de telecomunicações de quinta geração* já realizado no Brasil, cujo sustento está em andamento do Programa Parceria e Investimento PPI (PPI). Ademais, como o ambiente estimulado pela ação governamental já deslumbra promoções de experiência, exemplos muito específicos e locais, como

em Ipanema - Rio de Janeiro, e especificamente, o Jardins Paulista de São Paulo.

Este período, como aponta Silva (2015), ressalta-se a aliança entre militares e a ciência técnica. Foi estruturada a política nacional de telecomunicações e depois desencadeada a nacionalização da Companhia Telefônica Brasileira. Nesse quadro, foi criada a Embratel, com o claro objetivo de modernizar o segmento das telecomunicações. Tal entendimento desse contexto histórico faz-se importante porque justifica que:

Nesse momento, os sistemas de comunicação eletrônica e digital passaram a ser incorporados no território nacional. Para Santos e Silveira (2006, p. 81) “[...] A regulação pelo poder público foi o motor desses processos, com a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (Embratel), em 1965, e das Telecomunicações Brasileira S.A. (Telebrás), em 1972. Dessa forma, como resultado desta atividade, foi possível que poucas emissoras tivessem o acesso de cobertura nacional, como Globo, Bandeirantes e SBT.

Apesar disso, o período posterior – até o início da redemocratização, apresenta a constituição da projeção, segundo Scherma (2014, p. 48) na integração sul-americana as redes se formam e ultrapassam as barreiras nacionais, os países integram-se.

Silva (2015) destaca que a indústria bélica, aeronáutica e das telecomunicações adquiriram um papel preponderante na ditadura militar, alimentando a ideologia *geopolítica* de autonomia e desenvolvimento nacional. O que se segue é que a liberalização da economia passa a ser dominante, sobretudo nos governos Collor, Franco e FHC

Pode-se dizer que a preferência das políticas públicas no contendo da economia foram de privilegiar a política fiscal em detrimento de uma política de fomento de programas de infraestruturas que dessem motricidade as inovações da indústria. Logo, compreende-se que o Estado passou a ter seu papel reformulado no cenário das telecomunicações, no sentido de ser um ente regulador do setor, dando-se as preferências das agências, é o exemplo da Anatel.

O desenvolvimento de aparatos fundamentais e de base, constituem investimentos de risco e, após sua ocorrência, privilegiou-se como de costume, a apropriação das funções existentes, a privatização do setor, o território foi preparado no campo normativo e técnico para o uso corporativo na instância privada.

A associação da ideia de que essa mudança seria boa para as pessoas, na tentativa de

promover o convencimento popular, porque ocorreria a universalização das telecomunicações no Brasil. Como bem denota Santos (2002) apud Silva (2015) a lógica que rege a atuação de um agente do mercado é particularista e tende a transformar direitos em mercadorias, isto é, cidadãos em usuários ou consumidores.

Trata-se a interpretação do quadro das telecomunicações no Brasil e o papel do Estado como ente regulador do processo. O papel da *inovação* estimula também os embates na condução entre localismos e políticas públicas. Neste intuito, importam-se correlações apontadas por Brandão em *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global* (2007).

Percebe-se então que, os leilões e as atrações de investimento privados, sempre acontecem a partir de uma ideia de regionalização do território e atividade estatal. Por conseguinte, a venda de ativos, com vistas a garantir espaços aos setores privados na rentabilidade, persuadidos pelas frações de capital para garantir os fluxos espaciais, rendendo às corporações, como posto pela Tavares (1998) o “*capital ‘piranha’ nacional e internacional*” (apud Brandão, 2007)

Em vistas da crescente internacionalização dos circuitos econômicos e tecnológicos do capital mundializado, tem-se que as telecomunicações propostas pela *Internet das Coisas*, afeta profundamente os destinos dos lugares de qualquer espaço nacional.

Para Brandão (2007) é necessário pensar as políticas públicas como um projeto nacional de desenvolvimento. E de como há um conjunto da temática envolvendo *acumulação do capital*, *fatores locacionais*, *divisão social do trabalho* e as *rugosidades*, sob concepções neoliberais.

Esta concepção se fundamenta, no seu *modus operandi*, conforme descrição de Perroux (1964) ao teorizar a complexidade do ambiente institucional regional, no âmbito do processo coercitivo e de pressões sobre as unidades de decisão capitalistas.

Compartilha-se aqui da concepção metodológica de Brandão (2007), em referência a David Harvey (1989), quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas do capital. E, em Santos (1978) do espaço como totalidade e como instância social. É certo de que o movimento histórico, influa sobre as “*rugosidades*” Santos (1985) aos termos pontos do espaço que obstaculizam a fluidez e a mobilidade.

O aporte teórico sobre impactos da Internet enquanto rede, e espaço de comunicação da

sociedade. Na obra de Manuel Castells *A Galáxia da Internet* (2001), especialmente de como o ambiente de negócios conduz a nova economia. Conforme o autor, isso ocorre, como exemplo: *escalabilidade, interatividade e administração da flexibilidade*.

O ambiente da Internet acrescenta ao modelo de negócio da empresa rede, cuja definição, segundo Castells (2001) é uma capacidade de se desenvolver organicamente com inovação, sistemas de produção e demanda de mercado, mantendo, em simultâneo, a atenção focada na meta suprema de qualquer negócio: ganhar dinheiro.

Os exemplos deste ambiente foram vistos em Vale do Silício, Baía de São Francisco, constituindo locais de inovação empresarial e tecnológica. Numa economia eletrônica baseada no conhecimento, na informação e em fatores intangíveis, a inovação é a função primordial. Neste sentido, ao citar Brian Arthur (1994), relata os retornos crescentes na *economia da informação*.

Assim, o advento histórico e suas implicações territoriais, afetam o ambiente de negócios e a cultura, o que também implica, novos hábitos de consumo e para isso, novas mercadorias. O 5G que apesar de ainda ser um ensaio, corresponde, a um marco e grande impulso para a Indústria 4.0.

A indústria, tensiona as disputas por novos mercados, além de ser o mecanismo de interesses corporativos e projeções externas de Estados. O Brasil se encontra neste nebuloso cenário. Neste sentido, o aspecto regional precisa considerar sua distribuição no território brasileiro, por meio da iniciativa estatal, na disputa global na condução de destino de investimentos.

O exemplo do Leilão 5G reflete o mesmo acontecimento para a realidade dos fatos que se repete. A gestão que capitaneia o PPI é a Martha Seillier²⁴⁴, que recentemente produziu o atualíssimo documento publicado pelo Ministério da Economia²⁴⁵, o *Relatório de acompanhamento do andamento dos empreendimentos e demais ações no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI (2020)*.

Neste painel identificam-se as intenções de um governo que garanta o uso corporativo sobre o território, especialmente distribuídas. Sendo elas, os leilões 5G, acompanhadas de PPP Radiocomunicação Digital Crítica de Segurança Pública e Defesa, de modo a salvaguardar a “defesa de interesses de Segurança Nacional”

²⁴⁴ Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI

²⁴⁵ Paulo Guedes é o atual Ministro da Economia, executando a plataforma econômica neoliberal.

Assim, as instituições de segurança e de defesa que integram a Administração Federal não conseguem, de forma integrada e única, comunicar-se, e as dificuldades são ainda maiores quando há necessidade de comunicação com outros estados e municípios da federação. [...] que garanta tráfego de voz e de dados, em frequências seguras e exclusivas dos órgãos de segurança e defesa, com infraestrutura a ser compartilhada para outros usos públicos ou privados e que permita ação integrada e interoperabilidade. É importante salientar que o sistema será concebido para ser utilizado também pelas forças de segurança estaduais, mediante manifestação de interesse e adesão formal de cada ente federado. (BRASIL, 2020)

O leilão abrange 5 grandes regiões do Brasil. Isso ocorrerá pela quantidade de espectro a ser ofertado, enquanto o estudo da proposta, proporcionará a ampliação da discussão sob a natureza da *política territorial* no espaço nacional, sustentada em outra natureza da diretriz da política pública. A fim de trazer dados a este trabalho, ao todo foram contabilizados:

- Região Norte: todas UF (7). Totalizando 7 Leilões 5G e 7 PPP.
- Região Nordeste: MA, PI, CE, RN, PB e BA (6). Totalizando 6 Leilões 5G e 6 PPP.
- Região Centro-Oeste: todas UF (3). Totalizando 3 Leilões 5G e 3 PPP.
- Região Sudeste: SP, RJ (2). Totalizando 2 Leilões 5G e 2 PPP.
- Região Sul: RS e SC (2). Totalizando 3 Leilões 5G e 1 PPP.

Em razão destes dados, é importante ressaltar a pertinência para o estudo das Parcerias Públicas e Privadas, especificamente no âmbito das telecomunicações, pois conta com agentes (inter)nacionais. Assim sendo, uma gama de possibilidades de discussão a serem compreendidas, dada sua dimensão territorial. Enquanto elas ainda estão em andamento, há iniciativas isoladas, que serão tratadas a seguir.

O autor Bragaia (2021) traz evidências de que a *confrontação geopolítica* hodierna é agudizada pelo agudizado momento de fragilidade social, sanitária pelo advento da Covid-19 e econômica. Assim, parecia-se sobre as condições favoráveis e adversas veiculadas pela mídia.

Segundo a notícia do Jornal Valor, o leilão da internet 5G no Brasil enfrenta dois grandes desafios: a distribuição do espectro para que as empresas possam operar e o acesso à infraestrutura, para isso a necessidade de romper barreiras normativas. Segundo a autora Lu Aiko Otta:

O espectro que será oferecido no leilão 5G é maior do que tudo o que está em operação no país hoje, informou. [...] Há preocupação em dar condições para que operadores regionais atuem no mercado. “Isso exige uma ação transversal e incentivos” [...] Há recursos privados em fundos de investimento para aplicar na infraestrutura, disse o

superintendente. Mas a atração desse capital depende de um ambiente regulatório e institucional estável. Se o Brasil não avançar rápido, alertou, pode aumentar ainda mais seu atraso em relação às economias mais avançadas. (OTTA, 16/06/2020)

Posto a isso, a discussão caminha sobre a Lei das Antenas com o objetivo de facilitar a instalação de infraestrutura para telecomunicações. Ao que se aponta

A legislação das antenas estabelece um prazo para que as prefeituras respondam aos pedidos das concessionárias de autorização para instalar seus equipamentos. [...] Outro regulamento que precisa ser preparado [...] converter os contratos de concessão do setor em autorizações. Os segmentos que operam por autorização avançaram mais do que os que estão sob concessão. (OTTA, 16/06/2020)

O ambiente atribuído às telecomunicações, propiciou a ofertas ao qual foi alvo de grande disputa comercial, a Claro dá início à corrida de 5G no país. Segundo Rodrigo Carro, do Jornal Valor Econômico, a operadora vai usar frequências que já possui para prestar serviço

A partir da próxima semana a Claro passa a oferecer serviços 5G em bairros do Rio de Janeiro e de São Paulo. Na capital fluminense, a cobertura de quinta geração começará por Ipanema, enquanto em São Paulo foram escolhidas as regiões dos Jardins e da avenida Paulista. (CARRO, 08/07/2020)

Em entrevista à Cable News Network (CNN), o diretor executivo da Claro, Paulo César Teixeira, falou sobre como o isolamento social afeta a demanda pela tecnologia de redes móveis no Brasil e como a nova tecnologia vai ajudar na manutenção dos novos hábitos adquiridos pelos brasileiros durante a quarentena.

"Como as pessoas foram para o isolamento das suas residências, muitas passaram a usar a rede Wi-fi e deixaram de usar a rede móvel, só que o tráfego dela não caiu. Ele se manteve, porque quem continuou usando, passou a usar mais" [...] "Agora, quando o isolamento começa a reduzir, estamos olhando um crescimento real no tráfego, porque se incorporaram novos hábitos de consumo. As pessoas não faziam live com tanta frequência. Passaram a fazer, gostaram e agora fazem com muita frequência", "Estamos vendo um aumento de demanda já — embora em um cenário econômico mais difícil. O tráfego total da rede móvel hoje já é maior do que o pré-Covid." (NOMURA, 18/07/2020)

Diante do cenário, há vários fatores e agentes expostos, e sobre o exemplo em específico, é possível orbitá-los em 3 questões centrais. 1) distribuição do espectro 5G depende de que as operadoras regionais que atuam no mercado exigem “uma ação transversal e incentivos”. 2) atração do capital depende de um ambiente regulatório e institucional. 3) relação do tráfego de dados e novos hábitos de consumo, depende do fator locacional decisivo para instalação e fornecimento da experiência, portanto, ainda não definitivo, como Jardins e Avenida Paulista em São Paulo.

O primeiro ponto, é a implantação de determinadas infraestruturas técnicas esteve historicamente relacionada aos locais em que há maior circulação de pessoas, bens e dinheiro,

forma como são produzidas e organizadas as telecomunicações no território.

A acumulação de capital, fruto da relação social, leva como consequência a mercantilização e penetração recorrente da divisão social do trabalho, em uma dimensão que a indústria 4.0 será o principal motor dinâmica, enquanto processo modificação do espaço, uma vez que as técnicas permitirão penetração no consumo e mercadoria deste serviço.

O segundo ponto, é a *hipermodalidade ciberespacial*, determinante a lógica capitalista e a apropriação, ao movimento de valorização espacial, que é dinâmico. É fato que a indústria será afetada, o desenvolvimento e território. A particularidade brasileira, será desigual por natureza, com destaque aos centros de controle serem os principais agentes de desvalorização dos lugares.

O exemplo do 5G se enquadra em uma escolha de fator locacional próprio ao seu uso e garantidor da experiência. Para entender este desejo, é importante compreender como a localidade é o principal elemento dentre os necessários para sua instalação e uso.

Em terceiro ponto, trata-se, na verdade de proximidade de consumo ao alcance da rádio frequência, importante neste exemplo, a escolha estratégica da determinação da localização e por segundo, o consumo neste raio, no sentido de que o ambiente seja propício para esta atividade.

Em suma, o acesso corresponde ao caráter histórico e a apropriação do espaço por uma parcela da população com condições de habitar um ambiente corporativo, altamente valorizado, possuindo bens que propiciem o acesso à rede.

O ambiente corporativo só é possível, pois condiz a uma lógica preferencial na metrópole. O lócus no município de São Paulo, corresponde ao uso desta potencialidade que será um motor decisivo para a renovação e sofisticação dos meios de produção, cujas mercadorias derivadas deste serviço, ou seja, uma escolha racional que privilegiará ao deleite potencial de acumulação a uma parcela específica da população.

Assim, a demanda é mais do que a necessidade objetiva como meio de engendramento da atividade altamente tecnológica e potencial, sendo que as empresas se repartiriam regularmente no espaço com proximidades aos clientes. A distribuição regional desta infraestrutura, considera as grandes regiões a serem atendidas, mas sobretudo, o fator locacional na distribuição e isso trará papel ativo na atual divisão do trabalho e, ao cabo, o desenvolvimento desigual, processo esse inerente à Geografia na história do capitalismo.

Por fim, Bragaia (2021) conclui que não haverá validade universal para o uso desta tecnologia. Trata-se da busca do controle de um meio em potencial, instalado sobre um espaço social construído, que se modifica segundo a decisão, de equipamentos deste meio informacional e seus difusores de dados, propagandas e costumes. Um novo momento de mundialização do capital. Essa atuação não deriva tão somente com empresas, mas de agentes públicos e privados na relação Estado-Corporações.

Estes exemplos, não podem ser considerados sem que haja diálogo com as demais escalas geográficas. E, por isso, faz-se necessário compreender a disputa global na condução dos investimentos tem despertado recentes atritos entre China e EUA, compõem projeções e princípios filosóficos distintas.

O conflito reflete diretamente nas tratativas de acordos em projetos de infraestrutura, no qual Pequim quer expandir para a América Latina, sobretudo ao Brasil. Ainda sob rumores, existem preocupações do governo americano com a expansão da gigante chinesa Huawei. Para Mello (2012) a próxima geração de telefonia, sendo dez vezes mais rápida do que a atual e é essencial para o avanço de carros autônomos e projetos de inteligência artificial.

Como a autora noticia, os chineses oferecem o pacote mais barato na comparação com os concorrentes (Ericsson e Nokia), dão financiamento barato e podem retaliar o Brasil em áreas importantes, caso sejam excluídos do fornecimento. O governo dos EUA proibiu agências federais e empresas americanas de negociar equipamentos de 5G com a Huawei.

Os eventos dinâmicos que difundem ideologia explicam-se na contradição reprodução capitalista, os conflitos destacados, reforçam oposições e antagonismos de todo tipo. No quadro de mudanças nos influxos ideológicos, entende-se a atual escalada de conservadorismo. A iniciativa reacionária é um elemento de repressão dos agentes do Estado para salvaguardar os detentores do direito e da ideologia de convencimento da sociedade, isso é característica identificada na sociedade brasileira e na sociedade mundial.

O direito não tem estatura para imprimir legislações que permitam a movimentação dos interesses, ela é sempre enrijecida, do *status quo*, abre-se na primavera das crises econômicas com o intuito de ganhar corpo intelectual, sob égide do valor e do material histórico, que gesta na dinâmica social geral. O sistema técnico midiático, torna-se uma peça importante pelo potencial

criador e de contrapor direitos com os mais perspicazes convencimentos e difusão de informação, é a voz dominação do capital.

Os alinhamentos de classe, compõem as forças de luta que alimentam retóricas pitorescas, ameaças que criam e recriam revoltas por meio dos meios de comunicação de massa, em um movimento que se implicam de forma recíproca.

4.5.5 Infraestruturas físicas e o caráter particularista do imperativo territorial: a dimensão agroestratégica nos licenciamentos ambientais

Neste tópico, ressaltam-se os exemplos de obras que estão sob a condição de Licenciamento Ambiental e que, no concerto global, possuem recursos, com valores estratégicos. Dentre os países que exercem poderosa influência geopolítica, destaca-se a China, como potência global e de inserção global ao seu projeto, instiga a interligar os atuais empreendimentos no Brasil, com implicações derivadas a uma inserção internacional subordinada.

A propostas de licenciamento ambiental interessa para empreendimentos de infraestrutura de grande envergadura, capacitando a exploração de recursos naturais, no desenvolvimento dos meios técnicos, constituem ativos estratégicos. A fim de atender o quadro proposto o PPI, verifica-se que a Região Norte se intensifica o volume de obras qualificadas para mudanças na regulamentação, principalmente para a permissão de concessões, leilões e licenciamento ambiental.

Destacam-se os seguintes projetos em andamento, compreendendo a importância delas para escoamento no *Arco Norte*, cujas intenções estão em disputa para sua execução. Segundo Diana Aguiar (2017) trata-se de uma disputa da bacia dos Tapajós e suas correspondentes acessos em vias de comunicação, naturais e físicas, estabelecendo a construção de rodovias e complexos portuários, uma *geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul*.

o capital do agronegócio mobiliza alternativas para a saída pelo Norte do país, em substituição ao escoamento hoje realizado principalmente por portos do Sudeste. Escoando diretamente no Atlântico Norte, economiza-se tempo de navegação até a Europa — segundo maior destino da soja brasileira — e até a China, via canal do Panamá. Essa economia de tempo é especialmente significativa para a fronteira de expansão da soja, mais distante e com uma logística mais problemática rumo aos portos do Sudeste. São essas também as regiões onde o monocultivo do grão mais cresce: o norte do Mato Grosso, o sul e sudeste do Pará e a região do MATOPIBA — englobando o sul do Maranhão, todo o Tocantins, o sul do Piauí e o oeste da Bahia. Mesmo com o melhoramento logístico, o chamado “Arco Norte” não passaria a ser o porto de saída

principal da soja exportada pelo país, mas teria tudo para se tornar o eixo mais dinâmico. (AGUIAR, 2017)

Esta região foi contextualizada e bem detalhada por Virga (2019) em sua tese sobre *A Integração Física no Eixo Amazonas* e, especificamente, em *Características, Impactos, Impasses e Perspectivas*. É destacado o contexto pós 2016 em que:

as configurações sociais e políticas e principalmente ao final, nos últimos anos, configurações sociais e políticas da América do Sul foram dramaticamente alteradas por processos de afastamentos de presidentes da república, seja por meio de eleições ou por impeachment²⁴⁶, de forma concatenada a mudanças econômicas e geopolíticas na esfera internacional, com repercussões nos cenários de integração no subcontinente. Tais mudanças impactariam diretamente nos processos de integração regional em curso, favorecendo uma maior dependência política e econômica dos países da região. (VIRGA, 2019)

Apontando para o que se assistiu, há uma relação próxima afirmado durante as discussões do corpo do trabalho. Ela se efetua na possibilidade que obras de grande envergadura possuem para se integrar a programas de infraestrutura ao nível regional na América do Sul. Dito isso, é de bom tom destacar a importância de blocos políticos, cuja atuação cria condições políticas de elaborar e executar os projetos. Segundo Virga (2019):

no âmbito intrarregional foi uma reviravolta política e econômica²⁴⁷, com governos de cunho social-progressista sendo sucessivamente substituídos por outros de visão liberal-conservadora e de ultradireita, e, crises no âmbito regional, interrompendo e até impedindo que o diálogo sobre o processo de integração regional envolvido na UNASUL e no próprio COSIPLAN prosperasse. [...] Paralelamente, o clima de instabilidade na esfera política contaminaria o ambiente econômico e, por conseguinte, a autonomia necessária a projetos mais soberanos de desenvolvimento possíveis visando uma maior integração. [...] Já no âmbito internacional, a ascensão da China, fortalecendo, inclusive, relações com países sul-americanos (em especial com o Brasil e os andinos Peru, Equador, Bolívia e Venezuela), acabaria por fundamentar grandes transformações no xadrez geopolítico. [...] Tal conjectura modificaria a conjunção de interesses de potências sobre o subcontinente sul-americano, assim como, abriria conflitos mais claros quanto à apropriação econômica dos diversos recursos estratégicos da Amazônia Transnacional. (VIRGA, 2019, p. 287-288)

²⁴⁶ Exemplificando, no caso brasileiro, o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, iniciado em dezembro de 2015 e encerrado em agosto de 2016, foi denominado de “golpe parlamentar”, devido às manobras políticas dos deputados e senadores para afastá-la do poder. (VIRGA, 2019, p. 287)

²⁴⁷ Citando alguns dos acontecimentos a partir do término do Governo Lula ao final de 2010 até 2018, vimos na América do Sul, por exemplo: o lançamento da “Aliança do Pacífico” em 2011; crises no MERCOSUL em 2012 (com suspensão do Paraguai e adesão da Venezuela); morte de Hugo Chávez em 2013; graves crises econômicas e políticas em países da região a partir de então (no Brasil, Argentina e, em especial, na Venezuela sob a presidência de Nicolás Maduro); e, uma maior aproximação da Colômbia (sob a presidência de Juan Manuel Santos até 2018) à UNASUL, o que criaria “rusgas” e um crescente isolamento da Venezuela no âmbito regional (lembrando que o primeiro país é conhecido pelo seu forte alinhamento aos EUA). Para mais informações a respeito dos movimentos de reversão da trajetória de articulação política em torno dos processos de integração em andamento como a UNASUL e, consequentemente, seus respectivos Conselhos (como o próprio COSIPLAN), consultar os trabalhos de: SANTOS (2016) e COSTA (2017; 2018). (VIRGA, 2019, p. 287)

Visando expor o quadro dos projetos qualificados para apoio ao licenciamento ambiental, visualiza-se que a Região Norte se intensifica o volume de obras qualificadas para mudanças na regulamentação, principalmente para a permissão para licenciamento ambiental.

Tabela 1: Projetos qualificados no PPI 2019 para apoio ao licenciamento ambiental

Transportes	Energia
Rodovias: BR-080/MT, BR-135/BA/MG, BR-135/MA, BR-242/MT, BR-319/AM/RO, BR-158/MT, BR-163/MT	Linhas de transmissão: Interligação Manaus/AM – Boa Vista/RR
Hidroviás: Dragagem e Derrocamento da Via Navegável do Rio Tocantins (Pedral do Lourenço)	Usinas hidrelétricas: Bem Querer, Castanheira, Formoso, Tabajara, Telêmaco Borba/PR
Ferrovias: FICO, Ferrogrão e FIOL	Óleo & Gás: Oferta Permanente, 16ª e 17ª Rodadas do Regime de Concessão, 6ª Rodada sobre o Regime de Partilha de Produção, Poço Transparente
Aeroportos: Florianópolis, Porto Alegre, 6ª Rodada de Concessões Aeroportuárias - Blocos Sul, Norte I e Central	

Fonte: BRASIL. Relatório de acompanhamento do Programa de Parcerias e Investimentos, 2019.

A realidade da atual da integração regional é complexa, é por este motivo que essa análise contribui para uma melhor compreensão de sua dimensão e impacto territorial, principalmente pela discussão bibliográfica dos autores destacados.

No momento fica evidente que existe ações, que visam a expansão geográfica capitalista, que estão construindo juntos ao Estado brasileiro, um espécime de integração regional afeita ao *mercado mundial*.

Essa constatação tem se aguçado como também apontado como uma tendência, conforme Bragaia (2018; 2019) de que a crescente crise política interna brasileira em relação as contínuas manchetes midiáticas de crise econômica e moral das instituições e seu vínculo com empresas brasileiras de grande envergadura em grandes esquemas de corrupção, investigados pela *Operação Lava Jato*, surtem efeito profundo na investidura protagonizada durante os governos Lula e Dilma (2003 – 2016) nos projetos de infraestrutura no Brasil e sua projeção na região sul-americana.

Nota-se similaridade de crises econômicas acompanhadas de investigações que extrapolam fronteiras nacionais, atingem o sistema político e o seu entorno regional, como o exemplo da Itália e a derrocada do bloco soviético em que houve semelhanças na economia e dada pelas *Mãos*

*Limpas*²⁴⁸.

Na dimensão agroestratégica foi possível estabelecer nexos das tendências e coerências, do corroboraram sobre a crise e as tendências *geopolíticas* na América do Sul. A análise do peso político prevaleceu a disposição na forma de como os arranjos regionais se constituem, enquanto forças centrípetas que universalizam normas e facilitam acordos.

Por fim, constata-se que o cenário deteriora-se conjuntamente com as instituições brasileiras foi acentuado, uma expansão capitalista que não confere uma inserção internacional do Brasil e que fere a necessidade da sociedade.

Deste modo, constata-se que houve perda de tónus ideológico e de conformação de interesses e o pronto alinhamento aos interesses dos EUA²⁴⁹. Nesse sentido, a *política territorial* está suspensa por interesses que fogem a vistas da população, mas infligem o espaço nacional ao *locus* dos acontecimentos. A última dimensão apresentada, em concordância com as anteriores, aproximam-se do objeto de pesquisa, através da exposição de uma “vitrine do capital” na *Carteira e Relatórios de Projetos do PPI*.

Verificam-se exemplos que, somadas analiticamente aos discursos, evidenciam a atuação das 1) instituições sob outro direcionamento ideológico; 2) a participação do BTG nos leilões; 3) o *Leilão 5G* e a tentativa de alinhar a PPPs *Segurança Digital Crítica* na disputa pela dianteira tecnológica amplamente simbolizada.

E, por fim, o caráter particularista dos Licenciamentos Ambientais na consecução das rodovias e ferroviárias na dimensão agroestratégica fundamental para a expansão capitalista da China. Ela está envolta de disputa de recursos, pela posse da terra, pelo uso especulativo e

²⁴⁸ Como aponta com nitidez relacional Nobre (2022) pela semelhança da crise econômica, geopolítica e do sistema político com operações de investigação judicial “Não que a catástrofe brasileira do período 2015-16 (7,2% de retração no biênio) seja remotamente comparável com o que aconteceu na Itália. Ainda assim, é bastante significativa a queda do crescimento do PIB italiano de 3,4% em 1989 (com uma média de 2,7% ao ano na década) para 2% em 1990, 1,5% em 1991, 0,8% em 1992 e -0,9% em 1993, segundo dados do Banco Mundial. Também a relativa desorientação do sistema político aproxima os dois casos. Na Itália, a brusca mudança geopolítica que veio com a derrocada do bloco soviético (...) No Brasil, foi a formação de uma oposição extrainstitucional que usou a Lava Jato como escudo comum para desestabilizar de maneira duradoura o sistema político.”

²⁴⁹ O alinhamento diz muito sobre a reafirmação constante de alinhamento ideológico aos Estados Unidos. Nesse sentido, há uma reincidência do Brasil como vitrine brasileira perante o mercado mundial. Há uma contribuição bibliográfica e geográfica em *A IMINÊNCIA DA SUBORDINAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS: A afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago* de Raimundo Jucier Sousa De Assis (2016).

financeiro que impõe ao Brasil medidas para saciar o escoamento de commodities. Na investigação de figuras e mapas das carteiras e relatórios, verificam-se que as obras²⁵⁰ se aproximam, circundam, cercam, atravessam áreas de terras de povos indígenas, de proteção ambiental, ecológica e social.

Tal qual a gênese histórica do capitalismo impõem a necessidade de acumulação é um imperativo territorial. O Estado executa-a por pressão da necessidade de acumulação, os arredores seguem-se na lógica da valorização especulativa, infligindo o modo de vida da população.

Portanto, os empreendimentos empresariais com suporte estatal devem estar orientados pela atenção aos povos, ribeirinhos, habitantes em geral e, principalmente, sob atenção da sociedade brasileira. No entanto, as posições políticas não estão conseguindo rever a situação de descrédito com a qualidade de vida, direitos humanos e análises jurídico-institucionais para salvaguardar as etnias, culturas e o respeito com a natureza.

Essas ações demonstram que a emancipação humana não está à altura para se impor diante das sucessivas formas violentas do valor materializar-se sobre a vida das pessoas.

²⁵⁰ (Consultar Anexo III).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de *política territorial* tem sido um campo demasiadamente estudado por geógrafos, no trato do poder do Estado e desenvolvimento econômico. Para a análise da natureza da *política territorial* do Programa Parceria e Investimento - PPI, surgida na *Ponte Para o Futuro* em 2016, representou uma tarefa investigativa da contradição do discurso nacional em relação ao mote de estabelecer uma política de feira do patrimônio nacional.

Dado a compreender a problemática, o universo da dissertação, trouxe a problemática das interfaces entre a geopolítica e geoeconomia, à luz da *Teoria Social Crítica*, sobretudo o papel do Estado. Com esse objetivo, a revisão de várias correntes de pensamento na análise de uma política pública que se pretende organizar a estrutura do espaço nacional e a organização do espaço.

Entre as abordagens que mais se aproximam no intento de relacioná-la como o poder do Estado e a política externa, escolheu-se o conceito de *políticas territoriais*, o que exigiu incorporar a partir das interfaces da *geoeconomia* e *geopolítica*, uma composição analítica fortificada para compreender as confrontações entre mercados e *formações sociais específicas*, o *território*, como disputa de relações de poder sobre os recursos políticos, naturais e humanos, qualificaram a discussão inicialmente empreendida, a conformação dos interesses de classe, sob o julgo da cooptação institucional, da *rede interestatal capitalista*, sobretudo no alinhamento automático aos Estados Unidos da América (EUA).

As mudanças nas políticas de desenvolvimento econômico, possuem razão encontrada na investigação crítica do papel do Estado, a importância do *movimento histórico* na compreensão dos pulsos de iniciativa estatal, estão intimamente relacionados a *produção capitalista do espaço*, cujas crises estruturais do capitalismo, reverberam nas *políticas públicas espaciais*, isto é, momentos de maior desenvoltura no papel do Estado foram seguidos de contrações violentas, tal qual se verifica a tendência após a *crise estrutural do capitalismo* em 2008.

Afirma-se que os meios de exercício do poder do Estado atende as demandas dos grupos de interesse e das contradições inerentes que constituem o *bloco no poder* representado entre 2016 a 2021. As porções territoriais ganham na *formação histórica* o resultado da dinâmica das parcelas de classe em um Estado-nação, na *mediação* com o *mercado mundial* e a ordem hegemônica global.

A política ganha forma, mesmo que ainda com algum grau de autonomia, a derivação da

valorização do valor, na escala da *expansão geográfica do capital*, no jogo da *cooptação global*, ao olhar analítico do *enfoque estratégico relacional* no seio do Estado, impactando as *instituições* na América Latina e agudizados em 2016 no Brasil.

A *geografia histórica das políticas territoriais* evidencia que em momentos de maior euforia quanto ao relativo papel do Estado, vistos em Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Ernesto Geisel²⁵¹, Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, geraram, a contratempo, reações em relação à política externa, um dos fatores da crise das *administrações divergentes* é o resultado da contradição capitalista da *formação social específica brasileira*, a cada desfazimento do amálgama entre capital, sociedade e Estado, na aceitação da subserviência a interesses dos países centrais, na cadeia de *relações internacionais de classe e de força*. Logo, interpretar os *discursos institucionais geopolíticos*, as *ideologias geográficas*, é uma atividade necessária para decifrar o rumo das *políticas territoriais* e a aceitação na sociedade, nas ditas ações estratégicas, na crítica constituição das classes sociais que agem em seu favorecimento.

O Estado brasileiro, nas esferas de ação consideradas a partir da *formação territorial*, constatarem serem combatidas pelos estágios de desenvolvimento capitalista, as regulações do fordismo ao pós-fordismo, das sucessivas crises de acumulação, em especial ao nível da *globalização*, no contexto do neoliberalismo.

Nesse sentido, expôs as contradições da sociedade e no Estado, tendo como fundamento a busca incessante pela *valorização do capital*, interrompendo o *Estado de bem-estar social* “a brasileira”. O neoliberalismo, como uma nova forma prática operante do liberalismo econômico, está em consonância com a incompatibilidade com a democracia. Desde a década de 1970 é o garantidor de mecanismos para um espaço de livre movimentação do capital, resultando na *divisão internacional do trabalho* que alcinha saques prioritariamente na venda de ativos e na dívida pública.

As instituições jurídicas retratadas atuaram vigorosamente nos regulamentos para *mediação* do processo de espoliação que se travou nos leilões. A esse período identifica-se similaridade do interesse *imperialista* demandou novas formas de submissão e a satisfação de classe submetidos à regulação capitalista, visto nas conformações de disputa no Brasil, travados nos governos de

²⁵¹ Ernesto Beckmann Geisel “Geisel” foi o 29º Presidente do Brasil e 4.º na ditadura militar brasileira (1974 – 1979).

Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e Jair Bolsonaro, ainda que no petismo tenha condicionado sob a política nas políticas públicas sociais.

Na análise da situação concreta, os discursos da criminalização dos movimentos populares ganhou corpo a partir da primeira década do século XXI, dos movimentos que lutam pela ruptura e superação das contradições capitalistas, ecoaram-se na *geopolítica do direito*, no lócus das instituições. O movimento retratado, no objeto da pesquisa, tem na destituição de um governo a mudança da condução das políticas territoriais, anteriormente representadas pelo Programa de Ação e Crescimento – PAC, resultou na viabilização da *Ponte para o Futuro* em 2016, na perda de poder político e econômico na sociedade, resultando na *política territorial* do Programa Parceria e Investimento – PPI.

A nova realidade provocou novos usos do orçamento público, que coreu ao socorro atendeu para viabilizar a deterioração do poder das políticas sociais apontados na reforma trabalhista, previdência e um amplo projeto de privatizações, no contexto de descontentamento da população, as políticas públicas diretivas ao capital internacional e seu entrelaçamento no seio do Estado, sob chancela jurídico-político.

Nesse processo a *classe dirigente* e o novo *bloco do poder* constituído, imbricaram-se nitidamente no campo financeiro internacional, via fundos de investimentos, cujo resultado foi a desagregação dos setores da construção civil e petroquímica, desencadeando desemprego e crise social. Os novos intentos objetivaram a captura de sistemas técnicos, em especial as de grande porte, vistas no setor elétrico, energético e infraestrutura de logística.

Houve desarticulação ao nível interno foi o suficiente para desestabilizar a política regional da UNASUL ao PROSUL, reforçando o caráter segregatório, uma contradição do intento de formar alianças em bloco político. A análise dos elementos políticos, dá sentido a retórica vitoriosa do conservadorismo e reacionária, ganha corpo governamental na viabilização da flexibilização das legislações.

A *Ponte para o Futuro* no contexto de derrubada de Rousseff, a sociedade brasileira foi submetida ao aprofundamento do neoliberalismo de Temer ao regime de austeridade econômica ministro Guedes, oriundo do BTG Pactual, que desde o período eleitoral estava cotado para agendar empreender grandes privatizações, esforços para diminuir o tamanho da máquina pública do

Estado.

A faceta mais agressiva, a ultraliberal, no contexto da pandemia da COVID-19²⁵², aprofundou as dificuldades vividas pela população sob o *neoliberalismo*, aumento da concentração de riqueza, a privatização de empresas públicas, desregulamentação dos direitos do trabalho, em uma faceta mais agressiva, considerado já por estudiosos como ultraliberal, a destruição da soberania no pré-sal e tentativas de aviltar a *Constituição de 1988*.

Para satisfazer os ajustes ultraliberais, no contexto da crise, a contingência fiscal, social, repressão e emoldurar formas sociais determinantes. A forma-mercadoria, numa dinâmica regida pela *valorização do valor*, é o centro exploratório, essa tem estrutura uma força histórica, material, relacional e institucional, orientadas ao regime de acumulação.

O momento de grande vulnerabilidade, isto é, a diminuição do *poder político* da sociedade, o contexto perfeito para a exposição do *capital* na carteira e relatórios de projetos do PPI. Ao nível nacional estabelece-se uma trama de interesse do capital bancário nacional com vínculos na *regulação do Estado*, afim das ações estatais em promover contínuos esvaziamentos de políticas públicas, transferências de setores estratégicas aos empresários.

Os setores foram do saneamento básico, as reservas de gás e petróleo, aos sistemas técnicos de energia elétrica e a indústria petroquímica. A investigação dos relatórios expôs, que a *política territorial* condiciona o *espaço geográfico brasileiro* ao palco da *valorização do valor*, evidências que reforçam o cenário das *confrontações geopolíticas* na disputa global de investimentos, *Estado-Corporações* de EUA e China, uma integração regional desconfigurada.

Os discursos institucionais no campo da política externa reforçam a defesa analítica, a imposição da submissão que regem as políticas estatais. Inicialmente postuladas na propositura obsessiva, conservadora, reacionária, regressiva, petulante e mal intencionada já anteriormente manifestadas no período da União Democrática Nacional “UDN” e ditadura militar, uma versão com inclusões difusas do que apresentam motes como globalismo, multilateralismo, covidismo, ambientalismo, climatismo, cientificismo, mercosulismo, entre outros.

Nesse sentido, uma falsa ideia da defesa dos interesses nacionais, o campo moralidade

252 O número de óbitos no Brasil atingiu 683 mil, segundo JHU CSSE COVID-19 na última atualização na data 26/08/2022.

desenvolve-se, escamoteia e, por consequência da agitação dos debates, a nítida reprodução ampliada das extensões de domínio aos interesses dos países centrais por meio de instituições paralelas aos Estados nacionais, vistos no *Grupo de Lima*, *Operação Lava Jato*, golpes de estado no globo, sobretudo vistos na região sul-americana, onde houve disputas nítidas de interesses.

Aos setores privilegiados com as vendas de ativos, desvalorizados no contexto de depreciação valorativa, isto é, venda em período de grande baixa, encontram-se ainda, escamoteado pelo discurso de angariar investimentos, os grupos bancários participantes do aparato estatal, orientados em favor do capital, em um momento de extrema vulnerabilidade política da sociedade em detrimento da *Pandemia da Covid-19*.

Por fim, as iniciativas apontadas respaldam no tratamento do registro histórico da capacidade de manipulação, de uma sociedade totalmente abalada pelas crises econômicas-políticas-sociais-sanitárias e de acesso a bens de consumo, crédito, recursos essenciais que atendem as famílias como o gás e gasolina.

As condições de precariedade evidenciam a redução do *poder político* das classes subalternas, que consomem os produtos as quais utilizam de serviços públicos. Logo, o cenário, motiva a grupos econômicos específicos, a se apoderar do patrimônio público. No campo das distribuições de sistemas técnicos, a aquisição de setores no campo da comunicação trará papel ativo na atual *divisão do trabalho* e, ao cabo, o *desenvolvimento desigual*, processo esse inerente à *Geografia na História do Capitalismo*, a disputa global envolve a burocracia pública política e jurídica, que compõem projetos e projeções em matrizes de princípios filosóficos distintas.

A *Operação Lava Jato* e posteriormente a nomeação do então juiz do Ministério Público Sérgio Moro ao Ministério da Justiça e sua cotação ao Supremo Tribunal Federal, é uma das evidências da investidura protagonizada durante os governos Lula e Dilma (2003 – 2016) nos projetos de infraestrutura no Brasil, o elo entre a construção civil e a indústria petroquímica, com vistas a projeção para além da região sul-americana.

Na dimensão agroestratégica, um ativo que só se viabiliza pelo recurso primeiro, o uso da terra, assim, a condição de Licenciamento Ambiental é o recurso jurídico para acesso aos recursos com potenciais valorativos, vistos a permanência no processo contínuo da *valorização do valor* e expansão que se funda desde a *gênese histórica do capitalismo*.

A conformação de interesses e o pronto alinhamento aos interesses dos EUA, configura um traço fundamental para estabelecer o tipo de execução da *política territorial*. O estudo geral dos relatórios e documentos nacionais evidenciaram a atuação sob direcionamento ideológico, a participação de grupos de interesse nos leilões, o caráter particularista e imperativa no uso especulativo e financeiro que impõe ao Brasil medidas para saciar o escoamento de commodities.

A essa razão encontra-se profunda atenção da sociedade brasileira nos patrimônios culturais, étnicos, morais e culturais, cujas posições políticas devem ser mobilizadas para o cuidado da promoção da melhoria da qualidade de vida, dos direitos humanos e do respeito a natureza.

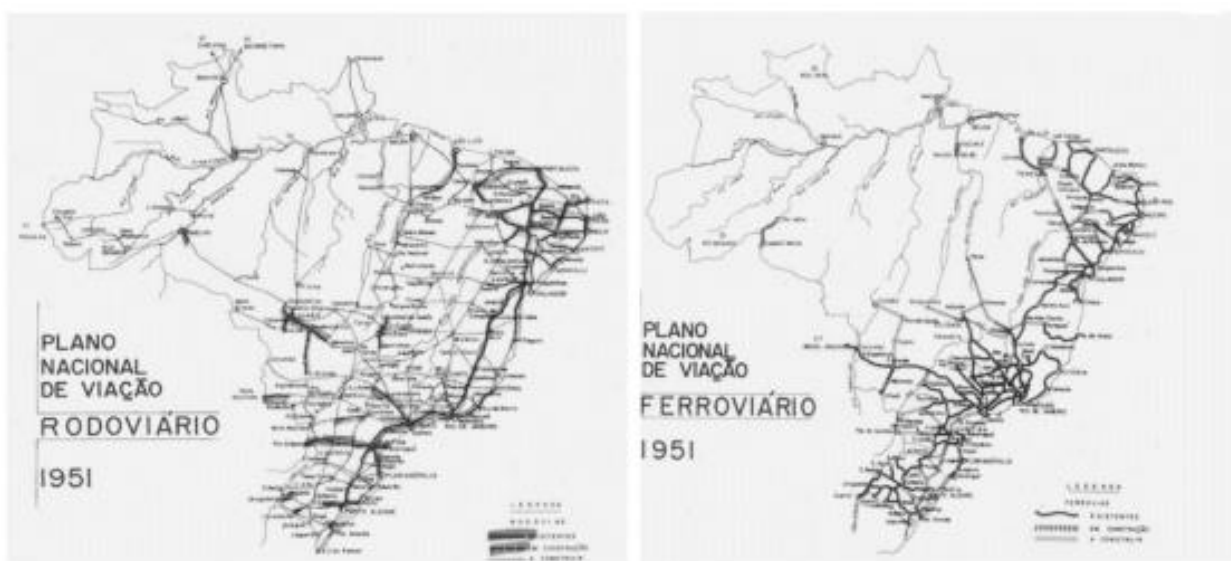
De fato, acredita-se em uma contribuição que valida a necessidade de estudos preocupados com a emancipação humana a fim de romper com formas violentas do valor materializar-se sobre a vida.

Portanto, a crise econômica e política de 2016, acentuando crises, desemprego e a dívida pública, permite a concluir que houve maior agressividade estatal na implantação de propositura de desenvolvimento econômico neoliberal/ultraliberal e a derradeira situação pandêmica que favoreceu as iniciativas estatais em um momento de extrema vulnerabilidade sanitária, social e política da população. O cenário perfeito para consolidação da agudização da espoliação, desigualdade e acumulação capitalista por meio do saque ao patrimônio público.

ANEXOS

ANEXO I

Figura 3: Plano Nacional de Viação — Rodoviário e Ferroviário (1951)



Fonte. Nigrello (2009)

Figura 4: Cartaz do Estado-novo em referência a “Marcha para o Oeste”



Fonte: Memorial da Democracia.

Figura 5: Plano de Metas (1955)



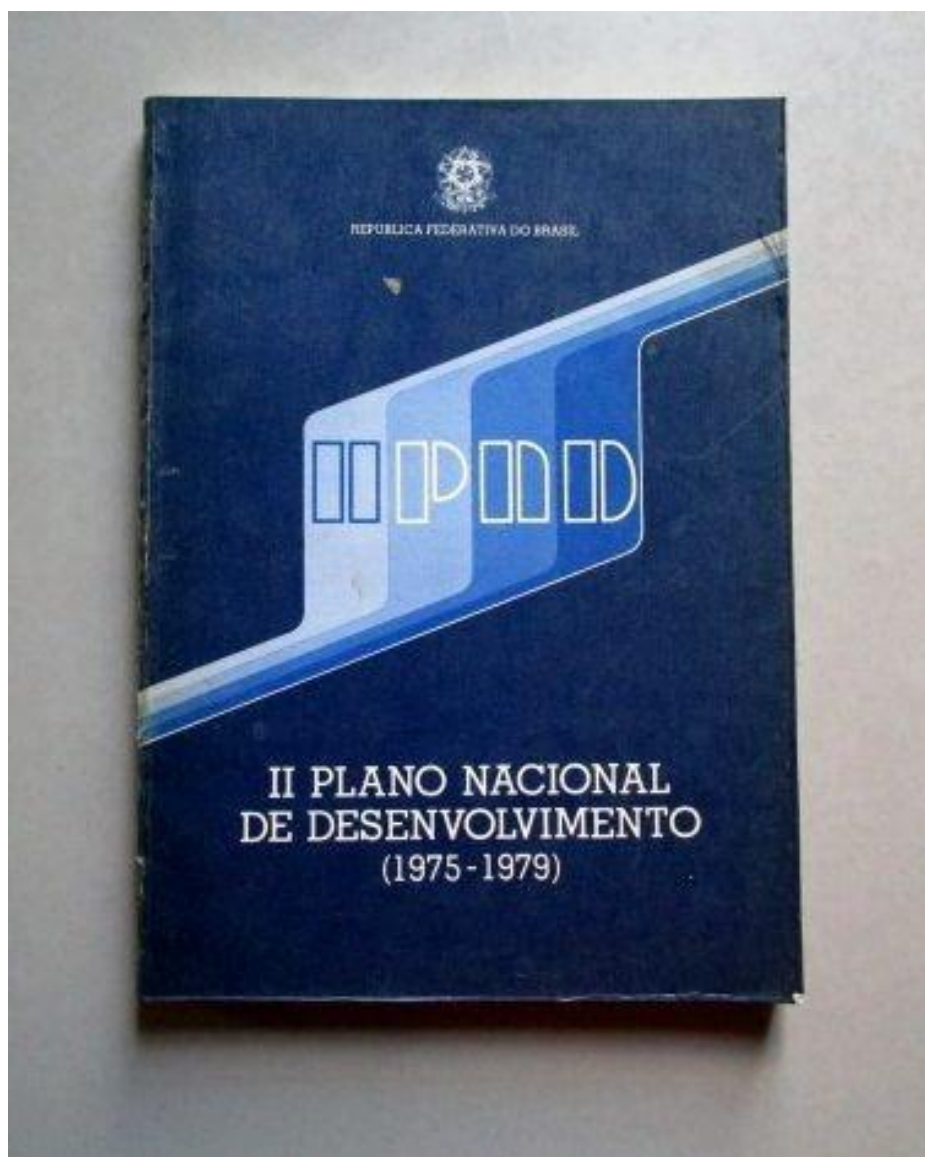
Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) — FGV.

Figura 6: I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) – (1972 – 74)



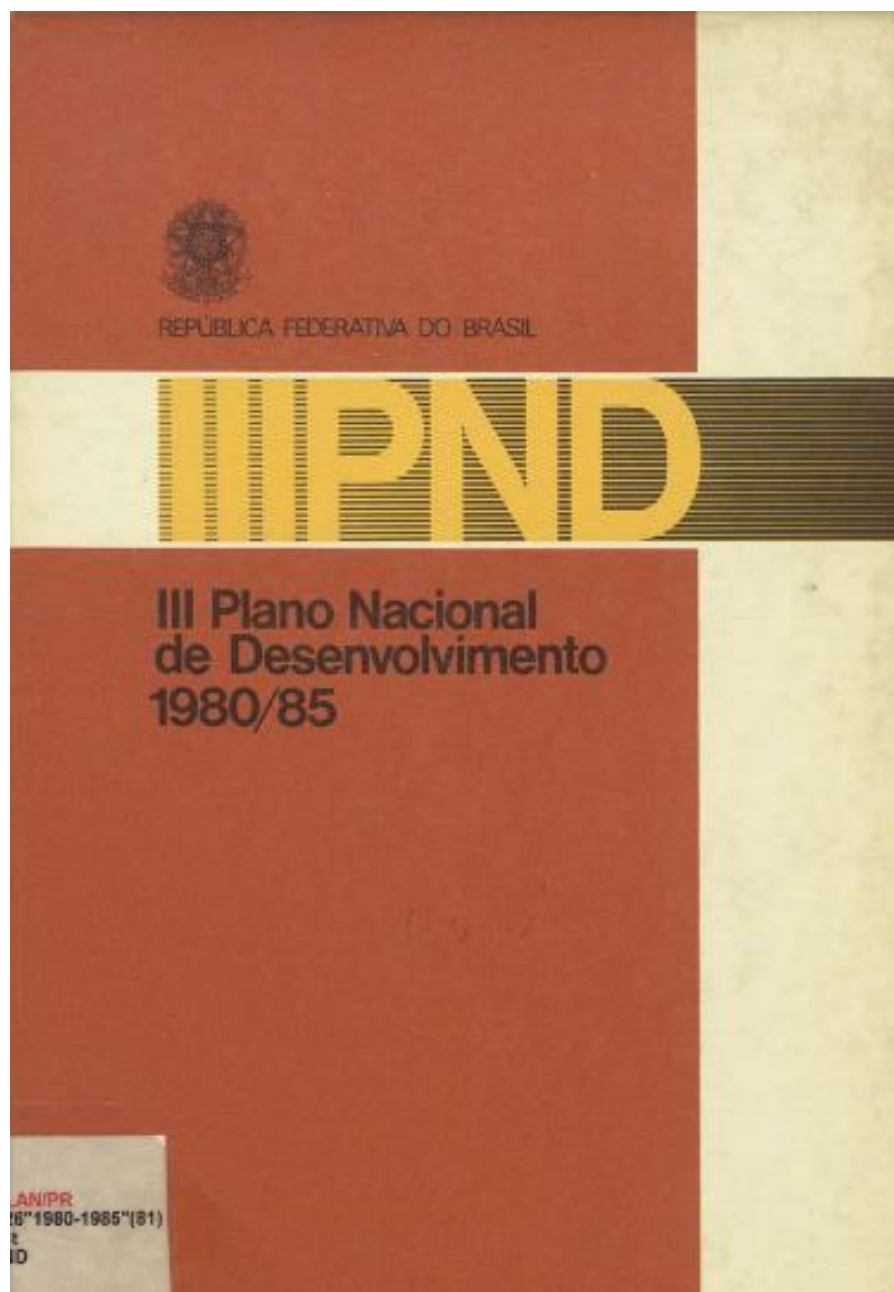
Fonte: Acervo Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Figura 7: II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) – (1975 – 1979)



Fonte: Acervo da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Figura 8: III Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) – (1980 – 1985)



Fonte: Biblioteca Digital Ministério da Economia.

Figura 9: Brasil em Ação Relatório Final (1996 — 1999)



Fonte: Acervo Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Figura 10: Fernando Henrique Cardoso apresenta seu programa Avança Brasil



Fonte: Memorial da Democracia.

Figura 11: Avança Brasil plano plurianual (2000 — 2003)



Fonte: Acervo da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Figura 12: Eixos da Iniciativa de Integração Regional Sul Americana (IIRSA)



Fonte: Eixos de Integração e Desenvolvimento para Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana – IIRSA
(Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br>)

Figura 13: Lançamento Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)



Fonte: Ricardo Stuckert; Instituto Lula 22 de janeiro de 2007.

Figura 14: Lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II)



Fonte: Ricardo Stuckert, 29 de março de 2010.

Figura 15: 3º Balanço do Programa Aceleração do Crescimento (2015 — 2018)



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Figura 16: Cartaz Programa Parceria e Investimento (PPI)



Fonte: Movimento Democrático Brasileiro (MDB), 29 de novembro de 2018.

Figura 17: Reunião de chefes de Estado da União das Nações Sul Americanas



Fonte: Memorial da Democracia.

Figura 18: Abertura do fórum que discute a criação do PROSUL, substituindo a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)



Fonte: Marcos Corrêa, Agência Brasil, 2018.

Figura 19: Logotipos de governos (1990 — 2023)



Fonte: Arte/G1 01 de Janeiro de 2023.

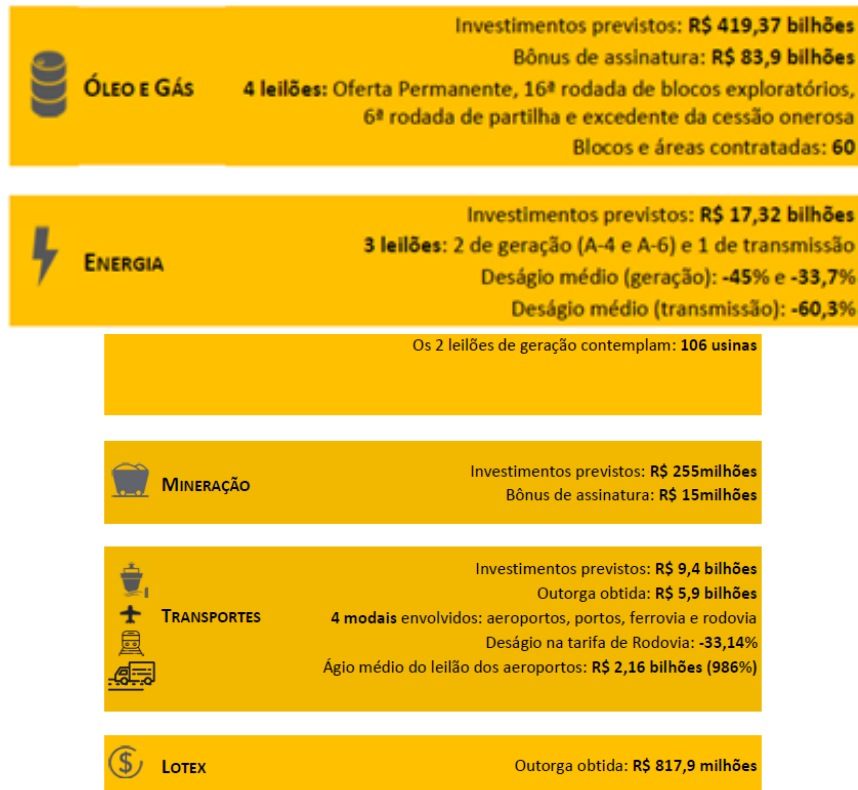
ANEXO II

Figura 20: Mapa dos projetos do PPI em transportes leiloados em 2019



Fonte: BRASIL. Relatório de acompanhamento do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, 2019.

Quadro 2: Entregas do Programa de Parceria de Investimentos em 2019, por setor



Fonte: BRASIL. Relatório de acompanhamento do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, 2019.

Figura 21: Investidores internacionais em projetos leiloados no PPI

Dos 172 projetos leiloados, 74 tiveram empresas vencedoras estrangeiras ou em consórcio com empresas brasileiras.

Brasil	Itália
Bélgica	Noruega
China	Catar
França	Suíça
Espanha	
Portugal	Estados Unidos
Austrália	Reino Unido
Índia	Bermudas
Alemanha	Colômbia
Malásia	Canadá



Fonte: BRASIL. Relatório de acompanhamento do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, 2019.

Figura 22: Mapa dos leilões de óleo e gás concluídos em 2019

onerosa					
6ª Rodada de blocos sob o Regime de Partilha da Produção (Pré-Sal)	07/11/2019	146,7 bi	5,05 bi	-	SP/ RJ

Óleo e Gás

Em 2019, o Brasil arrecadou em bônus de assinatura o equivalente a 40% de todos os investimentos feitos no setor no mundo.

Carteira de Óleo e Gás	
Bônus de Assinatura + oferta permanente	R\$ 84 bilhões
Investimentos Esperados (35 anos)	R\$ 419,37 bilhões



Fonte: BRASIL. Relatório de acompanhamento do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, 2019.

Figura 23: Leilões realizados em 2019

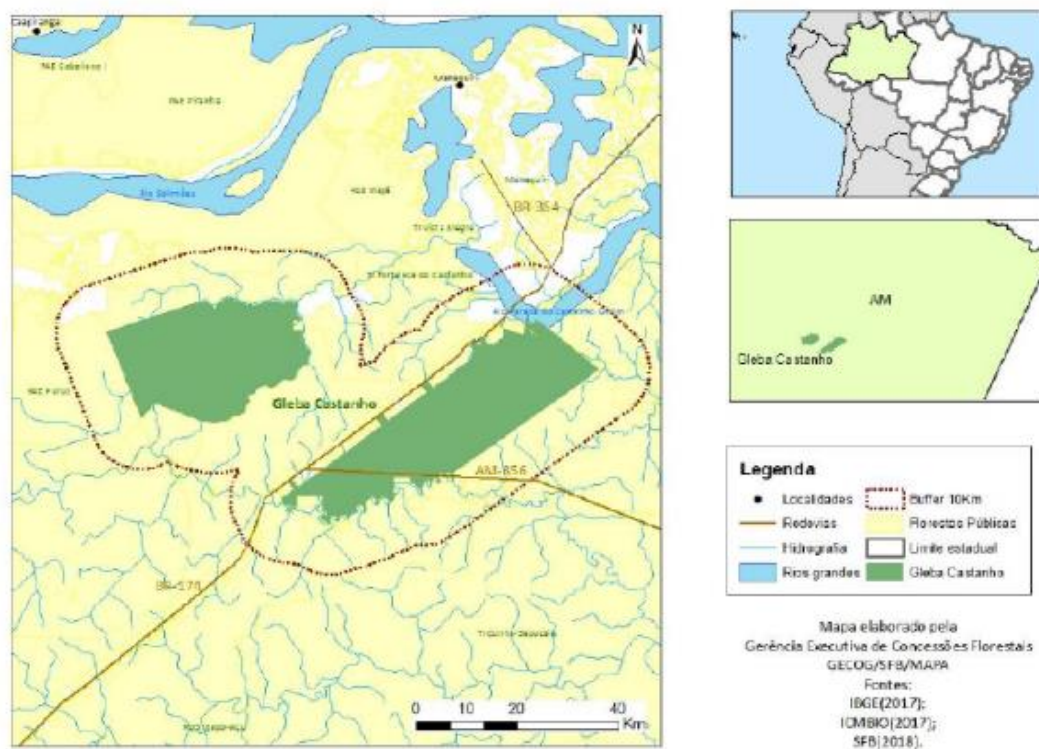


Figura 6: mapa dos leilões realizados em 2019



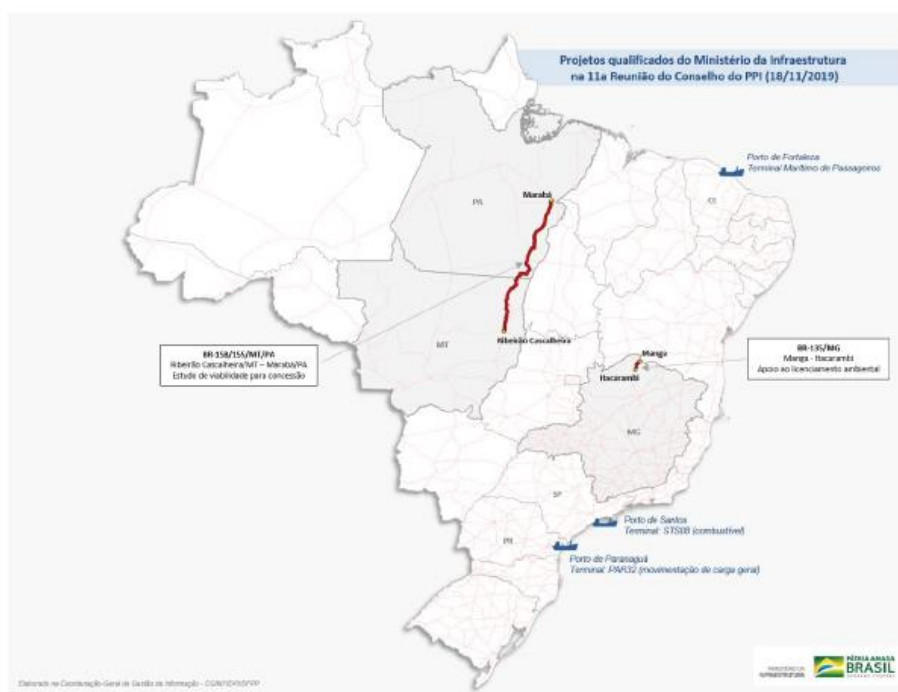
Fonte: BRASIL. Relatório de acompanhamento do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, 2019.

Figura 26: Concessão Floresta da Gleba da Castanha



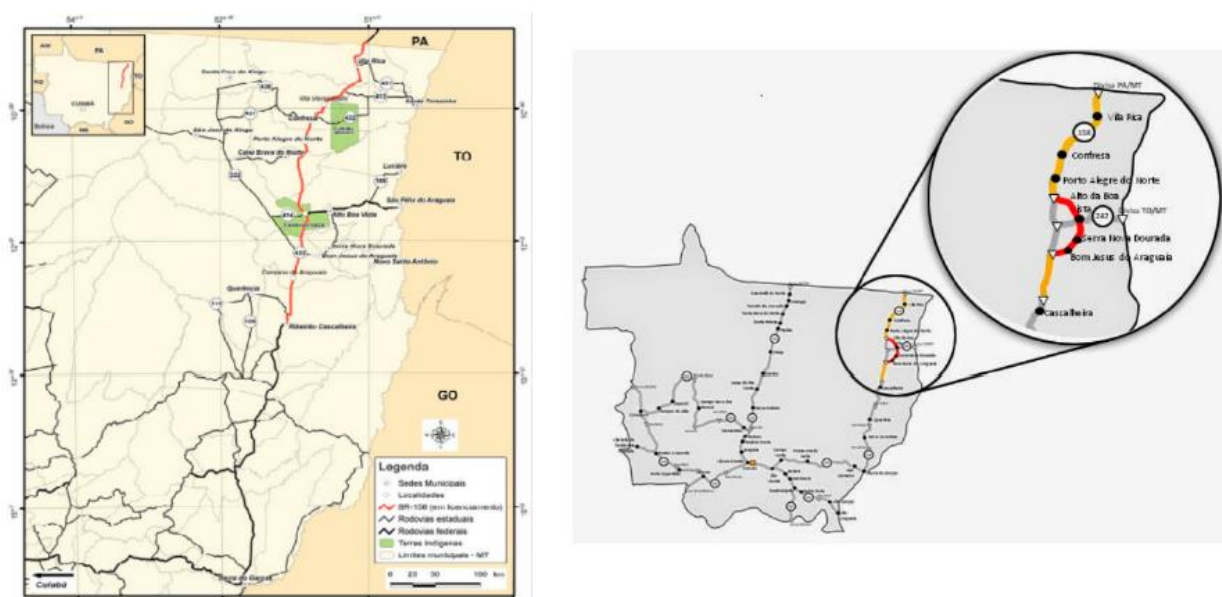
Fonte: BRASIL. Relatório de acompanhamento e demais ações do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, 2019.

Figura 27: Projetos qualificados do Ministério da Infraestrutura BR – 158 e 155



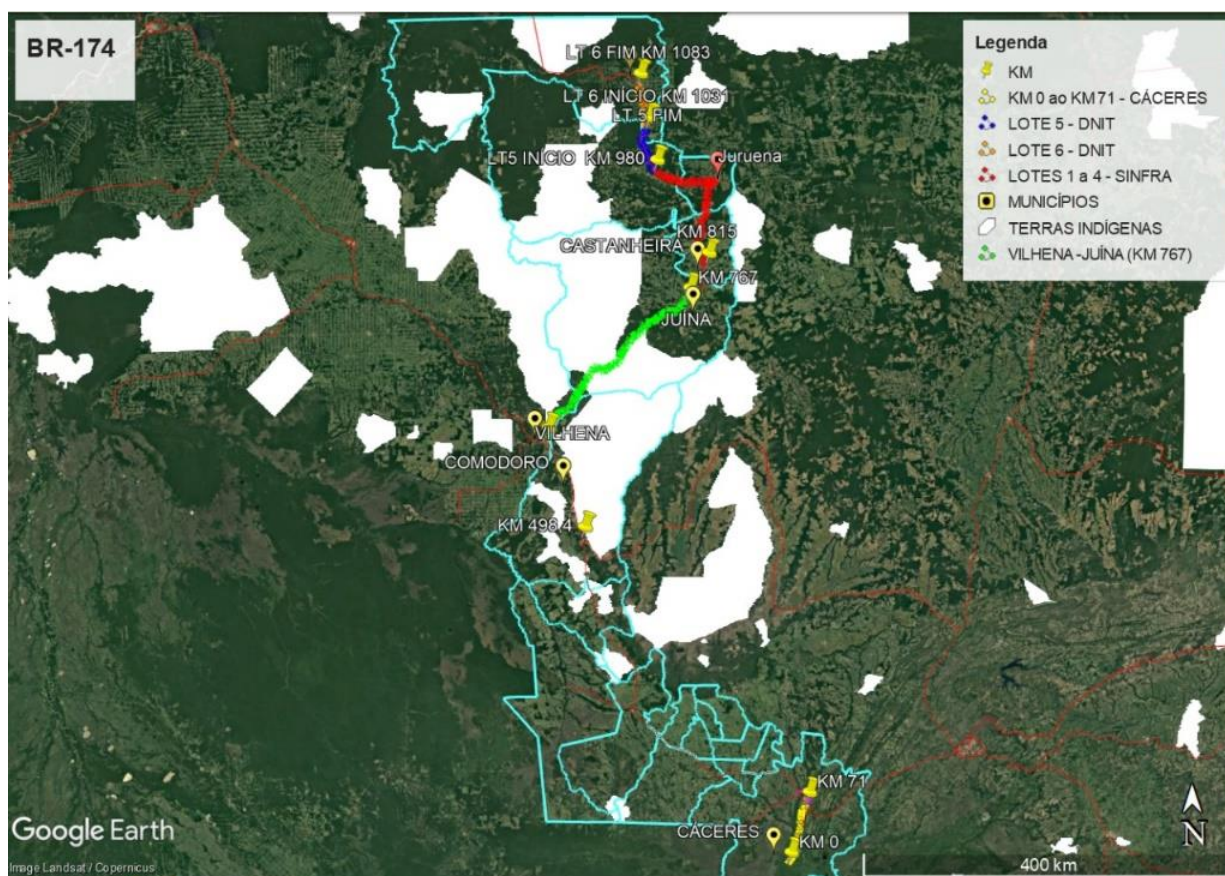
Fonte: BRASIL. Relatório de acompanhamento e demais ações do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, 2019.

Figura 28: Apoio ao licenciamento ambiental da rodovia BR-158/MT



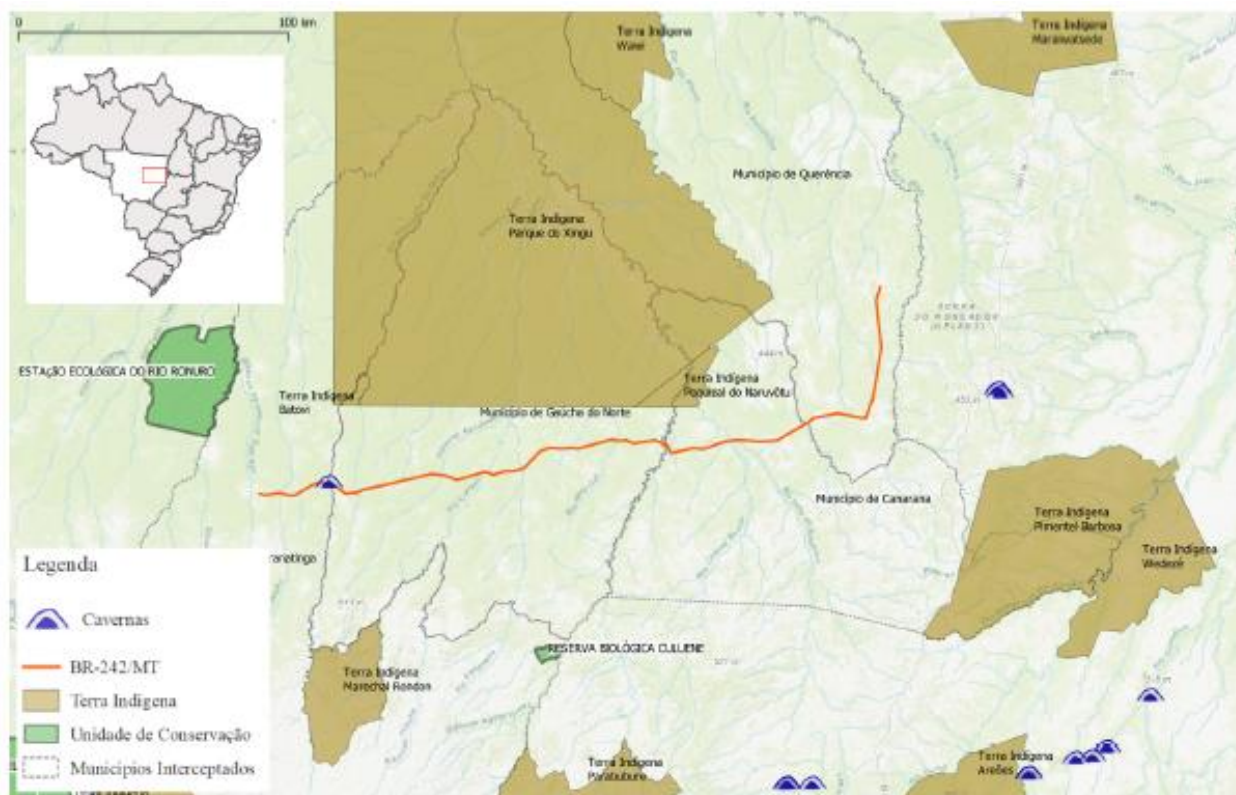
Fonte: BRASIL. Relatório de acompanhamento e demais ações do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, 2019.

Figura 29: Apoio ao licenciamento ambiental da rodovia BR-174/RO/MT



Fonte: BRASIL. Relatório de acompanhamento e demais ações do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, 2019.

Figura 30: Apoio ao licenciamento ambiental da rodovia BR- 242/MT (Trecho entre Querência e Santiago do Norte – Mato Grosso)



Fonte: BRASIL. Relatório de acompanhamento e demais ações do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, D. **A Geografia de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: FASE e Action Aid, 2017.

ALBUQUERQUE, E.S. 80 anos da obra Projeção Continental do Brasil, de Mário Travassos. In: **Revista do Departamento de Geografia-USP**. Volume 29 (2015), p. 59 a 78. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rdg.v29i0.102081>. Acesso em: 10 fevereiro 2017.

ALVES, J. **Quarenta anos das reformas de Deng Xiaoping e o renascimento da China como potência**. In EcoDebate, ISSN 2446-9394, 10/12/2018.

AMORIM, C. **A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)**. Celso Amorim; Antônio Jorge Ramalho da Rocha... [et al] (editores). - Brasília: FUNAG; [São Paulo]: Unesp, 2016.

AMORIM, C. **Cabe aos sul-americanos cuidarem da defesa da América do Sul. Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CAD-Sul)**. 2013. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/>. Acesso em: 28 outubro 2017.

ANTUNES, R. Governo Temer vai devastar a população trabalhadora. **Carta Campinas**. 26 de agosto de 2016. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2016/12/para-ricardo-antunes-governo-temer-e-a-devastacao-da-populacao-trabalhadora/>. Último acesso em: 01 de Julho de 2022.

BRAGA, J. L. R. **O papel do BNDES na política externa do governo Lula da Silva: internacionalização e integração regional na América do Sul**. 2015. 1 recurso online (261 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: http://acervus.unicamp.br/index.asp?codigo_sophia=961360. Acesso em: 9 dez. 2021.

BRAGAIA, G. F.; MOURÃO, P. F. C. **A Integração Regional na América do Sul: relações entre intencionalidades e ações**. Eixo 6: Integração Regional e Novos Espaços da Cooperação e do Conflito Internacional. Data de publicação: 2018/09/14. Anais do III CONGEO (Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território). REBRAGEO: Niterói, 2018. p. 2106-2120. ISBN 978-85-94029-247-9. Disponível em: <https://www.rebrageo.org/publicacoes>

BRAGAIA, G. F. **A Integração regional na América do Sul: as projeções espaciais do PAC, IIRSA/COSIPLAN e perspectivas de uma geopolítica interna**. Ourinhos: Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Ourinhos, 2019. Disponível em: https://unesp.primo.exlibrisgroup.com/permalink/55UNESP_INST/niq1ua/alma990009282140206341

BRAGAIA, G. F. **A POLÍTICA TERRITORIAL DO PPI: OS LEILÕES 5G E PPP RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL CRÍTICA E DEFESA**. In: III Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e XV Seminário de Pós Graduação em Geografia: Impactos e mutações no território brasileiro: da crise política à devastação ambiental no contexto da pandemia do COVID-19, 2021, Rio Claro. III Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e XV Seminário de Pós Graduação em Geografia. Rio Claro, 2021. v. 3. p. 1550-1565.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Economia. **Relatório de acompanhamento do andamento dos empreendimentos e demais ações no âmbito do Programa De Parcerias De Investimentos – PPI**. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/publicado-relatorio-de-gestao-do-ppi-2019>.

Cade aprova transferência de ações de geradora do BTG PACTUAL. **Canal Energia**. 03 de Abril de 2020. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53131292/cade-aprova-transferencia-de-acoes-de-geradora-do-btg-pactual>. Último acesso: 01 de Jul. 2022.

CONTENTE, O. Entidades denunciam fraude no leilão da cedae do qual o btg de paulo guedes participou. **SINDSPREVRJ**. 11 de Junho de 2021. Disponível em: <https://www.bancariosrio.org.br/index.php/noticias/item/6380-entidades-denunciam-ao-canada-fraude-no-leilao-da-cedae-btg-de-paulo-guedes-participou>. Último acesso: 01 de Jul. 2022.

CARVALHO. C. R. **Espaço Nacional e Integração Competitiva: impasses das políticas territoriais no Brasil**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2012.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CODATO, A. Poulantzas, o Estado e a Revolução. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Unesp, n.27, 2008, p.65-85. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo156artigo4.pdf

CONCEIÇÃO, A. L. Estado, Capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Meridiano - Revista de Geografia**, Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, n. 2, p. 81-104, 2013. Disponível em: <http://www.revistameridiano.org/n2/05/>

CONCEIÇÃO, A. L., GESTEIRA, L. A. G. Do bellum omnium contra omnes ao ausschuss da burguesia: o Estado Moderno e sua funcionalidade para a reprodução do capital. **Revista Expedições**, Morrinhos/GO, v. 12, Fluxo Contínuo, jan./dez. 2021 – ISSN 2179-6386. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/11304

COSTA, W. M. da. **Crise da Integração e Tendências Geopolíticas da América do Sul**. In Costa, W.M. e V, D. (Org.), **Geografia e Geopolítica da América do Sul**, São Paulo, Humanitas, 2018.

COSTA, W. M. da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2ª. ed. 4ª reimpressão 2020. São Paulo: Edusp / Hucitec, 1992. v. 1. 352p.

COSTA, W. M. da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, (Coleção repensando a geografia), 1997.

COSTA, W. M. da. O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial. **Confin**s, nº 25, novembro de 2015.

DORNELLES, A. A. Como Rússia em 1917, Brasil precisa decidir se aposta na moderação ou na radicalização. **Diálogos do Sul**. 07 de Março de 2022. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/cultura/73536/como-russia-em-1917-brasil-precisa-decidir-se-aposta-na-moderacao-ou-na-radicalizacao>

ESTENSSORO, L. E. R. (2003). **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.8.2003.tde-23102003-072125. Recuperado em 2021-01-29. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102003-072125/pt-br.php>.

FÉLIX, I. M. C. S. **Estado e Políticas Públicas: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e sua Propositura de Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Econômica**. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José Danilo Santana (Orgs). O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. Capítulo 5, p. 171-191.

GUIMARÃES, S. P. **Com Bolsonaro, a ineficácia da política exterior e o desprestígio do Brasil no mundo tendem a se agravar**. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/samuel-pinheiro-guimaraes-com-bolsonaro-ineficacia-politica-exterior-e-o-desprestigio-do-brasil-no-mundo-tendem-aagravar.html>.

GUIMARÃES, S. P. **Nação, nacionalismo e Estado**. Estudos Avançados 22 (62), 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a10v2262.pdf>.

GUIMARÃES, S. P. **O mundo multipolar e a integração sul-americana**. In: Revista Comunicação & Política, v. 25, n. 3, p. 169- 189, 2007.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, AnnaBlume, v. 1. 252p. 2ª. ed. 2005.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, v.1. 235p. 1ª. ed. 2011.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, v.1. 201p. 2ª. ed. 2004.

HIRSCH, J. Forma política, instituições políticas e Estado – I. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.24, 2007, p. 9-36.

HIRSCH, J. **¿Qué significa estado? reflexiones acerca de la teoría del estado capitalista**. Revista de Sociologia e Política [en línea]. 2005, (24), 165-175[fecha de Consulta 6 de Diciembre de 2020]. ISSN: 0104-4478. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23802411>.

HIRSCH, J. Forma Política, Instituições Políticas e Estado – I e II. **Crítica Marxista**, números 24 e 25 (publicado em duas partes). pp 9-36 e 47-73, 2007.

HIRSCH, J. **Teoria Materialista do Estado**. Tradução de Luciano Cavini Martorano. Rio de Janeiro, Revan. v. 1. 328p. 1ª. ed. 1ª reimpressão 2014.

JESSOP, B. **El Estado. Pasado, presente y futuro**. Madrid: Los Libros de la Catarata, 350 pp. ISBN: 978-84-9097-289-2. 2017

KAROL, E. **Geografia política e geopolítica no Brasil (1982-2012)**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22042014-144041/pt-br.php>.

Leia a transcrição dos trechos da transcrição da reunião ministerial do dia 22 de abril. **Poder 360**. 23 de Maio de 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-transcricao-dos-trechos-da-reuniao-ministerial-destacados-pelo-stf/>. Acesso em: 20 de Junho de 2021.

MARTIN, A. R. **Brasil, Geopolítica e Poder Mundial – o anti-Golbery**. Tese (Tese de livre docência em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARX, K. “XXIV – A Assim Chamada Acumulação Originária” e “XXV - A Teoria Moderna da Colonização”. In: MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. I. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O Manifesto Comunista**. Ed. Paz e Terra S/A. tradução Maria Lucia Como. 1998.

MASCARO, A. L. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MASCARO, A. L. **Crise e Pandemia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

MASCARO, A. L. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MIYAMOTO, S. **Geopolítica e Poder no Brasil**. São Paulo: Editora Papirus, 1995.

MORAES, A. C. R. **Geografia Histórica do Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Annablume / Hucitec, 2011. v. 1. 160p.

MORAES, A.C.R. **Ideologias Geográficas**. 5ª. ed. São Paulo: Annablume / Hucitec, 2005. v. 1. 158p.

MORAES, A. C. R. **Território na Geografia de Milton Santos**. 1ª. ed. São Paulo: Annablume / Hucitec, 2013. v.1. 130p.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Annablume / Hucitec, 2005. v. 1. 154p.

MOREIRA, J. Brasil em liquidação. País é lançado aos interesses particulares no governo de Bolsonaro. **CONTRAFUT**. 18 de agosto de 2020. Disponível em: <https://contrafut.com.br/noticias/brasil-em-liquidacao-pais-e-lancado-aos-interesses-particulares-no-governo-de-bolsonaro/>. Último acesso em: 01 de Jul. 2022

NASSIF, L. A prisão do pai do programa nuclear brasileiro. **Jornal GGN**. 28 de julho de 2015. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/desenvolvimento/a-prisao-do-pai-do-programa-nuclear-brasileiro/>

NOBRE, M. Marcos Nobre: Bolsonaro, o hacker do sistema político. **Outras Mídias**. 28 de Junho de 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/nobre-bolsonaro-o-hacker-do-sistema-politico/>. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

Observatório Social do Petróleo. Disponível em: <https://observatoriopetroleo.com/monitor/>. Último acesso 01 de Jul. 2022.

O Colapso ecológico já chegou. [**Entrevista de Maristella Svampa**]. Claudia Lorenzón, publicada por Hoy, traduzido pelo Cepat. 02 de Fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/606508-o-colapso-ecologico-ja-chegou-entrevista-com-maristella-svampa>. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

O pulso ainda pulsa: existe uma ala nacionalista no exército do Brasil. Onde estão? O que pensam?. [**Entrevista de André Martin concedida a Diálogos do Sul**] Amaro Augusto Dornelles, São Paulo (SP), 26 de Julho de 2021. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/questao-militar/70700/o-pulso-ainda-pulsa-existe-uma-ala-nacionalista-no-exercito-do-brasil-onde-estao-o-que-pensam>. Último acesso em 01 de Jul. de 2022.

PAUTASSO, D. O Papel da África na Nova Roda da Seda Marítima. **Revista Brasileira de Estudos Africanos** e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907 | v.1, n.2, Jul./Dez. 2016 | p.124-136. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/67028/40022>.

PINTO, E. C. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. **Revista de Economia Política**. vol. 34, no 1 (134), pp. 39-60, janeiro-março/2014

PMDB só virou governo por causa da Lava Jato diz filósofo Marcos Nobre. [Entrevista de Marcos Nobre concedida a Unisinos]. Thiago Domenici, publicada por Agência Pública, 10 de Julho de 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/569553-pmdb-so-virou-governo-por-causa-da-lava-jato-diz-filosofo-marcos-nobre>. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

Polo de Urucu na mira de empresa ligada a Paulo Guedes. **Correio Cidadania**. 12 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.correiocidadania.com.br/economia/14728-polo-de-urucu-na-mira-de-empresa-ligada-a-paulo-guedes>. Último acesso: 01 de Jul. 2022.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2ª edição, 1985.

POULANTZAS, N. **O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau**. Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Unesp, n.27, 2008, p.105-127.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RODRIGUES, F. Prisão do mais importante cientista nuclear brasileiro é questionada por políticos. **Brasil de Fato**. 05 de Abril de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/05/prisao-do-mais-importante-cientista-nuclear-brasileiro-e-questionada-por-politicos>. Último acesso em: 01 de Julho de 2022.

SANT'ANA, J. O que é o monopólio do gás e como Paulo Guedes planeja quebrá-lo. **Gazeta do Povo**. 25 de Abril de 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/gas-monopolio-petrobras-como-governo-planeja-quebrar/>. Último acesso: 01 de Jul. 2022.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro, Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHERMA, M (2014). A integração sul-americana como estratégia de projeção internacional durante o governo Lula: o caso da cooperação nas fronteiras. **Revista Conexão Política**, v. 3, p. 39-62.

SCHERMA, M. Rumo à cooperação e ao desenvolvimento: as políticas brasileiras para a faixa de fronteira. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 32–55, 2016. DOI: 10.21530/ci.v11n3.2016.493. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/493>.

SENHORAS, E. M., VITTE, C. C. S. **A agenda do desenvolvimento sob questionamento: liderança, hegemonia ou sub-imperialismo brasileiro na Geografia da Integração Regional da América do Sul?** In: XI Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2007, Bogotá DC. Anais. Bogotá: UNAL, 2007.

SILVA, P. F. J. **As Telecomunicações no Uso do Território**. In: *Geografia das telecomunicações no Brasil* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 87-126. ISBN 978-85-7983-670-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SINGER, A. V. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**. São Paulo, n. 102, p. 43-71, 2015.

VIEIRA, I. Brasil precisa contar com escudo de defesa, afirma Mangabeira Unger. **Agência Brasil**. 06 de Agosto de 2008. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-08-06/brasil-precisa-contar-com-escudo-de-defesa-afirma-mangabeira-unger>. Último acesso: 01 de Jul. 2022.

VIRGA, T. **Integração física e desenvolvimento na América do Sul: transformações e perspectivas da infraestrutura de transportes na região do “Eixo Amazonas” na Amazônia centro-ocidental (2000-2018)**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

VITTE, C. C. S. “Integração da infraestrutura produtiva na América do Sul sob a coordenação do Cosiplan/Unasul: financiamento e planejamento territorial”. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: Integração Sul-Americana e Regiões Periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018. Disponível em: <http://www.editoraletra1.com.br/epub/9788563800367/>. Acesso em: 15 outubro 2018.

VITTE, C. C. S. Neoextrativismo e o uso de recursos naturais na América Latina: notas introdutórias sobre conflitos e impactos socioambientais. **Conexão política**. Teresina, PI: Universidade Federal do Piauí/Pós-Graduação em Ciência Política, 2020. Vol. 9, no. 1 (2020). Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1668134>. Acesso em: 15 de novembro. 2023.

ZIBECHI, R. **Brasil Potência: Entre a Integração regional e um novo imperialismo**. Tradução: Carlos Walter Porto Gonçalves. Rio de Janeiro, Consequência, 2012.

ZIBECHI, R., MACHADO, D. **Os Limites do Progressismo: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.